

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA**

ROBERTA EMÍLIA MORATO CORRÊA

**HISTÓRIAS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG: MEMÓRIAS DE UM
TRABALHO QUE FALAM DE SABERES, AGRURAS E RESISTÊNCIAS**

BELO HORIZONTE

2023

ROBERTA EMÍLIA MORATO CORREA

**HISTÓRIAS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM
EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG: MEMÓRIAS DE UM
TRABALHO QUE FALAM DE SABERES, AGRURAS E RESISTÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Inajara de Salles Viana Neves.

BELO HORIZONTE

2023

C824h
T

Corrêa, Roberta Emília Morato, 1989-

Histórias de trabalhadores técnico--administrativos em educação da Faculdade de Educação da UFMG [manuscrito] : memórias de um trabalho que falam de saberes, agruras e resistências / Roberta Emília Morato Corrêa. -- Belo Horizonte, 2023.
327 f. : enc, il..

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

[Inclui apêndice com recurso educacional com o título: "Também como FAE: servidores técnico-administrativos em Educação da Faculdade de Educação -- UFMG e seus setores de trabalho"].

Orientadora: Inajara de Salles Viana Neves.

Bibliografia: f. 259-264.

Anexos: f. 322-327.

Apêndices: f. 365-321.

1. Universidade Federal de Minas Gerais -- Faculdade de Educação -- Trabalhadores -- História -- Teses. 2. Universidade Federal de Minas Gerais -- Faculdade de Educação -- Administração de pessoal -- Teses. 3. Educação -- Teses. 4. Universidades e faculdades públicas -- Administração de pessoal -- Teses. 5. Universidades e faculdades públicas -- Servidores públicos -- Teses. 6. Servidores públicos -- Aposentados -- Narrativas pessoais -- Teses. 7. Administração escolar -- Teses.

I. Título. II. Neves, Inajara de Salles Viana, 1969-. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 378.050981

Catálogo da fonte: Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivanir Fernandes Leandro CRB: MG-002576/O



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROMESTRE - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA/MP

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA

ROBERTA EMILIA MORATO CORRÊA

Realizou-se, no dia 31 de julho de 2023, às 14:00 horas, na sala 1204, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a 427ª defesa de dissertação, intitulada **HISTÓRIAS DE TRABALHADORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG: MEMÓRIAS DE UM TRABALHO QUE FALAM DE SABERES, AGRURAS E RESISTÊNCIAS**, apresentada por **ROBERTA EMILIA MORATO CORRÊA**, número de registro 2021652321, graduada no curso de CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/NOTURNO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Profa. Inajara de Salles Viana Neves - Orientadora (UFOP), Prof. Charles Moreira Cunha (UFMG), Profa. Priscila de Oliveira Coutinho (UFMG) e Prof. Rafael dos Santos Pereira (UFMG). Destaca-se que a Comissão Examinadora aprovou a dissertação com louvor, não apresentou alterações obrigatórias e sugeriu a publicação do texto em periódicos científicos. A Profa. Daisy Moreira Cunha justificou ausência por estar fora do Brasil e ter surgido um imprevisto. Entretanto, encaminhou parecer apresentando a sua apreciação do trabalho realizado e recomendando a aprovação. No momento da defesa, o Prof. Rafael dos Santos Pereira (suplente) estava presente e foi convidado a compor a Comissão Examinadora como membro titular.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2023.

Profa. Inajara de Salles Viana Neves (Doutora)

Prof. Charles Moreira Cunha (Doutor)

Profa. Priscila de Oliveira Coutinho (Doutora)

Prof. Rafael dos Santos Pereira (Doutor)



Documento assinado eletronicamente por **Charles Moreira Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 04/08/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Priscila de Oliveira Coutinho, Professora do Magistério Superior**, em 05/08/2023, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inajara de Salles Viana Neves, Usuário Externo**, em 05/08/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael dos Santos Pereira, Pedagogo**, em 09/08/2023, às 20:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2464370** e o código CRC **A1386558**.

AGRADECIMENTOS

Verdade seja dita: fazer um mestrado não é uma tarefa fácil. É difícil, é sofrido e ousado dizer que se não existissem redes de apoio muitos trabalhos acadêmicos teriam ficado pelo caminho. Portanto, para ser justa, agradeço.

Esse trabalho foi construído coletivamente e muitas vezes poderão ser ouvidas através dessas linhas. Por isso, agradeço a todas e todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação que construíram, com muita luta, a história de uma instituição e de uma categoria de trabalho que sustenta o fazer universitário nos invisíveis bastidores.

Em especial, agradeço àquelas pessoas que se dispuseram a, mais uma vez, construir, através da evocação de suas memórias, as histórias que compõe este trabalho público.

Agradeço à Inajara de Salles Viana Neves, pela orientação cuidadosa e empática.

Aos e às docentes da Banca, Charles Moreira Cunha, Daisy Moreira Cunha, Priscila de Oliveira Coutinho e Rafael dos Santos Pereira, pela disponibilidade, troca e leitura tão atenciosa deste trabalho.

Agradeço especialmente à professora Daisy que, com seu incentivo e fé nos saberes dos trabalhadores, me ajudou, mesmo sem saber, a ter a coragem necessária para iniciar esse projeto.

Agradeço às e aos colegas e professores do Promestre, especialmente os da Linha Trabalho e Educação, agradeço pela partilha durante esse tempo difícil, intensificado pela pandemia de COVID-19. Nossas trocas, ainda que virtuais, foram imprescindíveis para diminuir a angústia e fortalecer essa nossa travessia.

Às trabalhadoras do Promestre, técnicas, coordenadoras e bolsistas, sempre atenciosas e cuidadosas em ajudar no que estivesse ao seu alcance. Em especial à Gabi, que se tornou amiga.

Aos e às colegas da Faculdade de Educação, TAEs, docentes, terceirizados e bolsistas, que deram leveza ao cotidiano e força às nossas lutas diárias.

Agradeço especialmente à Gláucia, por dividir comigo seu conhecimento e ajudar na escolha dos sujeitos da pesquisa e na busca pela memória da Instituição acerca do trabalho dos técnicos.

E à Andrea Moreno, Fábio Miranda e Vanessa Neves, por tornarem possível minha licença na fase final de escrita da dissertação.

Agradeço à mulher que tenho o privilégio de ter como mãe, pela fé inabalável em todos os projetos que me proponho a fazer e por ter sido base e companhia por toda minha vida.

Ao meu pai, em memória, pela admiração e orgulho que tinha do que quer que eu fizesse, ainda que ele sequer entendesse.

À minha grande família e minhas amigas e amigos que sempre estiveram presentes acompanhando meus percursos, entendendo minhas ausências e apoiando minhas escolhas e a mim mesma, que muitas vezes bambeeï. Tenho muita sorte de dividir a vida com vocês.

Agradeço especialmente à Aninha, Fran, Luiza, Úrsula e Weverton pela ajuda com a construção e desenvolvimento desse trabalho de pesquisa.

Agradeço ao Samir, que foi alento nos piores momentos desse percurso e por me ajudar a levar a vida com afeto. Samir também ajudou diariamente no desenvolvimento de minha escrita com uma leitura e escuta, atenciosas.

E a meus gatos, Chicó e Salém, minha dose diária de humor e amor.

Prezadas(os),

Faz alguns dias que tenho recebido mensagens perguntando sobre minha saúde e eu, maleducadamente não respondi.

É que tem dias que estou bem e outros nem tanto. Normal, né?

A Como bem sabem a Álida e bordadeiras, é um entremear de pontos e linhas que parecem remendos no cotidiano em que, subitamente, você reconhece um bordado. Às vezes, é um remendo, mesmo. Prático, meio seguro, necessário.

Outro dia, me lembrei. Parece que foi ontem. Não, foi hoje, de manhã. Atravessei um jardim. Portas largas, vidraças que me mostraram, limpidamente, o quanto eu estava perdida.

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e dez, entrei, pela primeira vez, como funcionária pública, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Entrei em casa.

Aquele lugar em que você briga, se abriga, atua, atura, se entrega, aprende (inclusive a desaprender), contribui, atrapalha, constrói, reforma. Entende, se confunde, admira, se emociona, se revolta e volta.

Um pequeno e ilimitado mundo. Cheio de espaços preenchidos de conhecimento e saber. Com todas as minhas críticas e discordâncias, meu olhar sempre percorreu o caminho romântico dos amantes da sabedoria, dos caçadores, de investigadores, das realidades. Muitas pontas soltas, muito ego e até muito rancor podem caminhar por aí. Mas muita dedicação, muito esforço, compromisso.

E pessoas. Ah as pessoas!

Vejo a fileira de rostos unidos como corrente que me acolheu, me guiou, me deu oportunidade de contribuir e participar de uma realidade que eu esperara, sem saber.

Garanto, sem a menor dúvida, que eu tentei gostar de todos, fazer o meu melhor (pelo menos para não atrapalhar), fazer parte, compartilhar os esforços, despertar, com a experiência de quem vem de fora, olhar novidadeiro.

E o tempo foi passando. Trazendo camadas de acontecimentos e sentimentos. Algumas vitórias e iluminações. Decepções, tristezas.

Como eu venho trazer, porque da mesma forma em que entrei pela manhã, estou prestes a sair: atravessando as portas de vidro e o jardim. Mas não estou mais perdida. Tenho um farol na FaE. Aceso por todas as pessoas com quem cruzei nessa casa. Não ousou nomear nem arriscar dizer palavra de agradecimento: não é conhecida, ainda.guardo uma tese.

Tento um tchau, até breve, adeus, até mais ver. Dedico felicidades, boa sorte, saúde! Desejo todo o afeto que eu sempre senti.

(Flávia Tunes – 26/07/2021)

RESUMO

Essa é uma pesquisa sobre histórias de trabalho e de vida. Sobre memórias de servidores Técnico-Administrativos em Educação aposentados, da Faculdade de Educação da UFMG. Trata-se de uma pesquisa narrativa, de abordagem qualitativa, desenvolvida no campo da história de vida e da história oral e centrada na memória do trabalho. Pretendeu-se desenvolver um trabalho investigativo com o objetivo de conhecer as memórias relatadas pelos próprios trabalhadores como estratégia de reconhecimento e valorização profissional. Como sujeitos da pesquisa, escolhemos nove TAEs aposentados da Faculdade de Educação que trabalharam durante as décadas de 70, 80, 90 e 2000. Foram utilizados relatos individuais e orais colhidos através de entrevistas em profundidade, gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. A pesquisa foi estruturada em cinco momentos sucessivos e complementares: aprofundamento teórico acerca do tema; coleta e produção de dados; análise dos dados; elaboração do texto da dissertação e desenvolvimento do recurso educacional. Como referenciais teóricos dialogamos com, entre outros autores, Ecléa Bosi e Maurice Halbwachs, que discutem os conceitos de memória e experiência e que nos ajudaram a perceber as memórias do trabalho como um patrimônio de cada trabalhador, complexo, inacabado e permeado de experiências e saberes. As histórias contadas nesta pesquisa apresentaram uma visão sobre o que é ser um TAE do ponto de vista de quem foi. No trabalho da memória dos aposentados encontramos suas reminiscências do percurso enquanto Técnico Administrativo em Educação: seus colegas e chefes do passado, os espaços da Faculdade e Universidade com seus cheiros e sons, suas várias formas de trabalhar, suas agruras e sua resistência. O estudo procurou compreender o que tais lembranças representam e a sua importância nas experiências desses sujeitos, de sua categoria de trabalho e da Faculdade, bem como demonstrar a passagem desses trabalhadores pela Instituição que construíram com seu trabalho e parte de suas vidas.

Palavras-chaves: Memória do trabalho; Técnicos Administrativos em Educação Aposentados; Pesquisa Narrativa

ABSTRACT

This is a research project about work and life stories, focusing on the memories of retired Technical-Administrative Education Servers from the Faculty of Education at UFMG (Federal University of Minas Gerais). It is a qualitative, narrative research conducted in the fields of life history and oral history, centered around work memories. The aim was to conduct an investigative study to understand the memories shared by the workers themselves as a strategy for recognition and professional valorization. As research subjects, we selected nine retired Technical-Administrative Education Servers from the Faculty of Education who had worked during the decades of the 70s, 80s, 90s, and 2000s. Individual oral accounts were collected through in-depth interviews, recorded in audio format, and subsequently transcribed. The research was structured into five successive and complementary stages: theoretical deepening of the topic, data collection and production, data analysis, dissertation writing, and the development of an educational resource. Theoretical references for this study included authors such as Ecléa Bosi and Maurice Halbwachs, among others, who discuss the concepts of memory and experience. These authors helped us perceive work memories as a complex, unfinished heritage of each worker, permeated by experiences and knowledge. The stories collected in this research provided insights into what it means to be a Technical-Administrative Education Server from the perspective of those who have been in that role. Through the retirees' memories, we encountered their recollections of their journey as Technical-Administrative Education Servers: their past colleagues and supervisors, the spaces of the Faculty and University with their distinctive smells and sounds, the various ways of working, their challenges, and their resilience. The study sought to understand the significance of these memories and their importance in the experiences of the individuals, their work category, and the Faculty. Additionally, it aimed to demonstrate the passage of these workers through the Institution they helped build with their work and a part of their lives.

Keywords: work memory; retired technical-administrative education; narrative research

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ASSUFEMG** - Associação dos Servidores da UFMG
- BDTD** - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEALE** - Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
- CECIMIG** - Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais
- CECOM** - Centro de Computação
- CEDOC** - Centro de Pesquisa, Memória e Documentação
- CENEX** - Centro de Extensão
- COLTEC** - Colégio Técnico da UFMG
- COPEVE** - Comissão Permanente do Vestibular
- CP** - Centro Pedagógico da UFMG
- CTA** - Conselho Técnico-Administrativo da FaE/UFMG
- DAE** - Departamento de Administração Escolar
- DAP** - Departamento de Administração de Pessoal
- DARQ** - Divisão de Arquivo
- DECAE** - Departamento de Ciências Aplicadas à Educação
- DMTE** - Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino
- DP** - Departamento de Pessoal
- DRCA** - Departamento de Registro e Controle Acadêmico
- DRH** - Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos
- FAE** - Faculdade de Educação
- FAFICH** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
- FASUBRA** - Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
- FFCL** - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
- FG** - Função Gratificada
- FIEI** - Formação Intercultural para Educadores Indígenas
- FUMP** - Fundação Universitária Mendes Pimentel
- FUNDEP** - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
- GAME** - Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais
- ICB** - Instituto de Ciências Biológicas

IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
IFG - Instituto Federal de Goiás
IGC - Instituto de Geociências
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
MEC - Ministério da Educação
NAPQ - Núcleo de Assessoramento e Apoio à Pesquisa
NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação
PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PROMESTRE- Mestrado Profissional Educação e Docência
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRORH - Pró-reitoria de Recursos Humanos
PUCRCE - Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
SAST - Serviço de Atendimento à Saúde do Trabalhador
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SINDIFES - Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino
TAE – Técnico Administrativo em Educação
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Informações sobre os sujeitos da pesquisa

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	O Problema de Pesquisa e as Justificativas sobre seu estudo.....	14
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo Geral.....	18
1.2.2	Objetivos Específicos.....	18
1.3	Estrutura da Dissertação.....	19
2.	EMBASAMENTO TEÓRICO CONCEITUAL.....	20
2.1	Os espaços, as pessoas, a sociedade.....	20
2.1.1	Faculdade de Educação, Instituição de trabalho, ensino, pesquisa e extensão.....	20
2.1.2	A Categoria de Técnicos Administrativos em Educação.....	23
2.2	Trabalho, Experiência e Memória.....	29
3.	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	39
3.1	Características da pesquisa.....	39
3.2	Estruturação e desenvolvimento.....	43
3.2.1	A escolha dos sujeitos e a realização das entrevistas.....	45
3.2.2	Os arquivos da Faculdade e as dificuldades para conclusão da pesquisa.....	47
3.3	Sistematização e análise dos dados.....	48
4.	HISTÓRIA DE TAES: LEMBRANÇAS DO TRABALHO E DO TEMPO VIVIDO ...	52
4.1	Venho contar histórias.....	52
4.1.1	História do aposentado Inácio.....	52
4.1.2	História da aposentada Olga.....	72
4.1.3	História da aposentada Nise.....	89
4.1.4	História do aposentado Júlio.....	112
4.1.5	História do aposentado João.....	135
4.1.6	História do aposentado Samuel.....	161
4.1.7	História da aposentada Lílian.....	175
4.1.8	História da aposentada Paula.....	187
4.1.9	História do aposentado Dico.....	196
5.	OS TRABALHOS DA MEMÓRIA.....	206
5.1	Lembranças dos Espaços.....	214
5.2	Lembranças das Agruras e da (R)esistência.....	223
5.3	Lembranças de um Trabalho.....	243
6.	TECITURAS – COMO OS FIOS SE ATRAVESSAM?.....	254

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	260
APÊNDICE – RECURSO EDUCACIONAL	265
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	322
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ.....	326
ANEXO C – QUESTÃO GERADORA.....	327

1. INTRODUÇÃO

1.1 O Problema de Pesquisa e as Justificativas sobre seu estudo

Essa é uma pesquisa sobre memórias. Sobre histórias de trabalho e de vida. Uma pesquisa realizada por uma trabalhadora Técnica-Administrativa em Educação, a respeito da memória do trabalho de suas e seus colegas aposentados. Não se trata de proposta de amostragem ou de confirmação de fatos históricos, seu intuito foi registrar a voz e contar as histórias desses trabalhadores que participaram da construção de uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, com suas vidas e sua força de trabalho. Interessa-nos aqui o que ficou guardado na memória a respeito desse tempo e o que foi escolhido para ser dito ou para ser calado.

Também não se tentou reunir documentos para confrontar os fatos narrados, ainda que se tenha tentado encontrar documentos e literaturas que apresentassem alguma história sobre os sujeitos da pesquisa. A veracidade dos relatos não nos preocupou. Como falou Éclea Bosi (2015), “com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial”.

Esse trabalho foi escrito por muitas memórias. Escrevo em primeira pessoa, mas sabendo que não escrevo sozinha. Também me atrevo a não neutralização, com a certeza que a presença da autora na pesquisa é um fator incontestável, que não pode ser escondido por pessoas verbais.

Ingressei na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como técnica-administrativa em educação, no cargo de Assistente em Administração, em 2017. Quando se entra, não demora a perceber que o lugar ocupado por esses trabalhadores é diferente do lugar de glamour de uma categoria docente, ou mesmo discente, da quinta melhor Universidade da América Latina e melhor universidade federal do Brasil¹.

Sempre presenciei desejos e necessidades de que certa memória de trabalho estivesse presente. Da mesma forma, presenciei saudades e desejos de que também estivessem presentes certas pessoas. O desejo de investigar a memória do trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE) aposentados surgiu quando da minha entrada na Secretaria Geral da Faculdade de Educação (FaE), em setembro de 2019, espaço onde são

¹ Informação retirada do site da UFMG em 08 de setembro 2021.

requeridas competências e conhecimentos abrangentes a respeito do trabalho, da constituição, da história e evolução da Instituição.

Para além das especificidades da função, havia uma pessoa específica. A trabalhadora que, então, ocupava aquele lugar foi quem me fez perceber, através dos seus saberes, que as informações acerca daquele trabalho e da história daquela Faculdade estavam com as pessoas e em mais lugar nenhum. Fui percebendo que as pessoas, trabalhadoras técnico-administrativas em educação, retinham um conhecimento importantíssimo e que este estava se perdendo a cada dia – e se perderia um pouco mais, em alguns dias, quando de sua aposentadoria.

Em conversa com essa colega sugeri que esse trabalho fosse feito por ela. Não exatamente este, mas uma pesquisa da memória do trabalho dela, que relatasse um pouco de todo conhecimento que ela carregava. Mas, por questões diversas, ela já havia desistido do mestrado e decidira, afinal, se aposentar. Além disso, não havia admissão desse conhecimento. O que eu também já ouvira antes.

Assumida a função, participei de muitas reuniões e de muitos momentos nos quais eram retomadas as memórias da Faculdade. Vi Professoras e Professores Eméritos convidados a contar as histórias de luta e resistência em um período ditatorial, de criação de Programas, Centros, Cursos, Núcleos... Tive acesso a livros que contam a história da Universidade, a memória da Faculdade... Mas findas as histórias, permanecia a mesma lacuna: a memória sobre o trabalho e os trabalhadores TAE.

Eu venho, portanto, contar histórias. As histórias cuja ausência me inquietou. A intenção com a investigação da memória do trabalho dos TAEs, e, mais especificamente, a memória daqueles que hoje se encontram aposentados, é possibilitar que o tempo de compartilhamento dessas memórias não tenha se findado com o tempo de trabalho desses sujeitos e que possamos recuperá-las, apresentá-las e valorizá-las, bem como seus autores, indispensáveis ao fazer universitário.

A memória está sempre em disputa. Se foi preciso disputar um espaço na memória da instituição, eis a justificativa da pesquisa. Nessa disputa, fizemos um corte. Nosso corte é político. Nosso corte incluiu os que foram cortados. Aqueles cuja memória está mais próxima de dissipar e que não tiveram a oportunidade de contar, eles mesmos, as histórias de seu trabalho.

Proponho-me a fazer esse trabalho por entender que ele é necessário. Disponho-me a fazer, também, porque existe, hoje, uma lei² que incentiva a qualificação de nossa categoria e permite que sejamos, também, pesquisadores. Faço, porque acredito que o encontro dessa proposta será valioso. E antes que não seja mais possível.

Tal como à época de sua criação, a Faculdade de Educação se encontrava, no momento de escrita do projeto dessa pesquisa, em meados de 2020, em um período de insegurança, devido não só a um crescente processo de militarização das instâncias governamentais e fortalecimento de milícias que exigiam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, como também à crescente perda de direitos, corte de recursos financeiros das universidades e à pandemia de Covid-19³, que somou milhares de mortos e infectados e colocou o mundo em estado de luto e quarentena⁴.

A esse contexto de insegurança, somava-se ainda o impacto de reformas legislativas⁵ que atingiam os servidores da Faculdade, que, por medo de perderem ainda mais seus direitos, adiantavam suas aposentadorias, rompendo com trabalhos, projetos e planos futuros. Longe de terem protagonismo na literatura e com as aposentadorias cada vez mais presentes, havia a inquietação em relação ao interrompimento do trabalho e as histórias não contadas pelos trabalhadores técnico-administrativos em educação. Por mais esse motivo, surgiu a necessidade de se investigar e conhecer a memória desses servidores que viveram a FaE e construíram, com sua força de trabalho, seu envolvimento e parte de suas vidas, a história dessa instituição.

A melhor compreensão do trabalho realizado pelos TAEs, das histórias vividas e da importância da memória acerca desse trabalho, permitiu sistematizar as inquietações que me levaram a desenvolver esse projeto de estudo. Elas surgem a partir do questionamento da necessidade de que essa memória seja relatada e considerada como importante parte do histórico do trabalho da FaE, inclusive como um ponto de vista da memória coletiva, como pontua Halbwachs (2004).

² Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005.

³ COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A Organização Mundial de Saúde tomou conhecimento desse novo vírus em 31 de dezembro de 2019, após um relato de um conjunto de casos de “pneumonia viral” em Wuhan, República Popular da China.

⁴ De acordo com o Painel Monitora Covid-19, da Fundação Oswaldo Cruz, em 01 de setembro de 2020 havia, no Brasil, 3.950,931 casos confirmados e 122.596 óbitos.

⁵ Proposta de Emenda à Constituição 06/2019, transformada na Emenda Constitucional 103/2019, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências. Proposta de Emenda à Constituição 32/2020, que altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

O autor reforça essa dimensão coletiva da memória e seus mecanismos sociais de perpetuação entre gerações que fazem parte de uma mesma sociedade, ou nesse caso, também, de uma mesma categoria de trabalhadores. Somente assim, podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstituída (HALBWACHS, 2004, p.38).

A memória coletiva tem um papel fundamental nos processos históricos porque dá vitalidade ao passado. Enfatiza acontecimentos importantes para os grupos sociais e preserva seu valor no tempo e no espaço. Segundo Cardini,

(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, re-funda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido (Cardini, 1988, p. xii, *apud* Schmidt e Mahfoud, 1993, p. 294.)

Buscando na literatura⁶ por pesquisas relacionadas à memória de trabalhadores, foi possível constatar pouca investigação das memórias de trabalhadores técnico-administrativos em educação, podendo-se dizer que praticamente não existe uma discussão precisa sobre a memória do trabalho de TAE aposentados. Falaremos mais dessa investigação no próximo capítulo.

O objeto dessa pesquisa não é corriqueiro. Ele não fascina. O trabalho dos bastidores não atrai o olhar de quem busca o quadro bonito de uma instituição de renome. Menos ainda quem trabalhou. Não escrevemos livros e manuais. Os saberes desse trabalho não foram publicados. Eles são mantidos vivos por nós. E por isso é que o contamos aqui. Por isso perguntamos: Quais são as memórias que os técnicos administrativos aposentados têm de seu tempo de trabalho na FaE/UFMG?

A partir da realidade apresentada, nos propusemos a investigar e compreender, ainda, questões relacionadas às transformações no trabalho e no quadro de pessoal administrativo no período de 1968 a 2020 e à forma como as memórias e experiências desse trabalho e tempo vivido perpassam a vida dos sujeitos hoje aposentados. Esse período data da criação da Faculdade e intentávamos conhecer o que não estava evidenciado.

São muitos os estudos que apresentam a história da construção da Faculdade de Educação enquanto instituição de ensino e formação docente. Também muitos os estudos que

⁶ As principais fontes de pesquisa foram: plataforma Scielo, plataforma de periódicos da Capes e a plataforma da Biblioteca universitária da UFMG.

apresentam esta história pelas palavras e memórias de professores e professoras que estiveram presentes enquanto estudantes e trabalhadores. Espera-se que essa pesquisa possa contribuir com a história da FaE por meio do resgate e enquadramento das memórias de seus trabalhadores técnico-administrativos em educação, sobre o trabalho que também é alicerce de sua construção.

Para enfrentar esse desafio, nos valem de autores que refletem sobre a memória, como Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Michael Pollak, e das análises sobre processo narrativo feitas por Walter Benjamin, entre outros. Também nos acompanharam na escrita deste trabalho, pesquisadores TAE, como Yone Gonzaga, Arthur Valle e João Eduardo Fonseca, que se propuseram a dar voz à nossa categoria de trabalhadores e trabalhadoras em seus respectivos recortes, também políticos. Além disso, nos apoiamos em autores que entendem o trabalho como processo de formação humana, como princípio educativo e que afirmam sua centralidade, ponto que permeia todo esse estudo.

Essa pesquisa cumprirá seu objetivo se for capaz de demonstrar a passagem desses trabalhadores e trabalhadoras pelos espaços da Faculdade e mostrar que estiveram presentes, que construíram, que lutaram, que trabalharam.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral desse estudo é investigar a memória do trabalho de servidores(as) técnico-administrativos(as) em educação aposentados(as) da Faculdade de Educação da UFMG como estratégia de reconhecimento e valorização profissional.

1.2.2 Objetivos Específicos

Além do objetivo geral, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar como se deu o remanejamento ou contratação do corpo técnico-administrativo à época de criação da Faculdade;
- Investigar a memória do processo e transformações do trabalho técnico-administrativo na Faculdade de Educação;

- Analisar de que maneira o trabalho e saberes dos(as) trabalhadores(as) técnico-administrativos(as) em educação contribuíram na construção e efetivação da atual estrutura e organização da Faculdade de Educação;
- Apresentar as histórias dos(as) sujeitos(as) que viveram a FaE enquanto instituição de trabalho.
- Analisar como esses(as) trabalhadores(as) organizam, no presente, a memória desse tempo de trabalho.

1.3 Estrutura da Dissertação

Essa dissertação é organizada em capítulos. O primeiro, a introdução, abarca o problema de pesquisa e as justificativas sobre seu estudo, os objetivos - geral e específicos - e esta apresentação de estruturação de seu texto.

No segundo capítulo, tem-se o embasamento teórico da pesquisa. Nele apresentamos um pouco da história da Faculdade de Educação da UFMG, espaço de trabalho das e dos sujeitos investigados, e a categoria de trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação. Além disso, dialogamos com autores que discutem trabalho, experiência e memória, buscando um aprofundamento desses conceitos para o entendimento da questão central da pesquisa: a memória do trabalho de servidores técnico-administrativos (TAE) aposentados da Faculdade de Educação da UFMG.

O terceiro capítulo traz os procedimentos metodológicos adotados na realização desse trabalho. Nosso objetivo foi construir um diário da pesquisa: apresentar as tentativas de investigação sobre o remanejamento ou contratação do corpo técnico-administrativo à época de criação da Faculdade; o que foi possível e o que não foi; os sentimentos e reflexões dessa vivência.

No quarto capítulo, contamos as histórias dos sujeitos da pesquisa que viveram a FaE enquanto instituição de trabalho, por meio de uma leitura da pesquisadora sobre cada narrativa. A intenção de apresentar as histórias antes de sua análise foi permear de memórias o leitor para que fosse mais claro o caminho da leitura.

A análise, propriamente dita, foi apresentada no quinto capítulo do texto, na tentativa de articular nossos dados empíricos, os processos que atravessam as relações de trabalho e as estruturas que permeiam a vida em sociedade, para um processo interpretativo de nosso material, em diálogo com o referencial que nos apoiou.

No sexto e último capítulo encontram-se os desenlaces da pesquisa, onde apresentamos as conclusões à que foi possível chegar. Ao final, apresentamos o referencial bibliográfico, a proposta de recurso educacional e os anexos da pesquisa.

2. EMBASAMENTO TEÓRICO CONCEITUAL

2.1 Os espaços, as pessoas, a sociedade

2.1.1 Faculdade de Educação, Instituição de trabalho, ensino, pesquisa e extensão

Criada pelo Decreto-lei nº 62.317, de 28 de fevereiro de 1968, que previa o Plano de Reestruturação da UFMG, a Faculdade de Educação (FaE) nasceu, então, como Unidade Acadêmica individual, resultado do desdobramento do Departamento de Pedagogia e Didática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que, até aquela época, era responsável pelo Curso de Pedagogia e pela formação pedagógica dos cursos de licenciatura.

De acordo com Dalben (2000, *apud* Freitas, 2016), em 1966, o Reitor da UFMG à época, Aloísio Pimenta, compareceu pessoalmente ao Departamento de Pedagogia e Didática para discutir sobre a possibilidade de criação da Faculdade de Educação. Segundo a autora, neste período a Faculdade abrigava quatro núcleos: Cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, Cadeira de Didática Geral e Especial, Cadeira de Estatística Educacional e Cadeira de História e Filosofia da Educação.

As cadeiras, ou cátedras, foram instituídas desde a criação dos primeiros cursos jurídicos, em 1827, e concebidas como propriedade vitalícia de seu ocupante, pessoas consideradas detentoras do saber. Os professores catedráticos decidiam todas as configurações da Instituição e ocupavam os cargos de direção da Universidade, postos de confiança do Presidente da República e os demais órgãos colegiados, até sua extinção, determinada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, na qual foi estabelecido que a organização das universidades deveria contar com uma estrutura orgânica baseada em departamentos.

Por isso, a partir de 1968, ano de sua criação, a FaE foi organizada em quatro departamentos e duas câmaras, assim denominados: 1) Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino; 2) Departamento de Métodos e Técnicas de Pesquisa; 3) Departamento de Administração Escolar; 4) Departamento de Ciências Aplicadas à Educação; Câmara do

Ensino Médio e Câmara de Ensino Primário. Em seguida, acrescentou-se a Câmara do Ensino Superior (OLIVEIRA, 2016).

Inicialmente instalada no icônico prédio da Rua Carangola, cuja fachada foi tombada em 2014, como símbolo da resistência ao regime militar que se instalou no país em 1964, a FaE foi transferida, em 1972, para o Campus Pampulha e passou a ocupar o prédio do antigo Colégio Universitário.

De acordo com Oliveira (2016), os professores que pertenciam ao Departamento de Pedagogia e Didática foram remanejados para a Faculdade de Educação, à época da criação. Um dos intuítos desta pesquisa, objetivando a reconstituição de parte da memória, foi investigar como se deu o remanejamento ou contratação do corpo administrativo à época, informação não encontrada na literatura.

Em Tese defendida por Nelma Marçal Lacerda Fonseca, no dia 26/10/22⁷, intitulada “FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG - História e Memória 1968 – 1975”, a autora apresentou um trabalho de busca por fontes documentais, no Centro de Pesquisa, Memória e Documentação (CEDOC/FaE/UFMG), e fontes orais para desvendar a história de “invenção” da Faculdade de Educação.

A pesquisadora consultou o arquivo do Centro de Pesquisa, ao qual chamou de “guardião do acervo histórico acadêmico-científico e administrativo da Faculdade de Educação”. Devido à situação pandêmica, os espaços da Faculdade de Educação estiveram fechados entre meados de março de 2020 e início de 2022. Nesse intervalo, a pesquisadora consultou os documentos do fundo Alaíde Lisboa⁸, que tratavam do processo de extinção do Departamento de Pedagogia e Didática e constituição da Faculdade de Educação.

A partir de abril de 2022, com o retorno do funcionamento presencial da Faculdade, a pesquisadora encontrou novas possibilidades nos documentos do Centro de Pesquisa. Conforme apresentado, o CEDOC abriga documentos relativos à criação da FaE, sobre estrutura departamental, formação da primeira Congregação, legislação diversa, currículo e disciplinas, projetos pedagógicos, planejamentos de professores, registros docentes em livros de ponto, publicações sobre os projetos desenvolvidos ao longo do tempo, etc.

Dentre a documentação pesquisada, destacamos um documento encontrado, datilografado, contendo 13 páginas, intitulado “Histórico da FaE/UFMG” (CEDOC/FaE/fundo Alaíde Lisboa). Segundo a pesquisadora, este documento historiciza o

⁷ Documento ainda não publicado.

⁸ O Fundo Alaíde Lisboa é uma grande coleção de documentos, doados por sua família, produzidos durante o trabalho que a Profa. desenvolveu na Faculdade de Filosofia.

período desde a criação da Faculdade de Filosofia em, 1939, até a criação da Faculdade de Educação, em 1968 e contém, ainda, a informação de uma Portaria que transferiu os professores da Faculdade de Filosofia para a FaE, à época de sua criação, e designou pessoal administrativo. Entretanto, segundo Nelma, a documentação selecionada para sua pesquisa nada informa sobre trabalhadores administrativos, com exceção da portaria citada.

De acordo com informações prestadas pela Seção de Ensino da FaE⁹, havia em 1968, aproximadamente, 40 estudantes matriculados no Curso de Pedagogia, incluindo os ingressantes daquele ano. Entre os anos de 1968 e 2019, mais de 6.500 estudantes concluíram a graduação na Faculdade. Atualmente, conforme informações disponibilizadas no Site Oficial da Faculdade (2020), a FaE conta com três cursos de Licenciatura; dois Programas de Pós-Graduação, que contemplam 4 cursos de pós-graduação; Cursos de Especialização, Centros de Ensino e Alfabetização e inúmeros Grupo e Núcleos de pesquisa e extensão. Além disso, a Faculdade é responsável por parte significativa da formação pedagógica dos estudantes de quatorze cursos de licenciatura da UFMG.

Ainda de acordo com informações da página, perpassam pela Faculdade cerca de 850 estudantes de graduação, 500 de pós-graduação, 140 docentes e 60 servidores técnico-administrativos em educação, estes, responsáveis por aproximadamente 30 setores administrativos da Unidade.

Segundo informações prestadas pelo Setor de Pessoal da Faculdade¹⁰, de janeiro de 2018 até agosto de 2020, houve 17 aposentadorias de docentes e 14 aposentadorias de técnicos administrativos na Faculdade. No que diz respeito aos TAEs, isso significa 25% do total de aposentados no período de 1980 a 2020.

Pretendemos, nesta pesquisa, falar desta Instituição de trabalho que é a Faculdade de Educação. Esse espaço que foi construído e é mantido de pé, também, por trabalhadores técnico-administrativos em educação. Espaço cada dia mais ocupado e apropriado por essa categoria que, mesmo precarizada e invisibilizada, trabalha, diariamente, por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A Escolha pela Faculdade de Educação surge mesmo da vivência do trabalho. Surge com a rotina dividida, com as histórias ouvidas. Surge do afeto pelo local, que foi casa, e pelas pessoas companheiras cujo trabalho é continuado pela pesquisadora.

A escolha de nomear a FaE de Instituição de trabalho, ensino, pesquisa e extensão, priorizando o trabalho - ainda que o trabalho seja parte das demais atividades que a

⁹ Informações disponibilizadas em 09 de setembro de 2020.

¹⁰ Informações disponibilizadas em agosto de 2020.

caracterizam -, se deu por entendermos que o trabalho é construtor e, portanto, anterior às outras atividades. Para se ensinar, pesquisar e estender a academia à comunidade se trabalha. E para a realização desse trabalho tem-se outro trabalho, talvez anterior, talvez concomitante, mas certamente importante.

Reconhecer a centralidade do trabalho na humanização do homem e na formação da sociedade humana é importante para que entendamos também a centralidade do trabalho na construção e manutenção de uma instituição educativa que é, por assim ser, permeada de trabalhadores – todos nós – da educação.

2.1.2 A Categoria de Técnicos Administrativos em Educação

Essa pesquisa investiga a memória do trabalho de servidores técnico-administrativos em educação (TAE) aposentados da FaE/UFMG. A escolha deste grupo tem caráter pessoal e afetivo, uma vez que a pesquisadora é também trabalhadora do quadro administrativo da Faculdade e, principalmente, está relacionada às histórias e conversas cotidianas com trabalhadores da Faculdade, que sempre relataram lembranças do trabalho realizado e das histórias compartilhadas com e pelos TAEs hoje aposentados. Essas histórias são instigantes e despertam a vontade de conhecê-las contadas por aqueles que as protagonizaram.

Importante ressaltar que a nomenclatura “Técnico-Administrativos em Educação” só passou a ser adotada após a Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, mas, para efeito de reconhecimento, trataremos os sujeitos dessa pesquisa como trabalhadores da educação e, portanto, TAEs.

Da mesma forma que os demais servidores públicos federais, os TAEs são regidos pela lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da União. Trata-se de uma prescrição ampla e genérica, pela sua natureza, e que informa, entre outras coisas, os deveres e as proibições dos servidores públicos.

Mais especificamente, são consideradas “atividades do pessoal técnico-administrativo”, de acordo com o art. 17 do Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que aprovou o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987 (PUCRCE): as relacionadas com a permanente manutenção e adequação do apoio técnico, administrativo e operacional necessário ao cumprimento dos objetivos institucionais e; as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria instituição.

Com a promulgação da Lei 11.091 de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, ficou estabelecido, em seu artigo 8º, que:

Art. 8º São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações:

I - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino;

II - planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino;

III - executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino.

§ 1º As atribuições gerais referidas neste artigo serão exercidas de acordo com o ambiente organizacional.

§ 2º As atribuições específicas de cada cargo serão detalhadas em regulamento.

Entretanto, ainda em 2005, por meio do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC¹¹, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação encaminhou anexo com descrição dos cargos técnico-administrativos em educação que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, para concurso público, e informou que a relação completa dos cargos previstos na Lei nº 11.091/2005 encontrava-se em fase final de análise pelos órgãos competentes e, tão logo fosse finalizada, seria publicada no Diário Oficial da União e encaminhada a todas as Instituições Federais de Ensino. O referido anexo apresentava os requisitos de qualificação para ingresso nos cargos, a discriminação sumária de cada um e a descrição de atividades típicas de cada cargo, sendo considerados apenas sessenta e cinco cargos.

Porém, é importante dizer que ainda que essa descrição continue a ser utilizada para fins de concurso público, em 2017, por meio do Ofício-Circular nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, o Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação informou que o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC havia sido tornado sem efeito e orientou que fossem observadas as descrições dos cargos constantes do PUCRCE (Decreto nº 94.664 de 1987, apresentado acima) até publicação do regulamento dos cargos do PCCTAE de que trata a Lei nº 11.091 de 2005. No entanto, tal regulamento, até a presente data, não foi publicado, ou seja, as atribuições ainda não foram atualizadas.

¹¹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>

Essa categoria de servidores públicos é constituída por 322 cargos, separados em cinco níveis de classificação – A, B, C, D e E – por ordem crescente, seguindo o critério de grau de qualificação escolar, e envolve uma grande diversidade de funções e ofícios (PCCTAE, 2005). Do total de cargos, a UFMG utiliza em seu quadro de pessoal técnico-administrativo em educação 126, sendo a grande maioria distribuída entre as classes C, D, e E. Atualmente, não se realizam mais admissões por concurso público para os cargos pertencentes aos níveis de classificação A e B, cujas funções previstas têm sido amplamente terceirizadas.

Os TAEs da UFMG formam uma força de trabalho composta por mais de 4.000 trabalhadores, concentrada nos níveis de classificação D e E, que, juntos, detém pouco mais de 80% do total e são os níveis que possuem maior diversidade de cargos. O nível C tem aproximadamente 15% do total de trabalhadores e os níveis de classificação A e B, somados, em torno de apenas 3,5%¹².

Com a finalidade de averiguar as publicações relativas à categoria de trabalhadores pesquisada, foram realizadas buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal de Periódicos CAPES e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os descritores inicialmente utilizados foram: “técnico-administrativo em educação”, “técnico-administrativos em educação”, “técnicos administrativos em educação” e “técnicos-administrativos em educação”, retornando o total de: 21 (vinte e um) resultados no Portal Scielo, 165 (cento e sessenta e cinco) resultados no Portal CAPES, sendo 92 (noventa e dois) revisados por pares, e 504 (quinhentos e quatro) resultados na BDTD. Em uma primeira investida por esse extenso universo percebeu-se que, ainda que tivessem relação com o trabalho da categoria de TAEs, as teses e dissertações não guardavam relação com a memória do trabalho TAE, indicando a necessidade de refinar a busca.

Desta primeira investida ainda foram selecionados quatro trabalhos de biografia institucional que utilizaram a pesquisa narrativa e a entrevista de TAEs: a Dissertação de Paislandim (2017) “O Instituto Federal de Goiás (IFG) de 1999 a 2014: Narrativas dos servidores técnico-administrativos”; a Dissertação de Alves (2017) “Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão (UFG/RC) nas narrativas dos servidores técnico administrativos de 1987 a 2015”, a Dissertação de Rocha (2017) “Do centro para o vale: um estudo de memória social sobre o Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

¹² Informações retiradas do documento “O perfil da formação do trabalhador técnico-administrativo em educação da Universidade Federal de Minas Gerais”, elaborado como parte das ações previstas no Plano de Trabalho da Comissão Interna de Supervisão do PCCTAE – CIS/UFMG – para o ano de 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prorh/wp-content/uploads/2022/12/O-Perfil-da-Formacao-do-TAE-da-UFMG-2021.pdf>

Canoas” e a Dissertação de Silva (2019) “O Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí (2008-2019) pelas narrativas de servidores técnico-administrativos”.

Graças aos saberes investidos por trabalhadores para criação dessas plataformas, foi possível realizar uma busca com marcadores e, dessa forma, pôde-se utilizar os quatro descritores já citados, acrescidos do descritor “memória”. Desta, retornaram 0 (zero) resultados no Portal Scielo, 12 (doze) resultados no Portal CAPES, sendo 4 (quatro) revisados por pares e nenhum deles pesquisando a memória do trabalho, e 15 (quinze) resultados na BDTD, dos quais apenas 6 (seis) são, de fato, pesquisas sobre a memória, e, não necessariamente, memória do trabalho da categoria.

Foram encontrados dentre esses trabalhos, um estudo sobre as leis da carreira dos TAEs, um sobre a criação do Sindicato dos Técnico-Administrativos em Educação Superior da Universidade Federal de Pelotas e Capão do Leão (ASUFPEL), um sobre o acompanhamento do estágio probatório como espaço de memória e aprendizagem, um sobre motivações dos servidores técnico-administrativos em educação da UFRGS para cursar o mestrado e, por fim, um sobre memórias e representações sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

Além das buscas com a adição do descritor “memória”, realizou-se buscas com os descritores já listados, referentes à categoria, somados pelos descritores “aposentado” e “aposentadoria”. Desta, retornaram 0 (zero) resultados no Portal Scielo, 2 (dois) resultados no Portal CAPES, sendo que ambos não têm relação com TAEs aposentados, e 6 (seis) resultados na BDTD. Todos os trabalhos tiveram como reflexão central as condições e expectativas para a aposentadoria e a qualidade de vida dos trabalhadores nesta situação. Nenhum deles utilizou a memória de trabalho dos aposentados como tema central.

Pudemos perceber, do universo revisado, que há pesquisas envolvendo a categoria, mas, em sua maioria, se referem à saúde do trabalhador ativo, invisibilidade, história e carreira, desempenho e avaliação. Nesse universo, não foram encontradas pesquisas sobre a memória do trabalho de TAEs e as pesquisas centradas na memória envolvem, geralmente, alguma especificidade institucional ou de sindicatos e movimentos sociais e paredistas específicos.

Também foi possível perceber uma ausência relativa à memória de TAEs aposentados. Dessa forma, a revisão bibliográfica apresentada evidencia que a memória do trabalho técnico-administrativo em educação é campo ainda pouco explorado, caracterizando certo ineditismo, que reforça a relevância da proposição.

Dentre as pesquisas encontradas, estudos desenvolvidos por Gonzaga (2011) e Valle (2014) investigaram o trabalho dos TAEs da UFMG e representam material importante para uma aproximação com a história desses servidores, traduzindo uma visão da Universidade e do trabalho, pela óptica da categoria. Convém ressaltar que os autores, à época de suas pesquisas, faziam parte do quadro de técnicos administrativos em educação da UFMG.

Valle (2014) aponta que a Universidade é constantemente identificada como espaço de estudantes e docentes, o que se justifica por seu papel de ensino, pesquisa e extensão. Mas o que talvez ainda não esteja evidenciado é que existe um grupo, aparentemente secundarizado, cujo trabalho abrange, de forma direta ou indireta, todo o tripé supracitado, de forma que, não há, na universidade, atividades que não contem com o trabalho do TAE. Segundo o autor,

O caráter hegemônico da Universidade como uma “comunidade de professores e alunos” persiste, tanto no nível da sociedade civil como no âmbito do Estado e dos Governos. Assim é que a primeira menção aos ‘funcionários’ como integrantes da comunidade universitária só aparecerá no Estatuto aprovado em 1972. A compreensão do seu papel, entretanto, é feita de forma negativa, sendo caracterizados com servidores que *não pertencem* ao seu corpo docente, representados tanto pelos servidores regidos pelo Estatuto de 1952, como pelos demais contratados pela legislação celetista. Ou seja, não há uma identidade própria assumida institucionalmente, mas um ‘não lugar’ que não é a docência (p.57).

Na pesquisa realizada por Yone Gonzaga (2011), a autora aponta o quanto a “nossa” universidade, cujas instâncias de poder são ocupadas apenas pelo segmento docente, “mantém resquícios de uma estrutura que afasta, não vê e não ouve aquilo que determinados segmentos têm a dizer” (p. 81).

Gonzaga (2011), concordando com Fonseca (1996), aponta que a Universidade sempre foi marcada por um modelo autoritário e excludente, que prevaleceu na organização do ensino superior no País e foi aprofundado com o estabelecimento da cátedra como unidade fundamental da atividade acadêmica, cenário no qual se deu, também, o surgimento da categoria dos técnicos administrativos. A autora cita:

a inserção dos trabalhadores técnico-administrativos no espaço universitário das instituições públicas é marcada por contradições e representações múltiplas, todas construídas e reconstruídas sócio-historicamente. Uma delas, senão a mais importante: a divisão entre trabalho e educação, entre fazer e pensar. Tal dicotomia, já tão explorada por diversos autores (Saviani, 1994; Frigotto, 1998; dentre outros), remonta às culturas grega e romana, atravessando a Idade Média e consolidando-se na modernidade com todas as suas contradições, através de diferentes modelos educativos, formais e informais (FONSECA; SALES & DIAS, 2010, p.213, *apud* GONZAGA, 2011, p.82).

Os funcionários, subordinados aos catedráticos, eram sujeitos ao autoritarismo e trabalhavam vulneráveis às vontades dos docentes, numa relação funcionário-patrão. Essa relação de subalternidade, segundo Gonzaga (2011), começou a diminuir com a

promulgação da Lei 3780, de 12 de julho de 1960, que estabeleceu a primeira Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo.

Em seu estudo, Gonzaga (2011) apresenta um resgate histórico das lutas empreendidas pela categoria. A autora explica que

à medida que as universidades foram crescendo, o trabalho ficou mais complexo, e exigiu ao Governo a elaboração de normas reguladoras para as atividades administrativas e de ensino. Com o florescimento da pesquisa científica nas IFES, em 1968, e o interesse em realizar nas universidades públicas federais uma estrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que dotasse o sistema produtivo brasileiro de capacidade competitiva em nível internacional, através da elevação de seus padrões de qualidade e eficiência, bem como pelo domínio dos novos conhecimentos de ponta, cresceu, também, a demanda de recrutamento e formação de profissionais com competências, até então, não requeridas ao corpo técnico-administrativo. Essas mudanças que requeriam novos fazeres contribuíram para a alteração qualitativa do corpo técnico-administrativo, o qual tornou mais diversificado do ponto de vista laboral e inserido de forma variada na estrutura da universidade e para cujo funcionamento contribuía também de forma mais relevante. Porém, parte das instâncias oficiais, externas e internas à universidade recusou-se a perceber esse crescimento funcional e evitou reconhecer a diversidade e relevância dos trabalhos realizados pelos TAE's. (p.83)

A partir de meados da década de 1980, os corpos docentes e técnico-administrativos das universidades, insatisfeitos com os frutos colhidos dos anos de ditadura militar, iniciaram lutas internas em prol da democratização nas relações de trabalho e por melhores condições de vida. Em 1982 foi organizado o primeiro movimento reivindicatório da categoria, com paralisação de 24 horas. Em 1984, foi realizada a “grande greve” do setor da educação, em nível nacional, com participação de técnicos administrativos, docentes e discentes (Gonzaga, 2011).

Nesta greve, a categoria de técnicos administrativos reivindicava a reposição salarial de 64%, o estabelecimento de piso salarial de três salários mínimos, direito de sindicalização, mais verba para a educação, democratização das Universidades brasileiras, creches, bolsas de estudos para os servidores e dependentes. Conforme apresentado por Gonzaga (2011), a paralisação durou 84 dias, mas, apesar do amplo apoio da sociedade, “o movimento reivindicatório esbarrou na intolerância ditatorial do regime militar” (p. 84). O governo declarou a greve ilegal e colocou suas lideranças sob a ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Apesar da intolerância governamental o amanhã foi outro dia, como diz a canção de Chico Buarque, e o movimento dos trabalhadores da UFMG serviu de exemplo em nível nacional, impulsionando a categoria a lutar novas lutas. A principal delas foi por um Plano de Carreiras que contemplasse a diversidade de atribuições dos técnicos administrativos e agregasse uma remuneração equitativa (Gonzaga, 2011). Segundo a autora:

Greves e manifestações marcaram o período que teve uma participação fundamental dos profissionais da UFMG, organizados pela FASUBRA. Após longo período de tensões e debates, o governo aprovou em abril de 1987, a Lei 7.596/87 que trazia o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – o PUCRCE da categoria. Com 354 categorias funcionais técnicas e administrativas, classificadas em três grupos operacionais: Grupo de Nível de Apoio (NA), Grupo de Nível Médio (NM) e Grupo de Nível Superior (NS) consolidava-se assim, a primeira carreira formal técnico-administrativa própria das universidades, desde a decretação do Estatuto das Universidades Brasileiras. O PUCRCE representou o início de profissionalização do corpo técnico-administrativo, pois tinha como um de seus elementos estruturantes a descrição de cada cargo, bem como apresentava a escolaridade e a experiência profissional requeridas para o seu exercício do mesmo. (GONZAVA, 2011, p. 84-85)

Posteriormente, não sem muitas lutas e reivindicações pelo reconhecimento institucional do trabalhador técnico-administrativo da instituição de ensino, foi promulgada a Lei 11091, de 11 de janeiro de 2005, que aprovava o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, reconhecendo o trabalhador da categoria como “Técnico-Administrativo em Educação” e vinculando, finalmente, nosso trabalho ao objetivo institucional.

Esse breve resgate nos mostra o já evidenciado: a categoria de TAEs, ainda que muitas vezes invisibilizada pela dita “memória oficial” da Instituição vem, historicamente, se constituindo através do seu trabalho e de suas construções, projetos e reflexões, como indispensáveis à consecução do “fazer universitário” (Valle, 2014). A esses trabalhadores, o historiador João Eduardo Fonseca (1996) chamou de “novos atores na cena universitária” em seu livro de mesmo nome.

Estes sujeitos são aqueles que, no final da década de 1970, em nível nacional e na UFMG, passaram a empreender uma jornada em busca da compreensão de seu lugar e de seu trabalho e de legitimação enquanto integrantes do processo de construção da Universidade.

Yone Gonzaga nos lembrou, que em 1980, um grupo de militantes, orientados por uma postura ideológica e política semelhante, iniciou um processo de lutas que perdura até os dias de hoje. Os trabalhadores técnico-administrativos em educação vêm, ao longo desses anos, construindo não só a Universidade, mas a identidade e a força de uma categoria, recheada de experiências, histórias, lutas e memórias, que não deveriam jamais cair em esquecimento.

2.2 Trabalho, Experiência e Memória

O presente estudo teve como dimensões da análise teórica o tripé trabalho, experiência e memória, e o aprofundamento desses conceitos lançou luz sobre a questão central desta

pesquisa: a memória do trabalho de servidores técnico-administrativos (TAE) aposentados da Faculdade de Educação da UFMG.

Dialogamos com, entre outros autores, Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs e Walter Benjamin, referenciais teóricos que discutem os conceitos de memória e experiência e que nos ajudaram a perceber as memórias do trabalho como um patrimônio de cada trabalhador, complexo, inacabado e permeado de experiências e saberes.

O trabalho é uma atividade que carrega consigo ingredientes das diversas outras práticas dos homens. Nenhuma situação humana carrega com ela tantos sedimentos, condensações e marcas de debates da história das sociedades humanas com elas mesmas quanto as situações de trabalho (SCHWARTZ, 2003). Segundo o autor,

Os conhecimentos acionados, os sistemas produtivos, as tecnologias utilizadas, as formas de organização, os procedimentos escolhidos, os valores de uso selecionados e, por detrás, as relações sociais que se entrelaçam e opõem os homens entre si, tudo isto cristaliza produtos da história anterior da humanidade e dos povos. (Schwartz, 2003, p. 23)

Isso porque o trabalho tem uma dimensão ontocriativa, como apresentada nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de Marx (1972), que delineia o eixo central dessa dimensão do trabalho ao dizer que os seres humanos têm sua essência ontológica fundada no trabalho, através do qual, modificam a natureza e a si mesmos, criando sua própria existência. Tal dimensão do trabalho é aprofundada em *O Capital* (MARX, 1983), apresentando o trabalho tanto como uma resposta às necessidades vitais, historicamente determinadas, quanto como um processo de criação e modificação da natureza do homem (FRIGOTTO, 2006).

Lukács (1978), partindo dessa concepção de Marx, analisa que é pela atividade consciente do trabalho que o ser humano se constitui ser social, dando respostas às suas necessidades vitais. Segundo o autor:

Com justa razão se pode designar o homem que trabalha, ou seja, o animal tornado homem através do trabalho, como um ser que dá respostas. Com efeito, é inegável que toda a atividade laborativa surge como solução de respostas ao carecimento que a provoca (LUKÁCS, 1978:5 *apud* FRIGOTTO, 2006, p. 246).

O trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social, desenvolvida por Lukács. De acordo com o autor, a aquisição da consciência humana se dá pelo agir sobre a natureza. Assim, o trabalho, enquanto essa prática, é atividade fundamental pela qual o ser se humaniza, cria conhecimento e se aperfeiçoa. Parafraseando Frigotto (2005), e por entender que o homem é também natureza, podemos dizer que é a consciência moldada por esse agir prático,

teórico, poético ou político que vai impulsionar o ser humano em sua luta para modificar-se, enquanto ser e espaço.

Neste caminho, salienta Saviani (2007), que trabalho, sendo todo o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, é, pois, a essência do homem. Mas não de forma divina ou inata, ao contrário, a essência do homem é um feito humano. E por se complexificar e se desenvolver ao longo do tempo, é também um processo histórico.

Sob esse ponto de vista, pode-se dizer que é no processo de tornar-se humano que surge a atividade que denominamos de trabalho como algo específico do homem. Saviani (2007) esclarece que

se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto humano, isso significa que o homem não nasce homem, ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

Segundo Santos e Oliveira (2019), “a ideia de um princípio educativo do trabalho se encontra imbricada com a faculdade humana de obter os meios para a sua sobrevivência, independente de sua forma social” (p. 47). Essa dimensão ontológica do trabalho, de acordo com os autores, se evidencia pelas diversas situações em que os trabalhadores mobilizam seus saberes, mobilização essa que “é sempre um ato de coragem e de afirmação de subjetividade” (p. 47), podendo inclusive se apoiar em saberes de um coletivo ou ainda ter contribuições de saberes escolares.

O saber sempre desempenhou um papel decisivo na produção das coisas, nas relações sociais e na formação da consciência de classe para os trabalhadores. Antes de ser um objeto de estudo, os saberes dos trabalhadores já se apresentavam em qualquer processo de trabalho. De certo modo:

o saber sempre se fez presente como um objeto de conversas dentro e fora do trabalho, como um aspecto integrado ao movimento da vida, expressão de que a realidade é síntese das múltiplas relações, econômica, política, social, cultural e subjetiva. Portanto, os saberes dos trabalhadores são, antes de qualquer sistematização, uma experiência do trabalhador, com as marcas subjetivas e com as marcas de sua classe (SANTOS e OLIVEIRA, 2019, p. 46).

Pode-se então considerar a relação entre trabalho e educação como uma relação de identidade. E nesse processo formativo de produção de sua existência e sua identidade, os homens educam, desde sempre, a si mesmos e as novas gerações.

Frigotto (2006) concorda que o trabalho engendra um princípio formativo ou educativo que deriva do fato de os seres humanos, enquanto seres da natureza, precisarem criar seus meios de vida, se alimentar, se proteger, etc. O autor ressalta ser fundamental a socialização, desde a infância, do princípio de que a tarefa de prover a subsistência e outras esferas da vida pelo trabalho é comum a todos os seres humanos, a fim de evitar a proliferação de grupos que explorem e vivam do trabalho de outros. Ele ainda acrescenta que a própria forma de trabalho capitalista é uma produção humana e não um fato natural e que a luta histórica é para superá-la.

Entendemos que o trabalho ocupa um lugar central na vida do sujeito, tanto por ser um meio de sobrevivência quanto pelo tempo de vida a ele dedicado. O trabalho, além de ser um meio de subsistência, também é um meio de integração social que possibilita o relacionamento entre pessoas, a inclusão social e o sentimento de pertencer a um grupo.

A partir dessa visão, podemos dizer que o trabalho não se reduz à atividade laborativa – e principalmente não se reduz à forma alienada que assume na sociedade capitalista. Entendemos que o trabalho é a atividade do ser, que responde às necessidades várias de um ser biológico e social, além de ser importante socialmente, na forma de emprego, na qual ele cria e transforma, também, a instituição social de atividade laborativa.

Conforme dito, entendemos que o homem é também natureza, indissociáveis. Concordamos com os autores que se a natureza se transforma, através do trabalho, o homem também é transformado. Mas essa ação transformadora é também ponto de partida de uma conscientização para outras esferas de conhecimento. Esse trabalho, criador e transformador do ambiente e do próprio ser, cria e transforma, também, os espaços sociais de trabalho. Queremos com isso dizer que os sujeitos que trabalham devem ser vistos por sua capacidade de produzir e transformar conhecimento e modificar o processo laboral, bem como o espaço, territorialidade onde se trabalha.

Aranha (2017) afirma que, a despeito do trabalho se constituir como atividade de produção de utilidades necessárias para a vida humana, o trabalho concreto, produtor de coisas úteis, fica, na sociedade capitalista, subsumido ao lucro patronal, que se interessa apenas pela força de trabalho, como uma mercadoria capaz de produzir outras mercadorias. De acordo com a autora, Marx cunhou a expressão “trabalho abstrato” para caracterizar essa dinâmica contraditória. “O trabalho abstrato se refere, portanto, à produção do valor das mercadorias. [...] apaga as particularidades, as especificidades que estão presentes em todo trabalho concreto” (BOTTOMORE, 1983, p. 334, *apud* ARANHA, 2017).

A autora utiliza os referenciais marxista e ergológico para explicar que:

Ainda que exista essa dinâmica contraditória, isso não significa que o trabalhador, com seus valores e saberes, desaparece de cena, deixando de ser sujeito de sua atividade. Uma das expressões da permanência, embora em um contexto contraditório, dialético, é a produção e a mobilização de saberes pelo trabalhador. Esses saberes, adquiridos em todo o espaço social, têm no trabalho um dos seus principais lócus. (ARANHA, 2017, p. 37)

Ainda que esses referenciais adotem perspectivas diferentes, ambos contribuem de forma expressiva para o entendimento da relação estabelecida entre o homem e o trabalho, explicitando que a produção e mobilização de saberes é um processo intrínseco à realidade humana, sendo que o saber não é um bem ao qual se possa atribuir caráter de exclusividade, posto que todos sabemos (ARANHA, 2017). A Autora sintetiza:

As percepções de Marx sobre a dimensão (trans)formadora do trabalho não perderam o seu vigor, constituindo-se, portanto, em importante referência para aqueles que desejam refletir sobre o assunto. Por outro lado, as contribuições apresentadas pela ergologia, num período mais contemporâneo, tornam possível o avanço das análises, viabilizando que dinâmicas envolvidas no processo de produção e ressignificação de saberes no mundo do trabalho sejam desveladas. Ao discorrer sobre o processo de trabalho, Marx evidencia que, na concretização dos feitos, o trabalho humano é o ingrediente que irá ativar o material inerte (matéria-prima e instrumentos). Essa intervenção humana não se faz dissociada do repertório formado por cada indivíduo nos diversos espaços sociais e principalmente no ambiente de trabalho, uma vez que o homem não apenas executa os seus atos, mas também concebe as suas ações. Por sua vez, a abordagem ergológica auxilia no aprofundamento da dinâmica que envolve a mobilização do patrimônio de cada ser humano, indicando, dentre outros, que, na atividade de trabalho, as diferentes dimensões que compõem o ser humano se fazem presentes. Tendo em vista o entendimento de que o trabalho é uma objetivação da atividade humana, essa abordagem mostra a integração do trabalho às diferentes esferas da vida humana. Assim, todas as experiências incorporadas ao corpo-si¹³ serão mobilizadas na atividade humana de trabalho. Outrossim, a ergologia reafirma o papel fundamental exercido por aqueles que trabalham, ao evidenciar que, mesmo que as influências externas não possam ser desconsideradas, cada profissional irá situar as regras que se encontram definidas no contexto que vivenciam mais diretamente, promovendo ajustes, bem como reorientações, em consonância com as exigências do meio e também com as suas próprias percepções. O trabalhador é um gestor da sua atividade, o qual, para geri-la, irá convocar saberes que se encontram relativamente estabilizados, mas também produzirá novos conhecimentos. Portanto, o fazer é sempre interatuado, sendo essa uma característica que marca o mundo do trabalho. (p.52-53)

Para a Ergologia o trabalho, enquanto atividade humana, é sempre uma dialética, um encontro entre o que antecede e o que de fato acontece na realidade laboral. Entre o trabalho

¹³ Conforme definição do Glossário da Ergologia (2008, p. 03): O trabalho não existe sem alguém que trabalha. É difícil nomear este sujeito porque isso subentenderia que ele se encontraria bem delimitado, definido. Ora, se a actividade é efectivamente conduzida por alguém em carne e osso, – ela inscreve-se em funcionamentos neuro-sensitivos de tal forma complexos que não se consegue dar a volta – esta actividade tem, além disso, prolongamentos que ultrapassam a pessoa física. São solicitados e mesmo incorporados, inscritos no corpo: o social, o psíquico, o institucional, as normas e os valores [do contexto e retrabalhados], a relação às instalações e aos produtos, aos tempos, aos homens, aos níveis de racionalidade, etc. Este alguém que trabalha – este centro de arbitragens que governa a actividade – pode assim ser designado corpo-si ou corpo-pessoa.

que é prescrito e o trabalho real. É no resultado desse encontro que está a beleza da atividade humana e é nele que se percebe o corpo si em ação.

A ergologia se contrapõe ao discurso dominante que restringe o conceito de trabalho à fonte de sofrimento e alienação ou como algo que se possa prever e a que se possa controlar totalmente com prescrições, excluindo qualquer poder de ação do trabalhador, que fica em lugar de mero executante. Ao contrário, ela busca analisar o trabalho e o compreende como atividade humana complexa e singular, como são os sujeitos que o vivem. Schwartz e Durrive (2007) apontam para a necessidade de “(...) ir ver de perto como cada um não apenas se submete – entre aspas – mas vive e tenta recriar sua situação de trabalho, se não se faz esse esforço, então interpreta-se, julga-se e diagnostica-se no lugar das próprias pessoas” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 26).

Se entendermos a instituição social como natureza onde o homem trabalha, por ser nosso espaço, nossa territorialidade, podemos dizer que as memórias sobre o trabalho são memórias, também, sobre o lugar. Memória de criação e transformação da instituição e conseqüentemente das pessoas que trabalharam.

Buscamos nessa pesquisa trazer à tona, pelo fio da memória, repertório das experiências de trabalhadores técnico-administrativos em educação aposentados, de uma instituição de ensino, como forma de conhecer a história contada pelos sujeitos que a fizeram. Para isso, considerou-se, como nos diz Halbwachs (2004), que as lembranças guardadas em cada um se referem ao que é vivido e compartilhado entre os membros dos seus grupos.

Halbwachs, sociólogo francês, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 20 e 40. Dedicou-se a diversos temas buscando entender a formação da consciência social e aprofundou o estudo da memória em obras que são referências fundamentais desse tema, e, sobretudo, sobre a natureza coletiva da memória¹⁴.

Para Halbwachs, a memória é tanto, sempre fruto de um processo coletivo, quanto, trabalho do sujeito que lembra. Esse sujeito é sempre “inserido e habitado por grupos de referência” (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993, p. 288), de forma que suas lembranças serão mais ou menos consistentes, vivas, na medida em que tiverem a confirmação de um grupo com o qual o sujeito viveu, se identificou e dividiu experiências e modos de pensamento.

Halbwachs (1994) auxilia a discernir a presença das memórias no cotidiano de nossas ações, quando analisa os quadros sociais da memória que se constituem e perpetuam-se através de um conjunto de experiências, valores e saberes formadores das memórias dos

¹⁴ Entre elas, Os quadros sociais da memória (1925), Topografia legendária dos Evangelhos na Terra Santa (1941) e A memória coletiva (1950).

homens. Assim, pode-se considerar o trabalho como um quadro social da memória. “A memória representa um patrimônio vivido que dialoga com o presente experimentado por cada trabalhador em qualquer situação na qual se encontra” (CUNHA C. M., 2013).

Nessa análise dos quadros sociais que engendram as memórias humanas, Halbwachs apresenta ainda sua natureza coletiva e individual. Segundo o autor, nas memórias há camadas, há lembranças compartilhadas, mas também as específicas de cada sujeito, que não foram divididas com outras pessoas, ainda que pertencentes ao mesmo grupo. A memória pessoal se apoiaria na memória social, esta última mais ampla, posto que nossa história faz parte de uma história mais geral. Já a memória pessoal, se apresenta de forma detalhada, contínua e mais densa.

O conteúdo dessas memórias está ligado às relações sociais, portanto, depende dos grupos com os quais são compartilhados as vivências e contextos ao longo do tempo, pois é aí que são construídos diariamente. Esses grupos são universos onde se constituem as experiências e memórias que acompanham os homens. Halbwachs considera, inclusive, que “[...] um homem, para evocar seu próprio passado tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros” (HALBWACHS, 2004, p.58).

O autor concebe o homem como ser que se forma, que sente, se reconhece e reconhece o mundo, a partir de suas relações sociais, contrariando as teses em que ele o faz partindo de seu ser interno, indiferentemente do mundo que o cerca. Em sua obra *Os Quadros Sociais da Memória*, Halbwachs aponta que as lembranças estão sempre atreladas ao contexto social que as produz, ainda que carreguem a individualidade daquele que lembra. O autor afirma que “é em sociedade que, normalmente, o homem adquire suas lembranças, que ele se recorda delas e, como se diz, ele as reconhece e as localiza” (HALBWACHS 1925, *apud* GRAEFF; GRAEBIN, 2018).

Os quadros sociais, para Halbwachs, consistem nas categorias que retratam a condição humana em sociedade: espaço, tempo e linguagem, sendo, portanto, da ordem das interações sociais. Ao lembrarmos, organizamos nossa memória a partir dessas categorias, sustentando-a em grupos de pertencimento. Trabalhadores aposentados, por exemplo, organizam suas recordações a partir da categoria a qual faziam parte, das atividades e locais de trabalho, das relações afetivas, dos movimentos de luta, etc.

Para Halbwachs, a realidade é reconstruída por meio desses três quadros fundamentais e essa reconstrução se inscreve no presente, em um processo bilateral. “Das representações

coletivas se instalam novas realidades materiais, que por sua vez conformam novamente as relações linguísticas, espaciais e temporais” (GRAEFF E GRAEBIN, 2018, p. 62).

Essa tese implica em dizer que a memória é organizada a partir da realidade social, das relações seja com pessoas, coisas, acontecimentos, épocas, etc. Elas são enquadradas socialmente pelo espaço, pelo tempo e pela linguagem e não meramente retomadas como imagens sem contexto. Ainda que nas obras de Halbwachs, *Os Quadros Sociais da Memória* e *Memória Coletiva*, não tenhamos uma definição exata do conceito de memória coletiva, podemos entendê-la como sendo um conjunto de lembranças individuais atravessadas e compassadas pelas representações coletivas, pelos quadros sociais.

Quando lembramos, nós reconstruímos as lembranças a partir de referências atuais que temos naquele momento e, também, a partir das referências que adquirimos ao longo de nossas vidas, em nossos processos de socialização. Segundo Graeff e Graebin (2018), esse processo de reconstrução das lembranças evoca duas dimensões fundamentais da memória coletiva: a da atualidade das lembranças e a da incorporação dos quadros sociais.

A atualidade das lembranças implica em afirmar o protagonismo do presente nos processos memoriais e, por consequência, em rejeitar a suposição de que as imagens lembradas são cópias exatas do passado ou conjuntos de imagens que ficam armazenadas na matéria ou no espírito – a crítica fundamental de Halbwachs da fenomenologia da memória de Bergson – [...]. A segunda dimensão consiste em afirmar que é impossível conceber o problema da evocação e da lembrança sem considerar os quadros sociais como pontos de referência para a memória e, sobretudo, que os quadros sociais não são algo construído pelos indivíduos, mas incorporados por eles. (Graeff e Graebin, 2018, p. 64-65).

Podemos dizer, portanto, que os quadros sociais, isso é, as representações coletivas de cada época e cada sociedade, são instrumentos utilizados pela memória para a reconstrução das imagens do passado. E, com base nessa tese, ainda podemos entender a concepção halbwachiana sobre a natureza coletiva da memória.

São os grupos, no presente e no passado, que permitem a localização da lembrança num quadro de representação coletiva, no âmbito das relações linguísticas, espaciais e temporais e possibilita sua constituição enquanto algo estável, seguro. E como já dito, lembrar é um trabalho de reconhecimento e reconstrução que tanto busca quanto atualiza os quadros sociais.

Halbwachs (2004) nos diz que quando esquecemos um período de nossas vidas perdemos contato com aqueles que, então, nos rodearam. Para não esquecer é necessário retomar o pensamento do grupo, se reconhecer como membro do grupo. A memória necessita de uma comunidade afetiva porque é ela quem vai permitir que as lembranças não sejam

dados abstratos que serão esquecidos. O apego afetivo dá consistência às lembranças. Segundo (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993):

A lembrança, para Halbwachs, é reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento, na medida em que porta o “sentimento do já visto”. É reconstrução, principalmente em dois sentidos: por um lado, porque não é uma repetição linear de acontecimentos e vivências do passado, mas sim um resgate destes acontecimentos e vivências no contexto de um quadro de preocupações e interesses atuais; por outro, porque é diferenciada, destacada da massa de acontecimentos e vivências evocáveis e localizada num tempo, num espaço e num conjunto de relações sociais. (p.289)

Uma consideração que podemos tecer acerca do pensamento de Halbwachs é a de que a memória nunca será estritamente individual, por ser sempre fruto de vivências sociais. Mas a memória individual do sujeito que lembra é a responsável por articular a forma como tais vivências serão localizadas nos quadros sociais e como serão evocadas. A memória individual reafirma o pertencimento ao coletivo ao mesmo tempo em que constrói a memória coletiva, por trazer a particularidade do indivíduo que articulou todas as influências sociais recebidas. A memória coletiva pode, portanto, ser considerada como o trabalho de um dado grupo social que localizou e articulou as lembranças em quadros sociais, criando um arquivo de memórias compartilhadas, sendo a experiência dos indivíduos, a ancoragem para a construção contínua e comum que chamamos memória coletiva (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993).

Considerando ainda essa particularidade do indivíduo que localiza e articula as influências sociais, podemos ressaltar sua importância enquanto fonte de testemunho capaz de limitar uma possível tirania frente e contra a interferência das imagens coletivas. Isso porque a memória individual tanto registra essas influências sociais, quanto, por ser um testemunho único, se torna um limite capaz de, como disse Halbwachs, nos salvar de uma ditadura.

Seguindo esse fio, podemos reafirmar a escolha metodológica dessa pesquisa entendendo que a memória coletiva, construída por memórias individuais, é uma forma de história que reconstrói e ressignifica permanentemente o passado, apresentando soluções, no presente, para as rupturas ou imagens desconexas do passado de determinado grupo social. Schmidt e Mahfoud (1993) apresentam a diferença da memória coletiva para a memória histórica dizendo que

a memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens e ideias sem rupturas. Ou seja, tende a estabelecer uma continuidade entre o que é passado e o que é presente, restabelecendo, portanto, a unidade primitiva de tudo aquilo que, no processo histórico do grupo, representou quebra ou ruptura. Desta forma, a memória coletiva apresenta-se como a solução do passado, no atual; apresenta-se como recomposição quase mágica ou terapêutica, como algo que cura as feridas do passado. Também a memória histórica busca solucionar rupturas, busca produzir imagens unitárias do percurso da humanidade. Porém, seu processo possui uma direção diferente: soluciona a atual no passado. Isto quer dizer que a memória histórica oferece uma construção lógica e inventada do passado. Esta construção

lógica e inventada pode ser entendida como o trabalho, que cada época realiza, de encontrar o que já existia anteriormente, mas que não se podia incluir num sistema de imagens. (p.293)

Essa diferença na forma de reconstrução do passado não precisa ser considerada um problema. Ainda que a memória coletiva possa se opor à racionalidade da memória histórica, ela pode também complementá-la, desempenhando importante papel nos processos históricos. A Memória coletiva, portanto, é uma forma de história e também uma fonte para pesquisa histórica. Ainda que não possa afirmar a verdade incontestemente sobre o passado, ela dá vida e preserva no tempo, momentos, objetos, lugares e pessoas, preservando assim, a importância que tiveram, para determinados grupos sociais.

Ecléa Bosi (2003) elucida a natureza das lembranças que se constituem nas relações sociais. Segundo a autora, “a memória se enraíza no concreto, no espaço, nos gestos, imagens e objetos” (p.16). Bosi e Halbwachs tratam das lembranças como sendo reveladoras de processos da formação do homem, processos de construção identitária e de socialização.

O que o indivíduo traz em sua memória está completamente relacionado aos seus grupos de convívio e grupos de referência: a profissão, a classe social, a família, a escola, a religião... Essas instituições formadoras do sujeito são nossos insumos necessários para o trabalho da memória. “Se lembramos, é porque os outros, a situação presente, nos fazem lembrar” (BOSI, 2015, p.54). De acordo com a autora,

O caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória é, segundo Halbwachs, excepcional. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. A menor alteração do ambiente atinge a qualidade íntima da memória. Por essa via Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo; e esta última à esfera maior da tradição, que é a memória coletiva de cada sociedade. (BOSI, 2015, p.55)

As pessoas não são só o que se apresenta no aqui e agora, mas também o que viveram em outros tempos e que está gravado na memória, podendo ser trazido à tona quando são convocadas essas lembranças. Convocar tais lembranças é permear o presente com experiências ainda vivas e, como diz Benjamin (1994), carregadas de uma força germinativa, nas quais, aquele que as convoca, vai forjando suas identidades individuais e coletivas.

Pode-se dizer que memória e experiências estão imbricadas, uma originando e sustentando a outra, interdependentes. Cunha C. M. (2013), dialogando com Halbwachs (2004), nos leva a pensar a experiência como um processo de sedimentação, que permite que estas perdurem no exercício do trabalho humano, individual e coletivo, ao longo do tempo, de forma que possamos investigar o trabalho como tendo uma natureza em que “as experiências sedimentadas tornam-se memórias que, de alguma forma, tecem o presente, sustentando-o e, sobretudo, transformando-o” (CUNHA C. M., 2013, p. 216).

Walter Benjamin (1995) aponta:

A memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas. Quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava [...] pois os fatos não são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação [...] é indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. (p.239)

Um tempo social rico, diverso e, até então, desconhecido, pode se apresentar a nós pela memória narrada das e dos TAEs aposentados. Momentos desse tempo vivido e trabalhado podem ser apreendidos e compreendidos por quem não os viveu e, além disso, tornar-se fonte de valorização dessas pessoas no presente.

O sujeito que narra sua memória, narra sua experiência e, nesse processo, aqueles que a escutam, a incorporam como suas próprias. Narrar a memória não é como entregar um pedra bruta, ao contrário, é um trabalho árduo de lapidação, até que ela esteja pronta para ser narrada. Como disse Ecléa (2015), “o narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister [...]. Seu talento de narrar lhe vem da experiência; sua lição, ele extraiu da própria dor; sua dignidade é a de contá-la até o fim, sem medo.” (p.91)

Tentamos, com a ajuda desses autores, que essa pesquisa fosse, também, ferramenta de escavação para buscar as experiências do tempo de trabalho que ainda estão vivas na memória dos TAEs aposentados. Memórias, sejam mais ou menos evidentes no espaço. Memórias físicas, afetivas e que tenham sido formadoras de identidades e saberes dessa categoria. Apresentaremos, nos próximos capítulos, as narrativas das e dos trabalhadores aposentados e a análise que nos foi possível fazer.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

3.1 Características da pesquisa

Esta é uma pesquisa narrativa, de abordagem qualitativa, desenvolvida no campo da história de vida e da história oral e centrada na memória do trabalho. Pretendeu-se desenvolver um trabalho investigativo com o objetivo de conhecer as memórias relatadas pelos próprios trabalhadores e, nesse sentido, optou-se por trabalhar com relatos orais, individuais e gravados, utilizando-se de entrevistas em profundidade, uma das estratégias mais representativas da investigação qualitativa (BOGDAN E BIKLEN, 1994), para que permitissem ao sujeito entrevistado a liberdade do relato e à pesquisadora entrevistadora a possibilidade de estímulo e/ou aprofundamento.

Podemos entender a situação da entrevista como um momento de ruptura no tempo cotidiano que oportuniza a percepção da realidade e sua elaboração por parte do sujeito. Tal elaboração, própria da situação de entrevista, pode ser valiosa, já que a ruptura de uma situação corriqueira promove certa percepção e certa elaboração da experiência.

Conforme afirmou Daniel Bertaux, em entrevista cedida à Costa e Santos (2020), os relatos de vida, carregam pelo menos três características de seus atores: sua singularidade, historicidade e subjetividade (percepção e atividade semi-autônoma), bem como levam em conta a dimensão temporal dos processos de funcionamento social do objeto estudado e, dessa forma, a escolha pelos relatos orais se reafirma por reunir o que pretendemos conhecer da categoria de trabalhadores estudada.

De acordo com Minayo (2014), vários termos são utilizados para referenciar tipos de estratégias para pesquisar o sentido da experiência humana, sendo uma das principais, solicitar que os próprios autores contem suas histórias. As narrativas ou relatos de vida não devem ser considerados como a verdade absoluta sobre os fatos vividos, mas como uma versão bastante possível atribuída por aqueles que os vivenciaram.

Há várias formas de abordar essas experiências e apresentaremos algumas definições e estudos acerca dessas abordagens, com nuances que as diferenciam e elementos que as assemelham, não existindo consenso entre os pares, quanto às definições exatas para o uso individual de cada uma. O que nos importou foi realizar esse estudo qualitativo com a devida profundidade, com uma escuta atenciosa e participativa, que fosse capaz de criar laços e aflorar lembranças.

A abordagem fundamental usada pelos sociólogos empenhados na recolha de materiais históricos, segundo Burgess (2001), é a história de vida, que inclui grande parte do material autobiográfico apresentado nas próprias palavras do informante. Esta pode ser uma boa

abordagem para a compreensão do processo de socialização, a emergência de um grupo, a estrutura organizacional, o nascimento e o declínio de uma relação social e as respostas situacionais a contingências cotidianas (MINAYO 2014).

Paul Thompson considera as técnicas de história de vida e história oral como abordagens etno-históricas. O autor cita ambas em sua obra “A Voz do Passado: história oral” (1992) e ressalta que seu valor está atrelado à captura de informações coerentes e enraizadas na experiência social real. O autor salienta não ser possível distinguir radicalmente entre interpretações subjetivas e objetivas, uma vez que elas sempre e em toda parte estão profundamente imbricadas.

Para o autor, a etno-história, traz à tona as dimensões temporais da vida, como seu próprio ciclo, a mobilidade social, a compreensão das formas de consciência popular, dentre outras e, metodologicamente, a descrição de cada caso particular, tanto ilustra a estrutura social global, quanto transmite, por meio de uma individualidade distinta, o caráter, às vezes único e representativo, de cada caso, “revelando assim a realidade incômoda sobre a qual a interpretação sociológica e histórica deve repousar” (THOMPSON, 1980, p. 253, *apud* MINAYO, 2014).

Thompson aponta que essa abordagem deve ser realizada por meio de entrevistas com participantes de eventos do passado, visando à reconstrução histórica. Sua vantagem: ela permite acessar as experiências não documentadas, sobretudo as histórias de categorias sociais geralmente menosprezadas; explorar aspectos da experiência histórica raramente registrados; evidenciar significados subjetivos de eventos do passado; engajar os investigadores em relacionamentos humanos ativos na observação dos fatos (THOMPSON, 1980, *apud* MINAYO, 2014).

Do ponto de vista prático, Minayo (2014) indica que o trabalho de campo pode se realizar de várias formas, sendo suas principais modalidades: a) a história de vida completa, que recobre todo o conjunto da experiência vivida por uma pessoa, um grupo ou uma instituição, ou, b) a história de vida tópica, que dá ênfase a determinada etapa ou setor da vida pessoal ou de uma organização, como buscamos fazer nesta pesquisa.

Para Pollak (1989), "ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à *Memória oficial*" (p. 2). As memórias subterrâneas são aquelas que tendem a sobreviver e a transmitir-se por vias

informais, por isso, as entrevistas de história oral se apresentam como um bom método para abordagem das experiências.

Em um estudo acerca da memória coletiva e lembranças individuais, Rios (2013) explica que a história oral busca reconstituir acontecimentos, com base em relatos individuais. Dialogando com Pollak (1989), ele afirma que:

os testemunhos pessoais são considerados relevantes, primeiro, porque o sujeito é tomado como o representante de determinado grupo marginalizado, sintetizando em sua trajetória particular as vicissitudes do caminho percorrido pelo grupo. No entanto, o indivíduo também tem suas próprias recordações: ele administra suas lembranças, procurando harmonizá-las com a identidade que almeja construir para si mesmo. (p. 13)

Pode-se observar que há, com a história oral, uma valorização da memória e desses relatos como fontes de reconstituição histórica do passado. Para Rios (2013), a premissa que sustenta essa reconstituição histórica é a de que a memória é resultado de uma experiência mais verdadeira por ter sido vivenciada, direta ou indiretamente, pelo indivíduo. Alberti (1990) exalta a vivacidade da entrevista de história oral ao dizer que

é da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida a – as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. Ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem! (ALBERTI, 20013, p. 1)

A concepção da memória como resultado de experiência está presente também no pensamento de Halbwachs (2004), com o qual dialogaremos adiante. O autor define as lembranças como fruto de experiências que permanecem vivas na ação dos grupos no presente e as valoriza enquanto um fator de coesão social. Vale lembrar que, para Halbwachs (2004), a memória é sempre fruto de um processo coletivo, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e, mesmo que não se confundam, estão diretamente relacionadas.

A história de vida, a história oral, ou a etno-história, como chamou Thompson, são, ainda que sob diferentes modalidades, consideradas bons instrumentos para investigação do modo como as pessoas compreendem seu passado, criam suas associações entre experiência individual e contexto social, o interpretam e significam a partir dos questionamentos apresentados.

Além disso, vale ressaltar que uma característica fundamental dessa abordagem é sua singularidade e a não compatibilidade com generalizações. Ela situa-se no terreno da contra

generalização e contribui para relativizar conceitos e pressupostos que tendem a universalizar e a generalizar as experiências humanas.

Minayo (2014), em diálogo com diversos autores (Thompson, 1980; Maffesoli, 1980; Ferratori, 1980; Bertaux, 1980; Balan & Jelin, 1980), afirma que a maioria dos historiadores e cientistas sociais têm se preocupado menos com técnicas e mais com “o movimento sociológico de articulação empírica, contextualizadora e teórica que faz da *história de vida* (em todas as suas variantes) uma eminente forma de pesquisar o sentido da experiência humana no tempo e no espaço” (p. 158). A autora afirma que

os esforços de aperfeiçoamento metodológico vêm seguidos de dúvidas epistemológicas sobre o significado dos achados nas narrativas de lembranças, levando os investigadores a se questionarem, por exemplo, sobre: o que acontece com a experiência quando ela vai se tornando memória? O que acontece com as experiências quando vão se tornando história? O que ocorre com a memória coletiva quando a vivência de fatos muito fortes (guerra espanhola, o holocausto, ou vivências mais simples) se distancia no tempo? Todas essas indagações ocorrem em busca de aperfeiçoamento das técnicas (a que muitos chamam métodos) visando a tornar os procedimentos cada vez mais fidedignos e científicos, numa proposta complementar à da historiografia oficial ou como forma de questioná-la (MINAYO, 2014, p.159).

Da mesma maneira, o que nos interessa nesta pesquisa são os achados das narrativas. Fizemos as entrevistas sempre buscando criar elos e permitir que as pessoas contassem sua história e reconstruíssem suas memórias de forma livre para permear o presente de experiências ainda não conhecidas e, assim, transformá-lo.

Considerando o exposto, passaremos ao desenvolvimento e estruturação desta pesquisa.

3.2 Estruturação e desenvolvimento

A presente pesquisa foi estruturada em cinco momentos sucessivos e complementares. Primeiramente, foi realizado o aprofundamento teórico acerca do tema, objetivando fundamentar o bom desenvolvimento do processo de coleta e produção de dados (segundo momento) e da análise dos dados (terceiro momento). O quarto momento foi marcado pela elaboração do texto da dissertação e no quinto foi desenvolvido o recurso educacional, peça final desta pesquisa.

Cabe dizer, considerando as orientações de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1998), que uma das características dos estudos qualitativos é que as etapas de coleta, análise e interpretação dos dados não obedecem a uma sequência fixa ou a um único momento da

investigação, ao contrário, vão sendo feitas de forma interativa com a coleta, acompanhando todo o processo de investigação. Considerou-se importante ir a campo tendo algum aprofundamento teórico, bem como tendo em vista a análise do que seria coletado e/ou produzido, para que as memórias evocadas fossem tratadas com o respeito que merecem. A medida que os dados eram coletados, fomos procurando identificar sentimentos comuns, temas, relações, bem como construir interpretações e diálogos com nossos autores referência.

Tendo, inicialmente, como dimensões da análise teórica o trabalho, a memória e a experiência, foram estudados conceitos como: atividade humana do trabalho, transformações do trabalho, regulamentação da carreira dos servidores, memória individual e coletiva, a função social da memória, saberes e experiência, identidade, entre outros. Essa fase de aprofundamento teórico, que caracterizou o primeiro momento, demandou levantamento bibliográfico em livros, teses, dissertações, periódicos científicos, documentos, leis, decretos e portarias, internet e outros meios.

O segundo momento da pesquisa teve por base a seleção dos sujeitos para as entrevistas e a coleta e produção de dados. Neste momento foi feito o levantamento inicial dos trabalhadores aposentados da Faculdade e a escolha dos sujeitos da pesquisa, seguido pelo contato com as pessoas escolhidas e pelas entrevistas, de fato. Durante o primeiro contato, para o convite, fizemos os devidos esclarecimentos acerca do desenvolvimento da pesquisa e dos procedimentos éticos e, além disso, solicitamos aos sujeitos que levassem para a entrevista quaisquer objetos, documentos ou fotografias que tivessem de seu tempo de trabalho na Faculdade.

Os participantes foram contatados por telefone, pela pesquisadora, após liberação dos contatos telefônicos pelo Setor de Pessoal da Faculdade de Educação, o que foi possível mediante aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP-UFMG, parecer nº 5.319.651. Para as atividades de investigação foram utilizadas entrevistas em profundidade, individuais e gravadas em áudio, na qual o entrevistado pôde falar livremente. As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora responsável e realizadas em local combinado com o entrevistado. O tempo das entrevistas variou, girando em torno de 1 hora e 30 minutos.

Fez-se, ainda, uso de diário de campo, que foi utilizado para incorporar as situações não perceptíveis na gravação ou fora dela, como os momentos de emoção, silêncio, riso ou de confidencialidades. A partir dessas ações e dessa escuta, entendeu-se que foi possível uma melhor compreensão da singularidade das histórias desses sujeitos e também suscitar sentimentos e lembranças que trouxeram à tona a memória do trabalho e do tempo vivido.

3.2.1 A escolha dos sujeitos e a realização das entrevistas

No levantamento inicial das aposentadorias dos TAEs da FaE, no período de 1980 a 2020, foi apresentado um resultado total de 67 servidores, dos quais 14 já faleceram¹⁵. O universo de aposentados vivos era de 53 pessoas, sendo 37 mulheres e 16 homens e, por fim, foi delimitado um quantitativo de 5 mulheres e 5 homens para o primeiro contato.

Importante ressaltar que o percurso de busca e escolha dos TAEs aposentados para participarem do momento das entrevistas foi marcado por muitas dificuldades. O total de pessoas é um universo relativamente pequeno, mas que se torna imenso quando precisa ser reduzido a 10. Foram considerados alguns critérios para facilitar a escolha, como o gênero, a idade e o tempo de aposentadoria. Tentamos, ainda, incluir homens e mulheres na mesma proporção e cuidamos para que as idades e os tempos de aposentadoria abarcassem diferentes décadas.

Apesar dos critérios apontados, não houve preocupação de representatividade amostral ou estatística na seleção dos sujeitos. Também foram consultados, em conversas cotidianas, algumas pessoas - TAEs e docentes ativos -, para que sugerissem nomes que não poderiam ficar de fora da pesquisa. Consideramos aqueles que, devido à saúde, não teriam condições de participar da pesquisa e demos prioridade aos considerados falantes e que estavam dispostos a participar.

A quantidade proposta, de dez pessoas, representava quase 20% do total de aposentados disponíveis, o que se acreditou ser suficiente para permitir o aprofundamento nas vivências e experiências a serem relatadas, sem, no entanto, saturar o levantamento empírico “a partir do qual a aquisição de informação se torna redundante” Bogdan e Biklen (1994). Além disso, é necessário considerar que o tempo de realização do mestrado é curto - especialmente para aqueles que trabalham no mínimo 40 horas semanais - e que um número maior de entrevistas poderia prejudicar a qualidade de transcrição e análise.

Nos planos iniciais, o primeiro contato aconteceria na segunda quinzena de abril de 2022, para que as entrevistas fossem realizadas até o final de maio do mesmo ano. Mas, por diversas razões da vida cotidiana, que nos atravessam diariamente, somente ao final de maio foi possível iniciar os contatos. Assim sendo, as dez pessoas confirmaram seu interesse em

¹⁵ Informação cedida pela Diretoria da Divisão de Cadastro, do Departamento de Administração de Pessoal da UFMG, em dezembro de 2021.

participar da pesquisa e as entrevistas foram agendadas, entretanto, à época dos encontros, duas aposentadas precisaram desmarcar e foi necessário redefinir e convidar novas pessoas.

Das dez entrevistas pretendidas foi possível realizar nove. Dos sujeitos participantes da pesquisa, cinco identificaram-se como homens e quatro identificaram-se como mulheres. Dos nove, oito foram Assistentes em Administração e um foi Técnico em Artes Gráficas. De acordo com as entrevistas, duas pessoas tinham graduação ao iniciar no cargo, uma cursou apenas o primário e as demais entraram com ensino médio. Das nove pessoas, apenas uma mulher não teve filhos.

As nove entrevistas perfizeram cerca de 14 horas de gravação que resultaram em aproximadamente 200 páginas de transcrição. As entrevistas foram realizadas nos meses de junho, julho e agosto de 2022 e, como explicitado anteriormente, utilizamos o método de entrevista em profundidade, que consistiu na leitura de uma pergunta geradora à qual o entrevistado pôde responder livremente.

Os entrevistados foram provocados a falar sobre seu trabalho desenvolvido ao longo dos anos como Técnico-administrativo em Educação da Faculdade de Educação e cada um e cada uma organizou suas lembranças da forma como pôde. Cabe dizer que, antes de cada entrevista, os sujeitos foram esclarecidos sobre a pesquisa, pela pesquisadora, e receberam uma cópia assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A).

Após transcrição das entrevistas o material foi enviado para avaliação a seu respectivo entrevistado, que pôde opinar na escolha de seu nome fictício, bem como fazer possíveis correções de sua fala e ou aprofundar em determinado assunto tratado.

A seguir (tabela 1), apresentamos os sujeitos do ponto de vista do gênero, cargo, idade aproximada, tempo de trabalho enquanto TAE e tempo de aposentadoria.

Nome	Cargo	Gênero	Idade aproximada	Tempo de Aposentadoria em anos	Tempo de trabalho em anos
Dico	Técnico em Artes Gráficas	Masculino	88 anos	34	32
Inácio	Assistente em Administração	Masculino	73 anos	25	26
João	Assistente em Administração	Masculino	63 anos	05	32
Júlio	Assistente em Administração	Masculino	77 anos	20	20
Lílian	Assistente em Administração	Feminino	64 anos	04	24
Nise	Assistente em Administração	Feminino	67 anos	10	32

Olga	Assistente em Administração	Feminino	65 anos	13	34
Paula	Assistente em Administração	Feminino	57 anos	04	28
Samuel	Assistente em Administração	Masculino	66 anos	06	27

Tabela 1- Informações sobre os sujeitos da pesquisa

3.2.2 Os arquivos da Faculdade e as dificuldades para conclusão da pesquisa

Paralelamente ao levantamento dos sujeitos e à realização das entrevistas, foram realizadas consultas às pastas funcionais localizadas na Divisão de Arquivo - DARQ, do Departamento de Administração de Pessoal - DAP, da Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH da UFMG. A intenção com a consulta era responder ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, qual seja, como se deu o remanejamento ou contratação do corpo técnico-administrativo à época de criação da Faculdade de Educação. Tal informação não constava da planilha encaminhada pelo DAP e não era passível de inclusão.

Com a visita ao setor, em contato com os funcionários e funcionárias, ficou evidente que a planilha que havíamos recebido inicialmente não continha informações dos primeiros funcionários da Faculdade, mas daqueles que, à época de sua aposentadoria, estavam lotados naquela unidade. Além disso, a data que nos havia sido apresentada como de entrada na FaE daqueles trabalhadores, era, na realidade, a data de entrada na UFMG. A única forma de saber quando se deu a ida para a FaE, seria mediante verificação na pasta funcional de cada um ou mediante pesquisa em sistemas específicos, feita por analista de sistema qualificado, que precisaria ser feita mês a mês, desde o início do período. Ainda assim, não teríamos acesso aos primeiros trabalhadores porque o sistema de banco de dados utilizado na Universidade só foi implementado a partir dos anos 90.

Diante desse impasse, novas questões foram levantadas: como saber quais foram os primeiros trabalhadores administrativos da Faculdade? A Servidora TAE, chefe do setor de arquivos, esclareceu que qualquer funcionário que tenha passado pela UFMG tem uma pasta funcional arquivada. Entretanto, como as informações anteriores a 1980 não estão completamente sistematizadas, não é possível saber quais daqueles funcionários mais antigos trabalharam na Faculdade de Educação. A servidora ainda ressaltou que se fôssemos pesquisar no arquivo todo da Universidade seria “como procurar agulha em palheiro”.

Com essas informações em mãos, optamos por redirecionar a pesquisa. Primeiramente, fomos buscar informações sobre esses funcionários nos arquivos da Faculdade

de Educação, conforme sugestão do Trabalhador TAE, chefe do DAP, que nos orientou a buscar a ata de criação da Faculdade, na qual provavelmente haveria o nome de todas as pessoas que trabalhavam na FaE naquele ano.

Com a autorização da Direção da Faculdade, verificamos nos arquivos da Secretaria Geral e Secretaria da Direção, mas tal documento não foi encontrado. Verificamos ainda a possibilidade de que tais arquivos já estivessem de posse do Centro de Documentação e Memória – CEDOC da Faculdade. A Presidente do Centro nos informou que existe em sua posse um fundo da Faculdade de Educação, mas que ainda não fora aberto para cuidados e catalogação, portanto, até momento, o Centro não teria condições de confirmar a existência de documentos relativos à criação da Faculdade.

Nos arquivos da Secretaria da Faculdade encontramos diversos documentos relativos à contratação de funcionários das diversas categorias, atas de reuniões da Congregação e do Conselho Departamental da Faculdade, documentos diversos de expediente da Unidade e caixas com bobinas de ponto com assinaturas dos funcionários, desde 1968, porém, sem os nomes para identificação das assinaturas.

Ainda encontramos, com a ajuda da servidora TAE da Seção de Pessoal, arquivos relativos aos funcionários que trabalharam na Faculdade de Educação, mas foram removidos para outras unidades da UFMG e que, portanto, não constavam na planilha enviada pelo DAP. Ainda assim, nesses arquivos, não constava a forma de remanejamento ou contratação dos funcionários, tal informação será possível apenas mediante verificação das pastas funcionais de cada uma dessas pessoas, no arquivo da DAP.

Após avaliação da Banca de qualificação, entendemos que era inviável, do ponto de vista do tempo e da sistematização, continuar a pesquisa nos arquivos do CEDOC e da DAP e, portanto, tentaremos cumprir o objetivo a partir das informações das entrevistas, abrangendo apenas nossos entrevistados. Além disso, foi necessário repensar o recurso educacional, que dependia de tais informações para criação da exposição de memória.

3.3 Sistematização e análise dos dados

Inspirei-me em Ecléa Bosi para me aproximar dos narradores e conduzir as conversas. O esteio do meu método sempre foi a formação de vínculos de amizade e confiança com os recordadores. Uma vez colhidas as memórias dessas pessoas e com tamanho material que se

encontrava diante de meus olhos, não consegui (e confesso não ter me esforçado muito para isso) recortar ou escolher o que, daquelas histórias, seria apresentado.

Enxergando a riqueza daquelas lembranças e a necessidade de apresentá-las por completo, decidimos incluir um novo capítulo para contar, de fato, as histórias dos e das TAEs aposentadas, conforme intencionado em nossos objetivos específicos. No próximo capítulo, contaremos as histórias que ouvimos. Fizemos a narrativa na voz da pesquisadora e, de forma a não identificar os recordadores, alteramos seus nomes. Além disso, ocultamos a maioria dos nomes de outros atores das histórias, substituindo-os por expressões negritadas.

Nesse momento, então, da organização e preparação do material coletado, nos valemos da Análise por Triangulação. De acordo com Marcondes e Brisola (2014), essa técnica “prevê dois momentos distintos que se articulam dialeticamente, favorecendo uma percepção de totalidade acerca do objeto de estudo e a unidade entre os aspectos teóricos e empíricos, sendo essa articulação a responsável por imprimir o caráter de cientificidade ao estudo” (p. 203).

Temos que:

O primeiro momento diz respeito à preparação dos dados empíricos coletados, mediante diversos procedimentos a serem adotados. Esses procedimentos são representados por etapas sumárias que visam à organização e o tratamento das narrativas. O segundo momento se refere à análise propriamente dita que implica na necessidade de se refletir sobre: primeiro, a percepção que os sujeitos constroem sobre determinada realidade; segundo, sobre os processos que atravessam as relações estabelecidas no interior dessa estrutura e, para isso, a recorrências aos autores que se debruçam sobre tais processos e sobre a temática trabalhada na pesquisa é imprescindível; e terceiro, sobre as estruturas que permeiam a vida em sociedade (MINAYO, 2010, *apud*, MARCONDES E BRISOLA, 2014, p. 203-204).

A Análise por Triangulação se pauta, portanto, na organização e tratamento das narrativas coletadas e, posteriormente, na articulação entre o material empírico, os autores que nos acompanharam no estudo das temáticas e a análise de conjuntura. Gomes et al. (2010) salientam que o processo deve ser realizado, inicialmente, mediante “uma valorização fenomênica e técnica dos dados primários, em si mesmos e à exaustão”. E, posteriormente, na análise, de fato, as informações devem ser “contextualizadas, criticadas, comparadas e trianguladas” (p. 185).

Para a organização do primeiro processo interpretativo, qual seja, a “valorização fenomênica e técnica” das informações coletadas, são necessárias três etapas: 1) a preparação e reunião dos dados; 2) a avaliação de sua qualidade; e 3) a elaboração de categorias de análise. Marcondes e Brisola (2014) descrevem:

Na primeira etapa, deve-se transcrever os dados qualitativos levantados. Aqui, é necessário dedicar atenção, em caso de narrativa de pessoas, à entonação da voz, silêncios, ênfase em palavras ou expressões, dentre outras observações compreendidas como importantes. À medida que são lidas as transcrições, deve-se realizar as

marcações daquilo que se considera relevante na narrativa ou nos dados qualitativos levantados, tendo em conta os eixos estruturadores da pesquisa, seguidos de edição das narrativas ou dos dados coletados e a análise propriamente dita. Na segunda etapa, deve-se realizar a avaliação dos dados primários coletados, sendo essa fase considerada como uma pré-análise. Os objetivos do estudo devem ser retomados, neste momento, e, após, dar-se início à discussão das categorias anteriormente estabelecidas. Na terceira etapa, as narrativas ou dados coletados devem ser trabalhados no sentido de refletir, contextualizar, exemplificar e elucidar as diversas dimensões do estudo que se queira realizar. E, por fim, os dados qualitativos devem ser tratados ainda no sentido de conferir sustentáculos para as conclusões (p. 204-205).

O segundo processo interpretativo prevê a análise articulada dos dados, considerando os aspectos apresentados, quais sejam, material empírico, referencial teórico e conjuntura. Esse segundo processo também é dividido em três etapas. A primeira caracteriza-se pela leitura exaustiva e aprofundada do material coletado, buscando “impregnar-se pelo conteúdo a fim de alcançar uma visão do conjunto e ao mesmo tempo apreender as particularidades presentes nessa totalidade parcial” (GOMES et al., 2010, p. 205). Para esta etapa é importante levantar questionamentos e verificar a existência de elementos comuns, diversidade de contexto, relação entre as narrativas, etc., que permitam o aprofundamento das informações e a escolha das temáticas ou categorias de análise, que irão orientar a interpretação.

O diálogo com o referencial teórico é o esteio da segunda etapa deste processo. Recorrer aos autores é indispensável tanto para o esclarecimento das categorias de análise levantadas, quanto para o entendimento das variáveis analíticas que possam surgir. A segunda etapa é o momento do diálogo, da busca de sentido e compreensão em uma reflexão coletiva entre pesquisador e referencial.

Na terceira etapa, denominada por Gomes et al., (2010) de “ápice da interpretação”, são trabalhadas as questões mais amplas. De acordo com Marcondes e Brisola (2014),

a análise de conjuntura deve contemplar o objeto de estudo, contextualizando-o na ambiência macro da sociedade, bem como reflexos dessa realidade macro no espaço particular do objeto de estudo, buscando-se também uma articulação entre as informações coletadas no ambiente imediato com as informações normatizadas, definidas num contexto mais amplo, entendendo que são estas “contextualizações que orientaram o olhar sobre os dados”. Para tanto, deve-se procurar ir além das informações coletadas, buscando-se ideias por trás das transcrições dos dados, analisando-se, portanto, não somente as informações que se alcançou, mas também o contexto no qual as informações foram geradas (p. 206).

Por fim, o terceiro processo interpretativo é composto por uma única etapa de trabalho, na qual se deve realizar uma construção-síntese articulando os dados empíricos com os autores utilizados e a análise de conjuntura. Essa articulação deve ser feita num contínuo movimento dialético, partindo do que se apresenta, para chegar mais próximo da realidade

ampla (MARCONDES E BRISOLA, 2014, p. 206). Segundo as autoras, esse processo é caracterizado pela reinterpretação, ou, uma interpretação das interpretações.

Feitas as considerações pertinentes acerca da Análise por Triangulação, passamos à preparação dos dados empíricos coletados na presente pesquisa. Inicialmente, fizemos a transcrição das entrevistas. Para uma melhor imersão nas histórias e cuidado com o conteúdo, a própria pesquisadora cuidou de transcrevê-las. As falas transcritas nesse texto, tanto no capítulo das histórias quando no de análise, seguem exatamente o que foi falado. Optamos por não corrigir eventuais erros gramaticais ou vícios de linguagem, uma vez que esses elementos não eram foco de nossa análise.

Uma vez transcritas as entrevistas, passamos à desidentificação dos narradores. Uma das grandes dificuldades surgiu nesse processo: como nominar essas pessoas, uma vez que as entrevistas deveriam ser anônimas? Deixar que elas escolhessem seus nomes? Escolher um nome que fosse significativo para a categoria? Nomear como sujeito 1, fulano 2, etc.?

Foi durante uma paralisação nacional dos servidores técnico-administrativos em educação¹⁶, pela recomposição salarial inflacionária, realizada no mês de junho de 2022, que uma das dirigentes de um sindicato corrigiu uma fala em que se referia aos TAEs aposentados como “inativos”, justificando que essas pessoas querem e merecem ser chamadas de “aposentadas”, uma vez que se tornar aposentado não é se tornar inativo, pelo contrário, diz de uma luta, de um direito alcançado e de novas atividades. A partir desse dia, decidimos por nomear os sujeitos da pesquisa de “Aposentado” ou “Aposentada”, acrescido de um nome fictício.

Para o segundo processo interpretativo, fizemos a audição e leitura exaustiva dos dados empíricos, cuidando para apreender as particularidades presentes naquelas narrativas e fazendo marcações nas possíveis temáticas ou categorias de análise, que serviriam de orientação para o momento de interpretação e análise final.

Depois, em diálogo com os autores que nos serviram de apoio, definimos as categorias de análise e trabalhamos com elas à luz dos conceitos estudados. Optamos por dividir a análise em duas partes: uma introdutória, que chamamos de “Os trabalhos da memória” e que teve como intuito fazer uma apresentação mais ampla do conteúdo das histórias à luz de nosso referencial sobre memória, e outra com a discussão das categorias definidas. Ao final, após discussão e explicação das categorias escolhidas, sintetizamos nossas considerações em uma articulação final.

¹⁶ A greve dos servidores técnico-administrativos em educação da UFMG durou 24 dias. A pesquisadora participou ativamente de todas as atividades da greve.

4. HISTÓRIA DE TAES: LEMBRANÇAS DO TRABALHO E DO TEMPO VIVIDO

4.1 Venho contar histórias

Para contar as histórias foi preciso, antes, ouvi-las. Mas o que é ouvir histórias? Deixar que os sons emitidos pelos narradores entrem por nossos pavilhões auditivos e ressoem em nosso cérebro? Acredito que não. Considero que ouvir histórias é mais que ouvir nesse sentido fisiológico. Parece-me algo como apreender e, uma vez apreendido, entendo como algo contínuo, circular...

Sim, algo como circulação. Coisa que entra e fica no sangue e circula por cada parte do nosso corpo, nos levando a assimilar. Assimilar é converter em substância própria. E isso é ouvir histórias. As histórias que eu ouvi estão, hoje, assimiladas na minha própria substância, no meu próprio eu. As experiências que eu ouvi são, agora, também, minhas.

4.1.1 História do aposentado Inácio

“A história da Universidade tem história dentro das histórias.”

A história do aposentado Inácio foi contada em seu atual local de trabalho, a Associação de Bairro presidida por ele. Inácio me disse que contaria histórias “do arco da velha”, que eu nem imaginaria e ressaltou que, hoje, depois de sua aposentadoria, depois de anos de análise e depois de cursar teatro, ele é um novo homem. “Eu não sou o mesmo Inácio da FaE, eu mudei muito. Inclusive a visão da própria FaE, de todo mundo. A visão que eu tenho, hoje, da Faculdade de Educação, de fora, é outra. Se eu voltasse pra lá hoje eu seria... eu teria um outro tipo de administração. Porque você vai vivendo na FaE, vai ficando ali dentro e não sabe o que está acontecendo no mundo. Eu morava lá. Não sobrava tempo...”

Inácio contou que viveu muitas mudanças de períodos. A saída da ditadura militar de 1964 e a entrada em um período de libertação... Contou que as dificuldades sempre voltavam, como foi na época do ponto eletrônico, quando ele já estava aposentado. “Nós lutamos para não ter isso e deixaram isso acontecer, acredita? Deixaram voltar. Eu pejejei pra ir lá fazer um depoimento, mas eles não me receberam. A **nome oculto (diretora à época)** implantou isso

lá. Quer dizer... A universidade não funciona dessa forma, ela não é uma empresa. E é absurdo porque você tem duas categorias de trabalho, por que uma bate ponto e a outra não?”

Fizemos o que Inácio chamou de um “bate bola, pra gente se conhecer melhor e pra decidir o que valia a pena ser contado”. Ele disse que se fosse começar do zero, diria que começou no Colégio Universitário e depois do Colégio Universitário... “doía meu coração porque eles destruíram o melhor colégio de Belo Horizonte. Entraram com máquinas e destruíram tudo...” Depois, ele foi para o Centro Pedagógico, “que era lá em cima... lá na... onde era a Fafich antiga... na Carangolas”. Trabalhou lá por um tempo e depois foi para o Centro Pedagógico, no Campus Pampulha. “Só que esse Colégio Universitário, o patrimônio do Colégio Universitário, alguns professores do Colégio Universitário, foram para o Centro Pedagógico. Uns foram para o Coltec e outros para o Centro Pedagógico. Então o patrimônio, todo material que estava no Colégio Universitário, era pro Centro Pedagógico, então a gente ia lá pra tirar esse material e você via a destruição do Colégio. Isso já vem do histórico militar né? E agora está acontecendo a mesma coisa, a mesma história...”

Claro que falei com Inácio que, para mim, tudo que ele quisesse contar, valia a pena. E então ele “começou” sua história, contando um resumo de sua trajetória na UFMG. Ele começou trabalhando no Colégio Universitário, onde era datilógrafo. Trabalhou muito tempo lá “e foi um período muito bom”. Depois o Colégio Universitário foi extinto e Inácio foi trabalhar no Centro Pedagógico, na Rua Carangola, também como datilógrafo. Lá, tentaram colocá-lo em algumas funções como Chefe de Gráfica e etc, “mas eu não aceitava muito essas condições porque eu era datilógrafo, isso é desvio de função”. Mais tempo se passou e Inácio se mudou, junto com o Centro Pedagógico, para o Campus Pampulha. Lá ele continuou como datilógrafo, no Centro, e depois foi pra Faculdade de Educação, “aonde eu... acabei me aposentando lá”.

“Essa é minha trajetória na UFMG. Durante esse período é... o que que eu assisti e vi: toda estrutura da universidade, relação técnico-administrativo/professor/aluno, né? Eu fui vivenciando isso. Quando eu cheguei no Colégio Universitário eu ainda era muito novo, muito jovem.” Ele tinha por volta de dezoito anos, talvez vinte e dois, não se lembrava muito bem. “Mas aí eu era muito inexperiente né, com relação a todo aquele processo da universidade, eu fui vivenciando tudo aquilo”. Inácio se lembrou que, no Centro Pedagógico, o transferiram do setor de datilografia para assumir a chefia do setor de pessoal. “E aí o que aconteceu... eu me lembro de que eles queriam implantar lá um ponto de professor. O

professor dava aula e tinha que assinar um ponto. Todo dia tinha que assinar o ponto. E aí eu fiz esse trabalho lá”.

Mas Inácio viveu momentos desagradáveis em função disso. Porque os professores não estavam acostumados com a rotina de ponto. “Aí chega um menino novo lá (risos) e quer implantar um certo regime...” E Inácio contou que se sentiu usado para fazer o trabalho difícil, “Porque eu não tinha a menor... quer dizer eles montaram uma estrutura sem a menor condição de fazer. E aí eu comecei a ficar não confortável com isso, porque eu percebia que nas outras unidades o procedimento era diferente. Tinha uma chefe, que chamava chefe de expediente, na época, se não me falha a memória, e que cuidava disso. Então por que eu? Eu não ganhava pra isso e essa chefe de expediente tinha uma chefia¹⁷. Por que que eu, Inácio, tinha que cuidar do pessoal, se esse serviço não era meu? Era do setor de expediente, estava dentro do... do procedimento..., como é que eu vou te falar... essa função de pessoal, de contratação e etc., tudo relacionado a pessoal, estava dentro das funções do chefe de expediente, não era minha. Então por que que eles me colocaram pra... pegaram uma parte mais ruim e deram pro Inácio? Por que era espinhosa, a pessoa não queria fazer.”

E a partir disso, Inácio passou a questionar ou, como ele disse, “começou a colocar pra fora”, o que antes eram só pensamentos. E foi por isso que acabou trabalhando na Faculdade de Educação. “Aí que eu embarquei numa história, porque essa chefe de pessoal, essa chefe do expediente, o que que ela fez? Ela começou a se sentir incomodada, não tinha competência ou não sei o que, ou não queria assumir essa função e começou a... de uma certa forma eu estava a incomodando, aí ela foi até a Faculdade de Educação - ela conhecia uma pessoa na Faculdade de Educação - e como eu já estava incomodado no Centro Pedagógico, ela veio até a mim e falou: ‘olha, eu sei que você não tá gostando daqui, se você quiser ir pra Faculdade de Educação...’ Essa pessoa do expediente foi lá e tramou tudo.”

Inácio acabou concordando em ir para a FaE, o que ele atribuiu à sua juventude: ideia de vencer, de fazer as coisas... “Embarquei nessa história de Faculdade de Educação”. Nesse momento, ele contou que passou por constrangimentos com a Direção do Centro Pedagógico, porque sua remoção fora feita “de cima pra baixo”, pela Direção da FaE e Chefia de Expediente do CP, sem conhecimento da Diretoria do Centro. “Aí a Direção do Centro Pedagógico veio até a mim e falou: ‘uai Inácio, recebi aqui um pedido de transferência seu, para a FaE’”.

¹⁷ Chefia, aqui, se refere à função gratificada, que são retribuições atribuídas ao exercício de função de direção, chefia, assessoramento, secretariado, entre outros, acrescidas ao vencimento do servidor.

Mas essa visão era atual. Inácio contou que não percebeu, na época, o que estava acontecendo. “Não percebi esse jogo. E aí eu fui para a Faculdade de Educação. Politicamente eu era ainda muito calouro, muito novo nessa história toda. Mas aí eu fui, né? Aí eu fui trabalhar no Colegiado de Pedagogia e Licenciatura. Aí começa a minha história na FaE.”

Inácio contou que, quando entrou na FaE, o diretor em exercício era militar. Ele não sabia disso na época. Logo que chegou à FaE, foi trabalhar no Colegiado de Pedagogia e Licenciatura. Ele diz que tinha muita “garra” para trabalhar, não media esforços, mas que ainda não tinha o conhecimento necessário para ser secretário de um colegiado, “porque era uma história muito puxada”. Logo que entrou, Inácio começou a se relacionar com os professores e técnicos - “comecei a criar um relacionamento dentro da Faculdade de Educação porque eu não era de lá, né...” E ele pôde contar com pessoas muito legais. Deu como exemplo, a Professora Coordenadora do Colegiado, à época, “uma pessoa extremamente humana, muito gente boa” e uma professora do DECAE.

E, logo em seguida, Inácio me contou “a história do que foi a Faculdade de Educação enquanto tinha um diretor militar”. “Tinha ponto”. Inclusive isso prejudicou Inácio em sua aposentadoria. “Se você chegasse atrasado um minuto, te cortavam um terço. E também tinha ponto para professor. Não era só para nós não. Era militar né? Tinha ponto para professor. E tinha um secretário, **nome oculto**, que era o cara que trabalhava junto com o diretor, dentro de todo um contexto ditatorial.”

Inácio sofreu muitas pressões enquanto era ainda muito jovem e não encontrou palavra para explicar o que aquela época trouxe para sua vida. “Assim... a palavra não é “pesada”, isso me trouxe muito, assim... Eu vim do Centro Pedagógico inocente. Entrei para a Faculdade de Educação. Como se tivesse carregando um peso enorme nas costas sem saber”. Inácio disse que ali havia funcionários “de tudo quanto é tipo”. Os que eram isentos de tudo, os que brigavam pela categoria... E ele viveu episódios extremamente desagradáveis. “Na época, qualquer papel que você fosse... que viesse da Reitoria relacionado a você seria confidencial. Tinha um carimbo, ‘pá!’, vermelho, confidencial. Você não tinha acesso. E aí eu tava vivendo dentro daquele vesp... Pra mim aquilo ali... eu não tinha conhecimento do que era aquela situação, naquele momento, na Faculdade de Educação, eu fui vivendo aquela história, fui vivendo aquilo e fui enfrentando aquela história”.

Inácio narrou um momento que o marcou muito. Ele explicou que havia um “reloginho de ponto” para professor. Era um “guichêzinho”. O professor tinha que chegar, passar no guichê, dar aula, voltar ao guichê e entregar seu cartão para a funcionária, que o

carimbava. Um professor do DECAE, certo dia, muito bravo com esse sistema, acabou se desentendendo com a funcionária que trabalhava no guichê do ponto e Inácio precisou intervir. Depois o professor se acalmou e foi embora - “entrou no departamento e pediu demissão, não ficou mais na FaE”. Inácio atribui esse episódio desagradável ao regime da época – “era um regime muito, como é que eu vou te falar, muito ditatorial, assim, muito militar dentro da própria Instituição da Faculdade de Educação”.

Inácio também se lembrou de outro dia, em que estava, com uma turma de técnicos, no Almoarifado. Eles tinham acabado de almoçar e foram repreendidos pelo secretário do Diretor. “E a gente foi repreendido porque a gente estava ali e eu estava lá inocentemente, sem saber de nada, e sofri uma repreensão muito grande, e que eu fiquei muito assim, muito chateado, a palavra é muito triste, porque eu não entendia porque aquilo, porque estavam fazendo aquilo comigo. Porque esse regime? porque essa história toda? porque essa pressão?” Neste dia, a coordenadora do colegiado, **nome oculto**, encontrou Inácio chorando e perguntou o que havia acontecido. “Aí eu contei para ela. Ela foi até o diretor e falou assim: ele trabalha comigo, portanto, tipo assim né... o senhor não vai incomodá-lo. Ele é funcionário do Colegiado. Inclusive, ela foi lá me defender e voltou e falou: já conversei Inácio, você pode ficar tranquilo. Era uma Professora muito bacana (fala embargada). Eu até me emocionei um pouco, mas é normal.”

E então Inácio foi ganhando a confiança dos coordenadores e se tornando uma pessoa importante para o colegiado. Apesar de todas as suas dificuldades com o português, para escrever as atas, “porque ata é um saco de fazer, não gosto de fazer ata”, ele foi se tornando um funcionário querido na Faculdade de Educação. Naquela época, me contou Inácio, o processo de matrícula em disciplinas das licenciaturas era muito complicado. “Pra fazer uma disciplina de licenciatura você tinha que levantar cinco horas da manhã. Não tinha vaga. Enfrentar fila... e dava tumulto”. Como ele participava das matrículas, já conhecia todo o processo, apesar de ser uma atividade da Seção de Ensino. “Eu já estava tão... quer dizer, eu participava tanto do processo de ensino que eu sabia tudo sobre matrícula, sobre as próprias disciplinas, currículo novo, currículo velho, adaptação, licenciatura, eu era secretário de dois colegiados, dois! E ganhava por um.”

E nesse processo de matrícula, Inácio narrou dois episódios que chamou de “curiosos”. O primeiro deles foi um movimento estudantil. “Teve um movimento lá na... dos alunos, aí assim, os alunos ficaram bravos porque não estavam conseguindo fazer a matrícula e aí eles chamaram o diretor, esse **nome oculto (militar)**. Ele foi lá, subiu em uma mesa, e começou a

fazer um discurso. Os alunos balançaram a mesa e ele teve que ir embora. Estava no final da ditadura né?” O outro episódio envolveu um estudante e um funcionário terceirizado. “Teve um aluno, não me lembro se era da Física, se era da Matemática, que criou um problema lá na matrícula, e o secretário atual, ao invés de administrar o problema e ir lá até o aluno, que era o que o colegiado fazia, ao invés dele ir até a coordenadora do colegiado para chamar pra tentar resolver, ele resolveu assumir”.

“(...) Ele chamou a segurança da Universidade. Chamou a segurança e veio uma segurança sem a menor condição de lidar... Segurança não é da Universidade, não conhece os alunos. Os alunos se sentiram acuados, um dos alunos se sentiu acuado, aí eles chegaram, tipo assim, para levar o aluno. Isso deu um bafafá, uma confusão, e o que aconteceu: de repente eu sinto um barulho, certo, e teve uma briga do vigilante com o aluno. O aluno tacou o capacete na cabeça desse vigilante, esse vigilante atravessou um vidro que tem lá. Foi um dos episódios da matrícula da FaE”. E Inácio acabou como testemunha do episódio. “E o mais engraçado disso aí é que eu estive na delegacia, isso foi parar no fórum. E aí quando eu chego lá no fórum para depor eu encontro com o vigilante. Falou: não, Inácio, não precisa não, você está dispensado porque o aluno é filho de um juiz... caso foi encerrado... aí acabou.”

E a essa altura a gestão estava para mudar. “O diretor ia sair. Estava acabando a ditadura”. Teria um processo de escolha do novo Diretor ou Diretora. “Ia fazer uma escolha dentre alguns professores da FaE. Não me lembro mais se eram quatro ou se eram cinco, eu lembro que estava claro que quem ia assumir era a **nome oculto**, que foi Diretora da FaE e que abriu esse espaço de transição de uma ditadura na Faculdade de Educação, para um regime civilizado”. Inácio contou que os técnicos se organizaram para receber a nova Diretora. Mas decidiram que não receberiam nem o secretário anterior e nem funcionária que trabalhava no pessoal/guichê do ponto. Esses seriam expulsos da Faculdade. “Eles não eram bem vistos porque eles judiaram muito da gente. Eles foram embora, não tiveram mais espaço na própria universidade”.

E durante essa transição de gestões, Inácio foi chamado a uma reunião, pelo Diretor que estava saindo. Ele estava fazendo mudanças no corpo de trabalhadores técnicos e informou a Inácio que faria sua transferência para a Seção de Ensino. Mas ele recusou. Disse que não aceitaria. “Pelo seguinte: quando eu cheguei aqui na FaE, o colegiado de pedagogia e licenciatura estava extremamente desorganizado. Não tinha uma ata em dia, não tinha nada em dia. Eu consegui organizar tudo. Tudo bem. Mas eu não quero trabalhar na Seção de Ensino. Eu não vou ficar aqui. O senhor por favor, me devolva para o Centro Pedagógico”.

Para Inácio, foi depois dessa atitude de enfrentamento que começou a crescer o respeito por ele na FaE. A nova Diretora foi até sua sala e o parabenizou pela atitude e ele acabou ficando por lá, no Colegiado. Ele disse que a Faculdade foi melhorando, mas que os técnicos ainda lidavam com muitas relações de poder e hierarquia, majoritariamente com docentes. “Os professores da FaE achavam que a gente era funcionário deles e não da instituição. E criavam, assim, tinha muito atrito entre funcionário e professor, porque... eles vinham de outra história e de repente começou a mudar”.

Segundo Inácio, foi a partir do final da ditadura que a história do trabalhador técnico-administrativo começou a mudar na universidade. “Aí a gente ficou mais livre, não teve mais ponto, passou a ser folha de ponto, as coisas foram caminhando mais... mais tranquilas”. Mas ele disse que a relação TAE/Docente ainda não era das melhores. “Tipo assim, eles não aceitavam a gente ser livre para fazer as tarefas. Eles tinham que impor as condições. E aí tinha problema... era uma luta”. Havia certos professores com quem ninguém queria trabalhar, “porque a pessoa era insuportável”. E Inácio continuou no colegiado durante os quatro anos dessa nova gestão. “Aí muda um pouco a minha história.”

Porque aí a gestão mudou, novamente. Um processo que ocorre a cada quatro anos. Desta vez, Inácio buscou mudar. Foi até a nova Diretora e disse que não queria mais ficar no Colegiado. Já estava lá havia aproximadamente oito anos e estava muito cansado. “Remuneração era péssima, a gente porque...”. Mas Inácio, nessa hora, se lembrou de mais uma história, que não podia esperar. Ele contou que muitos dos técnicos almoçavam no restaurante setorial, o Bandeirão, e que certo dia, na hora do almoço, o Diretor estava saindo da FaE - aquele que Inácio disse ser militar - e alguns funcionários “mais simples” foram até ele e perguntaram se não havia possibilidade de uma verba de ajuda de custo para o almoço, porque a situação financeira estava difícil. “Eu não esqueço”, disse Inácio. “Ele apontou e falou assim: alá ó. Por que vocês não comem grama? Isso eu vou lembrando à medida em que for passando. Isso foi me marcando muito. Comer grama? Espera aí, eu não sou nenhum animal. Eu assistindo isso. Então você vê que a história da Universidade tem história dentro das histórias”.

Voltamos ao Inácio que estava cansado e queria sair do Colegiado. Ele pediu à nova Diretora que o transferisse para a Seção de Serviços Gerais. A Faculdade estava mudando, como sempre muda quando entra nova gestão. E não existia, de fato, uma seção de serviços gerais. Inácio conta que “existia uma sala e uma chefia, mas a seção de serviços gerais não funcionava”. E ele queria mudar e achou que esse setor poderia ser bom para ele – “eu acho

que é legal, eu gosto dessas coisas de obra...” E Inácio foi para o setor e foi criando a Seção de Serviços Gerais da FaE. “Não existia. Fui criando, foi crescendo a estrutura e fui administrando a Faculdade de Educação, paulatinamente. Que é o meu jeito de chegar...” E aí a seção passou a funcionar. Tinha sala, funcionário, controlava setores, controlava o carro, etc.

Mas Inácio contou que, apesar de ser administrado pela seção de serviços gerais, o carro acabava ficando a disposição da Diretoria. Quando precisavam dele para fazer compras ou resolver outros problemas, era necessário pedir permissão à Diretora “porque o carro levava ela em casa, trazia ela à Faculdade de Educação. Quer dizer, era um carro particular. Era da Faculdade de Educação, mas se você precisasse do carro, apesar da Seção de Serviços Gerais existir, né? O carro não tinha comando por lá.” E Ele contou que não tinha muito que ser feito porque essa Diretora “não era brincadeira. Muito autoritária. Super autoritária. Muito autoritária.”

À Seção de Serviços Gerais eram vinculados a Gráfica, o Setor de Audiovisual e os serviços de limpeza, vigilância e transporte. O setor era responsável pela administração dessas áreas. Certo dia, um funcionário vinculado ao setor - “mas aí esse funcionário ele era um dos funcionários que, na época, não era igual hoje, não tinha estabilidade, podia ser mandado embora” - se zangou com a Diretora. Inácio conta: “Um dia eu saí na porta da minha sala e vem a **nome oculto (Diretora)** no corredor, andando. Ela era baixinha, correndo, e esse funcionário atrás dela gritando ‘você não pode me mandar embora, eu sou efetivo’, não sei o quê, tipo assim, ‘não vou sair daqui’. Alguma coisa ela encrespou com cara que o cara correu atrás dela, ela correu e foi embora para a sala dela, né?”

As lembranças de Inácio sobre a Gestão do Diretor militar, época em que ele entrou na Faculdade, sempre voltavam. “É muito interessante que aí as minhas lembranças vão vindo né? Aí eu volto lá... Teve um dia que o **nome oculto (Diretor)** tava lá aí teve um problema. Os alunos foram até a sala dele. Chegou lá, abriram a porta da sala dele, não tinha secretária, ele tava com os pés na mesa assistindo jogo de futebol. Minha memória vai e volta né. Esse aí era o ditador da FaE.”

E mais quatro anos se passaram e novas mudanças aconteceram. Ou velhas mudanças... “Aí depois entra **nome oculto (Diretora)**. Quer dizer, tem muita coisa, se eu parar pra pensar aqui vai aparecer, mas tô te contando o que eu tô lembrando”. Inácio contou que a nova Diretora entrou e passou a receber, na Faculdade, servidores de outras unidades da UFMG. “**Nome oculto** entra na Faculdade de Educação e começa a trazer gente de tudo

quanto é canto para a FaE. Nos criou um problema sério. Pegou a minha seção de serviços gerais, tirou a gráfica, tirou um funcionário meu, repartiu e falou: ‘Inácio, agora você vai ficar só com essa parte aí’. Quer dizer, tirou a minha... ela percebeu que eu estava crescendo e cortou, tipo assim, vou cortar a asa desse cara. Tirou minha autonomia todinha. É igualzinho a prefeitura acabou de fazer, Kalil fez com a Regional Pampulha. Tirou autonomia. Ela era mandona...” E, para Inácio, ela acabou foi criando um problema sério para a instituição, porque recebia qualquer pessoa que quisesse ir para a Faculdade sem nenhum tipo de seleção ou análise. “Foi recebendo”. Inácio não tinha problemas pessoais com essa Diretora. Ele acabou ficando nos Serviços Gerais e cuidando da limpeza, da vigilância, do audiovisual e do veículo.

Nesta época aconteceram roubos na FaE e em demais unidades da UFMG. “Tinha uma máquina de escrever que na época tinha valor, da IBM, fera. E aí você chegava lá tinha uma janela quebrada e a máquina tinha ido embora. A Faculdade não tinha estrutura de segurança. E era assim, roubavam mesmo”. Para esse caso específico foi aberta uma sindicância. Até a Polícia Federal foi chamada e Inácio contou que junto com ela “veio um monte de pressão em cima da gente”. E ele caiu em uma cilada. “Eu indiquei um professor, junto com a Diretora, pra fazer o... porque quando rouba alguma coisa tem que fazer uma sindicância... montar um processo. Teve um roubo, aí você monta uma comissão pra esclarecer”. E Inácio foi chamado pela comissão para dar seu depoimento.

Inácio não se lembrava do nome do professor, mas sabia que ele era militar. “Aí ele faz um... Fui lá depor, ele coloca lá que eu atrasei no depoimento, que eu não queria depor... e isso foi parar na Polícia Federal. Ele mandou pra lá isso... E aí o que a gente tinha que fazer na instituição? Tinha que pegar essas máquinas e esconder essas máquinas em um lugar porque elas seriam roubadas. Bom, aí eu fui parar na Polícia Federal, fui pra depor. O delegado queria me indiciar como se eu fosse responsável pelos roubos. Eu me lembro direitinho que eu falei para ele, uai doutor, eu sou a primeira pessoa que gostaria de saber quem está roubando na FaE e o senhor está querendo colocar palavras na minha boca, eu não sou responsável por isso. Ele deu um murro na mesa e saiu”.

Mas depois descobriu-se quem estava roubando. “Porque aí depois eles roubaram no xerox lá no CECIMIG, não é da sua época. Tinha um prédio lá embaixo, que era um prédio antigo, eles roubaram uma máquina de xerox”. E, para resumir, Inácio contou que quem estava roubando era um rapaz, filho de um delegado da Polícia Civil. “Os roubos na Universidade cessaram e ninguém mais incomodou ninguém”.

Voltando à atitude da Diretora, de receber novos funcionários na Faculdade, Inácio contou que os técnicos não ficaram satisfeitos. E o que poderia parecer benéfico, já que aumentaria a força de trabalho, acabou criando rivalidades, porque essas pessoas ganhavam funções remuneradas em detrimento dos trabalhadores que já estavam na casa. Ganhar uma função era ganhar um aumento de salário. “Nessa época era Fernando Henrique que era presidente da República. A Universidade não tinha dinheiro pra nada, nada, nada. Eu me lembro que às vezes eles... era telefone fixo, não tinha celular, ligavam para minha casa pra ir lá na FaE, oito horas da noite, ligar uma bomba porque a FaE estava sem água e a FaE, a universidade, não tinha dinheiro para comprar uma bomba, uma bomba! Olha para você ver, pra jogar água lá pra a torre. Olha o nível que chegou a universidade. Não tinha dinheiro pra pagar a conta de luz, de água... Salário então era péssimo. A gente trabalhava lá porque a gente era teimoso”.

E por falar em teimosia, Inácio contou sobre o início dos movimentos paredistas na universidade. Ele disse que não se lembrava das datas, sua cabeça não era boa para datas. Mas Inácio foi participar da criação da ASSUFEMG. “Nessa história toda eu fui ser um dos fundadores da ASSUFEMG. Esse movimento todo. (...) Aí eu fui para lá, eu me lembro que era um engenheiro, **nome oculto**, que era o presidente, começou, aí nós fundamos a ASSUFEMG. Eu era do... tinha um cargo lá que não me lembro mais, eu sei que fui ajudar a fundar. E aí a gente começou a fazer reuniões na ASSUFEMG, e a gente fez a nossa primeira greve. Eu me lembro direitinho. Eu tinha uma Brasília, coloquei um alto-falante em cima dela, e comecei a rodar o campus da Pampulha com a minha Brasília, anunciando que nós íamos entrar de greve”.

Foi a primeira greve que os técnicos fizeram na Universidade. “E aí o movimento foi crescendo, foi ganhando espaço, ele foi pegando é... como vou dizer, foi amadurecendo enquanto movimento”. E Inácio contou que ASSUFEMG foi pioneira nos movimentos. “Ela ficou muito tempo na Universidade como uma Associação, não igual é hoje, ela tinha parte sindical junto, hoje desmembrou, né? Passou para o SINDIFES. O SINDIFES hoje é a parte sindical, ASSUFEMG ficou na... criou-se duas instituições, o que eu não sou a favor, mas enfim né...”

E Inácio era muito participativo. E os demais técnicos da FaE também participavam muito. Ele disse que, na época, só secretário geral e algumas poucas pessoas não participavam. “Mas a gente criou um movimento, inclusive dentro da FaE, muito interessante. A gente fechava a FaE mesmo, participava, fazia as reuniões né? E a gente também

representava lá na ASSUFEMG, o comitê de liderança da greve. E eu participava desse processo todo”.

“Bom, aí a Faculdade de Educação muda de direção, para variar, né? Quatro anos”. O novo Diretor era um líder sindicalista da Universidade, professor que já faleceu. “Morava na minha rua aqui”. A Diretora da gestão anterior foi para a Reitoria. Os movimentos de greve continuavam. A Faculdade de Educação, principalmente o setor de Serviços Gerais de Inácio, começou a sentir os primeiros problemas com a ida de funcionários de outras instituições para lá. Então, o novo diretor decidiu retomar o funcionamento anterior e informou a Inácio que a gráfica voltaria a ser administrada por ele. “...Me chama e fala ‘Inácio, nós vamos voltar, você vai começar a administrar de novo a gráfica, vai tirar aquelas paredes lá, nós vamos mudar aquilo lá’. E assim foi feito”. A ex-diretora havia recebido três funcionários para a gráfica, que foram colocados à disposição pelo novo Diretor. “Ficou um lá. Ficou um funcionário lá. Que trouxe um problema sério para a gente no futuro. Assim, não era uma pessoa honesta. Mas aí foi feito um paliativo e ele foi também colocado à disposição”.

A administração desse Diretor foi “politicamente interessante”, para Inácio. Os técnicos tinham várias divergências com o gestor, mas era possível administrar. “Agora, o **nome oculto** não conseguiu, em termos de patrimônio, de administração da FaE, grandes coisas, porque a **nome oculto (Diretora da gestão anterior)** era de outro partido e não abriu espaço para ele. Não tinha condição”. Mas, para Inácio, foi uma gestão importante, inclusive para ele, enquanto servidor, que foi crescendo na Faculdade, no sentido de poder administrar melhor o trabalho. “... Porque aí eu comecei a administrar a FaE. Junto com ele. Ajudando mesmo... Tipo assim, olha eu sei quem é fulano, ciclano, não dá para fazer isso... Eu vestindo a camisa da instituição como um todo, né? E a FaE foi... ficou estática nesse período, em termos de crescimento. A FaE não cresceu nesse período de administração do **nome oculto**. Administrativamente, né? Mas vinham funcionários, a FaE foi andando. Teve alguns dissabores, mas...”

E assim passaram-se mais quatro anos. Um novo Professor assumiu a gestão da Faculdade. Na visão de Inácio, foi o melhor período da FaE. “**Nome oculto** era uma pessoa muito gente boa, muito tranquila, muito boa de trabalhar.” E Inácio cresceu com essa administração, em termos pessoais e profissionais. Ele tinha muita autonomia e se tornou um braço direito do diretor e da vice-diretora. “Era muito engraçado porque... eu me lembro direitinho que se a **nome oculto (vice-diretora)** tinha alguma coisa para fazer ela falava ‘ô

Inácio, ajuda o **nome oculto (diretor)** por favor'. Eu me tornei uma pessoa... isso não foi bom no futuro não, tá? Isso me criou problema..."

Mas Inácio se tornou uma pessoa que passou a cuidar da Faculdade ainda mais de perto. Com ainda mais responsabilidades. "Toda administração da Faculdade de Educação passava pela mão do Inácio". Ele passou a compor a comissão de licitação, que examinava os processos de compra e passou a acompanhar e administrar todas as reformas da Faculdade. "... Se tinha isso, Inácio que fazia, se tinha reunião... de qualquer reunião que tinha que tratar, **nome oculto (Diretor)** falava: 'você vai, Inácio. Eu não entendo nada de telefonia, você vai lá'.

Inácio contou de uma reunião com o Reitor em que estavam presentes todos os diretores da UFMG e só ele de técnico, representando a FaE em nome do diretor. Ele diz que aprendeu muito com essa gestão e fala com muito carinho e admiração do diretor e da vice-diretora. "E foi fácil, assim, foi uma gestão leve pra mim... trabalhar com eles... e para todo mundo, pra todos os funcionários. Porque o **nome oculto (Diretor)** era muito tranquilo, sem problemas, ele esvaziava. Se você levava um problema para ele, ele conversava com você meia hora, quando acabava de conversar você não queria mais falar do problema com ele porque ele já tinha furado a bolha. Ele era muito inteligente. Filósofo né? Muito esperto. E pra mim foi uma das melhores fases da minha vida na Faculdade de Educação. Depois dessa história toda aí, foi a do **nome oculto (Diretor)**, né? Que me deu toda liberdade de crescer, de trabalhar".

Certa vez, já aposentado, Inácio encontrou um engenheiro da UFMG que lamentou que ele tivesse saído da FaE, porque era mais fácil enquanto ele estava lá e pelo conhecimento que ele tinha da Faculdade. "É porque se tornou tão fácil para eles, por que eu conhecia a FaE inteira, se tinha um problema no esgoto ali, Inácio sabia. Se tinha isso Inácio sabia. Quer dizer, Inácio sabia de tudo, ele conhecia o prédio da FaE porque a Universidade tem um sério erro, ela não tem planta. Não tinha planta da Faculdade de Educação... nada. Aí tinha que fazer uma reforma, Inácio acompanhava a obra. (...) Quer dizer, ficou fácil trabalhar na FaE comigo gerenciando. E eu aprendi muito com isso. Muita coisa. Aprendi muito, foi muito bom para mim porque eu tive um aprendizado muito grande. Cresci muito... em conjunto com os engenheiros, com todo mundo..."

Nesse período Inácio trabalhava muito, mas era mais leve. "Eu produzia muito mais, tinha prazer de ir lá porque o cara confiava no meu trabalho, né?" Ele participava da gestão da Faculdade e tinha seu conhecimento, de anos de trabalho, valorizado. Até mesmo na alocação

de funcionários nos setores, Inácio participava. “Então foi a melhor fase da minha administração lá. Cresci muito com o **nome oculto (diretor)**. (...) Pra você ter ideia, se eu colocasse uma mesa na FaE em tal lugar, ninguém tirava. Ninguém tirava. A própria **nome oculto (ex-diretora)** falou um dia lá: ‘ó, a gerência aqui é do Inácio... qualquer coisa peça para ele’”.

Ele foi criando o que chamou de “uma administração responsável”, desde a história dos roubos. Resolveu que precisava criar uma forma de responsabilizar as pessoas pela falta de cuidado com o espaço público. “Aí eu criei um formulário, tipo assim, de responsabilidade. Porque as pessoas da FaE eram muito irresponsáveis, vira e mexe entrava na minha sala e falava: ‘entraram na minha sala e me roubou minha bolsa’. Mas por que você deixou a porta aberta? Professor era mestre em fazer isso”. E Inácio implementou um sistema de vistoria na Faculdade. “Acabava a noite, a vigilância fazia vistoria no prédio e botava lá: sala tal luz acesa, sala tal porta aberta, e mandava pra mim. Eu pegava aquilo e mandava para o chefe de departamento. Mandava para quem quer que seja”.

Até para o diretor Inácio já mandou advertências. “Ele me ligou no telefone e falou ‘Inácio, parabéns você está trabalhando direitinho hein?’ (risos)”. No primeiro ano Inácio recebeu inúmeras ocorrências. No segundo, elas diminuiram bastante, no terceiro, quase não havia ocorrências. Acabaram-se os roubos. “E assim, não mudou nada, só que as pessoas tiveram mais responsabilidade, porque eu não ia mais na Polícia Federal me expor, dizendo ‘porque você é responsável’. Não sou não ué, quem deixou a porta aberta foi fulano de tal, gabinete é dele, vai lá e conversa com ele, não sou eu que sou responsável... Isso foi dando responsabilidade”. Inácio soube, depois que saiu, que o sistema não funcionou mais.

E Chegou o momento de mudança da gestão. Interessante pensar como essa mudança afeta a vida das pessoas que trabalham na Faculdade. “Aí tava encerrando minha história na FaE”. Entrou uma nova Diretora. Inácio disse que não se lembrava do nome completo dessa professora (apesar de tê-lo falado corretamente). Para a vida de Inácio, duas gestões opostas. Contrastantes. “E aí começaram-se os problemas. Inácio não pode ficar na Seção de Serviços Gerais. Tem muito poder. Nós vamos ter que tirar ele de lá”. Inácio deixou claro que este era o raciocínio que ele estava fazendo. A Forma como leu o que aconteceu.

Foram realizadas ações com as quais ele não concordava. “Eu saí de férias. Quando voltei, tinham comprado um... não sei, alguém que ficou no meu lugar, juntou com uma outra funcionária lá, não sei quem é e compraram, superfaturaram, um sofá”. Inácio questionou. Para ele, a Direção, erroneamente, achava que ele tinha muito poder sobre a Faculdade e que

isso não era positivo. “Inácio não pode mais ficar aqui. Porque ele que manda. Ledo engano deles porque eu não mandava nada. Eu não mandava nada. Eu era só um funcionário administrativo que gostava de trabalhar na FaE e que era responsável, que chegava sete horas da manhã e saía, às vezes, dez horas da noite.”

Quando os estudantes realizavam festas na Faculdade, o Diretor pedia que Inácio ficasse de plantão. “Quer dizer, eu era uma pessoa extremamente de confiança deles, e responsável. Eu não tinha essa pretensão de nada. Mas eles achavam que, como sempre, sempre Roberta, quando mudava uma direção o secretário era destituído. Ele era empurrado para um canto. Isso aconteceu com o **nome oculto**, que foi parar no CECIMIG... Isso aconteceu com todos os secretários que trabalhavam na FaE. Quando mudava a direção eles não eram bem quistos. Eles eram empurrados... A direção empurrava ele para... isso aconteceu com uma outra que foi parar lá no CECIMIG... CEALE! Uma outra que foi secretária do **nome oculto (diretor)** mandaram ela também para o CEALE. Quer dizer, nenhum, olha para você ver que coisa engraçada. Nenhum secretário da FaE, isso é inédito, mudava a direção, ficava no cargo. E era assim, e era... encostado num canto. Não tinha o menor respeito pelas pessoas. Eu presenciei quatro ou cinco secretários que foi feito isso. É o cargo que você ocupa hoje.”

E Inácio não esperou a próxima mudança de gestão. Houve uma desavença com a Diretora e ele decidiu que não ficaria mais lá. “Aí começou essa história toda e aí a minha desavença com a **nome oculto (Diretora)** foi que eu estava tirando forro... não sei se tem forro lá ainda. Um pó danado no corredor da FaE... Aí o pessoal entrava na minha sala e falava: ‘Ô Inácio você podia mudar isso aí, podia fazer isso no final de semana’. Aí eu entrei em contato com o pessoal, eu tinha um bom relacionamento com a parte administrativa da Universidade, com os engenheiros, falei com ele assim: não pode fazer num sábado? Eles falaram ‘nós vamos estudar’, e responderam que sim. Eu parei a obra. **Nome oculto (Diretora)** entra na minha sala e fala assim: ‘por que que você parou a obra?’ Falei: uai, porque eu não vou ficar aqui nesse pó, tá todo mundo reclamando. ‘Não, você vai continuar a obra sim, você...’ Falei para ela: não vou! ‘Você vai’. Olha pra você ver. ‘Quem não vai vir aqui sou eu’. Falei: peraí, por que dois pesos duas medidas, minha querida? Eu não vou retomar essas obras. E não retomei. Saí dali, fui na seção de pessoal e pedi aposentadoria. E não retomei a obra, não tomei conhecimento mais. Acabou. Ai encerra a minha história na FaE.”

O percurso de Inácio, como técnico-administrativo da FaE, terminou assim, mas ainda teve muita história pela frente. Ele me contou, ainda, que evitou voltar à FaE enquanto a Diretora estivesse, mas que um dia precisou ir à Faculdade e a Professora questionou o que ele estava fazendo lá. “Eu falei: isso aqui é público. Isso aqui não é teu”. E Inácio também contou de uma festa, “e aí... isso é muito engraçado”. Inácio se aposentou e continuou trabalhando. Montou empresa, fez teatro “...comecei a... passarinho começou a voar”. E Inácio soube que começaram boatos na FaE, de que ele estava rico. “Mentira, estava rico de jeito nenhum!”. Mas nessa época o mandato daquela gestão havia terminado e teve uma festa na Faculdade. Mesmo aposentado, Inácio sempre participava. “...E numa festa lá, eu gosto muito de dançar, tava dançando e ela veio dançar comigo. Falou comigo assim: ‘uai, tô sabendo que você está muito bem de vida né’. Eu falei: graças a você! Dá licença”.

Inácio contou sua história em quadriênios. Foi a forma que encontrou de lembrar-se do que viveu, com base nas gestões de seus superiores. Conversamos mais e mais... Inácio me contou que, quando se aposentou, só tinha o CEALE e o CECIMIG. Mas ainda eram “dentro da FaE” e não “naquele corredor que vai lá pro fundo”. Contou que a entrada da FaE era lá por cima, perto do Centro Pedagógico. “Não tinha aquela parte de baixo não”. A Diretoria era “lá onde que é o... DMTE né? DMTE. Do lado de cá”. Naqueles corredores onde hoje estão os gabinetes? Eu perguntei. “É, era ali. A Diretoria era ali. A minha sala era logo ali. A diretoria ficava... ficava a diretoria e ficava a administração, assim. Secretaria... ficava tudo ali. E o... o DAE era onde? Eu sei que o... o DECAE era cá. O DMTE era... DAE, DECAE e DMTE né? Ah, não me lembro mais não. (...)Ah, depois teve a reforma né? O DAE foi para um lado, o DECAE para outro e o DMTE ficou pra cá”.

Essa reforma da qual Inácio falou foi a saída da Escola de Biblioteconomia, que ficava no mesmo prédio que a Faculdade de Educação. “É porque ali, quando eu trabalhava ali, era a Escola de Biblioteconomia, que era naquele espaço aonde hoje é o DECAE. Ali era escola de Biblioteconomia, ai a Biblioteconomia saiu dali. Ainda era do meu tempo ainda.”

Depois, provoquei Inácio a me contar como eram as relações com os demais técnicos e como ele se reconhecía na construção e efetivação da atual estrutura da FaE. E Inácio respondeu sem pestanejar: “Os técnicos administrativos, vou te falar o que eu percebo, é o coração da Faculdade de Educação. Se tirar os técnicos a FaE para. Porque o que que acontece. Porque no meu caso, por exemplo. Quando mudava uma direção, você que detém os conhecimentos de como funciona a administração. Você que sabe o que comprar, o que fazer, o que produzir para que aquela instituição funcione. Tipo assim, se você não administrar

como é que vai, como que professor vai dar aula, como que a sala vai estar limpa, como que vai, como que as coisas vão... como vou te explicar isso melhor? É a base. O técnico é a base para que a instituição funcione. Se você tirar o técnico a instituição para”.

Para Inácio, o professor “ele não tem a menor noção do que é uma administração”. Isso porque nessa administração tem muita burocracia e “você tem que entender da burocracia, tem procedimentos que, tipo assim, se vai contratar um professor, quem faz é o técnico. Se vai... um concurso, quem vai administrar é o técnico administrativo. A instituição da FaE, se tem que manter ela, a manutenção da FaE, a estrutura da FaE, quem mantém é o técnico administrativo, certo?”

Inácio considera a Universidade um lugar muito bom de trabalhar. Diz que cresceu muito na Faculdade de Educação, que tem papel importante em sua formação. “É... eu tenho uma formação de universidade. Eu posso não ter entrado na sala de aula, mas eu aprendi muita coisa na instituição Faculdade de Educação.” Não é só na sala de aula que se aprende e se ensina. E o trabalho naquele espaço foi muito formativo para Inácio. “Isso me ajudou muito como um todo, que eu tinha um bom relacionamento com os professores, com os funcionários né. Eu sempre tive um bom relacionamento com todo mundo. Foi muito bom para o meu crescimento pessoal né... com a instituição.”

Mas é preciso estar atento e forte, como diz a canção¹⁸. Inácio nos lembra que “a universidade, ela te absorve muito. Você passa a viver um mundo diferente. Você passa a viver o campus da Pampulha, que foi meu caso. Você passa a viver aquela instituição como um todo”. É uma instituição de muitas oportunidades, diz Inácio, mas nem sempre foi assim para o técnico. “Que, em relação ao técnico, eu percebo que teve algumas mudanças da minha época para cá. É tipo assim, eu vejo que hoje o técnico ele tem mais oportunidades, de estudar na própria universidade. De fazer seus cursos. Houve uma abertura em relação a isso. Quer dizer, nós brigamos para que isso acontecesse. Isso não veio de graça não, tá? Porque não nos era permitido esse crescimento. Você era tipo um funcionário para servir, para servir a instituição, como um todo, e o professor, tá? E isso... essa questão foi quebrada, isso aí tá sendo quebrado...”

Inácio se aposentou antes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, que regula o desenvolvimento profissional do TAE, então não existiam os incentivos à qualificação ou mesmo esse movimento mais fortalecido na universidade. No entanto, Inácio considerada que ainda há resistência contra esse desenvolvimento. “Mas ainda

¹⁸ Canção “Divino Maravilhoso” de Caetano Veloso e Gilberto Gil, interpretada por Gal Costa.

eu percebo que, mesmo de fora eu percebo, tem alguma resistência, se eu chego na FaE eu percebo que o olhar para o Inácio é de um Técnico Administrativo que trabalhou na FaE. E que prestou um bom serviço aqui.”

Inácio também ressaltou a importância da flexibilidade do trabalho na Faculdade. Na época em que trabalhou na FaE ele era casado. Teve duas filhas. Então, se precisasse se ausentar – “gente, minha filha adoeceu, eu tenho que levar ela ao médico, eu não vou aí hoje” – ele tinha certa liberdade. “Você comunicava à direção, e você tinha essa flexibilidade. Essa relação é muito boa na Universidade, como um todo. Tem uma parte humana na Universidade que é muito interessante. Certo? Que funciona, que te ajuda muito”.

E ele deixa um recado aos trabalhadores técnicos de hoje, para que aproveitem o que a Universidade tem a oferecer, “estudar mesmo, participar, crescer junto, certo, acho que isso é importante.” Inácio se encanta, hoje, quando vê o quanto a Faculdade melhorou e imagina como seria se pudesse trabalhar lá nesse contexto. “A FaE hoje, pra mim é... Assim, eu vou lá e fico assim... Eu fico encantado! A instituição que eu trabalhei que hoje tem índio, tem mudanças, eu vejo que teve algumas mudanças interessantes na FaE. Eu fico me imaginando trabalhando lá hoje, eu acho que seria... eu ia ficar no meio desse povo todo, assim, porque eu acho que a FaE teve um crescimento muito grande em relação ao que eu consigo enxergar.”

Mas em relação aos servidores técnicos, Inácio lamenta que muito tenha se perdido. Ele diz que em sua época a FaE era mais unida. Não sabe dizer se mudou devido ao seu crescimento, mas percebe um distanciamento entre os funcionários... “não é tão perto quanto era na época em que eu estive lá. Tinha problema? Tinha. Mas a gente era unido, a gente lutava por uma causa única.” E muitas pessoas dizem isso. Muitos colegas que estão na Faculdade há mais tempo lamentam que essa união tenha se perdido.

Inácio também contou que fazia muitas festas na FaE. “Eu era um promotor de festas (risos)”. Na opinião dele, a instituição precisa disso. “Precisa de uma união. Você precisa trazer pessoas para perto, os funcionários precisam se reunir. Precisam de conversar. Agregar coisas, fazer festas, fazer coisas boas, né?” Nesse ponto, ele considera que a FaE tenha perdido. E diz que, hoje, quando vai às festas, percebe uma realidade muito distante da vivida por ele. Por quê? “Não sei o que aconteceu, porque essas mudanças, né? Eu percebo que tem... tem um trabalho lá a ser feito em relação a esse tipo de coisa. Eu acho que precisa retomar essas questões da relação dos funcionários um com outro, e de juntar mais as pessoas, porque as pessoas ficam mais felizes. Porque você passa o dia inteiro ali. Que não é fácil, né? Parte da sua vida você passa lá dentro.”

Inácio me perguntou quantas horas trabalhamos hoje. Expliquei que ainda são quarenta horas, mas que alguns setores, em regime de exceção, têm jornada de trabalho de trinta horas semanais e seis horas diárias. Ele quis saber o porquê e conversamos um pouco sobre isso. “Mas então teve um ganho né? porque na minha época eram 8 horas, direto. Quer queira quer não. Você ia pra lá... tinha dia que eu chegava lá... tinha dia que eu saía 10 horas da noite. Às vezes eu vinha em casa e voltava né? Porque... Vinha, voltava almoçava, e voltava para lá, porque às vezes tinha festa. Mas a FaE era muito festiva! Tinha festa junina, tinha... fazia festa junina fora... A gente tinha uma união muito grande de funcionário, na época. Fazia muita.. tem muitas histórias. Sempre você arrumava um jeito, os funcionários arrumavam um jeito de fazer uma festa.”

E, segundo Inácio, eram os técnicos que organizavam esses momentos de lazer. Principalmente nos períodos de férias escolares. “A gente arrumava... esperava... doido para entrar de férias para os professores irem embora pra casa, pra gente fazer uma festa lá (risos). A gente fazia tipo assim: começava cinco horas da tarde. E chamava os professores, lógico! Os professores iam também, alguns. E a gente ficava lá na festa e ia embora. A festa terminava dez horas da noite. A gente aproveitava o espaço que a gente tinha. Porque a gente sentia que aquela casa também era nossa. Que a gente podia fazer festa lá. Lógico que com todos os cuidados né. De não deprestar nada, de não ter problema. Mas... promovi muita festa. Muita festa. Tanto que quando eu me aposentei eu fiz uma. Que eu saiba o único funcionário que fez festa de despedida fui eu. Na minha casa. De tanto que eu gosto de festa.”

E no dia-a-dia eles também se juntavam para conversar. “Tinha um espaço... depois mudou, depois que eu saí, mas o espaço era no Café. Tinha um café que tinha um espaço. Era o nome do menino que suicidou. Você sabe dessa história?” Sim, eu sabia. E ainda hoje, nossa copa leva o nome desse colega. “O **nome oculto** também participava das nossas festas. Era uma pessoa muito inteligente, muito gente boa. Suicidou. Teve uma outra professora também que suicidou lá. Uma outra professora.”

Na visão de Inácio, a pressão pela produção é muito grande na Faculdade. “Professor entra lá... tem histórias homéricas ali na FaE... professor entra lá... e vai sofrendo pressão né? Tem que fazer mestrado... tem que fazer doutorado... e aí ele vai... e aí... (...) Mas a FaE, a Universidade como um todo, Produz ensino e produz loucura também. Tem que se tomar muito cuidado. Não embarcar muito nas histórias.”

E em relação ao trabalhador administrativo, Inácio reclama da falta de cuidado da Universidade em relação ao acolhimento das pessoas recém-ingressas. “O que é uma

universidade? Como você trabalha? Eu acho que elas não são preparadas”. E ele diz que já era assim em sua época. “Eles pegam o funcionário, admite mas não... Manda para a Faculdade de Educação, mas não é... você não tem uma... como vou te falar? O funcionário chega ele não é recebido. Como é que funciona essa instituição? O que é essa instituição? Que que é a Faculdade? Você vai trabalhar aqui aonde? (...) Isso acontecia na minha época também. Às vezes, na minha época, o funcionário chegava e ficava sentado numa cadeira lá, sem saber o que ele ia fazer. A Universidade erra em relação a isso. Não tem um setor que cuida disso.”

Para Inácio, esse cuidado é de extrema importância. Assim como uma análise da pessoa que chega. “Que que você fez na vida? Você gostaria de trabalhar na Seção de Ensino? Qual é o seu currículo, o que você gosta de fazer? Ah não, eu não gostaria...” Inácio percebia que às vezes as pessoas acabam caindo no lugar errado e que isso podia ser frustrante para o trabalhador e uma desvantagem para a instituição. “O perfil da pessoa não é para aquilo. Ele é um funcionário administrativo, sim. Ele é administrativo. Fez um concurso, ele vai trabalhar nessa área. Mas você não tem o histórico de vida dele. Você não sabe quem que é o José que chegou lá, onde ele mora, o que que ele faz, se ele tem filho, se... como é a vida dele, você não tem esse histórico. A pessoa chega, e fala: ‘você vai trabalhar lá no colegiado’. Mas peraí, o que eu vou fazer lá? Não tem um acompanhamento”.

Realmente. Essa é uma reclamação de Inácio, minha, e de muitos colegas. Não tem treinamento, não tem acolhimento. Mas contei para Inácio que recentemente foi criada uma comissão pra este fim e que, quando eu entrei na universidade, o DRH já tinha um setor em que você conversava com uma psicóloga, com o objetivo de definir a melhor unidade para seu perfil. Inácio também pontuou que em suas idas à FaE, percebeu uma realidade diferente no que diz respeito aos funcionários técnicos administrativos. Funcionários deslocados, adoecimentos... O que, para ele, acontece por falta de acompanhamento. “Eu levei um susto que eu cheguei num setor lá e tinha um cara... uma pessoa, assim, de capuz... que imagem é essa? No calor e a pessoa com capuz na cabeça, dentro de uma sala de administração?” “E aí teve vários relatos que eu acho que tem que ser observado. Você está na secretaria, eu acho que é bom que você perceba isso, que... que tem algumas coisas que tem que prestar atenção. A direção tem que prestar atenção nisso, nessa questão. Não é só isso que eu acabei de falar não, é a questão da própria relação né? Dos funcionários.”

Inácio falou do papel da secretaria geral nesse processo. “A secretaria tem uma função fundamental na instituição, tá? Ela consegue ver isso porque o processo passa por ela dos dois lados, funcionário e professor. E ela consegue ter essa visão de enxergar o que está

acontecendo na instituição. E alertar, falar ‘ó, tá acontecendo isso, tá acontecendo isso’, porque isso é importante que aconteça na universidade. Eu não sei que que acontece, eu não sei em relação a salário, o que se paga hoje, como tá isso, a satisfação das pessoas, na Faculdade de Educação. Isso aí às vezes você pode... a pessoa tem um potencial que você não conhece né? Você não tá percebendo que ele tenha, e que ele pode ser aproveitado na instituição. Ou que ele pode ser tratado, né. Tipo assim, tirar. ‘Ó, você vai ter que... nós vamos cuidar da sua cabeça, você não tá bem, tá? Você vai ter que sair daqui. A hora que você melhorar, nós vamos ver o que está acontecendo com você’. Levar o cara para um recursos humanos... Um cuidado, com a pessoa, que às vezes as pessoas não conseguem nem saber, né? E existem problemas e ninguém sabe o que está passando pela cabeça. Pelo menos eu acho que é uma visão que... Esse papel eu fiz na FaE muito tempo e eu não era... Quer dizer, eu era a pessoa de confiança da direção, do **nome oculto**, né? E eu falava para ele, ó... tem isso assim, tem isso assim... Eu exercia esse papel de confiança”.

Nossa conversa chegava ao fim. Falamos um pouco das gestões mais atuais. Inácio comentou que na época do Colégio Universitário ele era contratado, por uma empresa particular. Disse que só depois fez um concurso interno na UFMG e entrou como servidor. Perguntei se tinha sido assim que ele se tornara um TAE.

- “Que que você chama de TAE?”

- TAE é o nosso cargo, Técnico Administrativo em Educação.

- “Ah, não sabia! Aí você ficou ‘TAE pra aqui, TAE pra ali’, (risos).

Pois é, cometi esse erro de não explicar a Inácio, que diabos era “TAE”. E ele se aposentou antes do PCCTAE, que é a lei que, hoje, regulamenta e dá nome ao nosso cargo.

- “É, eu comecei como técnico... Eu comecei como datilógrafo né? E depois nessa reformulação toda eu fui para agente administrativo que eu acho que chama até hoje. Agora mudou, agora é TAE?

- É. Em 2005 teve a criação do PCCTAE, que é o plano de carreira dos cargos dos técnicos administrativos em educação. Daí TAE. E o PCCTAE envolve todos os cargos.

Conversamos mais um pouco sobre isso e Inácio também me contou da época em que houve essa reestruturação de cargos na UFMG. “Por exemplo, se você tivesse lá hoje, se você tem um, por exemplo, jornalista, você ia ser enquadrado como jornalista, e aí eu fui parar lá na instituição desse jeito”. E ele também disse que a Universidade é um dos lugares em que ele gostava de trabalhar. “É um lugar que você, se você souber aproveitar o que a Universidade te oferece, é muito bom...”

Já havíamos conversado a manhã inteira. Naquele ritmo e na cumplicidade que nascera entre nós, ficaríamos ali por muito mais tempo.

Mas optamos por continuar conversando em outros momentos da vida. E nos despedimos.

4.1.2 História da aposentada Olga

“...e pra viver atritando, moça, tem que ter energia viu, porque não é mole.”

Essa é a história da aposentada Olga, que foi indicada por colegas como uma líder.

Olga me encontrou na Faculdade de Educação, em meio aos seus inúmeros compromissos, para contar um pouco de sua história como trabalhadora técnico-administrativa em educação. “Cê vai notar eu não uso o termo ‘servidor’, eu não gosto. Eu não sou servil e nem serviçal, então sempre me coloquei como trabalhadora e acho que nós somos aqui trabalhadores que vendem a sua força de trabalho, através de concurso público, mas é isso que a gente faz aqui né?”

Olga entrou para a Universidade aos 18 anos, na década de 70. “Naquela época, a gente não tinha os concursos públicos como a gente teve, né? Eu digo teve porque esse governo atual¹⁹ não faz mais concursos públicos, principalmente para nós, técnicos administrativos”. Olga participou de um processo seletivo que era feito por cada unidade, “era um concursozinho, uma provazinha e a gente entrava”. Inicialmente ela foi trabalhar no Instituto de Ciências Biológicas (ICB), onde começou trabalhando no setor de expediente, “que hoje é a Seção de Pessoal, né? Chamava Expediente, cuidava das questões de pessoal e também dessa questão de correspondências e tal, distribuição dessas coisas”.

Lá, Olga ficou até 1980, “se a memória não me trai, dezembro, novembro de 80”, e depois foi para a Faculdade de Educação, transferida. “Aí nesse momento, já um conflito com a Direção da escola - que assim, eu era jovem, bem jovem - e um desentendimento sobre a forma como a gente deveria trabalhar. E a indicação da nova pessoa responsável pelo setor ao qual eu estava lotada. Me desentendi e resolvi sair. Falei: bom, eu não quero voltar. Entrei de férias. Na verdade, eu acho que foi a primeira manifestação de... talvez de assédio, sei lá, ou de discriminação, né? De quem domina para quem, teoricamente, é dominado. Então quando

¹⁹ Entrevista concedida em julho de 2022, no governo de Jair Messias Bolsonaro.

eu questionei, eu fui então... ‘Ah não, cê tá nervosa, tá cansada, entra de férias, quando você voltar...’ Bom, fiz isso. Entrei em férias”.

Olga trabalhava no Colegiado - “que hoje é o colegiado do ciclo básico, a gente tava implantando o colegiado do ciclo básico na área de biomédicas -” e, por isso, tinha uma boa relação com o pessoal do DRCA, com quem foi buscar alternativas para sair do Instituto. “Eu não quero voltar pro ICB”. E nessa busca, Olga conseguiu transferência para a Faculdade de Educação. Onde ficou até se aposentar.

Na FaE, Olga passou por vários setores, desenvolveu várias atividades e, paralelo a isso, foi “despertando para a questão das desigualdades, das discriminações, das privações e das responsabilidades, que a gente acaba assumindo em função da estrutura administrativa, mesmo, que a Universidade tinha e tem hoje”. Para ela, foi uma experiência muito boa, - “MAS MUITO BOA”, passar pela Universidade nos períodos finais da ditadura. “A ditadura se encaminhando pro final, mas um resquício muito grande sempre ficou na estrutura da universidade. E a gente começou a lutar contra isso, a se organizar”.

Nessa época, contou Olga, os trabalhadores não podiam ser sindicalizados, então suas reuniões eram realizadas através da ASSUFEMG, Associação que existe hoje ainda e foi a origem da militância dessa categoria. “Que não é privilégio da UFMG, todas as instituições, todas as entidades representativas que nós temos nasceram nessa coisa. Algumas se transformaram em sindicato e aqui nós tivemos problemas políticos, que não é o caso de... não é o seu objeto agora, mas que culminou em duas entidades, o SINDIFES, que é o sindicato que nos representa, e a ASSUFEMG que é uma associação que ainda existe”.

Olga explicou que trouxe a questão sindical para sua história, desde o início, por acreditar que “a gente pode e deve se ocupar das duas coisas com o mesmo compromisso”. Na verdade, para ela, o compromisso com sua identidade como trabalhadora, como cidadã, como sujeito que deve construir uma sociedade, deve até ser maior que a sua venda de força de trabalho.

Na Faculdade de Educação, Olga trabalhou em departamentos, colegiados, seção de ensino, seção de pessoal. “Eu acho que eu só não cheguei a trabalhar no café” (risos). E ela sempre foi muito disponível pra colaborar com o trabalho e sempre muito firme na defesa dos direitos. Nunca deixou de participar de uma greve e nunca deixou de chamar suas companheiras e companheiros, as trabalhadoras e trabalhadores, para debater a questão da nossa identidade, dos nossos compromissos. Olga também passou por conflitos na FaE, mas ressaltou que a Faculdade é “um espaço bom, de diálogo, de disputa, até. Porque aqui você

diverge de forma franca, sem muito problema. Óbvio, sem muitos, eu não tô dizendo que não tenha. Tem, tem. E a gente passou por vários”.

Apesar de seu comprometimento com o trabalho, Olga acredita que algumas pessoas achavam que ela não era “de confiança” – “porque na minha época, quem militava não era confiável institucionalmente”. Claro, porque se tinha greve, por exemplo, ela fechava o setor. “Então, imagina, se eu fosse chefe e... chefe entre aspás, né? Porque hoje eu não sei, mas antigamente chefe da Seção de Pessoal não era nada. Porque a gente não tinha gratificação nem nada, mas tinha a responsabilidade de (inaudível) o trabalho”. Mas ela estava reivindicando um direito e estava em seu direito de interromper sua função laboral em alguns momentos.

Esses eram sempre momentos de tensão para Olga. Mas ela contou que, na FaE, eles sempre tiveram uma condição de sentar e negociar propostas e formas “que uma coisa não atrapalhasse radicalmente a outra”. Além disso, Olga ressaltou, os trabalhadores sempre tiveram cuidado com as atividades essenciais. “Então se hoje, por exemplo, você vai para uma assembleia discutir - quando você deflagra o movimento paredista - o que é essencial ou não, nós sempre tivemos esse compromisso. E essas coisas que hoje - eu não sei se você participa ou não, né? Eu espero que participe - é... muito do que você vê hoje listado ali, do que é essencial e como a gente se comporta nesses momentos de conflito de interesses - que é o da instituição e os nossos, com nossos direitos individuais e coletivos - foram construídos por nós. E eu acho que eu contribuí muito pra que esse diálogo fluísse de forma menos tensa, em alguns momentos”.

Apesar disso, Olga disse que não teve muitos problemas de relação. Nem com chefias nem com os colegas e as colegas de trabalho, porque sempre deu muita importância ao diálogo. “Então mesmo que em algum momento nós duas, por exemplo, numa reunião, não concordássemos com alguma coisa, eu preferiria, e prefiro, te dizer ali, naquele momento, do que guardar e depois ficar com aquilo”. Infelizmente, essa atitude muitas vezes era confundida com arrogância ou mesmo autoritarismo. “O que também é... Autoritarismo também é da nossa formação, mas eu sempre prefiro dizer, no momento, o que eu penso sobre o que tá me sendo apresentado, senão eu busco, mais na frente, me colocar ou recolocar e isso gera, às vezes, atrito nas relações”.

Como Olga explicou, ela passou por muitos setores e ela atribui essa constante mudança à sua postura de se posicionar. “Vai pra lá, vai pra cá, com uma justificativa ou outra, mas é porque, em algum momento, você não está mais atendendo ao interesse

institucional, digamos assim, pra não falar das relações pessoais”. E Olga acredita que, numa síntese de sua passagem pela universidade, “que foi muito mais Faculdade de Educação do que qualquer outra coisa”, ela contribuiu. Contribuiu - com sua força de trabalho e tentando fazer, dentro das condições que tinha na época, com que a Faculdade se transformasse num espaço mais democrático.

E ela relembrou que a Universidade passou por muitos momentos difíceis. “Passamos pela década de 80, que as universidades, tanto quanto agora, né? Não tinham recursos, não tinham condições. Então assim, algumas dificuldades a gente parece que tá relendo o que viveu”. Mas Olga ressaltou que passaram por essas dificuldades com uma “unidade interna muito grande”. Não só entre técnicos administrativos, que na época nem eram chamados assim, mas enquanto comunidade. E Olga enfatizou sobre a necessidade dessa unidade. Sobre o encontro das categorias de TAEs, docentes e discentes, que sempre foi necessário para que a instituição avançasse e para que continue avançando. O encontro de pessoas que “se dispunham e se dispõem a sempre buscar”. Buscar um ambiente melhor, condições corporativas para a manutenção do seu fazer, para produção de conhecimento e de educação.

E por falar na forma como eram chamados, Olga contou que “técnico administrativo em educação” é uma identidade que foi construída pela própria categoria e pela qual ela, particularmente, lutou muito. “Lutei muito pra isso, pra que a gente tivesse uma identidade, fosse respeitado como profissional, trabalhadora e trabalhador que contribuem né, com a produção de conhecimento, com a educação e formação de pessoas, com essa Faculdade de Educação inclusiva, né? Não era assim. Também tinha as linhas de pesquisa, principalmente na graduação, eram limitadas, então a gente veio no encontro né, de debates sobre o que é educação, o que nós queremos oferecer e o que a sociedade precisa”.

“A gente sempre foi designado servidor”, Olga disse. E ainda somos. Ela me perguntou se eu conhecia um livro - “ele não é um livro novinho, ele chama ‘Novos Atores na Cena Universitária’” – de João Eduardo Fonseca, um trabalhador técnico administrativo da UFRJ. Já era um livro conhecido e inclusive utilizado como referência bibliográfica para essa pesquisa. Conversamos sobre ele e Olga ressaltou sua importância por trazer um pouco da nossa transição – “em que a gente sai lá da condição de bedel, que era empregado do chefe de departamento, da unidade, que vinha pra cá trabalhar, e buscando uma identidade, e essa questão de romper a invisibilidade”.

Porque, antes, a gente não existia na universidade, Olga disse. Não existíamos enquanto sujeitos que também criam. “A gente era o cara que cumpria ordem do... de quem te

contratou, sei lá. E como a universidade é administrada e dominada por docente, né?” São os docentes que ocupam os cargos de gestão mais importantes da Faculdade, inclusive aqueles que deveriam, necessariamente, ser exercidos por técnicos administrativos. “Os cargos de gestão. O povo larga a academia para vir fazer”. E essa também foi uma função importante do livro de Fonseca, “ele conta um pouco da nossa preocupação, já naquela época, com essa questão”.

E Olga contou que foi na busca pela construção da identidade desse “servidor” que o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE foi criado - “que não é o melhor dos mundos, tem gente que fala que é uma droga”. Mas Olga explicou que aquele plano não era o que eles almejavam na época. “A gente pensava num plano único de carreira, né? Que você entrava técnico administrativo e passava por toda a estrutura, então realmente uma carreira. Mas entre o desejo, a realidade e o dinheiro, caímos no PCCTAE”.

Para Olga, também, o plano tem “um monte de problemas”, mas foi um plano. “Assim como nosso projeto de universidade, que é um projeto... que apresenta um modelo de estado, que a gente quer construir e viver nele, né? Nesse projeto de universidade tem esse sujeito, que é o técnico administrativo em educação, que nós projetamos como, esse sim, um servidor para a sociedade. E é um projeto de universidade para os trabalhadores e não para quem está na universidade. É um projeto de abertura dos muros, né? De descida de palco, e que traz o projeto, traz a carreira com a valorização, controle social, a questão da gestão dos hospitais universitários, o modelo de hospital universitário que a gente também pretende...” Então o PCCTAE foi, para Olga, sem dúvidas, um ganho daquele que ela chamou de “período fértil de elaboração”, de produção de política. Um trabalho feito em paralelo às atividades rotineiras de formalização e normatização que cada cargo desenvolve dentro da instituição.

Olga me disse que não planejou se tornar uma trabalhadora da educação na universidade. Ela explicou que vem de uma geração que considerava o serviço público uma coisa muito boa. “Mal sabiam, né, o que a gente passava aqui. E passa”. E com isso ela tinha uma expectativa de ascensão social. “Imagina, emprego, uma menina com 18 anos, vem para um espaço onde pode ter estabilidade, não é mandado embora... então assim, é muito isso”. Já a relação com a educação, veio a partir de sua vivência e foi despertada a partir de sua inserção como trabalhadora. “Com a experiência, com o que a gente encontra. Porque a universidade realmente é um universo maravilhoso, né? Cê encontra de tudo aqui dentro, e pode transitar e trabalhar várias coisas. Então eu acho que juntou a juventude, essa questão do desejo de crescer, e crescer junto”.

E enquanto crescia na construção dessa identidade pela qual lutou, Olga presenciou a diferença no tratamento entre as categorias de servidores da universidade. Como ela apontou, eram chamados de ‘servidor’ apenas os trabalhadores técnico-administrativos. E somos até hoje. Não é técnico, não é técnico administrativo em educação... O ‘em educação’, então, sempre some. E é sempre uma luta, se reafirmar enquanto trabalhador da educação. “Tanto que falam assim: ‘os docentes e os servidores’. Então aqui eu sempre briguei. Se você vai falar servidor, você vai falar servidor docente e técnico. Ou então trabalhador docente e técnico”.

Olga contou de um dia em que fez uma “coisa feia”. “Feia para alguém”, brincou, porque para ela não foi. Eles estavam em greve e tinham um conflito para resolver. Organizaram uma reunião grande, no auditório da reitoria. “Um professor, que tava conduzindo lá, não nos dava a fala. Então me levantei, fiz um protesto. Ele falou ‘servidora Olga, comporte-se’. De lá eu berrei, eu não sou de gritar, tá? Falei: ‘eu não sou sua servidora. Eu não sirvo a vocês’. Então assim, ele é meu colega, meu companheiro de trabalho, ele só é docente. Tem um fazer diferente na instituição. Mas ele, né? E usou o ‘servidor’ com aquele..., pra quem não gosta, ser chamado de servidor já não é bom, mas o tom me fez, assim... Eu perdi o controle. Aí eu não precisei de microfone, fiz a fala inteirinha. E ele sossegou”.

Mas depois eles conversaram. Porque, como Olga explicou, “com raras e honrosas exceções”, nossa categoria sempre tem debates firmes nesses contextos, mas que não interferem no restante da relação institucional. E, além disso, esses espaços são, para Olga, “campo fértil” para que a gente cresça, com nossos projetos, nossas propostas e na nossa autoafirmação, “que eu acho que é importante, a gente sempre precisa lembrar”.

Olga fez uma comparação da questão da autoafirmação com a questão do combate ao racismo: “Ninguém fala que a universidade é racista, que há racismo, entre nós inclusive, né? ‘Mas não, não tem’. Mas tem! E a gente tem que sempre dizer que a gente tá percebendo e que não concorda e que vai combater! Então, nós somos trabalhadores e trabalhadoras, sejamos docentes ou técnicos, né? E se é para ser servidor, que sejamos todos então. Por que que nós servimos – né? Porque é o servil mesmo – e eles dominam? Então, essa disputa de poder dentro da universidade também é muito antiga e vem lá das fazendas, dos coronéis que chegaram aqui primeiro e se apossaram né, dessa questão, e acham que são donos do saber. Temos isso até hoje.

Um exemplo disso são as cátedras, refletimos. Que davam ao professor a alcunha de detentor do saber e, com isso, o poder sobre os demais trabalhadores. “O rompimento com as cátedras é uma coisa, assim... e ainda tem!” Olga contou que o que mais a espanta é encontrar pessoas jovens com essa ideia. “Então assim, tá na formação do indivíduo, né? Então: ‘eu nasci lá e você aqui. E quanto mais você aqui, melhor pra mim’”. Mas o que Olga defende é que “quanto mais a gente junto, e lado a lado, melhor”. Para ela, isso nos coloca em situações conflituosas e de tensionamento, quando uma categoria defende um projeto diferente, um ponto de vista diferente do outro. “É natural né, que os debates calorosos, eles aconteçam, no momento, mas eu acho importante que a gente consiga, após esses embates, construir”.

Esses embates acontecem, principalmente, segundo Olga, porque temos constantemente a necessidade de autoafirmação do que é produzido por nossa categoria. Ela deu o exemplo do que acontece com os técnicos de laboratório, que trabalham, principalmente, em unidades de ciências biológicas, médicas e da terra: “quem é que tá mesmo no laboratório ensinando pro graduando a disciplina que o professor toma? É o técnico administrativo. Quem cuida da pesquisa? Na maioria das vezes nós fazemos pesquisa”.

E foi uma briga imensa até que fosse possível que o técnico assinasse a própria pesquisa. “E é por isso que eu falo assim: sem normatização era ruim, com normatização algumas coisas melhoraram. Hoje nós podemos assinar nossa pesquisa. Nós temos técnicos administrativos doutores, pós-doutores, que não podiam assinar as pesquisas que faziam, né? O processo de dominação interna. E é no dia-a-dia, é nesses conflitos que a gente vai se afirmando e conquistando esses espaços e nesse sentido, o PCCTAE, por mais que não seja o nosso plano de carreira, porque não é um plano de carreira – porque carreira tem, né, desenvolvimento e não sei o que, e nós não conseguimos que os governos dessem sequência ao que a lei determina –, mas a gente conseguiu um monte de avanço e garantir que a nossa identidade, mesmo que às vezes de forma subliminar, seja reconhecida numa lei e isso é uma coisa muito importante, né? Tem que melhorar muita coisa. Mas é um projeto coletivo feito por nós. Eu acho que isso é muito importante”.

Perguntei à Olga se ela sabia dizer qual era a proposta, na época, e ela me contou que a proposta era polêmica mesmo entre os TAEs e que ela era da ala que a defendia. “Você entrava, o cargo era técnico-administrativo e o seu fazer ficava aqui dentro. Cê podia entrar faxineiro e sair dirigente, diretora de não sei o que. Esse é um plano de cargo, né? Então era essa a nossa proposta. Uma matriz com no máximo dois ou três cargos, em que você pudesse

transitar, crescer em todos eles, e transitar na medida em que você atingisse os requisitos básicos. E claro, com toda essa coisa da área de pessoal: tendo vaga, não sei o quê, pôrô pôrô...”

Mas Olga contou que tiveram que abandonar a proposta, até mesmo pelas polêmicas internas na própria categoria, “que é uma disputa de poder também interno. Quando você iguala todo mundo, quem se acha, né? Vai ficar aquela questão da dominação...” E ela disse que poderia tentar recuperar a proposta e me indicou dois colegas que poderia ajudar nisso: “O Arthur Vale, que passou pela FaE também, e a Yone Gonzaga, não sei se alguém já te falou da Yone. São os dois que trabalham bem a área de carreira. Então... aliás são meus gurus na carreira, tudo que eu preciso eu vou lá e pergunto pra eles”. Conteí para ela que ambos eram, junto do Fonseca, parte de minhas referências bibliográficas e ficamos um tempinho falando da importância do trabalho deles. Olga ressaltou que a Yone trabalhou a questão racial e a questão da invisibilidade como ninguém e o Arthur, nas questões da carreira, “é bom também nesse trem”.

E nesse lugar de subalternidade, como chama Arthur, ou de invisibilidade, como diz Yone, está também o nosso fazer. Passamos em um concurso para um cargo normatizado, com uma descrição específica de atividades e quando entramos para trabalhar existem muitos obstáculos, da ordem do poder, que nos afastam dele. Olga diz que o exemplo mais clássico disso é o Técnico em Assuntos Educacionais. “Porque tem lá um rol de atividades, a Universidade e a Unidade chamam esse cargo para si. Quando chega aqui, vão colocar essa cidadã e esse cidadão para fazer serviço de secretário. Nós, Assistente em Administração, tudo bem, nós temos uma malha que nos permite fazer tudo isso, né? Então nós podemos fazer a secretaria, que tá dentro das nossas atribuições. Mas um técnico em Assuntos Educacionais? Ele tem que tá trabalhando na área pedagógica, pra isso que ele é formado. Normalmente ele é pedagogo. Ele é assistente social. Cê vai por o cara para atender guichê na Seção de Ensino? Vai por a pessoa para trabalhar - nem deve ter mais - na gráfica? Mas antigamente tinha. As pessoas ficam infelizes. Pra ser secretário de colegiado... É um desrespeito”.

Para Olga, esse tratamento faz com que a pessoa já entre na universidade adoecendo. “Entra adoecendo, morre doente aqui e ninguém faz nada. Porque se reclamar vira problema. Aí é funcionário problema aqui”. Aliás, Olga enfatizou que odeia esse termo: funcionário. “Que a gente não é funcional não. E nem deve funcionar”. Para ela, essa forma de diminuir o saber desses trabalhadores é “uma desqualificação pra escravizar” e o técnico em assuntos

educacionais é o que mais sofre com isso. “Da mesma forma, pegar gente que é Assistente em Administração e colocar na portaria. Colocar na recepção. Pra atender... hoje nem tem mais, né? Mas assim, mas era uma tristeza, nos colocar para atender ligação e justificar ausência de docente que não cumpre horário, que não dá aula, que não sei o quê...”

E essa sempre foi uma briga que Olga comprou. Ela mesma nunca se incomodou com o trabalho que precisava desenvolver, mas tinha suas ressalvas: “Pode me pôr onde quiser, agora não me faz de besta, porque inteligência a gente não perde porque entrou nessa coisa”. E ela conta que se você “invocasse” o seu rol de atividades, era pior ainda: você virava o “funcionário problema rapidinho rapidinho”. Olga até relatou que acontecia do diretor ou diretora ligar para o DRH e falar assim: “não quero fulano na MINHA unidade”, com ênfase. E uma coisa que a deixava e deixa triste, é que muita gente se acostuma e se adapta a essa situação. “Eu chamo de síndrome da subserviência. Eu, assim, vou morrer feliz porque nunca baixei essa cabecinha pra nada assim dessas coisas”.

Olga se aposentou em 2010 ou 2009, “não sei”, e está um pouco afastada da realidade que vivemos hoje, mas sua aposta é de que as relações hierárquicas não tenham mudado tanto assim. E para ela, nessas relações, “a gente ou se subjuga, ou vai viver atritando a vida inteira. E pra viver atritando, moça, tem que ter energia viu, porque não é mole. Tem dia da gente entrar aqui e chorar. Chora, chora, chora, lava o rosto e sai porque vai ter mais. Daí a pouco tem mais. Né? Mas é a vida, né?” Respondi com um aceno de cabeça e lágrimas nos olhos.

E para Olga será difícil mudar esse cenário enquanto a gente, como categoria, não entendê-lo. Ela desabafou: “Por exemplo, ao passo que eu, você, outras pessoas sofrem, com esse tipo de relação, nós temos, infelizmente, na nossa categoria, colegas que se alimentam disso né? Que puxam saco, que têm muito aqui né? Aquele povo que fica lá, olhando, vai falar: ‘olha, a Roberta recebeu uma pessoa, ficou lá duas horas conversando com a pessoa e ninguém sabe o que ela tava fazendo. Isso é um absurdo... essas eu tenho vontade de pegar e esfregar a cara no chapisco, assim, sabe? Porque não sabe o que tá acontecendo, não sabe o que você estabeleceu de relação, né? Isso chama inveja e incompetência que faz isso. Porque a pessoa precisa se... Ou então: ‘a Roberta, fechou, foi para a assembleia’. Como se lá na assembleia, da nossa categoria, você não estivesse trabalhando, para o coletivo, né? E construindo, também, uma política educacional, porque nós somos seres da educação. Nós produzimos isso, nós educamos. Se a gente não se encontra e não conversa, como é que nós vamos nos colocar nesse ambiente? Então essas pessoas pra mim eu vou te contar, essas eu

prefiro deixar pra lá, e falo ó: pra essas a carruagem vai passando. Mas que tem dia que dá vontade de pegar e... Sabe? Dá. Mas tem, infelizmente”.

Olga também contou que, em sua época de trabalho na FaE, eles tinha uma relação “normal”. Eram um grupo de pessoas com objetivos diferentes, mas mais difíceis de se identificar. Ela exemplificou: “Hoje nós estamos divididos, hoje é mais fácil né? Entre os bolsonaristas e os que não são Bolsonaro. Não digo nem petistas, né, porque bolsonaristas falam que o que não é bolsonarista é petista. Mas sempre existiu”. Essas pessoas, que Olga taxou de “puxa-saco”, são os que querem se dar bem a todo custo. Então, na época, eles tinham “uma certa unidade, mas sempre com algumas diferenças, e discrepantes”.

Eles lidavam com as diferenças tentando contornar, tentando argumentar para chegar a um consenso, mas quando não era possível usavam o voto. A maioria definia. Mas com cuidado, contou Olga, “sem muita violência né? Porque esse negócio de a maioria define já é uma violência, né? Eu acho que é. Mas a democracia burguesa nos diz que é isso, né? Então assim, a gente fazia quando era preciso, e ficava de cima”.

Nas greves, por exemplo, essas diferenças e conflitos sempre vinham à tona. “Era sempre um conflito pra lá, pra cá e pra dentro.” Tinham as pessoas que não queriam aderir à greve, mas não queriam se indispor com quem estava fazendo greve e “fundamentalmente, não queriam desobedecer a seu senhor feudal, que era o chefe, o diretor...” E Olga contou que, às vezes, o próprio chefe se colocava a favor da adesão, mas a pessoa “ficava lá todo dia, lambendo a bota do cidadão, e o cidadão: ‘não quero que me lam...’ Sabe, assim?” E assim os conflitos aconteciam. E eles se reuniam, faziam os debates “quentes”, na medida em que fosse preciso, resolviam as questões e iam seguindo. “Na nossa vidinha de sempre. Porque depois da greve, depois dos momentos de conflitos a gente tem que continuar convivendo, né?”

E Olga falou da importância de se cuidar dessas relações, por mais que essas pessoas enfraqueçam a luta da categoria. A elas, Olga chamou de subrépteis. “Sobrevivem que é uma dureza, não morre, não tem jeito. Estão sempre por aí rondando, pra aprontar alguma, achando que isso lhes traz algum benefício. Não sabem que não são da nossa confiança - porque nós conhecemos - e menos ainda dos que eles bajulam. Porque se nós somos invisíveis, esses, e é por isso que eu uso o termo subréptil, esses não têm respeito de ninguém. Eles vão, levam, fazem, as outras pessoas usam, mas não dão a mínima pra esse tipo de coisa. Porque isso não constrói, né? Mas infelizmente é ser humano, né? E tem. Atrapalha, mas continua aí. E a gente tem que conviver com eles né, o que é pior. Porque podia falar: ó, aqui a ala, põe pra lá né, o serpentário, sei lá o quê, e a gente fica pra cá construindo”.

Mas isso não é possível. Infelizmente ou felizmente, argumentou Olga. “Porque nos faz, também, refletir sobre...” Para Olga, esse tipo de atitude, de pessoas, nos ajuda a ser melhor, porque, “não que a gente se mire neles, mas a gente fala: esse tipo de exemplo não me serve, então eu quero construir mais”. E também porque te faz querer tentar, demonstrar, para ver se um dia essas pessoas – “que também tem inteligência né, inteligência o ser humano nasce com ela” – despertam de que estão fazendo mal para si próprias. E Olga entende que as principais prejudicadas são elas mesmas. “Então, assim, não devem ser felizes, né? Não têm onde ficar, onde cair. Porque se vier pro lado de cá, tem receio. Pro lado de lá, já foi usado, ‘o que tinha já tirei. Então cê não me serve mais’. Daí a pouco tá num cantinho também, sendo colocado à disposição para qualquer lugar. Sem o menor constrangimento de quem usou das informações, ou dessa peçonha, né, que esse povo traz para sua própria categoria”.

E Olga refletiu que, talvez, por isso também, a categoria não consiga ser mais respeitada do que é. E além dessas pessoas tem também outro grupo, “e aí vindo para o movimento”, que usufrui de uma dupla personalidade. “Que vem pra cá, faz uma coisa, encontra alguém que tá no poder e negocia em seu nome à sua revelia, isso é muito ruim. E a gente descobre. A gente descobre. Então são as duas coisas que eu acho que nos atrasa a vida nesse processo de afirmação da nossa visibilidade e respeito como trabalhadores e trabalhadoras que têm um papel importante na sustentação do fazer, né, da instituição”.

Além desses entraves internos, temos a maior dificuldade, que, para Olga, é estrutural. Vem da forma como a instituição se organiza, se estrutura, desde sempre. “Elas não são organizadas para que nós sejamos expoentes no nosso fazer. É o contrário. Lembra que eu falei do quanto nós sofremos para que nós, pesquisadores técnico-administrativos pudéssemos assinar nossa pesquisa? O cara vai lá, faz, ensina, mas quem assina é o docente. Então assim, essa universidade foi feita pra isso. Pra uma categoria ser subjugada à outra. Então essa é a grande dificuldade. É na relação”.

E Olga apontou para a necessidade de uma mudança das relações de trabalho na universidade e para uma democracia interna, uma democracia participativa, “um controle social aqui dentro...” E ela não está falando de ter uma cadeira no Conselho Universitário, mas de participação democrática, autônoma, onde as pessoas se respeitem, onde as pessoas se encontrem. Olga estava falando de mudança de cultura. “Nós não podemos ser reitoras. Nós não podemos ser diretoras de unidade. E podemos ter formação para isso. Mas não podemos. Tem um estatuto autoritário, hierarquicamente verticalizado, que nos oprime. Então essa é a dificuldade”.

E Olga ressaltou que, por mais que exista o diálogo com docentes e mesmo docentes com a nossa visão, esses “também jamais chegarão nesses espaços, porque serão vistos como docentes de segunda categoria. Que não enxergam a instituição com esse olhar, né, ainda de cátedra”. E este é o cenário. Olga deu o exemplo das eleições na Universidade e de como é feita a escolha dos dirigentes máximos: “Nós votamos aqui pra diretor, pra reitor... e como é feita a confirmação disso? Não é: saiu ali o sufrágio e tá declarado. Tem uma instância superior, majoritariamente composta por docentes, que vai dizer se acata ou não o que a comunidade disse nas urnas”.

E isso, para Olga, produz e reproduz a invisibilidade dos técnicos e também dos discentes, que são a maioria na universidade. É sempre conflituosa a discussão da paridade na UFMG porque isso significa discutir a divisão do poder. E Olga não acha que a paridade, por si só, garantiria a democracia, que só seria possível com a mudança das relações, que ela falava anteriormente. “Mas é um patamar importante, quando você vai discutir a divisão do poder na universidade, né? Porque nós não queremos assento no conselho universitário simplesmente para mostrar para todo mundo que a gente sabe fazer parecer, sabe discutir política, sabe entender o que eles estão falando, né, sabe retrucar, às vezes. Não, nós queremos dividir o poder. Só que eles não querem dividir conosco. Essa é a grande dificuldade”.

Refletimos sobre isso e, ainda pensativas, mudamos de assunto.

Olga me contou, que, quando foi para a FaE, ela era no prédio “velho” da frente. “Aquele pequenininho”. Lá funcionava a Faculdade de Educação e a Escola de Biblioteconomia. “Era muito apertadinho, tudo muito apertadinho. Muito pequenininho. Mas eu vou te falar que a gente era bem feliz nessa época, sabia?” Apesar de todas essas questões difíceis sobre as quais conversamos, Olga diz que eles se encontravam e brincavam mais. “A gente tinha mais, não sei... e era uma vida difícil! Nessa época era época do Itamar... Figueiredo, Itamar, sei lá o quê, tudo quanto era coisa... mas a gente... eu acho que tinha mais unidade nesse período”.

Olga disse que apesar das diferenças e das dificuldades, que vêm desse tempo, ela vê que eles tinham uma capacidade de diálogo franco, mais explicitado. E que isso fazia com que a condução de determinadas questões fosse mais leve. Ela lembrou que quando entrou para o ICB, ele funcionava num cantinho da Faculdade de Medicina, na Avenida Professor Alfredo Balena. “Era um setorzinho assim. Do lado de cá, à direita, era Medicina, à esquerda um pedacinho assim era a FaE. Desculpa, o ICB”.

E Olga refletiu sobre a expansão do espaço físico da Faculdade, questionando se isso interferiu na questão das relações. “Embora hoje você tenha um prédio moderno, né? Novos atores, inclusive, né? Acho que tem... dessa época que eu tô te falando, aqui na FaE, juntando professor e técnico, não tem muita gente mais, né? Por exemplo, a Andrea agora é a Diretora da FaE. Andrea é nova, relativamente. Né? Assim, na FaE. Xô ver... dos mais antigos que tão aqui... de docentes... Cynthia ainda tá na ativa? (...) Ah, sei lá. Esses meninos todos eu vi estudantes assim, então... dos mais antigos eu acho que pouca gente tá, dessa Faculdade lá atrás... Não. Cynthia, Luciano ainda tiveram... Cynthia, Luciano, mas como estudantes, de pós até, então... Ah, é outra época. Outra época, outro contexto, com outras pessoas e outras relações, então eu acho que não dá pra dimensionar nem mensurar assim o que foi melhor, o que foi pior. Porque com essa nova estrutura aqui tem um distanciamento também, eu acho, assim. Sabe? Então aquele negócio de tudo juntinho às vezes funcionava melhor do que essa coisa moderna, bonita, clean, né? Mas que esconde muita coisa das relações, eu acho. Então não posso falar, que hoje eu nem tô aqui”.

Quando Olga se aposentou, “tava numa transição do velho para o novo”. Os setores administrativos estavam migrando para o novo prédio construído. Nessa época, ela estava à disposição do programa Polos de Cidadania da UFMG, “então, fisicamente, eu participei pouco”. E além do programa Polos de Cidadania, Olga participava da Direção da Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA Sindical. Apesar de estar na ativa, Olga viajava muito, devido aos compromissos da Federação, o que causava burburinhos entre as pessoas. Mas ela diz que não se incomodava. “Eu sei que o povo fala mal, não sei o quê... Tô nem aí. Eu sei que eu tô trabalhando e muita gente que criticava colheu frutos polpudos e saborosos dessas lutas que a gente constrói, né?” Olga está novamente na Direção da Federação, mas conta que já está cansada. “Maio do ano que vem, tô dando tchau pra isso também. Chega. (risos). Hora de vir para a aposentadoria de verdade”.

Para Olga, a vida é feita de ciclos. Quando começou a trabalhar, seu plano era trabalhar por trinta anos – “e acho assim, quem trabalha 30 anos, 30 anos dá pra você deixar sua contribuição e sair com dignidade. Ela julgava importante abrir espaço para que outra pessoa jovem entrasse para “oxigenar novamente a engrenagem da instituição”. E ela trabalhou por mais de trinta anos – 37, 38, 40... – porque “pegou” uma ou duas reformas da previdência. “Era pra eu ter me aposentado antes”. E foi por isso que Olga se aposentou: “o

ciclo já tava mais do que completo e, pra ser coerente com o que eu penso e defendo, não vou ficar aqui de bengala, sendo um encosto ali”.

Além disso, Olga avalia que não existe valorização para o técnico administrativo que não “sai no seu tempo” e que as pessoas acabam pagando caro sem perceber. “Porque tem os ciclos, você sai, deixou lá sua marca, ou não, né? Mas cumpriu. Cê vai ficar aqui como objetinho que ninguém usa mais. Porque muda, o mundo do trabalho muda toda hora. Então tem coisas, hoje, que você, como Assistente em Administração, faz que, na minha época, com certeza, eu... vou falar pra você assim: não, isso eu nunca fiz. Muda. Agora, eu vou ficar aqui e impedir você de vir, contribuir para o avanço da educação que eu tanto defendo? Por isso eu me aposentei”.

Olga se aposentou o mais rápido possível. “Assim que deu”, porque também tinha o risco de uma reforma que afetaria sua aposentadoria. Ela não se lembra, ao certo, em que ano foi. 2009 ou 2010, talvez. Porque, como ela não parou de militar, acabou não se “aposentando” de verdade. Em sua memória não tem esse momento de parada. “Parei e não precisava mais cumprir a obrigatoriedade institucional. Mas eu não parei de trabalhar porque eu considero que a nossa militância também é um trabalho para a categoria e coletivo”. E para Olga sua aposentadoria significou, também, dar espaço para a renovação – “não essa rotatividade capitalista” –, para fazer a transição e avançar, “porque você não avança se não tiver transição e não tem transição se você não der espaço para o novo chegar”.

E mesmo depois desses mais de trinta anos de trabalho enquanto técnica administrativa, Olga acha difícil, e até ousado, que um trabalhador TAE fale que construiu, que contribuiu para a FaE funcionar. Mas para ela, a gente constrói e contribui sim. *“Por exemplo, quando eu estou na secretaria de um projeto importante, na condução da organização de um congresso internacional da Faculdade, trabalhando no credenciamento do nosso curso de doutorado, na graduação... Então eu acho que tudo isso sedimenta. E nas relações que a gente estabelece, né? Com os estudantes, com os professores, com as outras instituições, com as outras unidades, eu acho que tudo isso é uma sedimentação para o que tem hoje. Óbvio que eu não vou te dizer ‘eu fui protagonista nisso’, mas acho que, no conjunto, eu me sinto partícipe de tudo que a Faculdade tem de conquista, porque eu trabalhei, eu participei das demandas a ela colocadas e cumpridas, então, assim, a cada avaliação que um dos nossos programas, né, uma das nossas linhas de pesquisa tem, em qualquer instituto de pesquisa, em qualquer organismo de pesquisa, qualquer prêmio da FaE, eu, modéstia às favas, me sinto absolutamente contemplada, porque cada uma e cada um de*

nós, mesmo de forma inconsciente – porque tem aqueles que eu acho que não se dão conta disso –, contribuem para que tudo seja sucesso. Por exemplo: a batalha mesmo da inclusão da Educação do Campo, Educação Indígena. Isso faz parte da nossa luta por uma educação pública e inclusiva, e socialmente referenciada! Então, assim, eu me sinto parte de todo esse progresso da Faculdade, do período em que eu estava. E hoje eu me orgulho quando eu vejo... nas mídias, né? Semana passada, retrasada, não sei, eu estava em Natal, na CONAPE²⁰ e vi, não sei se foi passada, retrasada, que eu vi uma coisa que tivemos várias visitas de lideranças indígenas aqui. Gente, eu me lembro do início. Quando o primeiro índio veio pra cá, quando o primeiro camponês veio, o primeiro cara do MST veio aqui para uma aula. Nossa, isso é uma maravilha. Isso dá energia e fala assim: eu acho que continuamos. E até porque eu acredito em projetos coletivos, então se eu não me incluir nele eu tô no lugar errado. Eu acho que é isso: é uma coisa bem coletiva. E no período em que eu estive, eu tentei pelo menos e me senti integrada nessas conquistas aí. Que tudo é conquista nossa, né?”

Olga contou que é uma pessoa muito reservada e tímida, apesar de acharem que não. Mas ela trouxe com ela, de casa, de sua educação, “essa coisa de construir coletivamente, de compartilhar”. “Mesmo que você não tenha nada para compartilhar, eu acho que o fato de conversar já é um compartilhar, né?” E Olga é daquelas pessoas que sabe que é conversando que se chega a algum lugar. No trabalho, ela foi aprendendo a romper com as dificuldades dessa construção coletiva. Aprendendo a caminhar junto e com respeito, apesar das diferenças. E Olga diz que leva da FaE e da Universidade o retorno disso. Para sua atuação política, para sua vida. “Porque com todos os problemas, né, que a gente tem em relações diversas, a gente construiu, porque... por isso que eu te falo assim, eu me sinto contemplada em muitas vitórias da instituição. Por que? Porque eu participei. Do meu jeito, óbvio, achando que eu tava compartilhando. Ou não. Sendo compreendida, às vezes não. Mas todo mundo... a gente sempre se encontrava para fazer boas políticas”.

E Olga falou, com carinho, que trabalhou em espaços “maravilhosos” na Faculdade. O último deles – “O último?” –, ela destacou: O Núcleo de Estudos Sobre Trabalho e Educação (NETE). Para Olga, “não tem espaço mais fértil para você transitar em todas as áreas”. Ela falou que já não sabe mais como está hoje, mas que é um espaço que “abre horizontes”. “Através desse núcleo a gente conseguiu trazer outras coisas né, que tá... A educação no campo, educação indígena, e deve ter mais coisa por aí. Que... e que eu acho que são boas e

²⁰ Conferência Nacional Popular de Educação.

que são um bom espelho do que se produz aqui dentro, coletivamente. Para a coletividade que em algum momento não esteve ou não está aqui”.

E Olga acha que esses espaços de construção coletiva são “portas abertas para incluir”, o que ela, é claro, acha muito importante. Especialmente no NETE, ela contou que teve muito contato, o que foi “muito muito muito bom”. Porque o contato com pesquisas e pessoas diversas, a conversa cotidiana sobre o que cada um e cada uma estão pensando da vida, foram enriquecendo, também, a sua vida individual. E apesar de dizer isso “bem a distância, tá?”, Olga acredita que a FaE tem caminhado nesse sentido. “Tô te falando assim, eu não tenho mais tanto contato assim com a FaE, até porque eu tô... como eu não tenho mais o... a obrigatoriedade de estar aqui, eu acompanho bem distante. Mas no que eu vejo, acho que tá seguindo um bom caminho. Então eu acho que valeu super a pena participar, no período que eu participei, para sedimentar essa possibilidade de alavancar e de avançar... Numa educação emancipadora, libertária e inclusiva.”

Olga disse que nunca havia parado para pensar em como as experiências desse trabalho atuaram na sua vida ou o que significam para ela, hoje, pós-aposentadoria. E refletindo no que acabara de colocar, ela disse que pôde observar uma coisa que ficou com ela: ter aprendido a trabalhar com mais serenidade, com as diferenças e divergências. “Eu acho que isso eu trouxe pra minha atuação política, sabe? Ser menos afoita, né? Porque a juventude, às vezes, nos coloca mais afoita e tal. Mas saber tratar essas diferenças como possibilidades, né, de consensos futuros e não só de conflitos e diferenças para ser separado e tal. Então eu acho que isso eu aprendi. Isso, na minha avaliação, pensando aqui rapidinho assim, que não tinha mesmo pensado, acho que me fez uma pessoa um pouquinho melhor. Um pouquinho (risos)”.

E como, lá atrás, Olga havia dito que, apesar das dificuldades, a FaE era um dos melhores lugares da Universidade para se trabalhar, perguntei se ela via alguma relação com esse sentimento. Ela me respondeu que talvez tivesse. “Mas como é uma coisa... assim, que em sã consciência eu nunca... nunca parei para fazer isso que a gente tá fazendo aqui, que é falar sobre... sobre a minha passagem né, por aqui. Nunca parei, então... Mas de repente era. Cê quer ter uma ideia assim do que eu tô falando de uma relação legal? Na hora do almoço, a gente tinha momentos que não eram formais, né? Óbvio que não eram. Mas uma pessoa sabia tecer crochê, tricô, sei lá o que... fazia... a gente não chamava de oficina, mas era uma oficina. A pessoa te ensinava a tecer, te ensinava a fazer papel machê, te ensinava não sei o quê...”

E isso criava um sentimento de unidade, ainda que eles não trabalhassem dessa forma. “Mas era a questão da proximidade, né, que fazia isso. Então eu falava: Ô Roberta... Ou você via né, a gente fazendo, aprendendo a tricotar e tal. Aí cê falava ‘eu sei fazer isso’. Uai ensina? Tal... Tá bom... Final da tarde a gente saía, tomava uma cerveja, tomava um café junto, não sei o quê. Isso aproximava, né? Aproximava as pessoas e as relações melhoravam. Que às vezes você, nesses momentos, você conversava sobre coisas que formalmente você não conversaria. Mas num momento de relaxamento, e tal, tipo assim... Não era muito tempo, mas meia hora, uma hora de descanso, a gente sempre encontrava um jeito de fazer alguma coisa junto”. E eles tinham esse costume. “Espaço não tinha”. “Lembra que eu te falei que era caixotinho? A gente juntava numa Seção qualquer e fazia. Tipo assim. Era o desejo de estar junto mesmo. Talvez inconsciente, em alguns. Mas sempre tinha pessoas em volta querendo saber alguma coisa que outra pessoa tava disponível para compartilhar, né?”

Ainda que o tempo fosse pouco e difícil de administrar. Olga mesmo, sempre trabalhou oito horas por dia – “e eu sempre ficava mais de oito”. Às vezes por não ver o tempo passar, às vezes porque a responsabilidade a obrigava. Mas ela diz que sempre trabalhou bem assim. Sempre foi bem disponível, não via problemas. “Não tinha problema, se... embora eu soubesse que é um direito né, o seu horário, de almoço, não sei o quê, nunca tive problema com essas coisas. Então, eu acho que eu administrava mal meu tempo, para te falar a verdade. É Porque eu entrava, ficava... Por exemplo: eu tô aqui descansando, chega alguém e fala ‘Olga, não sei o quê’. Não, pode entrar, vamos resolver... Então você não trabalha oito horas por dia, né? Mas fazia com muita tranquilidade e muito prazer. Até pra não ter questionamentos pros momentos em que a minha militância me tirava. Me fazia me ausentar do trabalho, né? Então, embora eu não ache que isso seja uma ausência injustificada, eu sempre dava um jeito de ir contemplando outras coisas para não deixar o espaço muito vazio.”

O tempo havia voado e ainda poderíamos conversar por muitas horas.

Agradei à Olga por sua disponibilidade e por tanto conhecimento compartilhado.

Ela disse que ficava muito feliz quando via alguém investigando o nosso trabalho, a nossa... “ah, eu fico feliz! Então pode contar comigo de verdade”.

Obrigada, Olga!

Desligamos o gravador e, como já era costume, a conversa continuou em confidencial.

4.1.3 História da aposentada Nise

“A Universidade precisa do nosso trabalho. Ela não chega lá se não passar por nós.”

Esta é a história de Nise.

Nise me contou que seu primeiro contato com a Faculdade de Educação foi como aluna do Curso de Pedagogia. Ainda como aluna, foi contratada como estagiária da Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) para atuar na Faculdade mesmo. Ficou três anos como estagiária, até que a Diretora, à época, conseguiu uma vaga no Instituto de Geociências da UFMG (IGC) e Nise foi contratada via FUNDEP, com carteira assinada. Depois disso, ela fez o concurso de técnico-administrativo em educação e passou para o cargo de Assistente em Administração.

Nesse período, Nise vivenciou muitas situações de mudanças. Físicas, curriculares... Ela contou que, quando chegou à FaE “nós tínhamos muito poucos prédios no CAMPUS”. Tinha os principais institutos, a Reitoria, a Faculdade de Educação - que funcionou como Colégio de Aplicação -, o Centro Pedagógico, Escola de Veterinária e outros. Ela contou que a Reitoria abrigava muitos setores centrais, administrativos, que hoje já estão desvinculados dela. Eram todos os setores centrais que se relacionavam com as unidades. “Mas a Reitoria foi começando a ficar pesada, começando a afundar o prédio, então teve que tirar. E foi crescendo também e com o crescimento ficou pequena, a Reitoria, para administrar o campus com a chegada dos novos prédios. Foram chegando devagarinho”.

Um dos setores que ficava na Reitoria era o Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), que era aonde Nise mais convivia. Ela terminou o Curso de Pedagogia em 1983, no primeiro semestre, e assumiu sua primeira chefia, na Seção de Ensino da Faculdade de Educação no segundo semestre do mesmo ano. Nesse período, a UFMG estava passando por sua primeira informatização, incluindo o setor em que Nise trabalhava. Ela lembrou que precisava enviar todos os dados da Seção de Ensino para o Centro de Computação da UFMG (CECOM), onde estava centralizado todo o parque tecnológico, para que eles cuidassem da informatização. “Naquele momento a gente não tinha nenhum equipamento de informática ainda. Era só encaminhar nossos dados numas planilhas que eles criaram para nós. E os dados eram encaminhados manual mesmo, a gente fazia os dados,

transcrevia para aquela planilha para passar para o CECOM, para o CECOM transcrever para o sistema”.

A partir desse processo, surgiram as matrículas em leitura óptica. “Antes disso, as matrículas eram feitas em um papel dividido, picotado ao meio. A primeira parte ficava na Seção de Ensino, com todo o cabeçalho do aluno, tudo igualzinho os dois. O aluno tinha que preencher duas vezes, uma parte ficava conosco e a outra parte o aluno levava como comprovante de matrícula. Com a chegada dos cartões de leitura óptica, a gente tinha todas as turmas que a gente oferecia. Vinha o número de cartão pelo número de vaga. Então ele só preenchia uma vez no papel, e nos dava para a gente selecionar os cartões ópticos para o aluno marcar o seu número. Marcava igual marca lotérica, gabarito de vestibular... Ele marcava ali o número de matrícula e assinava cada cartãozinho daquele”.

Nise explicou que trabalhavam em duas equipes. Uma que ficava responsável pela entrega do cartão ao estudante e outra que recebia o cartão preenchido. Quando a matrícula terminava, às 17 horas, eles conferiam os cartões. “Então a gente sempre fazia hora extra na matrícula, porque nós tínhamos que estar preparados para o dia seguinte para continuar a matrícula. A gente tinha que ter clareza se o que foi preenchido estava correto e o que tinha de vaga ainda para... a gente fazia um controle manual das vagas”.

Eles ficavam horas a mais na Faculdade, à noite, sem infraestrutura, fazendo essas leituras. Nise relata que essa versão da matrícula era um desgaste que movimentava a Faculdade inteira. “Tirava gente de outros setores, todo mundo, os funcionários se envolviam nessa matrícula. Mas isso sempre pensando a forma de melhorar a situação.” Depois dos cartões de leitura óptica, o advento do computador.

Nise contou que, com o computador, os infundáveis cartões acabaram, “graças a Deus”, e as matrículas eram feitas... “como que era o processo das matrículas no computador...? O aluno preenchia, não tinha mais cartão, eu já esqueci como é que era esse processo, como é que a gente transformou isso... pelo computador. A gente tinha computador na sala, recebia o pedido e a gente digitava... Eu não lembro mais como é que foi essa transformação de cartão...”

Nesse período, das leituras ópticas, ainda não havia um currículo padrão das licenciaturas. Nise contou que, então, foram criadas as novas normas acadêmicas dos cursos de graduação, nos anos 90, e a partir dessas normas foi gerado, também, um novo currículo que distribuía as disciplinas pedagógicas nos currículos das licenciaturas, a partir do quarto período. “Na época, as disciplinas pedagógicas eram cinco: quatro disciplinas comuns e a

prática de ensino. E então elas foram distribuídas. Eram cinco ou quatro? Estrutura, Didática, Psicologia, Introdução... É isso. Estrutura, Didática, Psicologia, Introdução e Prática de Ensino. Então nós tínhamos cinco matérias pedagógicas, que tinham que ser oferecidas para os cursos de licenciatura”.

Nise explicou que as unidades ministravam todo o currículo específico, de cada curso de licenciatura, e quando chegava ao final, o aluno era informado de que precisava cursar as disciplinas pedagógicas na FaE. “Eles falavam para o aluno assim: agora é lá na FaE. Como se diz, vai embora. Seu problema é lá. Como se eles não tivessem uma interação conosco. Era hostil até, a relação conosco. Nós tínhamos que conquistar muito a simpatia deles. Eles eram hostis com a Faculdade de Educação”.

E Nise disse que era papel deles, os trabalhadores da FaE, “enfrentar aquela guerra”. Os alunos iam como se a FaE fosse uma “trava” na vida deles. A parte ruim de seu curso. “Mas, por ironia, chegava aqui, eles gostavam das matérias. Porque eram as matérias que instrumentalizavam para a sala de aula. Eles vinham com muito ódio, mas saíam daqui felizes depois”. Mas antes desse ‘depois’, os trabalhadores da FaE sofriam a carga - “essa descarga” - e o risco. Nise contou de uma vez em que um estudante jogou o porteiro em uma porta de vidro e ele rasgou o braço. “Teve que correr para o hospital. Rasgou no braço... Quebrou o vidro e rasgou o braço do porteiro”.

Ela explicou que ele fez isso porque não tinha vaga para a disciplina que ele queria cursar. E Nise disse que era assim, “eles batiam, se deixasse, na gente”. Tentando encontrar uma saída para o problema da falta de vagas, a pró-reitoria de graduação propôs a criação de um currículo em que as disciplinas pedagógicas fossem distribuídas. “Aí foi criado o currículo padrão”. Criado na base de muito estudo e reuniões diversas com as unidades das licenciaturas, “para conquistá-las”.

Esse currículo viria da Reitoria, com os créditos reservados para a Faculdade de Educação. “Para proteger a Faculdade de Educação do fluxo, para uma ou outra matéria não se colocou o nome da matéria. Só crédito. Créditos de disciplina pedagógica. Então entrava assim ‘crédito de disciplina pedagógica’. Porque a matéria, se a gente colocasse no currículo ‘Didática’ no quarto período e chegar no quinto não tivesse uma vaga, ia ser um problema. Então punha crédito. Não tinha para didática, mas tinha para introdução, tinha para estrutura então foi distribuído os créditos da FAE sendo que o último não tinha outra saída, era prática de ensino mesmo, que é o que encerrava a construção pedagógica dele aqui. Então esse

Inclusive eram mais créditos”. Nessa época, Nise era secretária do Colegiado de Licenciaturas.

Depois dessas duas reformas, houve, também, a necessidade de criação das licenciaturas noturnas e, para Nise, esse foi um período bom, de muito aprendizado. “Eu era secretária da licenciatura, então eu pude vivenciar muito essas histórias e essas construções”. Como a etapa pedagógica das licenciaturas noturnas também era ofertada na FaE, foi preciso estudar uma grade de horários que não prejudicasse o aluno, já que ele precisava cumprir créditos em diferentes prédios dentro do Campus. “Porque estava assim, complicado, ele tinha crédito aqui e crédito lá, então ele tinha que vir na hora do lanche para cá”. E foi por isso que as disciplinas da FaE ficaram condensadas em dias específicos, ocupando os quatro horários da noite.

E Nise contou que as relações foram estreitando a partir disso. Passou a ter mais reuniões de colegiado, tanto na FaE, quanto nas outras unidades e junto à reitoria. A FaE passou a fazer parte e passou a ser vista com mais “simpatia”. “Então a gente vai estudando e procurando melhorar a partir das dificuldades, eu acho que ficou muito bom e, hoje, ficou melhor ainda porque já não precisa concentrar na FaE. Já teve uma relação mais agradável, já trocavam mais figurinhas as unidades com a Faculdade de Educação, porque a Faculdade de Educação, para as unidades, também era desconsiderada mesmo. Então hoje já é uma relação boa. Hoje não, na época das construções, porque já não estou nessa parte mais né? Então hoje eu não sei”.

Nise disse que seus melhores momentos foram esses, em que passou por essas mudanças de currículo, participou delas e viveu o processo na prática. Depois, ela foi trocando de setores. Participou da criação do Grupo de Avaliação e Medidas Educacionais (GAME) e foi sua primeira secretária. Ela contou que o GAME foi construído a partir de uma doação da Ford e que ela estava lá. “Tivemos lá uns quatro ou cinco anos de trabalho. Eles fizeram a reforma da casa antiga, que era casa dos motoristas e que mais tarde abrigou o CECIMIG.

Depois, uma das coordenadoras do GAME se candidatou para a Diretoria da FaE e levou a Nise com ela. “Então eu vim. Deixei o GAME. Tava muito bom lá (risos). Aí eu estava lá, muito isolada, e vim para trabalhar com a diretoria”. Nise contou que na Diretoria o trabalho era outro. Ela via a Faculdade como um todo e não só a área acadêmica. “Aí você vê aonde pipocam os problemas... Vêm frustrações, vêm admirações, porque você conhece o todo do funcionamento e comportamentos. Você assusta com certas coisas, você fala: eu vivo

tanto tempo aqui e eu nunca tinha percebido isso na Faculdade! É uma experiência boa e ao mesmo tempo perigosa, porque a gente começa a ver também falhas, o que frustra um pouco. Mas é um trabalho interessante. É um trabalho que te ensina a ser bastante discreta, né?”

Nise foi mesmo discreta ao falar do trabalho da Direção. Depois de um tempo ela saiu. Voltou para o Colegiado, dessa vez, o de Pedagogia. Ela contou que, nessa época, uma professora - “mais velha, do meu tempo” - falou com ela que aquilo não era mais para ela, que ela já tinha dado muito sangue naquela área e devia sair de lá. Mas Nise achou que precisava ficar um pouco. E contou, aos risos, que quando entrou, estava iniciando a reforma do currículo da pedagogia. “Sempre assim”. “Lá vou eu, morri de trabalhar na reforma de currículo, também”.

Nessa época, os “meninos” de Nise estavam pequenos ainda e teve a semana do dia das crianças, quando as escolas geralmente suspendem as aulas. Ela pediu à sua irmã que ficasse com eles, na casa dela, porque Nise estava “esmurrando para dar conta do serviço, dessa reforma, para uma reunião da segunda seguinte, depois dessa semana de professor”.

E essa foi uma lembrança do “lado ruim”, para Nise. Porque ela entregou o serviço “arrumadinho, como o chefe pediu” e disse para ele que na quarta-feira seguinte não estaria no colegiado. A reunião era na segunda, não seria prejudicada. “Mas ele nem abriu o disquete, era disquete na época, para ver o meu trabalho”. Foi logo falando com ela que teriam que conversar porque ele tinha que saber qual horário ela estava fazendo. Nise riu nessa hora, mas um riso de quem não acredita no que acabou de ouvir. “Aí aquilo eu voltei para o diretor e falei: não, isso não é mais para mim não. O desrespeito com que eu tô sendo tratada, com um chefe que não sabe nem o meu horário de trabalho... se eu tô trabalhando muito ou pouco, não quero ficar não”.

E Nise realmente não ficou. Saiu para trabalhar na pós-graduação. Acontece que, nesse mesmo período, a Faculdade estava criando um novo curso de especialização e Nise foi convidada a trabalhar como secretária do curso. “Aí eu na outra criação”. Ela estava trabalhando na pós-graduação e na criação desse curso e, por isso, muitas pessoas a procuravam na pós. Ela percebeu que não poderia ficar naquele setor porque prejudicaria seus colegas com carga de trabalho que não lhes cabia. “É, porque toda hora vai ter um telefone, as pessoas vão bater nesse guichê... Eu não posso, eu tenho que pegar um setor que eu trabalhe sozinha. Porque eu não posso respingar no outro, um setor que tá sendo novo, criado, que eu tô lá, inclusive que eu vou ganhar bolsa”.

Então Nise foi à Direção, que estava fazendo uma reestruturação administrativa no Centro de Extensão (CENEX) e no Núcleo de Assessoramento à Pesquisa (NAPQ). Eles funcionavam juntos, em um só setor. Nise contou que havia quatro funcionários nesse setor, mas todos saíam e ficaria apenas uma funcionária contratada. Nise, então, propôs assumir os setores, sozinha. E assim foi. “Aí fiquei no CENEX com NAPQ. Eu fiz tudo como precisava ser feito, nunca deixei o meu setor institucional preterido por causa do Curso, porque o Curso foi a única oportunidade de trabalho extra. Nunca trabalhei com nada extra, a não ser a partir de 2006, com a vinda do Curso”.

Nise me contou que seu setor era sempre impecável. Ela trabalhava em suas obrigações do setor e depois ia para a “salinha de professor” e trabalhava no Curso até nove horas da noite. Juntava tudo e levava pra casa. Depois das onze, que ela já havia arrumado tudo em sua casa, “comida e tudo”, ela abria o computador e ia trabalhar mais, até umas 3 da manhã. “Eu sempre trabalhei até tarde assim. Eu sempre trabalhei demais, Roberta. Muito. Eu falo que o dinheiro que eu ganho na Faculdade de Educação eu não devo nada, de dor de consciência, para a Faculdade de Educação. Nunca devi, eu sempre deixei hora. E não arrependo por nada”. Nise não se arrependia porque sempre foi uma funcionária que trabalhava “com a relação da tarefa e não do horário”. Para ela, o nosso compromisso é com a tarefa, então, se ela não deu conta da tarefa e não pôde ficar até mais tarde na Faculdade - “que aqui também era perigoso ir embora depois das nove” -, ela levava o trabalho e continuava em casa.

E foi assim até sua aposentadoria. Nise se aposentou trabalhando no CENEX/NAPQ e na secretaria do curso. “Na época, fiz as pastinhas, tudo separadinhas, no computador. Tudo que era do CENEX vinha CENEX primeiro depois o título e o assunto. O **funcionário que me substituiu** viu essa divisão lá. Tudo que era do NAPQ vinha ‘NAPQ’ e o assunto. Então você não tinha confusão para trabalhar, porque você tinha os arquivos definidos. Peguei aquilo, salvei num *pendrive* para cada chefe, falei: tô aposentando, o que tem hoje no computador é isso. Falei para cada um: se vocês precisarem recorrer qualquer coisa tá aí nesses *pendrives*”.

Depois que aposentou, Nise foi trabalhar no Colégio Técnico da UFMG (COLTEC). Com mais uma novidade. Dessa vez era a estruturação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Ministério da Educação. “Uma loucura. Sempre que é novo, eu tenho que tá enfiada no meio”. Cheguei lá, o PRONATEC... Isso aí eu já tô aposentada, aí não precisa de falar?” Mas falei com Nise que podia falar o que quisesse.

Ela contou que, quando chegou lá para conhecer o trabalho do Programa, ainda estava trabalhando na FaE e gozando de férias prêmio, mas só no papel. Ela queria tirar essas férias de fato, mas não achava espaço para isso. Quando conheceu o trabalho, percebeu que era “tão grande e tão atrasado”, que ela não conseguiria conciliar com suas atividades da Faculdade de Educação. “Eu já tava passando dois anos já. Um ano e 9 meses que já poderia ter aposentado. Então eu vim, em vez de tirar as férias prêmio. Perdi. Tava no papel, né? Eu aposentei. Não pude nem usufruir minhas férias prêmio”.

Então Nise aposentou e foi trabalhar no COLTEC. E lá também foi “desbravando e estruturando”, como ela já estava acostumada. Ela disse que seu novo horário era das 9 da manhã à 1 da manhã – “saia de lá, as luzes tavam tremulando e o porteiro apertando a gente para ir embora”. Quando Nise foi para o COLTEC já tinha um ano do Programa, mas sem nada no sistema. E ela contou que nem papel direito tinha. “Eu fui escarafunchando, buscando documento de aluno. Cobrando nos lugar... Então... Mas isso já nem vai entrar porque isso é aposentadoria. É fora da aposentadoria, né? Então a minha relação com a UFMG foi sempre assim. Em desafios, mas que eu também gosto. Toda vez que o setor ficava bom eu perdia a graça com ele (risos). Eu tinha que tá inventando, ajudando a construir. É o meu perfil. Eu não sei fazer mesmice todo dia”.

Nise falou que já era um costume. Se algum setor da Faculdade tivesse algum problema, ela era mandada para lá. “Então quando aquele setor ficava bom, o diretor nem me pedia, não esperava não. Dava um problema num setor ‘ah, leva a Nise pra lá’, aí eu ia lá para arrumar”.

Mesmo sem chefia, mesmo no tempo de estagiária e no pouquinho tempo que ficou como contratada era assim: tiravam Nise de um lugar e passavam para outro porque estava ruim. “Biblioteca tá precisando de gente, tá muito apertado lá. Vai Nise pra lá. Departamento... aonde precisasse. Eu só não trabalhei, na FaE, nas seções mais específicas: Patrimônio, Almoxarifado, Contabilidade e Compras. Esses setores eu nunca trabalhei. Mas no resto eu era coringa”. Nise acha que é porque ela gostava de novidades e de desafios. E disse que esse foi um tempo muito bom para ela. “Eu agradeço demais a Deus por ter me dado esse trabalho”.

Ela aprecia o fato de que havia uma relação muito aberta e afirmou ter tido problemas com bem poucas chefias, em seus trinta e dois anos de trabalho na Faculdade. “Só duas. Para 32 anos de serviço, eu achei que foi muito pouco, né?” Nise diz que a relação humana é complicada mesmo e que, com essas chefias, ela precisou ter muito cuidado porque elas não

tiveram maturidade para encarar a função. “Eu tinha que ter muito cuidado e tive que falar também firme, porque perderam o rumo deles enquanto chefe. Acharam que chefe tá acima do bem e do mal. Pode fazer e acontecer. E a gente tem plano de cargo e salário! Eu já tive que jogar na cara de uma chefe minha dizendo: você não pode fazer isso comigo, eu tenho um plano de cargos e salários”.

Ela contou que essa chefe queria levar um auxiliar para secretariar reuniões em seu lugar. E Nise, que nem gosta de reunião, alertou a chefe de que ela não poderia fazer aquilo porque era sua função. Mas a professora disse que ela era a chefe e que, portanto, levaria quem quisesse. E Nise enfrentou, disse que não e perguntou se a chefe sabia que ela tinha um plano de cargo e salário. “Então, tem horas. Essa e aquele outro lá, do colegiado, que eu te falei. Não posso ser tratada dessa forma. Eu trato tão bem, respeito tão bem e executo o meu trabalho”.

E Nise não tem vergonha de assumir que sempre executou muito bem seu trabalho. Ou que sempre registrou e arquivou tudo de forma organizada e clara. Ela contou que tiveram um curso de arquivos, na Faculdade. Foi organizado por uma diretora, que Nise disse que tinha o perfil de melhorar os lugares. “Aí ela deu um curso... mandou... trouxe uma pessoa para dar um curso de arquivo”. O curso foi ministrado na sala da congregação, “era ali na frente, pequenininha... era do lado da diretoria. Ela era naquela perna de lá, saindo pelo lado de fora lá. A congregação era engraçadinha, a sala mais engraçadinha que a gente tinha”.

E Nise “agarrou naquilo para valer”. Ela diz que não se encontrava problema em seus arquivos. Era tudo “casadinho”. Documentos de entrada e saída juntos. Um arquivo organizado por assunto. “Não tinha uma pasta de arquivo expedido nem outra de recebido não, era assunto casado com assunto. Aquilo que chegou e a resposta junto”. De todas as possibilidades de arquivos, essa foi a que a profissional havia dito que melhor funcionava e, portanto, foi a que Nise escolheu. E ela gostava daquele trabalho. Sempre gostou de fazer arquivo, de cuidar. Nas férias, – “eu não tirava férias em Janeiro, que a escola ficava vazia” – era quando Nise trabalhava com o arquivo. “Organizar os arquivos, mudar o arquivo, tudo... Eu sempre trabalhei com gosto, eu gosto desse tipo de trabalho”.

Nise falou que não tinha “peso” ao chegar ali. “O único peso que eu tinha aqui – quando eu entrava na FaE, meu coração pesava – foi quando eu fui trabalhar na biblioteca, pra ajudar.” Ela ficou nove meses na biblioteca. E tinha uma chefe muito autoritária. Nise disse que era uma pessoa boa, mas que seu jeito de dirigir era bravo. “E a gente tinha umas fichinhas para digitar, naquelas máquinas velhas. Eu errava as fichinhas. Que que eu fazia,

para não tomar xingo? Punha tudo debaixo da máquina, porque ela não entendia que a gente podia errar. Então fazia assim: a ficha que eu errava eu punha debaixo da máquina. Aí, na hora que eu ia embora, puxava aquelas fichas e punha dentro da bolsa para não jogar aqui na FaE, pra ela não descobrir e não brigar comigo. Olha o nível de acanhamento, de intimidação. Então todo dia que eu entrava, pisava ali, meu coração já doía. Medo da pressão. Isso é muito ruim”.

Nise disse que foi só nesse setor. E que, então, foram três as relações mais difíceis que ela viveu. Mas todas se resolveram depois, quando a relação hierárquica terminou. “Ficamos colegas normais, sem ranço, todas as três. Tem dois que ainda estão aqui, que são professores, e a outra era funcionária, já aposentou. Mas saiu aquele ranço. Deixei de trabalhar com eles, as coisas foram melhorando, melhorando... e hoje a gente é... tem uma que me chama de amiga mesmo. E acho que, assim, eu tenho mais de felicidade dentro dessa Faculdade do que qualquer outra coisa”.

Nise contou que quando se divorciou seus filhos tinham um mês de vida e três anos. E para ela, sua “cara metade” na criação dos filhos foi a Faculdade de Educação. “Porque era um salário fixo, né? A creche era ali do lado, que era essa mesma creche aí... Ela era particular, muito cara, a Universidade dava um subsídio, e eu ainda morria para pagar o resto”. Nise custou muito para conseguir vagas na creche e mais ainda para arcar com os custos da educação “caríssima”. “Chegava em outubro, Roberta, eu não dormia mais, porque eu tava devendo e não renovava a matrícula em novembro devendo. Aí eu corria na ASSUFEMG para pegar emprestado”. Na creche a questionavam se ela não ia ficar devendo novamente e ela assegurava que não. “Que, não ia?! Pois eu ia pagar o empréstimo, como é que eu ia pagar o resto? (risos)”

Todo ano era aquele mesmo sofrimento na vida de Nise. Mas ela não podia tirar os meninos de lá. Não era porque a creche era “chique, rica e boa”, mas porque ela não tinha carro, então, precisava que tudo estivesse em seu percurso, senão não conseguiria trabalhar. “Eu vinha com os meninos, voltava com os meninos. E quando adoecia lá, que me chamavam, eu fechava meu setor, conversava com meu chefe, corria no hospital, levava... e tinha aqui também hospital aqui pertinho, São Francisco, levava, deixava na creche de volta, voltava pro trabalho, depois ia lá naquela farmácia da ASSUFEMG, que tem lá na Praça de Serviços, comprava os remédios, dali eu pegava os meninos e ia pra casa de novo”.

É por isso que Nise afirma que quem a ajudou a criar seus filhos foi a Faculdade de Educação. E que tem amor a ela. “Duplicidade de amor, porque eu fui estudante primeiro, né.

Então eu tenho duplo vínculo”. E Nise disse que acha aquele lugar lindo. Acha que a relação sempre foi muito boa, no que diz respeito ao “pensar na mulher”. Para ela, o grande número de mulheres na Faculdade, “nos ajudou, nos empoderou”. Além disso, Nise é grata, também, pela beleza do espaço. “Um lugar lindo, cheio de passarinho. Não trabalho com sirene de polícia, nem com sirene de nada na minha cabeça. Só cigarra, passarinho (risos).”

Nise sempre trabalhou muito, disse que já carregou muita gente nas costas, mas que, ainda assim, é um lugar muito gostoso para trabalhar. E que, por isso, ela teve prazer em contar essa história. E Nise também já ouviu alunos dizendo que a FaE é o melhor lugar para se conviver. Para ela, ali há um “aninhamento”. Ela acha que a gente se sente aninhada dentro dessa Faculdade. “Então a gente viveu várias transformações de tudo... e sempre com aquele... mas o aninhamento sempre foi bom”.

Ela contou que as festas de natal eram muito boas – “Os professores iam pro mercado, compravam caixas de frutas... E não tinha esse negócio de fazer vaquinha não. Os professores é que pagavam. E faziam aquelas festas deliciosas com almoço. Pagava buffet. Tinha almoço, aí tinha um monte de lembrancinha. Compravam lembrancinha para todo mundo. Era assim, uma festa de Natal mesmo. Não de serviço. Festa de Natal”. Ela também falou que já viveu muitos momentos bons ali, mas que pode ser que ela tenha perdido muitas coisas, porque hoje tem um problema de saúde e que “o danado mexe na memória”. Ela se ressentiu de ter perdido “as riquezas”. Disse que tem muitas coisas bonitas das quais não se lembrou.

Nise me disse que estava pensando sobre isso desde o nosso primeiro contato – “desde que você me falou que eu tô tentando ver, sabe?” –, tentando buscar as coisas que viveu. Porque ela viveu a Faculdade intensamente. Teve relações de trabalho muito boas, amigas que surgiram dali. E até a preparação para a criação de seus filhos, essa parte graças ao Curso de Pedagogia. Por isso, Nise sempre diz que toda mulher devia ter o Curso de Pedagogia. “De graça, pelo governo. Porque a mãe forma o cidadão, né? Se a mãe tem essa responsabilidade, maior ainda que a do pai, de formar um cidadão, ela tinha que ter um nível instrumental e condições de formar um cidadão para aquele tipo de... para aquela época”. E ela defende que também deviam ter um “salariozinho”, porque fazem um trabalho profissional, que é o de formar um cidadão. “Nem que seja uma bolsa pequena, né?”

Nise, apesar de lamentar que muita memória tenha se perdido, ou ficado para trás, no momento dessa entrevista, diz que sua relação com a FaE é “99% de felicidade”. E que os problemas que surgiram, de relacionamento, foram resolvidos. Ela atribuiu ao público que atendia, a paz que esse trabalho lhe deu: o aluno. Porque, “embora tenha alunos

variadíssimos, nosso tipo de público é um tipo de público escolar. Você não vê um doente, você vê um estudante.

E para ela, trabalhar ali, “longe de toda pressão social”, foi muito bom para sua saúde mental e emocional. Nise falava com seus filhos: “quer ver vida difícil? Vamos dar uma volta no Centro”. Para ela, quando as pessoas estão muito “enjoadas” devem ir ao Centro. “Tanta gente de subemprego, vendendo pipoca, vendendo bala, gritando bilhetezinho, chamando para tirar retrato, não é? Então o centro da cidade é uma escola de vida”.

Nise contou que tinha um professor de Filosofia, na FaE, que falava com ela que a UFMG é um mosteiro, sem interação com a sociedade. Sem projeto de extensão... “A gente fica aqui nas nossas filosofias, no nosso conteúdo, mas a gente não vive isso lá fora”. Ela disse que realmente eram muito poucos, mas que, hoje, a fala dele está vencida, porque agora a Universidade interage com a sociedade. “Hoje isso já mudou muito. Então a Universidade se abriu. Ela... teve expansão de novos cursos. Ela deixou aquele cunho elitizado e foi em busca do popular. Trazer o povo mais simples para dentro, trazer cursos mais acessíveis para uma certa camada da universidade, né? Esses projetos de menino aprendiz, também. Abrindo essas vagas, Cruz Vermelha. Na nossa época não tinha isso não. Era tudo de nível universitário. As pessoas que não eram funcionárias eram esses estagiários que a Mendes colocava. Mas não tinha esses projetos sociais para menor... Então mudou muito, a sociedade e a Universidade tá compondo com isso, né? Tá abrindo para compor com isso”.

Graças, também, às lutas. Nise contou que eles faziam muita greve. “A greve não era contra um diretor, era contra o sistema federal”. Ela se lembrou de uma situação, muito desagradável, quando tiveram seu ponto cortado. “Então criaram uma comissão, lá na sala da congregação, toda bonitinha a sala (risos), e a gente tinha que entrar nessa sala, de um a um, e declarar quantos dias a gente ficou de greve”. Para Nise, essa foi uma relação desagradável entre a categoria, com sua luta de classe, e a direção da FaE e da UFMG. “Porque nesse momento a gente ficou sozinhos”. Nise disse que eles foram incumbidos de cortar o nosso ponto e que, para isso, eles tiveram que chegar lá, na sala bonitinha, e falar quantos dias tinham ficado de greve. “E a gente encheu o peito, foi lá e falou (risos)”.

E ela contou, também, que tiveram greves muito boas. As melhores eram quando as duas categorias, técnicos e docentes, se uniam. Mas Nise falou que o governo, vendo isso, na época, criou um plano de carreira diferente para os docentes e que, depois disso, nunca mais a gente conseguiu unidade com os professores. “E aí com poucos anos a nossa greve foi esfriando. Foi perdendo força. Porque o professor não compunha conosco. E a visão do

governo é que tendo professor dando aula... Nós não temos problema. Como se a nossa categoria, como se para o professor chegar na sala de aula, não tivesse que passar por todo o nosso trabalho, né? Vai fazendo mal e porcamente aí, mas não precisa preocupar com a greve desses outros”.

Quando as greves eram coletivas houve muita conquista. Nise se lembrou da greve de 92 – “acho que... não sei se foi 82 dias de greve”. Nessa greve não houve ganho de salário, de aumento, “mas conseguimos pegar todos os penduricalhos e colocar no salário piso”. Para Nise isso foi muito importante porque beneficiava as pessoas aposentadas. Ela citou a diferença dos trabalhadores do Estado: “Eu fui trabalhar no PRONATEC lá e tanta gente velha que eu vi, mancando, que eu fiz: gente, mas que que esse povo tá fazendo aqui? Muita gente. Gente, por que esse povo não aposenta? Por que eles têm tudo extra, tudo fora. Se eles forem aposentar, sai tudo”. Para ela essa foi a maior vitória que nós tivemos.

Nise contou que, em 84, tiveram “o plano de cargos e salários e o estatutário”. Ela disse que foi uma greve grande, também, de 84 dias. E eles conseguiram que o plano fosse criado. “Ele não saiu de imediato, saiu em 86. O plano de cargos e salários com o sistema estatutário”. Para ela, essas foram as duas greves de ganhos mais significativos. “Porque não foi porcentagem de salário, foi mudança de situação. Esse plano de cargos e salários foi uma mudança grande”. Ela contou que isso aconteceu porque o cargo de porteiro, “porteiro era do quadro da universidade, quadro federal”, recebia remuneração abaixo do salário mínimo. “Então por isso que a gente fez essa greve gigantesca. Tanto era ruim nosso salário”.

Nessa época, Nise subiu quatorze “referências”, em sua categoria, e recebeu um bom dinheiro por elas. “As referências, que a gente fala, é essas... a gente cresceu na categoria para entrar num plano novo. Então a gente subiu na categoria velha, saiu da velha no topo dela, para entrar no início do novo. Então a gente entrou com salário muito bom, e a gente ainda ganhou aquilo tudo acumulado na época”. (...) “Papai tava reclamando lá em casa, ainda ajudei meu pai com esse dinheirinho. Uma felicidade incrível de poder ajudar ele lá”.

O cargo de Nise tinha outro nome, que ela não se lembrou, mas era um cargo de assistente. Ela contou que quando houve essa mudança, muita gente conseguiu mudar de categoria funcional, passando para o cargo de nível superior, de pedagogo. Mas ela não conseguiu. Mesmo tendo a formação não pôde, porque suas funções eram administrativas. Ela disse que ficou esperando “um mundo de tempos” para um concurso de um tal cargo de técnico em assuntos educacionais, “um trem que nunca funcionou dentro da universidade, que só dava briga. Acabou com o cargo e eu fiquei sem entrar nele (risos)”. Nise disse que com o

novo plano veio o cargo de Pedagogo em seu lugar. Mas o cargo era para ocupar setores de recursos humanos, o que não era seu caso.

Não ter tido essa oportunidade de melhoria com base em sua formação acadêmica foi algo que Nise se lembrou com pesar. Ela queria ter experimentado um pouco de sua formação acadêmica dentro da universidade. Ainda que pudesse ter ido trabalhar em escolas, Nise tinha uma experiência ruim de sua época de estágios, nos anos 80. As escolas eram muito precárias e a maioria dos professores era contratada. Ela vivenciou uma época de nomeação de concursados e contou que era uma “guerra infernal” na escola. Meninos gritando, professores brigando na hora do intervalo. Na época, Nise colocou na balança e preferiu continuar em seu cargo na FaE. O salário seria o mesmo e a Faculdade era um ambiente que ela considerava mais agradável. Além de achar que escola era muito pesado. “Muita gente adoece dando aula”.

Nise contou que também chegou a ouvir sobre oportunidades de trabalho em empresas privadas. Ela disse que houve uma época, pouco antes dos anos 2000, em que “o pessoal ficava doido pra ir para as empresas particulares. Porque o salário das empresas particulares era alto”. Mas, para Nise, isso era uma ilusão. “Aqui o diálogo é muito aberto. Aqui a gente tem liberdade para poder falar. Eu não vou caçar essa confusão não. (...) Eu com meninos pequenos, separada, se eu estivesse numa empresa particular, por melhor que eu fosse, eles metiam o pé na minha bunda toda vez que eu tivesse que largar o setor pra correr com menino pra médico”.

E Nise precisava de um ambiente onde pudesse ter esse tipo de diálogo. Por isso não abria mão daquele trabalho. No entanto, nas poucas vezes que precisou sair para resolver alguma questão de seus filhos, tudo era combinado, tanto com a chefia, quanto com algum colega que ficaria em seu lugar, se fosse preciso. Ela contou que quando a creche fechava – geralmente por três dias, para treinamento –, ela tinha que fazer um acordo de férias para ficar em casa com seus filhos. Então ela treinava alguém para ficar em seu lugar e a Faculdade descontava as horas de seu banco de horas.

E Nise escolheu por ficar na Faculdade e disse que não se arrependeu. Tanto que nunca saiu de lá, como ela diz, mesmo depois de se aposentar. Ela não consegue se “entender como aposentada”. Entretanto, disse que, depois da aposentadoria, evita participar das questões mais cotidianas do trabalho de quem “tá em carreira”. “Eu me eximo de dar opinião”. Nise contou que já fora questionada por uma pessoa da Direção, sobre o comportamento de determinado trabalhador. “Por que que você não me disse que fulano era

assim?” Mas ela sentia que não podia mais se envolver nas relações de trabalho. “Eu tenho o cuidado de não me intrometer no metiê da escola”.

Ela hoje vai para a Faculdade e trabalha estritamente com as demandas da especialização. Tem uma relação muito boa com todo mundo, mas não se sente a vontade para fazer mais que isso. Para Nise, ela já não pertence ao quadro como funcionária ativa e, portanto, não vai “ficar enchendo cabeça de funcionário que tem que fazer essa trajetória. Nem pra bem e nem pra mal”. (...) “Não conseguia me sentir fora da FaE, mas eu sei o meu lugar aqui dentro. O que eu tenho que fazer, como eu tenho que fazer. E a relação fica ótima assim, né? Não esbarro com ninguém”.

Nise também me contou que muita gente acha que seu trabalho no Curso é um privilegio ou que ela é “protegida” por ter continuado na FaE depois de se aposentar, mas ressaltou que quem experimenta o serviço não quer ficar. Não têm ideia da quantidade de serviço que ela tem. Ela disse que uma colega, que foi trabalhar no Curso, comentou que a visão que tinha do trabalho era muito diferente do que estava vivendo e que não sabia “que esse trem dava tanto serviço”. E esse foi outro espaço de trabalho onde Nise já passou noitadas para conseguir fazer todo o serviço. Principalmente na época de fechamento de histórico. Quando uma turma é encerrada, a secretaria, no caso, a Nise, precisa encerrá-la e fazer o fechamento dos históricos dos alunos.

Nise relatou como é (porque ainda existe) o funcionamento dessas turmas: “Primeiro que a especialização, ela abre e fecha turma mensal. Diferente da pós (*stricto sensu*), que é semestral. Todo mês a gente entra com professor novo e tira professor. Professor passa aqui um mês só. Ele vem, dá três sábados. São quatro sábados de aula. Quatro sábados no mês, de oito às cinco. Um professor dá (aula) três sábados e o quarto sábado é – esse quarto sábado pode ser o primeiro do mês, pode ser no meio do mês – é aonde vai terminar a disciplina do professor. Ele é ou um seminário ou oficina com a CPP, que é a disciplina que ensina a fazer, que trabalha o TCC²¹. Então são três sábados teóricos e outro que é ou um seminário ou oficina com a CPP”.

No exemplo da oferta em que Nise estava trabalhando no momento da entrevista, havia sete turmas. Ela explicou que cada turma com quarenta alunos tem quatro professores. Portanto, só de professores, para incluir e excluir, foram vinte e oito. “Sem falar o tanto de lista de presença, o tanto de sala que você tem que socorrer, o tanto de equipamento que você

²¹ Trabalho de Conclusão de Curso.

tem que correr atrás. Quer dizer, o Curso é puxado. É muito pesado. Mas também ele é desafio, eu gosto dos desafios, sabe?”

Ela disse que em todo esse tempo de existência do curso, nunca houve duas ofertas iguais. Em cada oferta o número de turmas cresce. Começou com quatro turmas e essa última chegou a sete. Cada uma com quarenta alunos. E Nise contou que existe uma nova oferta aprovada, de um convênio com o estado, para dezoito turmas. Ela ainda não sabia se o convênio seria firmado, mas, nesse caso, seriam 1024 alunos “de uma vezada”. E, nesse, Nise está “sem saber se vai dar conta”. Porque além de muito trabalho, é um público com o qual ela nunca trabalhou. “Que é um público de professor do estado”.

Nise disse que o público de professores da rede municipal já tem o hábito de estudar, “eles estudam sem parar”. Por isso, é um aluno que, de certa forma, dá menos trabalho, “é um aluno que você sabe que vai render, sabe que ele não vai ficar parado no meio do caminho...” Porque a secretaria do curso tem um trabalho desconhecido que é o de incentivar os estudantes. “Porque tem que dar conta daquela vaga”. Então eles procuram saber o que está acontecendo com o aluno, dão assistência... “a gente também entra na dança”. Nise contou que ouviu muitas vezes de alunos que eles chegavam tão cansados, mas eram recebidos tão bem, por pessoas sorridentes, que eles diziam que se o pessoal da secretaria dava conta, eles também teriam que dar. “Porque a gente também tinha uma jornada de seis dias, né?”.

E Nise, vivendo nesse ritmo, diz que sempre se reconheceu enquanto construtora da Faculdade e que sempre foi parceira, dos docentes, de suas chefias. Que ela nunca se viu como alguém separado da outra categoria de trabalho. Até imagina que possa ter a ver com sua formação pedagógica, na própria Faculdade, mas Nise disse que sempre se sentiu “caminhando” junto com sua chefia. Não a mando dela.

Nise se lembrou de outro dia, quando uma professora aposentada fora à FaE para fazer uma palestra e a encontrou trabalhando. A professora disse a ela que a Faculdade de Educação agradecia por ela ainda estar lá, porque seu trabalho era importante. E para Nise é mesmo. É assim que ela se vê. “Eu nunca me vi sendo dirigida pelo meu chefe. Eu sempre fui dirigida pelo plano de cargos e salários. Mas fui parceira das minhas chefias. E inclusive em reunião. Eu falava em reunião. Nas reuniões deles. Eles sempre me pediram opinião. Sempre sentaram comigo para discutir comigo como fazer as coisas. Eu não era uma pessoa para executar, eu era para ajudar a pensar. Toda a vida eu ajudei a pensar”.

E Nise se lembrou de um dia muito significativo para ela e que ainda não havia citado. A Pró-Reitora de Graduação agendou uma reunião com o Colegiado de Licenciaturas para

discutir como seria feita a inclusão das disciplinas pedagógicas no novo currículo. Sua chefe, à época, aquela que Nise comentou que não teve maturidade para assumir uma chefia, despediu-se dela para ir à reunião, sem convidá-la. No entanto, a Diretora, que também participaria da reunião, questionou onde estava Nise, dizendo que ela também havia sido convocada e que sem ela não seria possível conversar. “Por causa da experiência, do estudo, do envolvimento”. E Nise fez parte dessa reunião, discutindo e decidindo, junto à Pró-Reitora, a nova grade curricular dos cursos.

E ela disse que, por isso, não se sente infeliz. Porque nunca se sentiu diminuída. Porque sempre soube de seu lugar e que compunha com os outros trabalhadores da Faculdade. “Nas discussões, na parceria. Sempre trabalhei assim, estimando minhas chefias, sem puxação de saco, e fazendo o meu, mas sempre, também, contribuindo com meu ponto de vista, porque quem vive as situações tem que fazer”. Para ela, os trabalhos se completam. Ela não se intromete, “nunca iria intrometer”, no conteúdo que a professora vai dar em sala, “mas o viver dentro da Faculdade de Educação, a forma de organizar o trânsito para isso, eu tenho o poder de fazer e você tem, todo funcionário tem. Porque o trânsito para chegar na sala de aula é feito conosco. Então nós não somos categoria inferior. Eu sempre deixei isso claro. Nós somos categoria necessária para fazer parceria. Funcionário não é inferior à categoria de professor, nós somos categorias diferentes que temos que trabalhar juntas”.

Essa sempre foi a forma como Nise enxergou seu trabalho. Apesar de muito tímida e de ter problemas para falar em público, disse que nunca teve constrangimento para firmar uma posição relacionada a seu trabalho. Nunca teve vergonha de dizer que não se sentia inferior a um docente. “Ele precisa da minha parceria. A Universidade precisa do nosso trabalho. Ela não chega lá se não passar por nós, né?”

E o cuidado com o trabalho e com os colegas sempre foi um motivo de orgulho próprio para Nise. “Nunca deixei que as pessoas fossem prejudicadas conscientemente. Pode ser que tenha acontecido sim, que a gente não é perfeita, mas eu sempre tive muito cuidado de zelar do outro, do meu colega”. Ela se lembrou de quando chegou uma pessoa da Reitoria, para trabalhar na mesma sala que ela. “Eu fiz o ambiente dela bonitinho, mesas, tudo tudo tudo que uma secretária precisava ter. Não era pro meu setor, ela tava sendo abrigada no meu setor. Computador, mesa, tudo... Fiz requisição de material de escritório, muni a pessoa direitinho, para fazer parceria comigo lá. De espaço”.

Mas aconteceu que essa pessoa transformou a vida de Nise “num inferno”. Porque ela vivia fazendo “puxa-saquismo e fofoca dos outros”. Já era o setor no qual Nise se aposentaria.

E isso ajudou que ela não ficasse mais. “O Coordenador, da época, fazia um meio de campo assim, tudo na hipocrisia, e eu vendo aquilo tudo. Tanto é que até hoje ele não consegue me olhar no olho. Porque eu não briguei com ele, mas eu deixei ele na mão. Fui embora”. Foi na época que surgiu a oportunidade para que ela fosse trabalhar no PRONATEC.

Nise disse que uma colega aposentada a alertou de que ela não precisava continuar. Não precisava viver aquilo por medo do “vazio de trabalho”. Ela alertou Nise de que ela já podia receber pelos seus anos de trabalho sem precisar trabalhar, e que, portanto, estava trabalhando de graça. “Aí eu com aquela infelicidade dentro do meu setor. Eu tratando a menina feito uma amiga, fazendo tudo para dar conforto a ela e ela invertendo conversa lá na diretoria... que se ela tivesse falando verdade, ainda tava bom. Invertendo conversa para ficar assim ó, na mão... com a diretora lá, com a mão na cabecinha dela. E o chefe fazendo de hipócrita. Eu olhei aquilo, falei: gente, tô muito velha, muito vivida para passar por isso”.

E aí Nise conversou com a diretora, abriu mão de suas férias prêmio e pediu sua aposentadoria. E esse chefe até hoje não fica a vontade com ela. “Ele sente moralmente quebrado, entendeu? Porque ele viu o jogo que ele tava fazendo. Que não tava bonito o que ele tava fazendo também”.

Mas só isso (mais isso) é muito pouco para prejudicar a vida de Nise – “não ficou marca nenhuma, assim, que me prejudique na minha vida afora”. Para ela, são lembranças de aprendizados ruins, que existem, e que ela transforma em coisa boa. Porque ela entende que “trabalho é trabalho, obrigação, já fala. É obrigação e não uma coisa espontânea. Você faz porque você tem que fazer mesmo”.

Ela contou que fala muito disso com seus filhos: que não pensem que trabalho é uma relação de lazer. “Ali é compromisso. Então trabalho é necessário para todo mundo e é compromisso. Não vai pensando que trabalho todo mundo é amigo, e se alguém não for cê não fica nervosa não. É trabalho, é relação de trabalho. Pode ser muito bom, mas não é uma relação de lazer, que você pode escolher quem você quer. Você tem que encaixar naquele grupo e aprender as regras de convivência”.

E Nise acha que as regras dentro da Universidade são boas porque nos dá liberdade de expressão, o que ela valoriza muito. Porque ela tinha liberdade de expressão e de participação nas coisas dos setores em que trabalhou. Suas ideias eram levadas em conta. “Tanto é que a Pró-Reitora falou: ‘sem a Nise a gente não faz nada aqui não’. Porque? Por causa da vivência de Seção de Ensino. Porque ela teve o feedback da Reitoria, na época. Falou: ‘Ó, agora essa seção tem condição de ser informatizada’. E Nise se lembrou da reunião que fizeram para

informatização da seção de ensino. “Eu lembro que foi no dia do meu aniversário, (...) nos anos 80. Eu tava com uma blusa branca, uma saia vermelha... Lembro direitinho, uma saia muito bonita”.

Por sempre ter feito um trabalho bem feito e por ter sido reconhecida por isso, Nise entende que não fora injustiçada. Os pequenos conflitos com as chefias, ela atribui à falta de vivência. Vicência de Faculdade. “Essas pessoas, elas não tiveram tempo de viver a universidade e pegar chefia. Esse é um problema. Se elas tivessem um metiê da Faculdade, da universidade, maior, elas teriam preparo melhor. Mas chega uma hora que eles vão entrando, e daí a pouco tem que pegar chefia. Todo mundo tem que compor com chefia e aí eles não tão preparados. Eles misturam o pessoal com o profissional. E ficam, às vezes, vaidosos porque entrou na universidade tem pouco tempo e já tá chefe. Então não viveu aquele trânsito, da instituição, das regras...”

Ela contou que, antigamente, quando entrava, a pessoa novata não ia direto para o setor – “eu não, porque eu já fui de estagiária para funcionária, então, eu já fui treinada no período de estagiária, já conhecia a Faculdade nessa época”. Os concursados que tomavam posse ficavam um mês aprendendo, no Departamento de Pessoal da universidade, sobre legislação, sobre regras, sobre deveres e funções. “Quando chegavam na unidade eles já sabiam o que que tinha que fazer, o que que tinha que respeitar. Hoje acabou tudo isso. Era muito bom essa preparação para inserção no trabalho”. Nise acha que era importante para que as pessoas tivessem clareza sobre como agir em um ambiente de trabalho. “Você não tá no ambiente de lazer, que você pode largar tudo e ir embora, pode xingar todo mundo, né?”

Quando chefiava a Seção de Ensino, Nise sempre falava com os colegas que trabalhavam com ela: “O guichê é o seguinte: você hoje está no guichê, seu horário de guichê, então você sabe: paciência. Porque tem coisa que você não aguenta mais responder, mas aquele que chegou vai escutar a primeira vez. Ele vai te perguntar, nunca ninguém falou com ele. Você já respondeu mil vezes e você tá puto de responder isso, mas ele nunca escutou. Então horário de guichê, tem que ser com muita calma”. Quando algum colega não conseguia lidar com essa atividade, ela trocava por outra. Nise disse que algumas pessoas simplesmente não conseguiam lidar com a rotatividade de tarefas e contou sobre um colega que pediu para ficar fazendo uma coisa só. Um dia ele pediu transferência para o Hospital das Clínicas e achou ótimo, falou que só ficava batendo carimbo e não tinha que ficar atendendo ninguém.

São perfis diferentes. E Nise sabia da importância de se ter um cuidado com isso. Ela contou que, nesse mesmo setor que chefiava, tinha outro colega que levava um violão e queria

ficar tocando no horário do trabalho. “Ele ficava tentando me seduzir com o violão dele. Não seduzir como mulher, mas como queridão da seção”. Certo dia, Nise chamou sua atenção, “devagarzinho com aquele ar matreiro”, para que ele entendesse que o serviço que ele deixava atrasar era distribuído entre os demais colegas e que isso não estava certo. “Vamos fazer o seguinte, deixa só pra hora de intervalo, o violão. Pega o seu e faz. Porque senão vou ter que passar pro seu colega”. E ela disse que deu certo.

Um terceiro colega - “o Mauro, aquele que tem a sala, Mauro Raposo” -, Nise contou que era mais inibido. E ela dizia a ele “Mauro, você tem que ser mais agressivo. Você é um ótimo funcionário, mas você fica dependendo da minha empurrada. Você não precisa disso, você é um menino inteligente. Bote-se pra fora. Avança”. Mas Nise não sabia que ele já estava no início de uma depressão. Ela conta que ele era “um menino maravilhoso”. “Um amor de pessoa”. Que nunca gostou de fofoca ou de ver erro no outro. “Quer dizer, tinha a alma muito sensível, não aguentou o mundo. Não suportou a hostilidade do mundo”.

Eram todos técnicos administrativos. Todos do mesmo nível. E Nise exercia a função de chefia tentando manter o melhor ambiente possível. Ela também contou que tinha uma colega que “se dava muito bem com os diplomas” e que, então, ela acaba esquecendo de mudar suas atividades. Às vezes ela dizia que estava cansada e Nise buscava uma pessoa para trocar com ela. “Aí falava assim: gente, quem quer? Se não quiser vou ter que escolher. Tem um de vocês que está disposto a trocar?” E assim iam levando e realizando a rotina de trabalho da seção.

Nise disse que a Seção de Ensino era um setor “invejado”. A Diretora já chegou a convocá-los para perguntar o que acontecia que os trabalhadores do setor tinham mais fidelidade a Nise do que a ela. Mas Nise respondeu que não pedia isso a eles. A Diretora tentava tirar funcionários do setor, mas não conseguia. Eles eram unidos. “E era serviço demais, mas a relação era boa. Tinha momentos de brincadeira, a gente parava para brincar um pouquinho, depois pegava firme. (...) Foi uma época maravilhosa essa Seção de Ensino, a gente trabalhou a morrer, mas a gente divertiu muito também. A gente sabia compor os horários pra tudo. Foi um tempo muito agradável”.

Já no Colegiado, Nise disse que nunca teve ninguém. “Sempre fui sozinha”. Aliás, ela se lembrou, teve um “menino” que entrou, vindo de um concurso, e ficou um tempo com ela. Mas Nise falou que o rapaz era bastante problemático e tinha cuidado excessivo com sua saúde. Quando Nise tossia, ele pedia que ela separasse suas canetas porque ele não poderia adoecer. Nise acha que ele tinha alguma doença que causava baixa imunidade, mas nunca

soube ao certo. “Ele trazia a comida toda dele. Café, almoço, tudo, mas ele tinha problema”. E, além disso, ele ficava “fuxicando” com a chefe do Colegiado. “Puxando saco dela, sabe? Tem gente que gosta de ser assim, alisado. Como é que se diz... Bajulado. Tem chefe que se perde nessas questões”. Então a relação nesse setor era bem diferente da que Nise viveu na Seção de Ensino.

E aqui já estávamos caminhando para o final. “Acho que é só, Roberta. Não sei se vai dar para tirar muita coisa aí não. As coisas interessantes mesmo, de relação, assim, igual eu falei da Seção de Ensino, eu nem lembrei aqui algumas... Mas lembrei também, É, lembrei sim! Lembrei da Biblioteca, lembrei das fichinhas... (risos). Ô mas eu ia numa depressão para aquilo ir embora. Eu também não achava justo jogar fora do setor. Eu queimava elas lá em casa, lá em casa era terreno... Poucas, mas se eu levasse cinco fichinhas - aquelas fichinhas de catalogar livro -, cinco fichinhas erradas pra casa, eu ia amarrotada. Me sentia pecando. Sabe como que é? A pressão dela era tão forte que eu me sentia pecando, fazendo aqueles erros. E mais ainda de fazer escondido, de levar escondido, porque eu não gosto de mentira. Nunca gostei. Eu gosto de ser aberta, assim, exposta, eu não gosto de nada que eu tenho que tomar cuidado pra falar para não me descobrir”.

Isso marcou muito para Nise e ela deu graças a Deus quando chegou a hora de sair. Quando outro setor ficou sobrecarregado e a chamaram para ajudar. Ela se lembrou que saiu para ficar um tempo na sala de datilografia. Mas lá a experiência também não foi das melhores. Nise tinha uma colega lá “que fazia um inferno na vida de todo mundo. Um inferno. Menina do céu, uma cachorrada, ela fazia fofoca de todo mundo”. Ela disse que a pessoa chegou a inventar que um colega a estava roubando, o que Nise acha que fora por preconceito. Por ele ser homossexual. Mas Nise não sabia se ele era ou não. E ela disse que tem saudades dele. Ela contou que eles moravam perto e que um dia ela foi até a casa dele para atender uma ligação de sua irmã - porque ela não tinha telefone. “Eu pedi minha irmã pra me ligar pra me passar uma receita de pizza. (...) Eu fui falando ele foi anotando pra mim. Letra bonita que ele tinha, eu tenho essa receita guardada. Sei de cor, mas guardei por causa da letrelinha dele”.

Nise teve muitas boas relações de trabalho e fez grandes amigos durante seu tempo de TAE. Ela disse que “essa FaE vai ser sempre sua estimada Faculdade de Educação” e que acha um privilégio trabalhar ali dentro, na FaE e no Campus. “Mas acho que é isso. Tem muita coisa, mas o tempo vai roubando da memória da gente, né? Porque as coisas vão trocando, a gente não tem esse reservatório tão extenso. Então a gente vai substituindo coisas.

Mas foi um tempo bom. Tinha dores também porque esse serviço de datilografia, Deus que me perdoe! Esses estêncis... E a gente ter que refazer. E muito texto, porque não tinha livro porque escola pública não pode comprar livro, tem que ser tudo no mimeógrafo, tudo aquelas apostilonas assim, aquele tanto de apostila fazendo na gráfica. E a gente fazia as matrizes para a gráfica”.

O cargo de Nise era muito amplo. Ela fez muita coisa ali. E ela explicou que essas vezes em que ela ia “pulando” de setor em setor, para ajudar, foram antes de sua primeira chefia, na Seção de Ensino. Depois da Seção de Ensino ela sempre assumiu a função de secretária.

E Nise contou que essa primeira chefia surgiu de um convite para que ela chefiasse o Colegiado. Nise nunca antes havia sido chefe e estava receosa de aceitar. “Você me dá três dias para pensar?” Ela pediu. Mas Nise disse que essa diretora era muito inconstante. “Você quando encontrava com ela no corredor ficava assustado, que comportamento que cê ia ter. Que se cê fosse passar de fininho, ela te cumprimentava. Se você fosse cumprimentar, talvez aquele dia ela não ia te responder. Então era inseguro demais lidar com ela no corredor, embora ela buscasse muito recurso para poder nos favorecer enquanto profissionais. Mas ela tinha o gênio difícil”. E quando Nise conseguiu falar com a diretora que aceitaria a vaga, “ela pegou, pôs a mão no meu ombro: ‘Não, já sei, amanhã você vai começar é na Seção de Ensino. Amanhã você vai pegar a chefia da Seção de Ensino’”. Nise ficou boquiaberta – “aquela cara de tacho, né?”. Se ela já tinha receio de pegar a chefia do colegiado, a sensação sobre a Seção de Ensino era ainda pior. Principalmente porque, na época, o setor tinha má fama. Nise disse que a Seção era “odiada por todo mundo, por aluno, por reitoria, por todo mundo”.

E o setor estava passando por uma má gerência, segundo Nise. A chefe não lidava bem com o público. “O trem tava pegando fogo e a reitoria lá em quente com essa seção que não andava’. Mas Nise assumiu. Entrou “com humildade”. A primeira coisa que ela fez foi tentar levantar quais eram os problemas, mas disse que a chefe anterior não passava as informações. “Eu tive que ir na diretora. Pode tirar, eu não consigo fazer nada, ela não deixa, ela não me mostra o que tem que fazer, pode tirar ela”. E depois Nise buscou ajuda junto ao DRCA. Informou que havia assumido o setor e precisaria de treinamento. “Elas foram me dirigindo”.

Com um mês de trabalho, quando o acerto de matrícula havia finalmente terminado, Nise foi até lá se apresentar - “porque a gente tinha que ir nos setores”. Quando chegou, elas a encheram de cobranças. Nise nem sabia do que estavam falando ainda. Mas, nesse momento,

Nise teve grande ajuda da Coordenadora do Colegiado de Pedagogia, uma professora antiga na casa, que estudava os currículos. “Então ela veio para a Seção de Ensino e foi detalhando cada currículo comigo, cada época, qual currículo que eu ia olhar, pra ver o histórico daquela pessoa. Sabe? (...) Essa pessoa foi maravilhosa, ela foi me situando no tempo e no espaço em cada currículo, tinha muitos currículos lá na Seção de Ensino. Então ela falava assim: para os alunos dessa época você usa esse currículo. Aí fui fazendo as pastinhas pretas, catálogo de cada currículo e situando no tempo e no espaço. Ela me deu uma mão muito grande, lá”.

E a Seção de Ensino “saiu do buraco e foi para referência”. A Direção de outra Unidade chegou a solicitar a transferência de Nise para seu Colegiado, “porque tava precisando de alguém para consertar lá”. Mas a Direção da FaE não aceitou liberar Nise. Disse que se tivessem alguém como ela, ela aceitava a troca. Nise achou bom porque não queria mesmo sair da FaE. “Eu já fui chamada para muitos lugares. Mas não ia mudar nada em termos de referência. Nem de status. Também não sou muito ligada a status. Isso aqui era o meu berço, aonde eu entrei para estudar... eu me sentia bem aqui. Nunca tive desejo de sair daqui não. E aqui eu andei muitos lugares”.

Nise fez uma correção: ela não chegou a “viver” a pós-graduação. Então, podemos incluí-la naquelas seções “mais específicas” em que ela não havia trabalhado. Ela citou isso porque se lembrou da vez em que uma diretora a convidou para assumir a secretaria da pós-graduação. “Ô Nise, eu estou entrando para a direção, e eu tô te chamando para te levar para a pós-graduação e, se você aceitar, eu vou pôr tapete vermelho para você pisar”. Nise se desculpou por não aceitar. Mas ela tinha duas razões. “Primeiro: meus meninos estão pequenos, eu tô separada, recém-separada, então minha vida tá de cabeça pra baixo. Segundo: eu sei que você tá me levando para tirar a secretária que está lá e eu não tiro lugar de ninguém. Isso eu não posso fazer. Isso eu não dou conta, de derrubar ninguém”.

A Diretora não gostou. Nise contou que ela “tomou raiva” dela. E, nessa época, a Universidade anunciou um prêmio. O primeiro e último, de funcionário do ano. O prêmio era em dinheiro. A Diretora indicou um funcionário da FaE. Os colegas de trabalho de Nise procuraram a direção e solicitaram que fosse ela a indicada para o prêmio. Mas a Diretora respondeu que não poderia fazê-lo, pois o outro trabalhador estava “muito infeliz” e ela já havia prometido a ele sua indicação.

A Diretora era, segundo Nise, parte do “grupo para selecionar as pessoas”. “Quase na hora de dar o resultado, ela me telefona pra eu vir lá do GAME que ela precisava conversar comigo. Vim, eu fumava nessa época. Ela tirou um cigarro, sentou comigo, na maior

falsidade, e falou assim: ‘Nise, sabe por que eu te chamei aqui?’ Aí contou a história, que meus colegas me indicaram, mas que ela não pôde me indicar, que ela indicou o **nome oculto**, e que na hora lá da seleção eles falaram com ela assim: ‘Essa aqui você conhece né, fulana?’ Que é lá do seu prédio. E ela teve que... Ela falou: ‘e eu tive que escamotear, me eximir, por causa do compromisso com o **nome oculto**.’

Nise respondeu que não havia problema. Que estava ali para trabalhar e não por prêmio. Mas me contou que voltou para seu setor muito chateada. O prêmio era dez mil reais. “Eram as dívidas que eu tinha. Pensei: miserável, você tirou o prêmio que resolvia a minha vida”. E Nise sentiu que fora feita justiça, quando a diretora entregou o cargo “debaixo de vergonha, com uma dívida de correio, maior que a minha dívida de vida, e pedindo os setores todos para ajudar a pagar. E todo mundo rejeitando”. Nise enxergava que a diretora era maldosa com ela. E para ela, “são essas pequenas coisas que acabam sendo grandes, mas que quando você não tá ligada nesse nível, você não sofre tanto”. Nise disse que ficou muito desapontada com a perseguição que sofreu dessa gestora.

Quando mudou a gestão, Nise foi convidada para assumir a secretaria geral da Faculdade. Seus filhos já estavam mais crescidos, então ela aceitou. E a Diretora anterior não gostou que ela tivesse aceitado o convite dessa vez. Chegou a lhe dizer isto. Mas ela foi para a Secretaria Geral. As reuniões de Congregação eram longas, passavam do meio-dia e os filhos de Nise acabavam perdendo aula. E então Nise pediu à sua colega, que na época era secretária da Direção, que trocasse com ela. Ela aceitou. “Pegou essa encrenca”. E então elas trocaram. Na secretaria da direção era mais tranquilo porque tinha outro funcionário, então Nise podia correr em casa, dar o almoço e levar os meninos para a escola, que o setor não ficava descoberto.

E Nise disse que deve isso à sua colega. “Que ela me socorreu numa hora muito maravilhosa. Meus meninos pequenos, eu chegava correndo, eu ainda ia correndo lá em casa assim mesmo, tava meu menino com a bolsa, com a mochila no ombro, no passeio, sem almoço e fazendo assim pra mim: ‘O especial já passou, mãe’. Aí... nem com quatro anos depois do mandato da anterior eu tive condição de ficar nesse lugar. A gente tem que ser sensato”.

E Nise se lembrou, com pesar, de um dia em que foi com a Comissão de Eleição, da qual fazia parte, entregar a urna, em outro prédio. Quando eles estavam voltando, passaram em frente à creche e seu filho mais novo estava sentado na escadinha que ia para o refeitório. “Que que você tá fazendo aí?”, Nise perguntou. “Ô mamãe, hoje teve apresentação do

trabalho final e tinha lanche coletivo com os pais. Você não veio, eu não fui”. “Nunca esqueci, isso me corta o coração toda vez que eu lembro disso. Quer dizer, se eu pudesse fazer um filme de volta eu tinha falado: gente, cês entregam a urna e eu vou ficar aqui na creche”. (...) “Quer dizer, o trabalho sempre me puxou muito”. Mas Nise também se orgulha de ter dado conta. De ter cuidado bem de seus filhos. Ainda que tenha se desdobrado para isso. “Só trabalho e filho, só trabalho e filho”.

“Roberta, cê tira o que não serve aí. E eu acho que foi uma temporada muito agradável, sabe? Aí outros vão complementando essa minha fala, porque cê vai chamar gente que vai lembrar de fatos dessas mudanças que eu não dei conta de lembrar. Cê vai comendo, vai ficar legal”.

Muito obrigada, Nise! Por tudo.

4.1.4 História do aposentado Júlio

“Será que eu mesmo tô fazendo isso?”

Essa é a história do aposentado Júlio, que ficou sabendo do concurso na UFMG, para o cargo de motorista oficial, em 1981, enquanto estava na porta do Hospital Felício Rocho, em um ponto de táxi. “O cargo de motorista institucional na Universidade era raro de se conseguir alguém que viesse fazer, porque o salário era baixo. Então a Universidade panfletava no ponto de táxi”. Júlio recebeu o panfleto. Aquele era o último dia de inscrição para o concurso e então ele foi até a UFMG para se inscrever. Chegando lá, encontrou vários amigos na fila. Fez o concurso sem muito interesse, “no dia da prova eu fui o primeiro a entregar a prova”. Eram 50 vagas, Júlio passou em 46º, “quase que eu não passava”.

Demorou dois anos e três meses para que Júlio fosse convocado. A essa altura, ele havia decidido que não iria aceitar o cargo, devido ao baixo salário. “A sorte minha é que eu comentei com um colega meu de profissão, um senhor, que a princípio não tinha a menor condição de me dar uma boa informação, um bom conselho, porque era um cara matuto, desses que falava tudo errado, dava soco na gente, cuspiava conversando, né? ‘Não, Júlio, é um emprego público federal. Chega lá dentro cê muda de cargo. Cê é novo ainda’” E Júlio ouviu o conselho.

Ele entrou e logo começou a trabalhar, como motorista, na Faculdade de Educação. “Eu buscava, como motorista oficial, e levava em casa, a **Nome oculto**, que era diretora da

Faculdade de Educação na época. (...) Ela era muito amiga do Tancredo Neves, cansei de levar ela no Palácio para conversar com Tancredo”. Numa dessas idas à casa da Diretora, em um mês de inverno, ela pediu que Júlio tentasse consertar o chuveiro do quarto da empregada, que não estava esquentando. “Eu fui lá, dei nele uns tapas, ele voltou a funcionar”.

Depois de seis meses trabalhando como motorista, “o governo liberou algumas vantagens que só aconteceria depois de um ano” e Júlio pôde fazer uma prova para mudar de cargo. “Aí eu fiz prova para assistente administrativo. No primeiro concurso eu não passei, porque faltou ponto em português. No segundo eu passei com sobra”. Quando ele foi aprovado na seleção para mudança de cargo, a diretora solicitou ao setor de planejamento da UFMG, que fosse enviado novo motorista à Faculdade e que Júlio pudesse continuar lá, como assistente. Foi difícil conseguir, mas Júlio disse que a diretora “bateu o pé, não arredou”, e conseguiu o que pedira.

E agora Júlio passaria a trabalhar dentro da FaE. “Aqui dentro, que eu já trabalhava lá fora, no carro né?” E a Diretora avisou que o alocaria no Setor de Audiovisual. “Aí ela falou comigo: ‘Júlio, vou te colocar lá no audiovisual, multimeios, você sabe por quê?’ Não, não tenho a menor ideia porquê. ‘É porque lá tem muito aparelho, Júlio. E você entende de eletricidade’. Por causa das pancadas que eu dei no chuveiro (risos)”.

O servidor TAE que trabalhava no Audiovisual aposentou-se e Júlio ocupou seu lugar. E nessa época a Faculdade recebeu novos equipamentos de mídia – “foi chegando vídeo, filmadora, coisas que eram... uma coisa diferente na época né?” Júlio foi aprendendo a usar aquelas novas tecnologias e, ainda, ensinava aos professores. Ele conta que sempre falava que era a mesma coisa que o gravador, mas que agora a imagem apareceria também. “Tinha gente que você ligava a filmadora na direção dele, ele entrava em decomposição (risos). Ficava ali, mudava de cor, gaguejava, até ir acostumando”.

E a partir disso a Faculdade passou a filmar tudo. “A gente saía para a rua com aluno, pra documentar, por exemplo, um tipo de alfabetização que tava dando certo, né? Depois voltava para a Faculdade, editava a fita e colocava no acervo pra futuros empréstimos.” E Júlio se pegava pensando: “será que eu mesmo tô fazendo isso?” Ele diz que filmava e opinava. “Já teve professora que eu filmei, numa banca, depois encontrei com ela no corredor e falei: olha, deixa eu te falar, você fala muito rápido. A gente não consegue entender o que você fala. Procura falar mais pausado um pouco. Sua dicção é boa, mas dá para melhorar mais. Outra coisa, fica mais imponente na mesa. Tá toda torta, você não fotografa bem”.

Júlio foi adequando as pessoas às novas tecnologias que haviam chegado à Faculdade. “Inclusive era um tal de colocar bolsa em cima da mesa, garrafa com café, eu fui eliminando tudo, fui tirando tudo, sabe?” E ele contou que foi organizando as coisas até que o pessoal se acostumassem à nova rotina. “Aí passamos a sofisticar tudo, passamos a gravar as dissertações. Só dissertação nós gravamos mais de duzentas”. Os alunos levavam a fita, Júlio gravava e eles levavam de volta. Não ficava para a Faculdade. “Um ou outro que doou e tá lá na biblioteca.”

Para fazer as edições, Júlio conta que ia todo mundo para a sala dele, “porque o Curso de Pedagogia era muita mulher, né? Ia todo mundo pra sala para editar a fita, aí falavam: ‘dá pra colocar essa imagem do meio aqui na frente do vídeo?’ Dá. ‘Dá pra colocar aquelas letrinhas assim subindo, com o nome da pessoa?’ ‘Dá para colocar música?’ Dá”. E era um “bota cabo, passa cabo”, e as pessoas sempre perguntavam se Júlio tinha formação na área. “Tenho”, ele dizia. “Eu sou motorista de táxi” (risos). E aí a segunda pergunta era como é que tinha ido parar ali. E ele contava a história do chuveiro.

E então ele fez curso de operador de equipamentos de áudio e filmadora. Mas já tinha jeito para a coisa. “A primeira vez que eu botei uma câmera no ombro, um pessoal de São Paulo, eles falaram comigo: ‘você já filma né, moço?’ Falei: não, é a primeira vez que eu pego numa câmera”. Mas Júlio diz que tem muita facilidade para fazer de tudo. “Sou eclético”. E assim, muitas coisas foram possíveis. “Aí foram... assim... coisas maravilhosas né? Começaram a vir as homenagens nas formaturas. As participações nas salas, nos teatros dentro da sala de aula, com as alunas. Foi muito bacana”.

E Júlio percebia a importância desse novo trabalho para a Faculdade. “Já se fazia empréstimo de livros, mas empréstimo de fita era uma coisa nova na Faculdade. Tanto é que o Conselho Universitário teve que se reunir e... mudou todo o conceito. As multas eram mais caras, para devolução da fita, como é que tinha que fazer, a reposição, entendeu? Porque era um conceito novo”. E então eles começaram a montar uma nova Seção na Faculdade, “que não existia, né?” E passou-se a usar muito filme em sala de aula. “E a gente às vezes reservava um filme para poder passar em sala de aula, o outro funcionário emprestava o filme no mesmo dia, aí você tinha que mandar o motorista na casa do aluno buscar a fita porque estava reservado para passar à noite né? Aí nós fomos minimizando esses erros todos e fazendo a seção. A gente copiou filme demais da televisão.”

A Seção era uma espécie de locadora de filmes. “Com filmes didáticos, alguns conhecidos. Passava na televisão. Sociedade dos Poetas Mortos, Freud Além da Alma, Ao

Mestre Com Carinho, Um Tira no Jardim de Infância, isso tudo era um filme que a gente usava. Tinha um filme muito... que a gente passava muito, que passava na televisão: A Onda". E Júlio conta que geralmente alguns professores tinham as cópias de filmes, "mas eram feitas numa velocidade muito lenta, para poder economizar fita, e a imagem ficava muito ruim". E então ele conseguia copiar de novo, numa velocidade mais rápida, para melhorar a qualidade da imagem.

Mais tarde passaram a usar projetor, data show. As dissertações passaram a fazer uso de PowerPoint e então Júlio fez um curso sobre o programa, "para poder ajudar os alunos né?". E ele achava interessante, que o pessoal ficava o observando trabalhar e às vezes nem prestava atenção ao conteúdo da dissertação. "Porque eu colocava o monitor e toda imagem que eu fazia aparecia né? Era uma coisa assim muito legal, porque eu pegava a filmadora, filmadora de qualidade, a pessoa colocava o slide do PowerPoint na tela, eu ia lá e colocava na memória da câmera e depois voltava a imagem para ele, falando para o público. Quando ele olhava para a tela eu apertava a tecla da câmera, a imagem que ele ia falar sobre ela aparecia em forma de cortina, entrava e saía, quando era necessário. Às vezes eu usava duas filmadoras, uma na mesa de efeitos, outra na caracteres. Quando a pessoa olhava para a câmera eu apertava... a imagem girava, entrava a imagem do áudio. Eu voltava nele, girava de novo, entrava ele". E Júlio tinha gosto de falar sobre esse trabalho, "cada vez mais sofisticado".

Ele se lembrou de um dia, quando estava na sala da Congregação, ao lado da diretoria – "Eu começava uma hora da tarde. Horário que eu pegava serviço, eu trabalhava a tarde e a noite" – e a secretária pediu que ele buscasse alguns professores no Hotel, já que seu taxi "já estava na rua". Ele foi. Parou na porta do Hotel, "veio a primeira professora, entrou no carro. Enquanto a gente esperava o segundo, ela falou assim comigo: 'o moço, essa vida é engraçada, né?' Por que, senhora? 'Olha só, ontem você tava gravando a gente naquela sala, com aquela competência toda, agora você tá aqui dirigindo um táxi'". Júlio riu ao contar essa lembrança. Disse que era uma coisa diferente mesmo. Às vezes ele saía do trabalho, guardava o material no auditório e o pessoal que tinha participado de algum seminário ficava até mais tarde na Faculdade. Quando chegavam ao estacionamento, ele estava saindo com o taxi. "Aí eles davam sinal pra mim, como taxista. Entravam no carro olhava pra mim: 'cê tem um irmão que trabalha aqui'? Sou eu mesmo. (risos)"

E ele estava sempre buscando conhecimento, fazendo cursos, para operar os equipamentos de audiovisual. Ele me explicou que havia um equipamento que permitia fazer

marcações magnéticas em uma fita de áudio, com comandos para, por exemplo, troca de slides. “Você colocava dois projetores de slide com a imagem centralizada na tela. E você fazia marcações magnéticas na fita de áudio, com texto, e ele mudava o slide sozinho. É o que deu origem ao chamado audiovisual”. As pessoas ficavam impressionadas, dizia Júlio. “Uma vez uma mulher trouxe uma história da... das panelas na cozinha e tudo. Ela ficava o tempo todo olhando para mim e eu sentado lá no canto, e o troço funcionando sozinho, ela não entendia nada daquilo. Depois, quando acabou a apresentação dela, a primeira coisa, ela correu para mim: ‘moço, comé que o senhor fez isso?’”

E as pessoas confiavam em Júlio e contavam com a presença dele para suas atividades. “Procê ter ideia, teve mestrando que chegou a falar para mim: ‘Júlio, cê vai tá na sala amanhã, na minha apresentação?’ Não, tô de férias’. ‘Ô Júlio, pelo amor de Deus, vem amanhã. Faz o seguinte, depois cê desconta esses dias, mas pelo amor de Deus, não deixa eu sozinha não, que eu vou ficar muito desamparada’ (risos). Confiança, né? Porque eles levavam o.. as coisas para mim, a gente fazia um teste antes né, para ver se estava legal ou não”.

Eles levavam o disquete. Mais tarde passaram a levar o CD-ROM. E Júlio analisava a qualidade do hardware e do conteúdo, antes da projeção, e ensinava as pessoas e as auxiliava sobre o funcionamento daquelas tecnologias. “Teve professora aqui, até famosa no nosso meio, super conhecida aqui, que a primeira vez que ela usou o Datashow, ela usou como se fosse retroprojektor. Aquela... tudo quadrinho pequenininho, com as letrinhas pequenas. Falei com ela: minha amiga, você está usando isso aí como projetor. ‘Como é que faz aí então?’ Você faz página por página, com fundo azul, com letra branca, amarela, ou amarela em negrito. ‘Cê faz pra mim?’ Não, lá no CEALE o rapaz faz para você. Aí, tempos depois eu transportei ela daqui para o aeroporto. E falei: e aí, como é que tá a situação? ‘Ih, menino, depois que você me ensinou, agora tem até animação’. Eu falei: não, eu não te ensinei, eu te alertei. ‘Você me ensinou!’. Não, eu só te alertei, você tava usando pobrememente um aparelho muito cheio de recursos”.

Foram muitas gravações de defesas, muitas atividades didáticas, eventos, muitas fitas emprestadas e muita andança. “A gente passou a ir com aluno pra tudo quanto é lado. Nós fomos até em Itabira, gravar a Vale do Rio Doce na época”. E Júlio sempre acompanhava tudo, porque os vídeos eram sofisticados, cheio de recursos. Por exemplo, um palestrante estrangeiro, “cê sabe como é a tradução, né?”. Se você, assim como eu, não sabe, Júlio te conta. “A tradução é com um radinho. E a pessoa fala, o tradutor fala, e a pessoa ouve... no fone de ouvido só, dentro do auditório. E a gente gravava nos dois idiomas”. Um em cada

faixa, “porque o vídeo era hi-fi, né?”. É igual aos eventos que vemos na televisão, nos quais as pessoas estão usando um fone de ouvido, “porque tem um tradutor falando para ele no ouvido”.

Isso em meados dos anos 80. Júlio explicou que as empresas de tradução eram contratadas pela Faculdade. “Vem o tradutor, empresta o fone de ouvido para cada participante. Na época eles faziam coisa que agora não é permitido mais, que era recolher identidade, né? Aí a pessoa ficava na obrigação de devolver o fone de ouvido para receber a identidade de volta. E aí você recebe a tradução tranquila.”

As formaturas também passaram a ser gravadas. E o setor de Júlio dava todo o suporte durante o evento. E assim ele passou a ser alvo de homenagens nas refeições, “por causa do comprometimento do funcionário com o alunato né”. O Setor de Audiovisual, como dizemos até hoje, na verdade se chama "Seção de Apoio às Atividades Acadêmicas". E tudo que precisava para desenvolver uma aula, era com eles. Datashow, notebook, câmeras, microfones, projetor de slides...

Havia duas pessoas no setor, que funcionava nos três turnos. Primeiro Júlio trabalhou com um colega que, quando faleceu, teve a sala de convivência nomeada em sua homenagem. Depois foram passando diversas pessoas pelo setor. Júlio contou que a Direção colocava com ele “funcionários que ninguém queria mais” e em confiança me explicou o porquê. Mas mandavam essas pessoas tidas como mais complicadas para o setor e Júlio, que era o chefe da seção, “se virava com elas”.

Júlio trabalhava 40 horas semanais, “chegava uma hora, ia embora as dez”. Mas as aulas das licenciaturas terminavam as 22:30 horas e ele esperava o final para sair. Já chegou a ir embora da FaE até quinze para a meia noite. “Porque o seguinte: Eu emprestava um aparelho, na época estava usando muito *micro system*, para botar música dentro da sala de aula. Então dava 10 horas da noite, eu chego lá, a sala tá fechada. Não posso abrir a porta da sala e invadir para pegar um aparelho. Tenho que esperar a aula terminar, para poder pegar o aparelho de volta. Entendeu? E assim ficava até mais tarde, não tinha... era dedicação exclusiva”. E Júlio fazia jornada dupla como motorista de táxi. Ele me contou que de 83 a 95 trabalhou de manhã e de tarde. Depois de 95, passou a trabalhar à tarde e à noite, porque o funcionário que trabalhava com ele era estudante e estava perdendo aulas. “Eu troquei com ele para facilitar a vida acadêmica dele. Então eu rodava no táxi de manhã, e à tarde e à noite aqui”.

E com essa troca de horário, a relação com os estudantes ficou ainda mais “constante”. “Porque o aluno da noite ele é mais carente. A pessoa trabalha o dia inteiro, chega aqui à noite, ele precisava de um lugar para se apoiar, e a única seção que tava aberta era a minha”. Às vezes, Júlio saía para atender uma sala de aula e quando voltava “tava cheio de aluno na porta me esperando”. Ele não gostava daquilo e instruía os estudantes a reclamarem na Direção, para que colocassem mais funcionários no setor e os alunos fossem mais bem atendidos. Mas eles não iam e diziam a Júlio que não podiam fazer aquilo porque sua seção era a única que funcionava. “Ninguém nunca foi (risos). Nunca foi, entendeu?”

E Júlio contou de uma aluna “muito complicada” que queria fazer uma pegadinha com os professores. Ela queria que Júlio emprestasse uma filmadora do audiovisual para que uma terceira pessoa, portando-a, invadisse as aulas falando que era do MEC e que faria uma avaliação surpresa. “Aí eu não aceitei. Falei: não! Não vou fazer isso não, uai. Isso vai assustar o professor dentro da sala de aula”. Depois, a mesma aluna, queria passar filmes no auditório, durante os intervalos, “para os alunos de licenciatura que tavam chegando na Faculdade e não tinham o que fazer, ir pra lá assistir filme”. Mas os equipamentos estavam ficando sozinhos no auditório e Júlio os recolheu para evitar que fossem roubados. “Aí nós fomos lá na diretoria, foi parar eu e ela lá. Ficou lá combinado que não ia fazer isso mais. Ela voltou, pegou um papel craft, pegou um pincel piloto e escreveu de todo tamanho: O Júlio, que se sente dono de tudo aqui dentro da Faculdade, não quis passar o filme para os alunos, e tal e tal e tal. E deixou lá o cartaz. A professora **nome oculto** entrou, viu aquele cartaz, foi lá atrás dela e falou assim: “Fulana, eu conheço o Júlio desde que eu era aluna aqui. Eu nunca ouvi ninguém falar isso dele aqui. Aquilo lá é... Tira aquele cartaz de lá agora!”

Júlio contou que a aluna também reclamou com o Ministro da Educação que estava sendo perseguida na Faculdade. O Ministro, que na época era o **nome oculto**, ligou para a Diretora **nome oculto** para saber o que estava acontecendo. “Ligou pra ela, ‘que que foi que tá havendo?’ ‘Ah ela é muito problemática’. ‘Tá faltando alguma coisa pra ela formar?’ ‘Só essa matéria’. ‘É muito importante?’ ‘Não’. ‘Dá o diploma pra ela’.

Júlio disse que a aluna havia vindo da Rocinha. “Tem nada a ver não, mas era da Rocinha”. E que o “negócio dela era pesado”. A aluna era militante. Reuniu-se “com o pessoal da pedagogia, lá no básico, lá na FAFICH, e lançou candidatura dela aqui, à presidente do D.A. E ela foi eleita. A primeira coisa que ela fez: foi lá, pegou um cartaz, pôs no bebedouro, que a água tava contaminada. Professora viu. ‘Cê é louca, mulher, tu acabou de tomar uma água agora, vai falar que vai morrer?’”

Júlio viveu muitas histórias por ter batido em um chuveiro, como dizia ele. E os muitos cursos que Júlio fazia não rendiam nada financeiramente, eram só mesmo para “melhorar o meu desempenho”. Às vezes, quando tinha algum evento externo na Faculdade, em que ele precisava trabalhar, ganhava algum extra - “a gente recebia alguma coisa por fora”. E quando recebia, Júlio ia até o funcionário que trabalhava com ele para dividir a quantia. Mas isso só acontecia em eventos particulares. “A Faculdade alugava o auditório, principalmente nos fins de semana. Eu vinha trabalhar. A Faculdade ganhava e eu também”. Também recebiam, os demais funcionários envolvidos, como o pessoal dos Serviços Gerais e da Limpeza.

A relação de Júlio com os professores e alunos sempre foi muito boa. “Tinham alguns que eram mais amigos, né?” Mas ele disse que todos o respeitavam muito. E ele procurava fazer de tudo, ajudar com tudo que precisasse e tinha muitas habilidades. “Não sei como é que chama aquele... sabe um... painel que você coloca uma folha de papel craft, vai apresentando e joga pra trás? Veio uma mulher de fora aqui, toda vez que ela vinha aqui eu fazia um pra ela. Eu pegava furadeira lá em casa, fazia os buracos, trazia parafuso lá de casa, colocava...” Se um professor precisasse de um vídeo que não tinha na Faculdade, “a gente monta”. Júlio ia pra rua filmar o cotidiano e montar os vídeos. “Aí ia na rua pegar menino vendendo bala, vendendo água no sinal... Gravava, montava um vídeo. Era uma dedicação assim, incrível sabe? Fazia e ficava bom. E ficava bom”.

As atividades de Júlio iam além das atividades de seu cargo. E ele citou vários exemplos em que investiu saberes de experiências anteriores, para ajudar em atividades na FaE. “Porque quando eu entrei pra trabalhar no audiovisual, únicos aparelhos que tinha eram o projetor de slides e o retroprojetor, que ficavam a disposição em uma sala. Os professores levavam para a sala, usavam e devolviam. E aí eu passei a interferir nisso aí, por exemplo, as lâminas às vezes eu que fazia. Porque eu fiz curso de cartazista letrista antes de vir para cá. Essas letras que faz em faixa de pano. Inclusive eu fiz muita faixa para greve da UFMG. Eu fazia para o D.A. quando eles tinham movimento de eleição. Entendeu? Aí eu fazia para departamentos, Seção de Ensino. Tinha professores que traziam pra mim fazer porque eu tinha a letra bonita. Na verdade não era letra bonita, era letra padrão, né? Era letra já que se usava em tudo quanto é lugar, entendeu? E usava tinta de parede”.

Ele também se lembrou de certa vez em que uma aluna, no primeiro dia de aula, apareceu em sua sala, aflita. A sala de Júlio fica estrategicamente perto das salas de aula. “Indo para a biblioteca, no corredor. Você vem lá na portaria lá de cima, passe em frente ao

auditório, vira a esquerda pra biblioteca. A minha sala era a segunda sala”. “Então a aluna achou a sala aberta e falou ‘moço, posso entrar? Aqui, minha sandália arreventou a tira’. Ah, deixa aí que eu arrumo para você”. Quando menino, seu pai teve sapataria de conserto e Júlio aprendeu a fazer de tudo. Ele foi ao depósito, buscou cola de sapateiro, “lixei o lugar, passei a cola, esperei o tempo hábil, padrão né, já para unir as partes, bati com o martelo... cheguei na porta, a professora tava de costas no quadro escrevendo e ela tava sentada bem na porta de entrada. Eu baixei perto do pé dela e falei assim: levanta o pezinho aí, Cinderela, vai (risos). E coloquei a sandália no pé dela”.

Júlio fazia de tudo. Colava sandália, parafusava óculos. ‘Parafuso soltou do meu óculos... Meu óculos não pára, eu preciso assistir aula...’. Ele até participava das atividades de sala de aula. “Teve um dia que a participação foi no evento lá fora. Eu coloquei a câmera, entrei na frente da câmera para gravar um miniteatro. Teve uma aluna que falou assim comigo: ‘Ô Júlio, eu tô precisando de uma pessoa com uma voz forte para falar para mim. Meu marido não tem. Não sei o que eu faço’. Pode contar comigo, uai. Aí, quando foi no dia em que ela marcou, eu saí lá fora, tô vendo ela pegando água no bebedouro”. João perguntou: “Aqui, não tinha uma atividade para hoje? ‘Tinha não, vai ter ainda, daqui a 20 minutos’. Ué, mas não vai ter um treinamento não? ‘Não, não precisa não’. Aí quando chegou na hora ela falou: ‘Tá vendo aquela menina lá que ela tá falando? Ela... vai morder uma maçã e falar: Se Deus voltasse a Terra agora ele falaria: Eu avisei, não avisei? Você vai falar isso, Júlio. Em tom alto. Você vai entrar aqui quietinho, vai sentar atrás da turma ali, ninguém nem vai te ver’. Chegou na hora, Roberta, eu levantei e falei na maior altura: Eu avisei não avisei! Foi aquele susto no meio da sala, todo mundo. Aí a reação foi aplaudir, sabe? (risos)”.

Júlio contou que participava de fotonovelas, “sabe aquele *você decide?*” Ele fez esse serviço também. Em um teatro, em sala de aula. “Tudo, qualquer participação que precisava eu tava lá no meio”. Suas demandas iam muito além das demandas de um Assistente em Administração. “Inclusive a professora **nome oculto** falou comigo assim: ‘Júlio, eu fico tranquila quando você está aqui à noite, que eu sei que se qualquer coisa aqui acontecer, você presta... Professor trancava a bolsa dentro de sala de aula, no gabinete, eu abria. Eu já tinha os kits tudo direitinho para abrir a janela (risos).”

Certa vez, a Direção colocou algumas chefias à disposição e Júlio se candidatou a Chefe de Patrimônio. E em uma reunião geral com os candidatos, a Diretora questionou Júlio porque no Patrimônio era necessário “bater máquina” e ele não sabia como fazer. “Não, eu já matriculei, ontem, no curso, lá no Centro Pedagógico”, ele respondeu. “Centro Pedagógico

tinha um lugar que ensinava bater máquina... máquina de escrever manual. Aí eu aprendi e fui fazer o patrimônio também. Aí foi onde eu arrumei muito inimigo... (risos)”

Que história é essa, Júlio? Eu perguntei. “É que mexer com patrimônio é muito difícil”. As pessoas costumam ter muita facilidade para se apropriar de bens públicos e tomá-los como seus. E Júlio precisava lembrar constantemente aos e às docentes de que os bens patrimoniados eram da Faculdade e que, portanto, deveriam ser devolvidos para controle e para que outras pessoas pudessem usar. Ele costumava ter que pedir que não deixassem os bens nas salas, que levassem de volta ao setor de patrimônio. “Mas não trazia não. De vez em quando, eu pegava e escondia tudo dentro da minha sala. Eles ficavam desesperados (risos)”.

Júlio contou que teve muito caminho até conseguir estabelecer procedimentos que fossem atendidos pelos docentes. “Eles não... vamos dizer assim, existe uma hierarquia, né? O professor se sente superior ao funcionário. Grande parte acha que você trabalha para eles e não para a universidade”. Nas primeiras filmagens, por exemplo, Júlio pedia que os professores esperassem seu sinal para começar a falar, mas por algum motivo aquele comando não era bem recebido. “Porque tinha gente que falava assim: ‘Ué, mas começa assim? Não tem uma apresentação, não tem nada?’ E não tinha mesmo, no começo, porque a gente ficava meio inibido de interromper, né? Aí eu passei a... não, isso tem que acabar”.

Júlio me contou de uma vez em que uma professora, que fez seu doutorado na Alemanha, convidou um professor estrangeiro para palestrar na Faculdade. “E você coloca a filmadora, tudo, na posição para gravar. A câmera, depois de cinco minutos, entra em *stand by*. Ela desliga, ela tá ligada, mas tá sem imagem. Aí você tem que ligar, esperar ela reagir pra poder gravar. Isso leva quatro, cinco segundos. Aí, assim, todo mundo conversando na sala, ela senta e fala: ‘Ô gente, vamos começar aqui. Esse aqui é o professor tal’... Peraí... Você tem que esperar o meu sinal pra você começar a falar. ‘EU tenho que esperar o seu sinal?’ (Júlio colocou muita ênfase nesse ‘eu’) Claro. Você não me chamou para gravar? Então, cê tem que esperar meu sinal. Aí, regulava tudo. Filmadora tem um controle de branco. Você liga a filmadora na folha branca. A primeira imagem que ela tem é uma folha branca. Isso vai dar uma condição dela definir todas as cores com real nitidez, entendeu? E aí cê tem que fazer esse processo primeiro, para depois começar a gravar e tudo. Foi com muito custo que eu consegui fazer que eles respeitassem a minha autorização para começar a gravar.”

E Júlio achava interessante porque surgiam diversas variáveis a cada nova gravação. Às vezes uma pessoa falava muito forte, nem precisava de microfone, e a próxima falava “com a vizinha desse tamanhozinho, alou, alou, não saia nada”. E Júlio precisava reagir para

que os vídeos tivessem qualidade. Então ele saía de seu local de câmera, ia à frente do auditório e falava: "Ô gente, microfone é pra falar. Se você não falar a voz não sai. Fala". (risos). E assim ele foi criando instruções para que as filmagens tivessem a melhor qualidade possível. "Eu comecei a ordenar fazer fila para poder abraçar os outros. 'É casamento?' É. Sabe por que que é casamento? Porque se deixar vocês por conta, vocês vão ficar de costas para mim. E aí eles vão falar depois: 'alá, o panaca gravou todo mundo de costas'. Então cês vão receber... vão abraçar o formando de frente para a filmadora aqui ó".

Júlio até teve um conflito com uma funcionária que havia feito um curso de cerimonial. Ela colocava o microfone como manda a etiqueta do cerimonial e Júlio colocava do outro lado. "É aqui, Júlio." "Não, é lá." "É aqui." "É lá." "Você está interferindo no meu trabalho". "O microfone vai ficar do lado de lá, eu vou te falar por que que é, você vai entender. Porque a pessoa vai fazer a pergunta do lado de lá, vai ficar de frente pra mim, eu vou gravar de frente. E aqui eu vou gravar de costas, porque a filmadora tá aqui". E Júlio me explicou, atuando, toda essa parte técnica.

Também acontecia de a pessoa que defendia a dissertação ser convidada a apresentar para escolas e outros públicos que não a Banca. "Teve uma que falou comigo assim: 'Júlio, tô desesperada. Nunca usei um microfone'. Cadê o seu material? 'Tá lá na minha sala'. Vai lá buscar ele. Chegava a autora com o material. Vamos lá no audiovisual. Peguei o microfone na mão, fui lá, coloquei tudo direitinho. Aqui ó, presta atenção. Você vai ficar com um microfone e eu com outro. Começa a conversar comigo. Conversando normal e tudo. Agora, eu vou mudar de lado, você vai virar junto com o microfone, aqui ó. Você vai conversar comigo pra lá, pra cá, entendeu? Você já andou de bicicleta? 'Já'. Quando cê anda de bicicleta, você olha para a roda ou olha para o caminho que você vai passar? 'Eu olho para o caminho'. Pois é, aqui, o microfone é a roda e o seu texto é o caminho que você vai passar. Então você vai esquecer que tá com o microfone, você vai prestar atenção no texto aqui ó. Você vai ler, lê aí. 'Tan tan tan tan'. Então tá. Mudava o texto de lugar, ela vinha junto. Chegou o dia a mulher deu um show no microfone, né? (risos)". E essa era a orientação que Júlio dava para todo mundo.

Eles levavam o disquete e montavam tudo em Power Point, "página por página". Disquete e depois CD, "o pen drive eu não cheguei a pegar". Quando Júlio entrou para o Audiovisual, os aparelhos, apesar de serem novidade para a Faculdade, eram aparelhos simples. Os aparelhos que permitiam edição de fita eram caríssimos, "vídeo que na época custava 300, 400, esses era 1.800, 2000". E Júlio tomou conhecimento disso quando uma

mulher, na FaE, perguntou se ele podia ensiná-la a filmar. Ele prontamente ensinou. Tempos depois, foi convidado por ela a se tornar sócio em uma vídeo-produtora. Mas Júlio precisou recusar. “Olha é impossível. Eu já sou taxista, já trabalho aqui, vou mexer com mais alguma coisa, vou ficar doido”. Ele negou a sociedade, mas, tempos depois, ela pediu ajuda com o serviço, e ele ajudou. “Eu fui gravar casamento, fui gravar batizado, festa de 15 anos, formatura... Gravei formatura com 330 formandos. Começou 7 horas da noite foi até às 11:30. Desespero tá?” Mas aconteceu que, com essa experiência, Júlio conheceu material mais sofisticado e aí, “quando sobrou dinheiro na Faculdade eu pude pedir para comprar”. “O vídeo era tão legal, Roberta, que você parava na imagem assim ó, por exemplo, a pessoa tava com a mão assim (braço levantado), você precisava que a pessoa baixasse a mão, você ia na rodinha e fazia assim (girando com o polegar). A fita mudava de lugar só a mão da pessoa, pra você começar a gravar. E aí fazia corte seco. Você cortava ali, não dava embaralhamento. Cortava certinho. É o que a gente fazia para editar”.

Júlio diz que gostava muito de ajudar os alunos com seu trabalho. Ele conta que certa noite estava conferindo uma fita, gravada pelo outro funcionário do setor, quando entrou uma aluna em sua sala, porque viu o vídeo na televisão, e comentou que precisava ter ido àquela escola, mas que não foi liberada do serviço. “Eu te coloco nela”, Júlio falou. Só seria preciso gravar a cena naquele momento. “Então você põe a pessoa na frente de uma tela, azul ou verde, passa a imagem pela ilha de efeitos, mesa de efeitos. Tem um sistema chamado *chroma key*, você vai detonando, vai recortando a pessoa. Você punha a imagem de fundo, o muro entrou de fundo. É o que a televisão vê toda hora. Você vê...a pessoa fazendo entrevista, ela não tá ali não, ela tá dentro do laboratório. Sabe como você percebe isso? Que as pessoas que andam atrás dela não olham pra ela, entendeu? É tudo feito dentro do laboratório. Igual esse lá. Eu coloquei ela na frente do muro. Porque você pega uma imagem com muro, uma imagem... e gera uma outra fita com ela lá. E ela falando ‘nós estamos aqui na escola tal, nós viemos aqui tal’, mas lá ela não foi (muitos risos).”

Júlio achava muito legal, mas disse que fazia escondido “porque professor não gosta muito que você ajuda o aluno não, sabe?”. Eles falam: ‘Não, deixa ele se mancar, ele tem que resolver’. Um dia, Júlio saiu para gravar e quando voltou uma professora disse que estava saindo e avisou que sua turma estava assistindo o filme “Sociedade dos Poetas Mortos”. Como tarefa, tinham que anotar as partes mais importantes do filme para passar em sala de aula. “Bom, a partir do momento em que eu fiquei conhecendo isso, eu coloquei na própria fita os minutos com as partes mais importantes. (...) Aí coincidiu, quando eu saí eles saíram.

De repente, eu terminando né... Que que vocês tavam fazendo? ‘A gente tava mapeando a fita’. Mapeando como? ‘Marcando os momentos mais importantes pra gente passar em sala de aula’. Peguei a fita falei: isso aqui? (risos) Os cara tiveram vontade de morrer. Tava prontinho”.

E assim Júlio seguia. Editando e copiando fitas.

- Aqui, Júlio, eu tô com uma fita lá em casa, cê copia pra mim?

- Copio.

- Quanto cê cobra?

- Pelo amor de Deus, não me fala em dinheiro na instituição. É em nome da Educação?

- É.

- Então traz que a gente faz de graça. Pelo amor de Deus, nunca mais fala em dinheiro aqui.

Júlio realmente gostava do que fazia. Ele se define como um idealista. “Tudo que eu faço eu adoro fazer. Eu procuro fazer o mais perfeito possível”. Em outro momento da vida, Júlio foi trabalhar com um primo, colocando placas de propaganda no interior. Eram placas de um metro quadrado de chapa. “Eu pintava aquilo, com rolinho. Pegava a tinta, a pontinha na superfície, fazia assim: ‘shhhhhh’. Derramava a tinta, pegava o rolinho. Em 20 minutos eu pintava 12 lados. Você podia pentear o cabelo nela, ficava perfeita igual a pintura de automóvel. Só em Sete Lagoas eu coloquei 164 placas. Com 1 m² de cada lado 320 metros quadrados de pintura”.

E foi nessa mesma época que ele fez o curso de cartazista letrista. “Porque tinha lugar, por exemplo, que você colocava a placa de propaganda e indicava uma farmácia para lá, mas na verdade a farmácia era pra cá. Aí cê tinha que lixar na hora aquilo e fazer a seta no sentido contrário. Isso você fazia com fita crepe. Você punha assim, assim, e pintava assim, depois tirava a fita crepe”. E Júlio diz que sempre procurou fazer tudo da melhor maneira possível e que o audiovisual foi uma experiência maravilhosa para ele. “Uma coisa inédita”.

E Júlio se sentia reconhecido pelo trabalho realizado no Audiovisual. Ele deu o exemplo de um dia em que o Diretor **nome oculto** o procurou querendo ver seu trabalho. “Você já ouviu falar no filme do Charlie Chaplin, que ele anda no meio das engrenagens? A professora, eu tava gravando na sala de aula, falou... ela mencionou aquilo do filme. Que que eu fiz? Depois que acabou a fala dela, eu levei a fita, botei no ponto, passei de filmadora para filmadora, com um cabinho desse tamanho assim, coloquei o filme na imagem numa filmadora e projetei na outra. Com um cabinho desse tamanhinho. O **nome oculto** ficou

sabendo, foi lá na sala, ‘Júlio, é verdade que você fez isso? Me mostra pelo amor de Deus, Júlio’. (risos)

Júlio contou que foi ele quem sugeriu nomear o auditório da Faculdade com o nome do Diretor Luiz Pompeu de Campos, “porque ele era um homem de auditório”. Nessa época, Júlio era representante dos TAEs na Congregação. “Deve tá constando em ata. Não sei se eles explicitaram que fui eu que sugeri, né? Eu falei: ô gente, a gente podia colocar o nome do Pompeu no auditório, né? Porque afinal de contas não tem nome e ele é uma pessoa de auditório”. E a indicação foi bem aceita. “Pessoa de auditório é que tá sempre no auditório. Usando. Falando pras pessoas. Tem o dom da fala. Tem gente que não gosta de falar para público, né?”

Ainda sobre seu reconhecimento, Júlio contou que outro diretor, o **nome oculto** sempre que encontrava com ele pelos corredores falava: “ei chefe, sempre trabalhando né?”. Quando ele foi candidato a diretor da Faculdade, logo depois da gestão do professor **nome oculto**, ficou estabelecido que haveria chapa única, “ou seja, ele seria diretor da Faculdade”. Foi quando Júlio pediu ao Professor **nome oculto**: “Me faz um favor, **nome oculto**. Eu não aguento mais comissão. Tudo que é comissão eu tô no meio dela. Comissão para acertar patrimônio, comissão para acertar almoxarifado, eu não aguento mais comissão, **nome oculto**. Pelo amor de Deus”. Mas o diretor respondeu: “Júlio, se você está sendo chamado para comissão, é porque você é competente. Senão você não estaria sendo chamado”. (risos) “Mas eu não quero ser competente não...” (risos). Ainda hoje isso acontece, Júlio, eu falei. A gente costuma dizer que quem trabalha bem é “punido” com mais trabalho. E quem trabalha mal é “premiado” com setores mais tranquilos.

No papo de Congregação, Júlio me contou que em sua época os técnicos tinham dois assentos no Colegiado. Eram dois membros eleitos. E depois me contou sobre as greves, sugerindo que eu conversasse com a TAE Olga. “Ela era fera. Eu falo que metade do meu salário a Olga é responsável por ele. Nossa, ela era ativista demais. Um negócio assim impressionante”. (...) “Ela era líder nossa aqui dentro, né?” E Júlio participava das greves e, inclusive, fazia os cartazes e faixas. “Saia no jornal as faixas lá com a letra minha”. Ele diz que participou de todas as greves e se lembrou que até teve salário cortado, por 13 dias, em uma delas, realizada na Gestão da Diretora **nome oculto**.

Nessa época, Júlio diz que havia de 24 a 30 técnicos na FaE e que eram bem unidos. Alguns deles não participavam das greves, “continuavam trabalhando e a gente fazia greve por eles né?” E já houve caso, de professor invadir o Audiovisual para pegar equipamentos

que queria usar em aula, quando Júlio estava em greve. “Aí pegou a chave, nós fomos parar na diretoria”. Mas a Diretora à época desautorizou o professor e pediu que ele respeitasse a greve dos técnicos. Fora isso, Júlio diz não ter sofrido nenhum tipo de repressão na Faculdade. Nem mesmo na época da Ditadura. “Eu vi na rua, né? Na rua, como motorista de táxi, eu vi muita coisa. Lá na Medicina, a polícia, o exército entrar, né... aqui não teve não”.

Mas ele se lembrou da vez em que trabalhou na organização do Vestibular. Foi subcoordenador do prédio. A COPEVE era a organizadora e pagava os servidores por fora. O Secretário Geral da FaE era o coordenador e indicava os subcoordenadores. Na FaE havia mais uma técnica, junto com Júlio, como subcoordenadora. “Aí aconteceu uma coisa interessante, que teve uma época em que a Universidade alugou prédios aí fora e a gente foi trabalhar lá no UNICENTRO, lá na Catalão. E toda vez que ia começar o vestibular, eu levantava, ia pra portaria, abria os portões, punha um fiscal do meu lado e outro do outro. Chamava os alunos. Aí vem um PM. Passou por mim e sentou na cadeira. Eu falei com ele: Ei, pode entrar aqui não. ‘Tô trabalhando.’ Aqui não, você trabalha lá fora, faz favor, sai”.

O secretário coordenador veio repreender Júlio, que não se calou: “Faz favor pra mim, olha na lista da COPEVE aí, vê se tem o nome dele aí, que ele pode entrar aqui”. Porque essa era uma norma do vestibular. Só podia entrar no prédio quem tivesse o nome na lista da COPEVE. Júlio só fez o que tinha que fazer, mas teve que ficar esperto, “porque se ele visse eu chegando de táxi ia me encher de multa, né? (risos)”. Já na segunda etapa, as provas aconteceram na FaE. Com outro coordenador. Professor **nome oculto**. “E tinha dois PMs lá na portaria conversando com o **nome oculto**. **Nome oculto** era agente da portaria do dia do vestibular. O professor gritou de cá: ‘Ô **nome oculto**, olha pra mim na lista da COPEVE, vê se tem o nome desses dois militares aí, se não tiver põe eles pra fora’. Os caras já ó... (sinal com as mãos de que foram embora rapidamente). Mas nessa época a Ditadura já tinha acabado porque, do contrário, ele não poderia falar nada. “Não podia falar nada, os caras batiam nos outros na rua. Negócio impressionante”.

Nessa época o prédio da FaE era pequeno. Não tinha os dois anexos que existem hoje. Quando Júlio entrou, o DECAE era dividido com a Faculdade de Biblioteconomia. “Não existia o prédio da Biblioteconomia. Biblioteconomia era aqui dentro da FaE. Depois é que desmembrou e conseguiram o prédio lá. Parece que primeiro foram lá pra cima, lá na prefeitura, depois é que construiu o prédio”. O espaço era bem reduzido. A Faculdade começava na portaria lá em cima e terminava na rampa entre os jardins. “Essa descida que tem para o CECIMIG, dali pra cima era fechado. Não tinha aquele espaço dali pra baixo não”.

Ali onde é a rampa, era a gráfica da Faculdade. “A Faculdade tinha gráfica e tinha quatro funcionários”. Do lado de lá tinha a Secretaria, Seção de Ensino, DMTE... “Não requeria muita coisa não, né?” Os Departamentos ali naquele mesmo lugar até hoje... O DAE, o DECAE... O DMTE que era pra cá. A Direção era no primeiro corredor. “Quando você entra na Faculdade, à esquerda. Tem os banheiros, depois do banheiro era a diretoria”.

Júlio voltou a contar do tempo em que começou a trabalhar no Setor de Patrimônio. Ele não saiu do Audiovisual, acumulou o trabalho dos dois setores. “Aí os professores fizeram uma reunião com a diretora e mandaram eu largar o patrimônio, porque eu ia ser muito mais útil no audiovisual” (risos). E ele contou que, certa vez, o Diretor **nome oculto** criou uma comissão para levantamento dos bens da Faculdade e o designou como presidente. “Ele me chamou lá e falou: ‘Coloca o patrimônio em dia?’” E em seu relatório, Júlio apontou a falta de “uns 180 itens”. Houve desentendimento entre dois funcionários e um deles chamou a auditoria interna. O servidor responsável pela auditoria fez diversas perguntas a Júlio, que respondeu prontamente. Ao final, ele perguntou por que estava relatada a ausência de todos aqueles bens. E Júlio explicou que o diretor havia ordenado que ele entregasse o relatório em setembro, dizendo ser esse o prazo final. “Não era setembro, era dezembro”, o funcionário respondeu. “Pois é. Ele exigiu que eu entregasse em setembro. Não deu tempo de eu fazer o resto. Pra eu falar que estava isso tudo aqui e depois eu ter que provar que estava, era complicado... Aí ele mandou eu falar com o diretor **nome oculto** que refizesse o patrimônio, que colocasse o Júlio como chefe da comissão, porque o cara que mais entendia de patrimônio dentro da Faculdade era eu. Aí eu fiz o acerto”.

E ainda rendeu mais trabalho para Júlio. No momento do acerto do patrimônio, o Diretor doou 42 carteiras da FaE para a Educação Física. “Levou tudo pra lá, tudo com os números desmembrados. E o patrimônio ele é aglutinado de 60 em 60 itens. Você tem uma série: 225 até 285. E assim por diante. Quando você arrebenta isso, você cria uma folha desse tamanho assim porque vai fazendo aqueles... Aí o que eu fiz? Quando eu peguei o patrimônio a primeira coisa que eu fiz: eu entrei em cada sala de aula e anotei a plaqueta de todas as carteiras e cadeiras da sala de aula. Então eu tinha um mapa direitinho, onde é que tava cada cadeira e cada carteira em cada sala. Eu arranquei todas as plaquetas em série, número por número, desamassei, levei na Educação Física, arranquei todas as de lá e preguei tudo em série depois transferi em um bloco só pra lá. Consertei”.

E logo depois desse trabalho, começaram a acontecer roubos na Faculdade. “Eu peguei o acerto no patrimônio dia 30, por exemplo, de abril, quando foi, não lembro bem a data não,

15 de maio, começaram a roubar tudo. Estouravam a seção, levavam as máquinas de... com corretivo”. Júlio conta que os responsáveis pelo roubo quebravam as janelas e invadiam as seções de madrugada. A Polícia Federal ficou responsável pelo caso e doze pessoas foram chamadas para depor. “Eu fui livrando a cara de um por um. Todo mundo foi parar na Polícia Federal, menos eu”, disse Júlio. “Olga foi, a Diretora foi, o Inácio, que era dos serviços gerais... O Inácio era um cara possessivo pra caramba. O Inácio era terrível. “Inácio, tem uma máquina de escrever na sala dos alunos, no D.A. dos alunos, tá no seu nome, posso transferir pra ele?” ‘Não! Aquilo lá é meu!’ Que seu, pô, é da Faculdade, cara. ‘Não, mas não vai transferir não’. Chamaram ele lá na Polícia Federal. Aí um dia a Polícia Federal falou comigo assim, o cara da polícia. Me chamou no canto... ‘Júlio, nós estamos achando que esse Inácio está por trás desses roubos aí’. Não, que isso! Esse cara é doido, veste a camisa da Instituição. ‘Pra polícia não tem isso não’. Aí fiquei calado. Uns 30 dias depois ele falou comigo assim, ó: ‘Me chamaram lá para depor’. Leva um advogado, viu? Que eles estão achando que você está por trás dos roubos. ‘Você sabia disso e não me falou nada?’ Eu: Burro, eu ia deixar você preocupado 30 dias? Agora você vai ficar só de hoje para amanhã (risos). Quando ele saiu de lá, Roberta, ele saiu desesperado. A primeira coisa que ele falou comigo: ‘Júlio, eu quero pra já conversar com você e com a diretora’. A hora que ele saiu da Polícia Federal. E chegou aqui no outro dia: ‘Tira tudo do meu nome’. Uai, não é seu mais não? (risos)”.

Para Júlio, o lugar mais difícil para se trabalhar, na Faculdade, era a Seção de Ensino. Porque lá “você tinha que ter conhecimento de todo processo de nota, de conhecimento de histórico, aquelas coisas todas, né? Eu acho que me demandava mais conhecimento”. Para ele era um trabalho diferente dos outros, que demandava um conhecimento diferente. Ele compara com o departamentos, por exemplo, nos quais, ele achava, “as secretárias batiam máquina o dia inteiro, com textos que os professores preparavam para aula”. Na Seção de Ensino você precisava encontrar o professor para que ele lançasse as notas e isso dava um trabalho. Ele contou de um caso específico que se lembrou. Uma colação de grau.

Para colar grau, o estudante precisa ter integralizado o curso, todas as suas notas precisam estar lançadas. “Alguns alunos são dissidentes, eles não formam como toda pessoa no dia da formatura. Eles só assinam... só no civil, só dentro da sala da Congregação. E tinha doze alunos para formar. E tava emperrado numa porque a professora foi para São Paulo e não deu a nota da aluna para ver se ela passou”. E aí eles tentavam ligar pra Campinas e não conseguiam achar a professora e ao mesmo tempo os formandos e familiares estavam aguardando que o problema fosse resolvido, “e aquele desespero, aquela situação chata no

corredor. O povo começa a xingar: ‘serviço público é uma merda!’” Foi com muito custo que encontraram a professora, que informou que a aluna estava apta a formar. “Aí, graças a Deus. Aí quando chegou dentro da sala da Congregação tinha um banquete para eles (os pais e formandos). Eles ficaram numa vergonha...”

Mas mesmo assim, no geral, Júlio não achava que era difícil ser um TAE. Para ele era tranquilo. “Inclusive a **nome oculto**, que foi a diretora, ela falava... Ela contava pra gente que falava no Conselho da reitoria, que ‘eu tenho o melhor corpo administrativo da universidade’. Meus funcionários são ótimos”. E ele destaca que essa gestão, especificamente, sempre foi boa. “A gente tinha toda a liberdade. A gente não tinha que marcar reunião com ela não, a gente chegava e invadia a sala dela... ‘Vem, chega aí, todo mundo, senta chega aí, que que vocês precisam?’ Ela era muito legal. (...) A **nome oculto** era mais... amistosa nisso, né? Ela valorizava mais o funcionário, o que era do funcionário ela mandava pagar. Ela sempre protegeu mais os técnicos”.

E para Júlio, os acontecimentos mais importantes de sua memória de TAE, foram, primeiro, a mudança de cargo de motorista para assistente, e, depois, tudo que ele aprendeu nesse novo cargo. “Eu falo pra mim que a gente não se conhece, né? O que eu consegui, de habilidade né? Pra mexer na filmadora, nos vídeos, editar fita né? Aprendi muito com o Mauro. Que o Mauro fazia curso de comunicação na Federal. Ele me deu muita dica, aprendi muito com ele. Agora que que isso fez acontecer? O lado técnico. A gente passa a conhecer. Todo filme que aparece, tá sendo uma cena gravada, eu fico imaginando a posição da câmera. Eu passei a perder o conteúdo dos filmes. Porque eu olhava a parte técnica. Quando o cara falava, ‘ó, o que ele falou?’ Não sei. Porque eu tava olhando... A câmera tá gravada de lá pra cá... Porque tem toda uma técnica de enquadramento e tudo. Por exemplo, quando você vê um diálogo na novela. A pessoa que tá nesse canto aqui ele é colocado no canto da tela da TV com espaço na frente dele. E o outro do lado de cá, com a mesma coisa. Encostada a cabeça na parte de cada (inaudível) e o espaço na frente dele”.

E Júlio, até hoje, tem uma visão diferente quando assiste televisão. Percebe a técnica de enquadramento, de iluminação. “Iluminação da Globo é imbatível”. E também usa seu conhecimento adquirido para outras atividades. “Tinha que ver as fotos que eu tiro. Baseado nesse conhecimento que eu tinha de câmera”. As experiências do trabalho foram muito significativas para a vida Júlio. As da Faculdade e de outros lugares em que ele trabalhou. Ele diz que tudo que fez na vida, foi importante para ele. “Hoje eu pinto qualquer coisa lá em casa, faço pintura lá com rolo... eu faço essa pintura aqui com rolo (apontando para o móvel

da sala em que estávamos). Do jeito que tá aqui. Perfeita desse jeito com rolinho. Cê consegue fazer depois de muita habilidade, né? As letras, do... nós montamos um *delivery* lá no bairro há pouco tempo. Quem fazia os cartazes todos da venda das pizzas era eu. Com pincel e tinta de parede. Que a gente faz. Então tudo que você aprende na vida é importante. Não foi eu que consertei sapato? Não arrumei a sandália da menina na sala de aula?”

Agora, para Júlio, o mais “impressionante” era sua convivência com os alunos. “Tinha aluna que ela ia, antes dela ir para a sala dela, ela ia na minha sala e me dava aquele abraço assim ó... Pra depois ir pra aula. Todo dia”. E ele também recebia muitas homenagens das turmas formandas, o que o fazia se sentir bem e que, para ele, significava o reconhecimento pelo seu trabalho. Júlio, inclusive, já foi funcionário homenageado em formatura da Faculdade de Letras. “E aí chamou todo mundo eu fui o último a ser chamado, para poder compor a mesa. Aí o mestre de cerimônia me chamou, eu sentei, e tal, tal. Todo mundo, tal... Quando chegou no final, a diretora da Faculdade de Letras, a primeira coisa quando acabou a formatura: ‘ô moço, onde é que o senhor trabalha na Letras que eu não conheço o senhor?’ (risos)”.

Júlio disse que se reconhece na construção da Faculdade de Educação. Reconhece a importância de seu trabalho, principalmente para os alunos. E ele se lembra muito bem das vezes em que ouviu ou soube de pessoas que elogiaram seu trabalho. Se lembra da professora Araci, que um dia, na montagem do auditório, ficou observando Júlio trabalhar – “a gente colocava o retro projetor, daqui a pouco você tinha que por aquela máquina de filme, pá pá pá... Tira aquilo, põe o vídeo, tira aquilo põe não sei o quê, ela falou ‘Júlio, eu não sei como é que você aguenta, Júlio’ (risos)”.

Era cada hora uma coisa diferente. “Teve dia de eu fazer cabo de microfone, o evento acontecendo e eu com o ferro de solda lá. Fazendo cabo pra poder por o microfone pra funcionar. Ferro de solda. Conhece ferro de solda? Que você liga na tomada e ele solda, né, tem que fazer o plugue, para poder funcionar o microfone”. Júlio era a pessoa de referência do Audiovisual, o que acarretava muitas responsabilidades. Quando ele saía, e alguma coisa dava errada, ou o microfone não funcionava, as pessoas o cobravam “Júlio, você precisa socializar seus conhecimentos!”. Mas ele diz que socializava. “Gente, mas todo dia ele (o outro funcionário do setor) põe comigo aqui! Como é que pode? Todo dia ele põe para funcionar aqui, ele nunca teve dúvida nenhuma, chega aqui o som já tá funcionando, que ele que pôs. Eu não sei o que houve”.

Quando esse funcionário chegou ao setor, Júlio já estava e foi responsável por ensinar o serviço. Da mesma forma, Júlio conta que, quando ele chegou, o Inácio, que era dos Serviços Gerais, o ensinou algumas coisas. E, além disso, ele fez vários cursos na Reitoria, no centro audiovisual da Universidade. “Lá eu aprendi muito mais”. E graças a esse aprendizado a Faculdade passou a ter aparelhos de maior qualidade. “Aí ficou muito mais fácil”. Mas a ideia de fazer os cursos partiu de Júlio. Não era uma prática institucionalizada ou alguma dica que a Faculdade deu, “mas não tem jeito de não ser assim, eles não sabem que o funcionário tá aqui trabalhando”. Deveria saber? “Deveria saber, mas eu tenho que ir lá, e fui lá, eu trabalhei com eles lá, fiquei na cabine com eles, na cabine da reitoria lá dentro, fiquei lá o dia inteirinho, mexendo no som e no microfone daqui... E as coisas são diferentes, o aparelho é diferente. O que funciona aqui é diferente do de lá”. Era correndo atrás e vivendo a experiência.

As histórias de trabalho de Júlio pareciam não ter fim. Parece que regamos suas raízes com essa ideia de contar sua história: toda hora nascia uma (p)rosa. Júlio logo se lembrou de quando chegaram os notebooks. Era preciso ligar o notebook no aparelho de Datashow e você sabia que tinha funcionado, quando a imagem aparecia na tela, na parede. “Que que tinha que fazer? A tecla F5. Você vai lá, aperta ela, aparece a imagem lá. Tem uma tecla que é para poder a imagem só no computador, a imagem só lá, e a imagem nos dois”. E aí uns alunos foram fazer uma palestra sobre “como é o negócio da garganta, gente, esqueci...” e Júlio foi participar – porque canta no coral da UFMG há 19 anos. E eles reservaram aparelho, foram fazer a palestra, mas a imagem não saía na tela. “Aí quem levantou? Fui lá e fiz só assim ‘tuf’ (apertou a tecla)”.

E Júlio também se lembrou do que me pareceu ser, em sua visão, seu maior feito. Sua filha, que tinha 7 anos na época. Ela estudava no Centro Pedagógico. A aula dela começava as 13:00 horas, mas ela ia para a FaE com Júlio e ficava com ele no setor. “E ela aprendeu tudo, mexer no vídeo, mexer em filmadora, tudo ela sabia”. Certo dia, Júlio precisou sair rapidamente e quando voltava passou por uma sala. “Tinha uns 80 alunos na sala, vi aquela gargalhada uníssona. Ela saindo da sala... Falei: uai menina, que cê tá fazendo aí? ‘O vídeo lá deu problema eu fui arrumar’ (risos). Os caras riram, sabe? Menina bustica daquele tamaninho foi lá e fez... ‘tuf!’” E ninguém sabia da técnica do “tuf”, “ninguém sabia mexer com vídeo ainda, ninguém sabia nada. Como eu te falei, eu tive que falar para os professores, aqui ó: O vídeo é igual ao gravador, gente, as teclas são as mesmas, igualzinho, a única diferença é que quando você aperta play, além do som vem a imagem”.

assim incrível. Com quatro anos, e a outra de seis, eu falei alguma coisa dentro do carro, a de quatro anos falou pra de seis anos se referindo à minha pessoa: ‘nunca vi pessoa tão sem noção igual a essa aí’. Sei lá por que ela falou... O que eu falei lá que ela achou que eu era muito sem noção... (Risos). Mas é muito bom. **Nome oculto** é... Minha filha chama **Nome oculto**. É um negócio assim, impressionante. Nossa...”

Pareceu que Júlio estava caminhando para o fim da história, ou das “histórias dentro da história”, como disse Inácio. E ele saiu desse momento paternal me dizendo que ali foi uma passagem maravilhosa para ele. Disse que foi um trabalho “muito... muito fácil”, porque antes ele era feirante. Era feirante e com 13 anos já descarregava e carregava caminhão debaixo de chuva. “Quando eu vim trabalhar aqui, como funcionário público, era a coisa mais fácil do mundo, pra mim né? O que era difícil pros outros pra mim era fácilimo”.

E Júlio diz que ia trabalhar de muito bom humor e que achava interessante as “tiradas” que ele fazia. “Vou te contar um lance: A sala de convivência tinha uma mulher que fazia café. Ela aposentou. Veio outra fazer café no lugar dela. A mulher veio transferida do Hospital das Clínicas pra cá. E fazia café naquelas máquinas de bar. Os primeiros cafés tava horrível. Então, determinado dia no café, a professora me chamou no canto e falou comigo assim: ‘Júlio, eu tô com a boca ruim ou esse café tá desgraçado de ruim?’ Olha professora, cê não tá errada não, café tá horrível. Olha eu não quero lhe assustar. Mas essa mulher que tá fazendo o café veio transferida do hospital das clínicas pra cá. E lá ela era responsável pela eutanásia (risos). Depois eu ficava me perguntando: gente de onde é que eu tirei isso? Saía na hora”.

Júlio se aposentou aos 58 anos. E Foram 20 anos de Faculdade de Educação, de serviço público, “é o que é exigido hoje, pela lei né?” E quando decidiu aposentar, e entrou com o pedido, o processo foi muito rápido, o que o surpreendeu. “Minha aposentadoria saiu com 14 dias, eu achei que ia demorar mais, aí fui pego de surpresa”. Júlio conta que a Diretora, à época, chegou em sua sala, 20 dias depois que ele havia aposentado e se assustou com o fato de ele ainda estar lá. “Júlio, você não foi embora não?” E Júlio não tinha ido. “Como é que eu vou embora? Vem cá pra você ver, aqui ó: tem 426 fitas de vídeo para catalogar. Aqui, olha pra você ver o que tem que por em sala de aula” Devido a uma greve dos funcionários, naquele ano, o semestre estava atrasado, acabaria em setembro, sendo que a aposentadoria de Júlio havia sido publicada em maio. A Diretora fez uma “proposta indecente” para que Júlio trabalhasse das 18 às 22 horas e colocasse aquele serviço em dia. E ele aceitou, mas disse que precisava continuar trabalhando das 13 às 22 horas, para que desse

tempo. “Trabalhei três meses, de 13 horas às 22, ganhando 300 reais a mais para poder vir colocar as fitas em ordem...”

Isso porque o outro funcionário do setor, “ele gravava uma palestra em uma sala de aula, de manhã cedo, jogava a fita pra lá. Cê olhava não tinha nada escrito. Aí cê punha, era uma pessoa falando. Ai eu ficava lá assistindo a fita o dia inteiro até que ele virasse a filmadora para a plateia. Hora que eu via um conhecido ia atrás dele. Lá no gabinete. Aqui, cê conhece essa pessoa aqui? Vão lá na minha sala pra você ver. ‘Ah, esse aí é um professor que veio lá do Rio Grande do Sul, o nome dele é tal, vamos lá na minha sala, tem um folder’. Aí eu matava aquela. Fazia isso com quatrocentas e tantas fitas, vou botar tudo em dia”.

“E aí, olha o que é que um chefe de seção tem que fazer”: Júlio tinha muito atrito com um terceiro funcionário do setor. “Ele era meio nó cego né, ele... quando não vinha trabalhar... ‘ah, meu carro enguiçou na Catalão...’ Eu falava: passa pela Antônio Carlos, poxa, seu carro tá enguiçando muito na Catalão. Aí um dia ele tava mexendo... a gente tinha uma listagem de fita com 1818 fitas catalogadas, tudo mapeada, tempo de palestra, tempo de debate, tudo de cada uma. Tinha fita que tinha 13 vídeos de 13 minutos. Tudo sobre educação. Um dia ele tá mexendo lá no computador - eu tô atrás dele -, eu pensei assim: o dia que esse cara brigar comigo aqui, ele vai deletar essa lista toda. Fui lá no almoxarifado e requisitei disquete. Copiei tudo pro disquete e botei na minha gaveta e tranquei.

Júlio não confiava nessa pessoa. Disse que ele já havia boicotado gravações de defesas de alunos. Um dia eles brigaram e Júlio sugeriu que ele saísse do Setor já que não acrescentava nada ao trabalho. “Aí ele voltou... ele trabalhava de manhã e de tarde, e eu trabalhava de tarde e de noite. Aí no outro dia cedo, quando eu cheguei, eu perguntei ao Marcos: Fulano teve aqui essa manhã? ‘Teve’. Ele abriu o computador? ‘Abriu’. Então olha aí que ele deve ter deletado a lista toda. ‘Júlio do céu! Júlio! Não tem nada, Júlio. Cabou com tudo!’ Eu falei: aqui ó, copia aí de novo.”

E Júlio disse que eles denunciaram na Direção, mas que não adiantou. E esse funcionário saiu da FaE, depois. “Tempos depois ele encontrou comigo lá na... em cima lá, fez a maior festa... Esqueceu né? Quem bate esquece, né? Mas graças a Deus, Deus me deu lucidez, que senão eu tinha perdido tudo. Essa lista eu tenho ela lá em casa no meu computador. Até pouco tempo, de vez em quando alguém me liga ‘Ô Júlio, qual que é a fita número tal...’ Eu abria lá em casa pra poder ver”.

Júlio me contou que essas fitas catalogadas, hoje, estão na Biblioteca. Levaram pra lá contra sua vontade. “Falei: olha, deixa eu falar com vocês, cês podem até levar pra lá, - ‘ah,

porque a biblioteca...’ – mas lá, nós temos o conhecimento de como que gravou”. As pessoas buscavam as fitas, às vezes sem se lembrar de muitas informações, e, mesmo assim, Júlio sabia encontrar. E a Biblioteca ainda tem a listagem que Júlio fez. E Júlio ainda guarda cópias em casa. “Mas eles mudaram a numeração, colocaram a numeração deles. Então de vez em quando eu tinha que ir lá para identificar uma fita, que eles não conseguiram descobrir qual era. Que eles puseram outra numeração, diferente da nossa”.

E, já no finalzinho, Júlio contou outra de suas “pegadinhas”.

“Tinha gente, por exemplo, que chegava lá: ‘Ah eu estive aqui, em tal lugar do seminário, assim, assim, assado e tal...’ Põe a fita quinhentos e pouco aí, vamos ver. É essa aí senhora? ‘É’. E sabe o que que eu fazia? Quando você passa a imagem pela ilha de edição, tem uma tecla lá que você inverte a posição das pessoas na mesa. Fica perfeito. Se você sentar aqui, você vem pra cá (risos). Roberta, a mulher chegou: ‘Não, a fita é essa moço, mas eu tava sentada do lado de lá’. Não, a senhora tava do lado de cá. Minha senhora, procura um médico a senhora tá com problema de cabeça (risos).” Que maldade, Júlio! “Não, mas depois eu desmentia. Eu desmentia, depois dela ficar muito encucada, jururu lá... Cê não tá errada não viu, cê tava do lado de lá mesmo, eu que fiz essa brincadeira aí (risos)”.

Você tem é história né, Júlio? “Tem, tem muita coisa boa”.

Júlio levava consigo material que tinha de seu tempo de técnico-administrativo: cartas, convites, presentes, homenagens, certificados de seus vários cursos...

Desligamos o gravador e fomos desfrutá-las.

4.1.5 História do aposentado João

“Agora, me desagradava, sempre me desagradou, profundamente, era o salário né? A falta de perspectiva, que continua tendo”

A história do aposentado João foi a única contada de forma remota, devido a um problema de saúde de João, à época. Mesmo assim, ele fez questão de participar e dividir conosco um pouco de sua trajetória.

“Só uma parte antes”. O primeiro trabalho de João foi como datilógrafo no Fórum. Ele fazia interrogatório, ao lado de um juiz. Depois, ele foi policial civil. Na década de 80, se

desligou da polícia e entrou na UFMG. Chegando à universidade, o primeiro lugar em que trabalhou foi o DECAE, “que era o Departamento de Ciências Aplicadas à Educação”, da Faculdade de Educação. “Eu fui lá para auxiliar a **nome oculto** que era uma colega de trabalho, éramos eu e ela.”

João ficou nesse setor por dois anos, onde faziam todo o trabalho de secretaria, trabalho de departamento, “com a diferença que era ainda máquina eletrônica, não era máquina mais de datilografia. Era de datilografia, mas eletrônica.” Basicamente ele auxiliava a secretária do departamento e fazia o serviço de mimeógrafo. Ele contou que datilografava textos e passava para a gráfica. “Estes textos significavam o que? Eram oriundos dos professores da... nós tínhamos é... vários professores nesse departamento. E eu digitava esses... datilografava esses textos e passava para a gráfica para ela, então, tirar cópia desse texto que foi digitado. Imagino que esses textos eram oriundos de livros.”

João se lembrou que desde a primeira vez que entrou na Faculdade, nesse departamento, os professores tinham a mesma forma de trabalhar, “havia aquela hierarquia igual há hoje de chefe de departamento, coordenadora de departamento, a mesma estrutura”. Ele e a secretária eram “apenas funcionários de nível médio”. Mesmo que tivessem nível superior, “no fundo era considerado de nível médio, né? No fundo não, na prática, né?” João também contou que, nesta época, quando entrou para o departamento, os professores não tinham mestrado, “só tinha uns três” que foram criadores do mestrado, “foram os que puseram realmente o pessoal para se fazer o mestrado né?”

Bom, depois ele saiu do DECAE e foi trabalhar na Seção de Ensino. “É interessante lembrar o seguinte: que quando eu entrei, havia... logo depois houve a Constituição de 1988, e o gestor na época do país era o José Sarney. E o José Sarney nos deu um plano muito bom, apesar daquele gatilho que tinha, ele nos deu um plano de cargos e salários muito bom. Nós, através de greve, a gente fazendo greve, greve longa, que sempre foi longa, todas as greves foram longas, mas nós conseguimos um plano muito bom, onde se tinha planos de cargos e salários realmente, onde se tinha condições de ascender na carreira, e também tinha condições de ter ganhos, como as gratificações que eram boas”.

Depois, assumiu a presidência o Fernando Collor e João conta que, com ele, “com o mau caratismo dele e a ineficiência dele”, vieram prejuízos para a categoria. Ele retirou as condições que haviam conquistado, imediatamente. E João enxerga que somente no governo de José Sarney, “nós tivemos realmente uma possibilidade de enxergar uma carreira financeiramente agradável”. Ele contou que muita gente passou a visar o cargo porque o

salário, nessa época, era de quase dez salários mínimos – “todo mundo foi alçado a uma condição bem superior, o que não acontecia, por exemplo, (só uma parte), com a Polícia Rodoviária, Polícia Federal, que tava bem abaixo do que a gente era nessa época, a polícia civil então nem se fala. A gente... Eu fui policial e sei como era a estrutura”.

João disse que me contaria um pouco de como foi trabalhar na Seção de Ensino, mas primeiro quis destacar que o que ele mais gostava e gosta na UFMG, “incomparavelmente”, é o espaço físico. Para ele é um espaço muito agradável para se trabalhar. Entretanto, João diz que, se fosse hoje, não voltaria a trabalhar na universidade. “Talvez de nível superior, mas com ressalvas”. Mesmo assim, se pudesse optar por outro emprego, ele ainda faria essa opção. Porque, para ele, a educação, definitivamente, não é valorizada. “Nunca foi valorizada nos meus 62 anos de vida, e não vai ser. A gente vê isso claramente, não vai ser.”

E João destaca a infraestrutura e o espaço físico da UFMG. Os prédios, que foram melhorando com o passar do tempo... “Acho que em razão do discurso que é feito e da nossa luta”. Quando João entrou na universidade, existia a ASSUFEMG - “era uma associação, a gente ainda não tinha o sindicato não”. E ele acredita que em razão das lutas da categoria muita coisa foi feita. “A FAE sempre foi muito obstinada, muito lutadora, o pessoal era bem engajado...” E desde sua chegada, João já foi se engajando no meio dos colegas, “parando quando tinha que paralisar... Eu sempre fui muito engajado e muito engajado também no trabalho”.

Ele entrou para a Seção de Ensino e lá foi a mesma coisa. João contou que o serviço era cansativo, eles tinham “pelo menos acho que 21 licenciaturas, ou algo parecido, pra atender, além do Curso de Pedagogia”. A Seção de Ensino ficava no prédio antigo da FaE, “terminava ali onde começa aquele espaço de arte da FAE. Ali era a gráfica”. E na Seção de Ensino João cuidava de toda a vida acadêmica do aluno. Lá ele ficou “até 2002 ou 2003, alguma coisa assim”.

Da Seção de Ensino, João foi transferido para a Pós-Graduação, devido à uma indisposição no setor, com a chefia. “Me indispus lá no setor, não com os meus companheiros e colegas de trabalho, que isso eu sempre tive um bom relacionamento, mas com a hierarquia da Faculdade”. João foi muito bem recebido no novo setor, onde ficou por três ou quatro anos, até ser convidado, pela Direção, para trabalhar no Setor de Serviços Gerais. “Meu posicionamento como pessoa sempre foi o mesmo e eu tinha as portas abertas em qualquer setor que pensasse em ir”.

Esse Setor de Serviços Gerais, para Joao, tem um nome muito inadequado. “Porque no Serviços Gerais você cuida de tudo do prédio. Você é um coordenador que tem, ou deveria ter, autonomia pra poder trabalhar Você é um administrador de um prédio”. Para ele, chamar assim é até uma forma de desqualificar o funcionário. “E isso já era para ter sido mudado há muito tempo”. João diz que, nesse setor, você cuida de tudo, do prédio todo, de toda a estrutura. “Você tem que ser informado.” Demandas de professores, de alunos, da comunidade externa, tudo passa, ou deveria passar, pelo Setor de Serviços Gerais. “E é claro que com um salário pífio, porque o que se pode fazer ali é muito importante”.

A UFMG sempre sofreu com falta de recursos e João se lembra que essa falta de recursos foi “claramente posta com o governo Collor”. No Governo Sarney ainda havia o plano de cargos, com o qual os técnicos administrativos foram beneficiados. “O Collor se encarregou de desqualificar a UFMG também, cortando orçamento.” João também contou que com o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi a mesma coisa. “Nós tivemos falta de estrutura de trabalho, a carreira foi por água abaixo completamente”.

Para João, só em 2003, no Governo Lula é que teve uma política voltada para a educação. “Foi a primeira vez que eu vi realmente começar a entrar aluno que não faziam parte... que não fazia parte de uma elite”. Ele também denuncia que até 2003 “e antes também da época da informática e dessa estrutura da internet”, as pessoas não sabiam o que era uma UFMG. “Eu por exemplo sabia o que era uma UFMG porque eu fui persistente, eu fui curioso, apesar de ser de uma família muito pobre”. João diz que foi insistente para entrar na UFMG, tanto como aluno quanto como funcionário. “Mas não existia esse... esse trabalho voltado para atrair realmente os menos favorecidos.” E foi nessa época que João percebeu uma melhora. Mais alunos na escola, uma política melhor, apesar de ele achar equivocada em termos de currículo. “Pra mim isso é desde o menino de seis anos, quatro anos hoje né?, até o final da formação, que hoje é doutorado... um despreparo muito grande. Eu acho que devia reestruturar isso”. Mas pelo menos houve uma mudança na política de ingresso e permanência na UFMG, ele disse.

E então, no período de 2006 a 2018, João trabalhou no Setor de Serviços Gerais. E ele contou que, na FaE, eles nunca tiveram dificuldade em fazer greves, no entanto, as greves mais longas o deixava muito inquieto. Ele entende que “se está trabalhando, tem que trabalhar”. E hoje, aposentado, João diz que percebe isso mais do que nunca: “como é importante o trabalho”. Mas com ressalvas: “o trabalho com qualidade, né? E não um trabalho

onde você é quase um ser invisível em termos salariais e em termos de como as pessoas te veem também”.

Para ele, esse é o grande drama do servidor TAE. “Eu acho que isso se acirrou muito mais na medida em que a internet foi tendo... as pessoas foram tendo acesso à internet e foram se digladiando, mas a gente sempre foi meio invisível”. Os TAEs sempre fizeram muitas greves e greves longas, para um retorno geralmente decepcionante. E João salienta que “na gestão do Lula era a mesma coisa, era 40 dias de greve para dar uns 10%... nunca nenhum gestor cuidou bem da gente nesse aspecto”.

João também contou que não havia treinamento para o desenvolvimento das tarefas do setor. Às vezes até era oferecido algum treinamento por parte da universidade, “mas era uma qualificação... nunca era voltada para o que você estava interessado... o que você precisava, no trabalho”. Ele próprio entrou sem treinamento algum e foi aprendendo “na raça”. Todos esses anos até sua aposentaria foram assim. E João sentia que, além de ter que aprender por conta própria, ainda havia um “descompasso em relação ao tratamento do professor com o técnico”, que muitas vezes não era bem recebido ou era desqualificado. João era uma exceção. Ele e outros colegas, pouquíssimos, que tinham curso superior ou que estavam fazendo. “Era uma exceção assim, de poder argumentar poder fazer algumas objeções. Mas era muito... uma luta muito árdua, sempre foi para poder... a gente traçar o nosso caminho na Faculdade, tá?”.

Em cada setor que chegava, João aprendia o serviço sozinho, correndo atrás. “E as inserções que haviam, de mudanças de tecnologia, a gente ia aprendendo isso tudo na marra”. Ele diz que se considera sortudo por ter um perfil de quem está sempre buscando. “Então quando entrei na Faculdade, saí do DECAE e fui para a Seção de Ensino, eu imediatamente fiz amizade com o DRCA, não só eu como as minhas colegas também - eram mais mulheres”.

Havia um compromisso e uma cumplicidade muito grande com o DRCA. João e suas colegas faziam a matrícula, com filas enormes, “porque era uma grade extensa”, e quando tinha algum problema eles logo buscavam o DRCA para tentar resolver. “Isso facilitava muito a nossa vida”. E isso porque tinham disposição para procurar ajuda “de procurar o DRCA, que era ali onde é a reitoria hoje”, e também porque os técnicos do DRCA tinham a disposição de ajudar. “Então eu, por exemplo, tinha franco acesso ao DRCA. Eu ia ao DRCA para resolver as coisas, porque eu aprendi e conquistei, os colegas do DRCA. E vice-versa, fui conquistado também. Mas não que houvesse um treinamento. Aprendi muita coisa por essa minha iniciativa”.

Já na época em que trabalhou na pós-graduação, João conta, o DRCA foi sistematizando e informatizando os processos de matrícula e registro acadêmico. “Com a informática foi tudo mudando. Aquelas pessoas, aquela multidão de gente que tinha na UFMG, mais elitizada, que eram os cursos de licenciatura, etc., etc.. Eu digo elitizada até mesmo no nosso patamar, daí para baixo não tinha ninguém. Eles pararam de precisar cada vez mais dos serviços corpo a corpo, da Faculdade. Passou tudo a ser feito via computador. Então com isso desapareceu essa... essa quantidade... essa massa que tinha principalmente na época de matrícula.”

E quando foi para o Setor de Serviços Gerais João também não teve treinamento, o que para ele era muito grave. “Para você ser um administrador de prédio, você teria que ter um treinamento e ser treinado regularmente. Porque é muito importante. Imagina você ser o administrador do Fórum. Eu conheci o administrador do Fórum, o da minha época. Você fazia tudo. Agora, ele tinha um salário, e tinha... dentro das competências dele, ele tinha o poder de decisão. Ele podia decidir o que tinha que se fazer. É claro que havia hierarquia em cima dele, mas você via isso claramente na tomada de decisões dele. O que não acontecia conosco”.

João me contou que, na FaE, os servidores dos Serviços Gerais tinham seus saberes desconsiderados pelos superiores da administração central. “Um pró-reitor, por exemplo, qualquer pró-reitor, que fosse, Pró-Reitor de Administração, por exemplo, você teria que contar com... eles sempre partiam do pressuposto de que você é um serviços gerais, um faz tudo. Um zé faz tudo. Então você não tinha um reconhecimento, não havia reconhecimento nenhum da parte deles”. A ideia de João para tentar acabar com isso foi “entender muito do serviço” e fazer amizades. Ele fazia amizade com o pessoal do transporte, acompanhava o ônibus, acompanhava os veículos. “Eu filmava quando ia sair pra viagem...” Isso por iniciativa própria, para se garantir e ter argumentos quando fosse preciso, porque “se não fizesse isso, não havia nenhum ensinamento, de qual estrutura que você tivesse que procurar”.

João voltou um pouco porque se lembrou de um episódio vivido na Seção de Ensino, que o marcou muito, desagradavelmente. Por ter tomado uma atitude, que ele sabia ser a certa, João foi chamado à atenção, de forma intempestiva por um docente. “Na época eu não tive a maturidade, eu deveria ter respondido ao pé da letra, né? Inclusive mostrado a condição, não ter aceitado de cabeça baixa o que eu aceitei, o rompante, o puxão de orelha, mas enfim... E foi provado, depois, com o passar do tempo, e até pela mudança da sociedade, que eu tinha razão, tanto na forma... na questão jurídica eu tinha razão, mas também na questão do trato de como eu me posicionei. (...) Hoje seria o quê? Assédio. (...) Eu não fui ouvido, simplesmente

ouvi gritos sem que eu pudesse argumentar. E eu fui amparado pelos meus colegas, não só aqueles que gostavam de mim como por aqueles que sabiam que eu estava certo”.

Isso é uma coisa que João não menciona com ninguém, mas, ao final, a atitude que ele tomou passou a ser regra para a universidade. Para todas as universidades. Inclusive com ganho jurídico. E isso foi muito marcante para ele, foi como uma vitória. “Me desqualificou né? Mas depois foi motivo de orgulho porque percebi que eu estava certo e hoje, e há muito tempo, eu tenho clareza disso, que na verdade o problema era político, não era problema de conhecimento. E nós ali na Faculdade, nós não temos nenhum respaldo, como eu tava dizendo para você, a gente não tem respaldo”.

A Seção de Ensino de João e suas colegas era constantemente procurada pela coordenação, pelos coordenadores de licenciatura, “porque sabiam que a Seção de Ensino tinha controle do que fazia, ela não fazia por fazer.” Eles trabalhavam com fundamento e ganharam o respeito dos coordenadores e funcionários dos colegiados, porque “eles também se beneficiavam disso”. Tanto no colegiado de pedagogia quanto no colegiado da pós-graduação, João diz que sempre tiveram respeito pelos técnicos, “no que se refere ao tratamento de você efetuar o serviço”. Para ele, “inclusive, era um triângulo perfeito”, porque eles tinham o DRCA, então, mesmo que viessem argumentar com ele, “tinham essa visão que a gente estava preparados, por conta própria, mas tava preparados para fazer, para efetuar o serviço.”

E embora tenha conquistado seu espaço e tenha sido muito bem tratado sempre, João percebia que o que havia por parte de docentes era, muitas vezes, um “destemperamento”. “Mas não que houvesse um treinamento para os professores também, tá?” E para os técnicos também não havia orientações sobre a forma de reagir a assédios. Pelo menos, não por parte da universidade. Havia a ASSUFEMG, “que já foi grande quando ela foi criada”, e depois foi criado o sindicato. E João contou que tanto na Associação quanto no Sindicato havia pessoas da área jurídica para orientarem os servidores e darem esse apoio.

Bom, fato é que houve um assédio. “Houve um despreparo da pessoa que não era preparada para o cargo”. Para João, os docentes não eram preparados para os cargos de administração. “Eles entram ali sabendo a formação deles, mas o resto tá na mão deles... Política... eles construíram a legislação interna. Entendeu? Eles têm a força política, mas eles não têm o conhecimento”. E somado à ausência de treinamento tem-se o despreparo emocional, “que da parte da pessoa foi raivosa, foi inflamada, e da minha parte foi eu ter abaixado a cabeça”.

E fomos conversando sobre as dores e delícias vividas por um técnico-administrativo em educação. Para João, a maior dificuldade é mesmo o salário, a questão da ascendência na carreira. Ele vê que o profissional da educação é desvalorizado. “Da educação e da saúde... extremamente maltratados. Os da segurança eram também. Não estão sendo agora por razões políticas extremistas. Mas eram também.” Outra dificuldade, que João já havia citado, é a falta de Treinamento. “A falta de treinamento não só para você ter o serviço, saber o serviço, mas, por exemplo, o seu público alvo são as pessoas que vão se matricular. Então ali o atendimento tem que ser um atendimento qualificado e você não tinha um treinamento para isso. Se você não tivesse a sensibilidade para perceber - como é até hoje, eu acredito que é a mesma coisa - como você deve tratar o público, você se saía mal, né? Se saía mal, prestava um serviço ruim, e também era maltratado”.

E o que sempre foi agradável para João, “passei a vida inteira tendo certeza disso”, era o espaço físico. Ele pontuou novamente: “Muito arborizado, não precaríssimo como uma delegacia, não tão tristonho como uma delegacia, ou não tão pesaroso como era o fórum”. Além do espaço físico, ele também destacou as pessoas - “mesmo com todos os defeitos”, e salientou que não se pode comparar o perfil de um docente que trata o técnico como “muito invisível”, com todos os demais. Para João, esse tratamento “é política de governo, também” e ainda assim, ele considera que ali foi mais “visível” do que nos outros lugares em que trabalhou. “Mas pelo meu posicionamento!”

Ainda destacando as pessoas, João falou um pouco sobre seu relacionamento com os alunos - “que foi no DECAE, foi na Seção de Ensino e na Pós-Graduação”. Ele disse que sempre foi de prestar “um serviço legal”. O entendimento de João era: “eu estava ali, e aquilo me deixava muito satisfeito, que eu pudesse atender aos alunos, àquela demanda”. Ele também era muito sensível às dificuldades de estudantes recém-ingressos: “você vê que uma pessoa tá despreparada, tá ingressando ali, está totalmente despreparada. Antigamente era muito pior, ela tá saindo do segundo grau, entrando numa Faculdade, onde ela vai fazer, na Faculdade de Educação, quatro matérias, e vai fazer uma matéria - não sei se é hoje assim, mas era no meu tempo -, vai fazer uma matéria específica do curso dele. Então o sujeito chegava ali, ou a sujeita, né? A pessoa chegava ali, completamente perdida. Para preencher - na época a gente preenchia - a matrícula, né? Então eu achava que, achava e acho, que tinha que ser dado um preparo, uma condição para que essas pessoas fossem bem recebidas, tá?”

Mas voltando ao Setor de Serviços Gerais, João entende que os trabalhadores deveriam ser considerados administradores do prédio. “Um superintendente, qualquer coisa

assim, superintendente não para cuidar de funcionário, de técnico, um superintendente para cuidar do prédio”. Para ele, esse setor está no mesmo nível que as pró-reitorias, porque, embora haja uma hierarquia, o setor precisa estar sempre pronto para as adversidades. “Tem que estar bem preparado e tem que ser ouvido, porque você faz parte de uma engrenagem, de um trabalho, que só vai ser realmente bacana se você tiver prazer, se você tiver competência, se você for ouvido, se você for chamado para discutir e forem consideradas suas posições”.

João contou que os professores muitas vezes se posicionavam, “meio assim, desnorteados” e eles precisavam ter preparo para enfrentar. Havia, nos Serviços Gerais, um contato direto com o Setor de Áreas Verdes da UFMG. “Tudo que você imaginar passava por ali”. E houve uma ocasião em que os funcionários do Setor de Serviços Gerais tiveram um problema com uma árvore que seria cortada. E João contou que nessa ocasião houve uma campanha, uma pressão - “assim, por falta de conhecimento do docente e talvez por só conseguir enxergar um lado” -, para que essa árvore não fosse cortada. João deu esse exemplo para explicar como era, muitas vezes, a relação professor-técnico.

Ele contou que foi tratado com muita educação pelo docente, mas precisou provar a ele que o corte da árvore era inadiável. “Quer dizer, ele via a questão da beleza e de não perder a árvore, porque realmente se perder é lamentável. Mas havia um laudo motivando a questão de se fazer aquilo ali. E eu tive que explicar: olha... é... você pode até não aceitar o corte da árvore. Agora isso aqui vem de setor de coordenação de áreas verdes, tem uma pessoa competente...” João abriu um parênteses para dizer que esse pessoal inclusive, “ganha mal pra caramba” e que fazem um excelente trabalho. “Te digo, tudo eles olham tá? E olham bem, eu acho que eles olham muito bem, principalmente agora que estão com pouquíssimos funcionários.”

E João explicou à pessoa que havia um laudo, que a situação era monitorada pelo Setor de Áreas Verdes e pela Prefeitura, que havia pessoas competentes e aptas cuidando daquela situação, mas também avisou que ela poderia, se assim quisesse, assinar um laudo o desobrigando e aceitando os riscos que a queda da árvore poderia causar. “Aí imediatamente a pessoa não quis. Falou: ‘opa’. Ela disse: se é assim então pode cortar a árvore”. O setor de João tinha os argumentos e a documentação para mostrar. Mas não era suficiente. “Porque essa questão de... apesar de não haver hierarquia a pessoa achar né? Poxa...” Mas João ressaltou que a situação do corte da árvore foi muito tranquila de se resolver. “Só foi lamentável porque não havia uma confiança. A gente tinha que provar mostrando o

documento e, além disso, falar: você vai ser responsabilizado. Quer dizer, aí sim a pessoa fala ‘opa, eu responsabilizado não, de jeito nenhum’”.

Essas situações também aconteciam na Congregação, segundo João. Uma pauta era tratada com cuidado, tempo de trabalho, ia caminhando em uma direção, mas entrava alguém que discordava e tudo era perdido. “Entra um, que é o mais do mais, todo mundo muda de ideia. Isso era lamentável!” João já participou de muitas Congregações e conta que foi amadurecendo. “Algumas coisas que eu ouvia, não com relação à gente, mas mesmo... até quanto a professor, alguns professores mais destemperados, às vezes técnicos destemperados também, eu falava: olha, eu vou sair da sala. Eu já tive vontade de levantar e falar: dá licença, eu não aceito, e vou sair da sala. Eu acho que está sendo inadequado com a pessoa, não quero ouvir isso...”

Nessa hora fomos interrompidos pelo limite de uma hora da Plataforma Google Meet, mas voltamos rapidamente. Para João aquele primeiro caso, da Seção de Ensino, era um assédio, mas esse, das árvores, não. Esse era apenas um caso de falta de entendimento. “Eu acho que nem é questão de ‘que eu tô falando é porque eu sou professor, sou isso ou sou aquilo’, não. Houve realmente uma preocupação com a árvore, né? Como nós tivemos aí quando cortou essas árvores que tiveram que ser cortadas. Há muito que tinha que ser cortado, mas houve aquela lamentação, que foi discutido na Congregação com muita propriedade. Tinha que ser discutido mesmo”. João estava falando de outro caso, mais recente, de 2019, quando a Direção de Áreas Verdes da UFMG indicou a necessidade de supressão de diversas árvores da FaE.

“E a pessoa que me falou de não cortar a árvore, a princípio estava certa. Ela só não estava certa porque ela não estava confiando nos nossos conhecimentos. Entendeu? E mesmo apresentando o laudo, ainda se arriscava a não cortar a árvore, mas pondo o risco pra gente. Quer dizer, porque quando a gente... a pessoa argumentou pra não cortar a árvore, ele falou, falou, ‘então tá, então você assina aqui pra mim, João’. Eu falei não, eu não assino. E expliquei, olha, se você assinar aqui a árvore fica sem ser cortada. Agora implica nisso, nisso e nisso. Pode dar consequência cível, pode dar consequência penal... Então isso foi resolvido muito tranquilamente, sem problema nenhum, sabe?”

João estava se lembrando de uma coisa, mas esqueceu. Era “a questão de treinamento e de outra coisa”. E João reclamou que nunca houve preocupação por parte dos docentes em abrir cursos para a qualificação do Técnico-Administrativo em Educação, para que essas pessoas pudessem ter acesso ao nível superior - “a gente tem que falar do docente, que eles é

que comandam a Faculdade”. Com o passar do tempo, João contou que essa demanda foi ficando mais forte e que houve, da parte dos TAEs, um embate muito grande. “Foi a partir de 2000, mais acirrado, mais forte, enfim... na pós-graduação nunca houve uma preocupação política, de fato, nem da Faculdade e nem da Universidade, em qualificar a gente”.

Ainda era gestão do PT, disse João, mas ainda assim não havia proposição de políticas de acesso dos técnicos ao nível superior. Mas havia um embate muito grande para a criação dessas políticas e João se lembra como começou: “foi um professor que nos ofereceu disciplina isolada, para que a gente fizesse com ele a disciplina”. Essa foi uma atitude do docente, “uma coisa pessoal, e subjetiva dele, não foi uma organização formal da Faculdade ou da universidade, para que a gente ingressasse, desse condições para a gente pleitear uma pós graduação.”

E era difícil. “A área acadêmica, a pós-graduação, no começo, era feita assim, na briga.” Para cursar uma pós-graduação, os técnicos não tinham direito à licença e não havia, também, o entendimento por parte dos docentes de que essa formação era necessária ou importante. “Que você estar bem, se sentindo com a sua estima lá em cima, né? Aumentar a estima. Então não havia preocupação nenhuma.”

Por essas razões, muitas vezes os técnicos pleiteavam vagas fora da UFMG - “fazer um curso, uma especialização” -, mas, segundo João, “eles não aceitavam, porque eles achavam que as escolas não estavam qualificadas”. E então João percebia que os técnicos ficavam sem saída. “Porque se você não tem uma ajuda financeira, não tem uma ajuda dentro da Faculdade, que não seja então financeira, que seja abrir uma vaga ali para você poder se preparar e concorrer, né? Não é te dar a vaga! Mas não havia preocupação nenhuma, nenhuma”.

João contou que começou a melhorar a partir da tal disciplina isolada oferecida pelo professor e “com a mudança dos professores também. O perfil dos professores”. Que por mais que representassem outra classe/categoria, e João acha que “de todo lado há um certo desse negócio da classe se unir muito contra o outro”, houve maior abertura. E, claro, os técnicos também foram entrando cada vez mais qualificados. E mais descompromissados também, na opinião de João. “Porque eles percebem, ‘pô, estou me qualificando aqui, estou com pós-graduação, pós-doc, tô isso, tô aquilo, meu salário não melhora, então vou pular fora, vou para o mercado de trabalho onde eu posso fazer outra coisa. Isso é o objetivo de todo mundo, né?”

João disse que nessa época ainda não existia o PCCTAE. “Não tinha nada disso não, era uma luta constante. Nós tivemos a gestão lá do sindicato, nós brigamos muito para

conquistar essas coisas, a FaE brigou muito também”. E João percebia que se demorava muito para as tomadas de decisões. Tanto no Sindicato quanto na Faculdade, as reuniões “eram muitas vezes infrutíferas, achava que eram longas demais para pouca decisão”. Mas eles foram conseguindo, apesar de tudo, conseguindo “derrubar algumas tradições que tinham ali. Sabe? Porque técnico era mais que invisível. Não existia mesmo”.

E João contou que, nessa mesma época, “com a entrada da periferia”, os estudantes começaram a ser mais engajados. “Antes não tinha esse engajamento”. João brinca que “como administrador era muito mais fácil a época de 90 até 2003 do que hoje é”. Isso porque, hoje, a Faculdade passou a ter “um pessoal mais engajado”. “Mas em compensação, se você tiver também um preparo, que é um preparo que você tem que fazer por sua conta, né, você vai é... melhorar as coisas. Realmente é um serviço melhor, que eu achava mais adequado”.

Então houve essa mudança de perfil do aluno e do técnico e “os que tinham mais sensibilidade, que estavam mais dispostos, né, foram se adaptando a essa condição”. A Faculdade passou a ser mais democrática, mesmo, a partir de 2003, disse João. “Não estou falando que é porque o gestor foi fulano... era o objetivo do governo direcionar os recursos dele. Direcionou mais para a educação, entendeu? Mas para a gente não. Para técnico de jeito nenhum. Para técnico era sempre a mesma luta”.

E essa luta era muito importante para João. “Muito bacana”. Desde o primeiro dia que ele entrou, já foi se engajando no movimento. Só o desagradava muito ter que ficar três meses em greve. “Aquilo me deixava desorientado”. “Porque todo governo, inclusive na gestão do Lula, eles nunca tinham uma disponibilidade para negociar antes dos três meses. Ele não dava essa atenção. Ele cuidava dos alunos, mas a gente era aquele salariozinho que tá, que era uma merreca. Enfim, e hoje mais ainda, porque eu peguei essa parte que é do Temer, cheguei a pegar, que era desqualificação total, e com uma aproximação claramente para desacreditar a educação. E você como técnico inexistente, você não serve para nada, você está ali só para cumprir ordem”.

“Mas enfim, eu me perdi um pouco”.

E então lembrei a João que ele disse que queria contar sobre a limpeza da Faculdade. Ele disse que quando entrou para os Serviços Gerais “nós éramos, de pessoal da limpeza 11 mais a encarregada, salvo engano. Entre 11 a 13”. Nessa época a Faculdade cresceu em espaço e público. “O público aumentou muito. A Faculdade abriu, os auditórios se abriram. Passou a ser tudo muito intenso. Ao contrário de antes que era aquela monotonia, né?”

Quando entrou, João ficou sabendo que a sala hoje ocupada pelo Diretório Acadêmico – D.A. estava reservada para os Serviços Gerais e para acomodar o pessoal da limpeza. “Posso estar errado no que estou falando, mas acho que não estou”. E João achava aquilo totalmente inadequado. Para ele, o D.A. tem que estar na frente de uma escola mesmo. Tanto para o fácil acesso aos estudantes, quanto para que seja melhor cuidado e administrado. “Em 2006 havia, muitas vezes, pessoas que queriam levar coisas para lá que não era aceitável, que você poderia até... tem que ter cuidado, senão vai ter coisa ilícita aqui, né? Hoje também serve da mesma forma. Hoje, com esse extremismo da direita aí nós temos esse mesmo risco. Não de substância ilícita, por exemplo, mas de ser agredido... hoje está desse jeito. Então eu sempre achei que todo D.A. deveria ser ali, junto, para você compartilhar”.

No entanto, para abrigar a administração do prédio, João achava aquele espaço inadequado. “Era um horror né? Era vil. Não que você fosse melhor, mas era um lugar insalubre”. Para o D.A. não seria um problema porque ele ocuparia somente a antessala do espaço - “tem a sala, depois da sala tem outra salinha lá, e aí é legal”. O jeito que a Faculdade deu, e já estava assim quando João chegou ao setor, foi disponibilizar o espaço dos fundos para o pessoal da Limpeza. “Não que eles fossem menos importantes que a gente, mas porque ali estava no meio, era estratégico, estava no meio do prédio. E lá tinha espaço suficiente para que eles pudessem almoçar. Eu não sei nas outras Faculdades, mas eu duvido que tenha um espaço razoável igual ao pessoal tinha, e que era um direito deles”.

João explicou que as trabalhadoras da limpeza passaram a ter um espaço delas, “onde podiam fazer almoço, ou trazer o almoço, almoçar, ter um espaço para refeitório, para confraternização, né? E tem o espaço para você descansar, porque uma hora de almoço dá tempo de você dormir ali, né? Dar um descanso. Dormir ou seja lá o que for, ver uma televisão, enfim, ler, enfim”. E para João essa decisão foi importante para a saúde dessas pessoas. Ele achava que ali “você punha os funcionários do setor de limpeza mais felizes”. João disse que muitas vezes faltava móvel, “assim em termos de beleza”, mas depois melhorou. “Faltou também um treinamento para elas, de cuidar mais da casa delas. Entendeu? Eu digo elas porque eram só mulheres. Não tinha homem. Então faltava esse espírito de cuidar mais da casa delas.”

Mas para ele era um espaço razoável para uso das faxineiras, dos seguranças e dos vigias... Algo que ele duvidava haver em outras Faculdades, porque a maioria não tem o olhar crítico para isso. “Eu reparo muito isso. Reparava isso muito. A questão de você ter uma geladeira, essas coisas, eu acho que a Faculdade ajudava muito nisso. Podia ser melhor, mas

colaborava muito, todos os gestores”. João sempre teve em seu pensamento fazer do lugar de trabalho, um lugar agradável de trabalhar. Tanto para ele quanto para suas colegas da limpeza.

Acontece que elas eram terceirizadas. “Então a gente não tinha muita ascendência sobre a questão, porque você tinha que obedecer um contrato escrito que era passado para você.” Mas dava para tentar fazer um lugar “mais alegre para você passar o dia”. João diz que todas as colegas da limpeza que trabalharam na Faculdade durante o tempo em que ele esteve lá, trabalhavam lá há muito tempo e que, em sua visão, elas gostavam da Faculdade de Educação. “Gostavam da forma que a gente as tratava, lidava com elas, se relacionava e vice-versa, a gente gostava também”.

E dentro das possibilidades da Faculdade e delas também, com todas as necessidades que elas tinham, a limpeza era satisfatória. Muitas vezes faltava material, que era de obrigação da empresa, então João cobrava. “Eu cobrava muito de supervisor. Cercava supervisor. Cercava supervisor da limpeza, do setor de vigilância, do setor, que aí já é outro setor, mas do setor de portaria, eu cercava todo mundo”. Para ele é muito frustrante, o pessoal terceirizado é muito maltratado. Quando ele entrou, as pessoas da limpeza já eram terceirizadas. “Da limpeza já eram terceirizadas. Porteiros é que não eram. Vigilantes eram poucos... eram menos, não fazia vigilância em prédio, entendeu?”

E para João faltava um supervisor do prédio, ou que fosse dos prédios. “Isso é qualidade”. Porque para ele, não cabia ao administrador do prédio, ficar supervisionando a limpeza. Mas ele acaba por fazer esse papel. “A pessoa está subindo no segundo andar pra poder limpar janelas do lado de fora. Você fala ‘de jeito nenhum, você não pode fazer isso’. Se você não tem um andaime, se você não tem um supervisor para preparar isso, para planejar, se você está de costas e sem condição nenhuma, sem o preparo que lhe garanta a segurança, você não pode limpar janela do lado de fora tem que deixar a janela suja mesmo”.

Para ele, não tinha alternativa, então ele “enxergava e vigiava muito isso”. E vigiava diversas outras situações rotineiras da Faculdade, como as reuniões do Centro Pedagógico no auditório da Faculdade, que tiravam sua paz. “Aí aquele tanto de criança, pai de aluno, eu achava aquilo assim, terrível, no que tange a questão da segurança. Porque criança você não segura. Você não tem um preparo. Ali não é voltado para receber criança. O centro pedagógico sim, mas a Faculdade de Educação, não. Se você sobe ali... um mais atiradinho sobe ali no parapeito, entendeu, e despenca lá do auditório...”

E por isso João “rodava muito” e preferia fazer o serviço colado no celular, resolvendo tudo. “Eu ligava... eu tinha todos os contatos, área verde, área de engenharia, de hidráulica, da

elétrica, tudo. Eu preferia pra tá vendo o que estava acontecendo no prédio. Ver de fato o que acontecia. Opa! Tem perigo aqui. Está acontecendo aquilo ali. Está desaparecendo coisas aqui, porque está desaparecendo? Como é que está se comportando o porteiro? Mas além do porteiro tem questão, vocês estão aptos a encarar uma câmera? Vocês vão aceitar isso? É uma discussão mais profunda, é nos corredores, tira a liberdade. Quer dizer, então é coisa tudo para a Congregação, então eu ficava muito tenso com isso. Isso me deixava muito tenso e muito ligado.”

João tinha essa visão cuidadosa. Prestava muita atenção a tudo. “Por exemplo, olhar lá fora e ver que tem duas saídas aqui, do auditório, e tem duas saídas aqui, duas escadas aqui e essas escadas estão precisando de pintar. Nós temos que providenciar isso. Vou tentar o setor de pintura.” E a escada foi pintada. Mas João salienta que, na época era possível de fazer. “Na época da gestão de 2003 até 2014, havia condição de você pedir para se comprar uma tinta, para pintar, havia pessoas do quadro da UFMG para efetuar a pintura. Entendeu? Hoje eu imagino que deve estar um caos. Porque não tem mais isso. Eu imagino pelo que eu estou vendo o país né? como está caminhando”.

Nesse rumo, dos cortes, João se lembra de outra “coisa boa que teve, que nós tínhamos no começo e depois foi tirada que era o café e o pão”. Depois a Faculdade deu um jeito de colocar de novo. [Hoje não tem mais pão]. Mas na visão de João, a Faculdade tem uma maneira de abraçar muito o aluno que não tinha condições e “com isso, muitas vezes o pessoal do cafezinho convidava o outro para tomar o cafezinho”, e se perdia o limite. Gastava-se muito com café. “Aquilo me incomodava terrivelmente porque tem que ter um limite, você tem um orçamento, você tem que cuidar disso também. Eu via aquilo ali, ficava apavorado”.

Para João, o jeito era cuidar daquilo de uma forma cuidadosa e “democrática”. Como faziam com o pão. “Era muito interessante ter aquele cafezinho pra você chegar de manhã e ter acesso, ter a um pão para você comer né?” E os Serviços Gerais separava o pão para os servidores, para o pessoal da limpeza, para o pessoal da portaria, da vigia externa – “a Vigia externa está vigiando o prédio, mas está desligada da gente, eu posso passar orientação para eles, mas tenho que me reportar sempre ao pessoal da vigilância lá embaixo”.

“Então eu via essas questões assim que me incomodavam um pouco, como hoje já me incomoda ao contrário: que hoje já não deve ter nada deve ter uma escassez de tudo”. O incomodava, às vezes, o perfil dos mais atrevidos “dos alunos, ou de outras pessoas inadequadas, que depredavam, estragavam o patrimônio”. E hoje João se incomoda com “esse pessoal que está chegando aí (na política). Porque é muito atrevido, acha que pode fazer

qualquer coisa, extremistas. Nós pelo menos não éramos extremistas. Eu coloco ‘nós’ porque eu considero que eu fazia parte daquele pessoal, e não do pessoal que está hoje na gestão do país.”

E João tentou se lembrar dos bons momentos vividos ali. Ele citou um episódio que o marcou, na época em que um colega, da copa, adoeceu e a comunidade da FaE criou uma rede de solidariedade para ajudá-lo. Apesar do quadro bonito, João lamenta que o apoio não tenha vindo da universidade. “Foi muito mais, muito mais não, foi mais decisão emocional, né? De cumplicidade, de solidariedade com essa pessoa, do que um apoio realmente ostensivo da Universidade entendeu?” Esse colega não tinha plano de saúde e fazia seu tratamento pelo SUS, “mas teve muito acesso, muita coisa porque nossos colegas, não só docentes, mas todos os colegas técnicos, porteiros... enfim tudo quanto é pessoal... aluno que sabia da situação e participava. Mas assim, muito improvisado, muito mais dessa solidariedade com o ser humano, do que uma coisa arquitetada. Porque só se oferece o SUS e mais nada”.

Difícil lembrar coisas boas quando elas sempre trazem à tona mais problemas. João se lembrou do SAST, que, para ele, “também é outro problema”. O SAST é o Serviço de Atendimento à Saúde do Trabalhador, da UFMG. “Chegava o sábado, pra mim era um desgaste muito grande”. Apesar de não ser obrigado a fazer isso, João assumia alguns sábados de trabalho, “então, você tinha que ter um projeto, alguma coisa que envolvia você ali, porque senão...”. Ele trabalhava nos dias em que houvesse atividade na Faculdade e “participava ativamente de qualquer coisa que tava acontecendo no dia.”

E João não ficava escondido em seu setor, saía a procurar por trabalho. E nessas procuras, ele encontrava muita coisa. “Por exemplo, a gente tinha o setor lá que era o aluno que vinha do interior, passava mal, e eu achava que tinha que ser acudido na universidade. A universidade, não sei como que chama agora, eu falava... o serviço de saúde né? Ela tinha de segunda a sexta. Mas de segunda a sexta só para atender, se você vai tirar uma licença, para talvez te dar um... para medir sua pressão, mas não tinha um... realmente um centro médico para cuidar de alguém que passasse mal. Então isso me afligia muito, porque, porque quando alguém falava assim: fulano tá passando mal, eu falava: caramba, é encrenca... É encrenca porque... eu tive episódios por exemplo de gente passando mal e você ter que providenciar... a gente não tinha um enfermeiro, por exemplo, onde é que tava o enfermeiro? Então você tem que providenciar um socorro.”

E João conta que não tinha esse socorro dentro da universidade. “Você chama o SAMU”. Mas o SAMU²⁴ não atende, “porque ele pergunta para você onde você está, se você falar assim: ‘eu tô com uma pessoa de 90 anos’, eles vão chegar lá. Mas se você falar: ‘eu tô com uma aluna aqui de 25 anos’ eles falam: ‘não é prioridade’. Não falam dessa forma, mas vão sair fora.” Também não havia apoio do Corpo de Bombeiros, então o que acontecia era que o professor coordenador do curso ou da atividade e o técnico administrador do prédio precisavam lidar com o problema. E João já viveu episódios em que precisou sair e levar uma estudante a um centro de saúde, “o que não era correto né? Você sair e levar a pessoa sem uma ambulância”. Mas por quê? “Chegar perto do coordenador e falar, olha você vai vir comigo porque nós temos que ir, a pessoa não tá bem, vão, vamo lá, tal, e tudo improvisado, tanto para o coordenador, que não tem conhecimento para isso, quanto para mim também.”

João se lembrou que nesse dia pediu ao pessoal da segurança que ajudassem e eles também não podiam, pois são proibidos de sair da Faculdade. “E ainda consegui fazer isso, mas de uma forma totalmente não adequada, entendeu? Mas tivemos isso, mais por iniciativa da gente.” João vivia falando da falta de um profissional de enfermagem, “se passar mal não tem um enfermeiro, você passa mal você não tem... Você veio lá de uma tribo, ou veio lá do... tinha uma pessoa que veio do interior de Mariana. Um outro lugar lá que não lembro mais, está completamente aqui sem condição de ser socorrida, né? Então, era esse socorro que a gente tinha, que era mais pelo desempenho da gente do que a Universidade oferecesse, entendeu?”

E João vivia fazendo essas coisas que fugiam de sua alçada. “Fugiam da minha alçada, fugia de quem estava conosco no setor”. E ele deu vários exemplos. A partir de 2006, quando ele entra para o setor, o serviço de transporte começa a ser muito requisitado. “Antes eu não percebia isso e antes de 2000 era inexistente. Era só um carro, um carro de passeio. Depois é que foi tendo o veículo, que foi o veículo utilitário, e depois nós tivemos o ônibus também.” O setor de transporte, me contou João, não tinha condição de oferecer um serviço de transporte para as pessoas, porque já não tem mais concurso para vagas de motorista, mecânico, etc. E na opinião de João, eles, a Faculdade, não tinham o preparo para isso. Por quê? “Comrou-se o ônibus. Temos o ônibus lá. Aquilo ali como você vai descobrindo o que você deve fazer com o ônibus? Como que você conduz passageiros? Como que você vai conduzir? Qual o número de passageiros?” E para todas essas questões e mais outras tantas, eles tiveram de construir respostas. “Descobrir, nós Serviços Gerais, descobrir como, junto

²⁴ Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

com a coordenação - nós tivemos sempre o apoio, isso aí tinha o apoio de todos eles -, que também não tinham obrigação de saber, isso tinha que ter uma norma, tinha alguma coisa mas muito incipiente.”

E João, que hoje já parece ter descoberto todas as respostas, me ensinava: “Você vai sair com o pessoal, você tem que ter, por exemplo, uma lista de passageiros, você tem que ter um tacógrafo que funciona, se acontecer alguma coisa o tacógrafo está funcionando, você tem que ter um nome de quem está dirigindo aquele carro no tacógrafo. Entendeu? Se acontecer alguma coisa e a perícia for olhar, tá o nome de quem estava dirigindo lá, aquela pessoa tem que estar lá. Isso você vai descobrindo por acaso. Ninguém te explica isso. As condições do pneu... O ônibus em si, porque que existe algumas coisas no ônibus que em outro veículo não tem? Qual é a diferença? O que é aquilo? Pesa para segurança ou não? É mais seguro ou não é? Então tudo isso a gente vai descobrindo por curiosidade.”

João ia muito ao “transporte”. “E o transporte é o seguinte: eles não têm pessoas para poder atender e não tem veículo também. Então se fazia muita viagem lá conosco, muita coisa lá, mas em uma situação que todo mundo improvisava, improvisava o professor, improvisava o técnico, e os alunos muitas vezes improvisavam. Então muitas vezes a gente negava.” Isso porque uma viagem implicava em muita coisa. A questão do custo, o número de passageiros, a necessidade da presença de um professor ou um técnico responsável pelo ônibus e o motorista, é claro. “Você tem que ter um motorista dentro do ônibus e ele, no que se refere ao ônibus, ele conduzindo, ele é autoridade, é como se fosse um piloto de avião, ele é autoridade. O professor não pode falar ‘passa aqui, eu estou em Ouro Preto’, ‘entra aqui’, eu falo: não senhora! A entrada é lá atrás. Daqui nós temos que ir a pé ou vocês planejem alguma outra coisa.”

E muitas vezes as pessoas não entendiam isso. E era preciso “curiosidade” para ir entendendo. “O técnico também tinha que ter a curiosidade e se informar... Nós, por exemplo, a gente trabalhava! Muitas vezes o professor vem e ‘ah mas eu queria ir pro Peru’. De jeito nenhum que vai para o Peru. Já teve gente querendo ir para o Peru. De jeito nenhum, olha esse ônibus. Você acha que esse ônibus chega até o Peru? Você acha que ele tem condição, era um ônibus novo, mas de sair, e fazer um número de motorista, nós não temos motorista, eram motoristas terceirizados, motoristas que tinham que cumprir hora de trabalho determinada, entendeu? Então totalmente assim, fora da realidade. Fora da realidade do que era aceitável.” E também apareciam questões de segurança com as quais João precisou lidar e que o deixavam muito preocupado. “Já barrei ônibus que viajou. Motorista liga fala: ‘olha tá

acontecendo isso aqui, nós estamos no caminho, e aconteceu isso, eu posso prosseguir ou não?’ Com relação à segurança do carro? Eu falo: volta. Volta porque se há um risco de segurança, tem que voltar. Não continua.”

E João tomava conta disso, também. “Então isso era muito desgastante para mim.” Ele filmava o ônibus antes de sair e filmava quando chegava. “Ninguém faz isso. Entendeu? Eu filmava por quê? Porque eu queria saber por que a porta estragou, quem estragou, e era a forma de eu dar um fecho naquilo ali.” E ele também fazia os registros dos carros. Qual motorista saiu, com qual carro, a hora, o dia de ida e de retorno, “tudo isso era registrado”. E João aprendeu a fazer todas essas coisas, fazendo. “Por experiência, entendeu? Você vai sacando. Opa! Esse ônibus tá lá embaixo, se está lá embaixo na garagem eu tenho que estar lá, mostrar que eu existo. Ter uma pessoa cuidando desse ônibus.” E João seguia cuidando do ônibus, verificando a quilometragem, a condição dos pneus, tudo. E isso não era “obrigação” dele, ou tarefa dele. “Isso não está escrito em nada”.

Mas João era assim, muito dinâmico, pensando o tempo todo. “Hoje até sinto falta. Preferia do que estar... Não! Preferia estar aí hoje não, por causa dessa situação caótica do país.” Mas ele diz que se fosse uma carreira em que ele tivesse um salário recompensador “e que fosse ouvido e pudesse ouvir também”, ficaria até os 70 anos “tranquilamente”. E João parece se orgulhar do trabalho feito. “Nós já fizemos viagens, assim, já bolamos viagens, com coordenador tal, tudo de raça! Do coordenador, da coordenadora e minha ou do meu colega que estivesse lá. Porque para fazer funcionar, entendeu?” Ele acredita que as viagens não teriam acontecido se fossem de responsabilidade do Setor de Transporte da UFMG. “E não estaria errado não. Porque as condições são precárias. Entendeu?” E ali o ônibus saía. Saía em boas condições. As pessoas saíam. “Mas tudo com um esforço grande das pessoas, hoje fala muito ‘dos atores’ né, das pessoas que participavam daquilo ali.”

Era a história do supervisor dos encarregados, “que não tinha e tinha que ter”. E João “ficava dando de supervisor”. E ele diz que isso não fazia sentido. “Assim como não faz sentido, também, eu ficar cuidando desses trâmites que não têm verba, ou de onde vai sair, entendeu? Quem é que vai pagar. Quer dizer, o ônibus tá em condições ou não tá... Ônibus nosso nunca saiu sem condições, porque era um ônibus novo, né? Não sei como ele está hoje.” Mas apesar disso tudo, João diz que gostava. Gostava de participar, de ver que conseguiu fazer o serviço. “Achava que era legal quando a turma ia lá e conseguia fazer os trabalhos de campo deles e voltava todo mundo satisfeito. Me sentia realizado. Mas me sentia

péssimo porque entra ano sai ano ganhando a mesma coisa. Nós vamos acabar ganhando salário mínimo”.

E João se zanga com quem diz que ganhamos mais que um salário. Para ele o problema não é a gente ganhar mais do que um salário, mas as pessoas que ganham um salário, ou menos. – “a grande maioria dos brasileiros, um salário... um salário assim inaceitável, ganham uma miséria.” João supõe que os TAEs hoje não ganham nem o que diz a constituição. “O que que diz a constituição? Você tem que ter... dar condição para a pessoa ter o salário mínimo, que é uma família acho que com duas pessoas não sei, com dois filhos, sei lá. E com condições para lazer. Para várias coisas, tá lá na Constituição. Falando isso. Então na verdade o salário da gente é que é muito ruim. E o outro é salário de miserável, a maioria, usa-se muito esse argumento, ‘ah mas você ganha mais do que o salário mínimo’, ah o salário mínimo ... ganhar, você tá é doido. É um pavor, um inferno, e nós estamos nesse inferno”.

Aqui já era noite. Nossa “entrevista” já rolava há bastante tempo e perguntei ao João se ele queria continuar outro dia, mas ele disse que por ele estava tudo bem. “Tá legal. Pra mim tá legal. Eu gosto de conversar.” E então fomos conversar mais um pouco. Pedi que ele falasse um pouco mais das relações, das pessoas, do espaço. E ele me contou do espaço de convivência. Quando ele entrou, já tinha o espaço de convivência, “que era ali perto daquela área ali onde é hoje o DMTE, onde fica o DMTE do lado... caramanchão que fala né, como é que é? Era o espaço, tinha ali o espaço de convivência”.

João contou que esse espaço era utilizado para reuniões e festas de professores e técnicos. Ele disse que os alunos não participavam muito porque acabava a aula e eles iam embora. Na década de 90, foi feito o corredor do CECIMIG, além de uma obra de melhoria do prédio antigo. João brincava que era o “primeiro mundo” e que eles estavam no “terceiro mundo”, porque estavam no prédio antigo. Depois foi construído o prédio novo. Mas sempre teve o espaço de convivência.

E João notava uma diferença. Ele diz que muitos professores se aposentaram na era Collor, “todo mundo aposentou”. E esses professores eram de famílias mais tradicionais. “Eu me lembro, a maioria já morreu, né? Mas a gente percebia que eram de família mais tradicional.” Depois disso o perfil que ele percebia era outro. “Eu comecei já a ver ao contrário, era de pessoas que foram conquistando espaço mesmo, ascendendo. Entendeu? Já não era mais de família de sobrenome, de família ligada às vezes à gente da FIAT, família disso, família daquilo”. João diz que, depois, a convivência era boa! Mas ainda era aquela convivência de “terminou vou embora”. Ainda não tinha a pós-graduação ou o crescimento do

público da graduação, que foi de 2003 em diante. “Depois é... que entra esse espaço mais intenso”.

E ele logo se lembrou de que sempre havia uma tentativa de retirada de espaço dos técnicos. “Vira e mexe se pensava, um ou outro pensava lá, passava na cabeça dele, de tirar o espaço físico da gente, que era a sala que... como é que é que a gente falava? Lá que tem até hoje... espaço FaE... Ali se falava muito no espaço, de usar para aquilo, aquilo outro... Então vira e mexe a gente tinha que lutar para manter aquilo ali, que foi conquistado. Entendeu?” O espaço não era tão visado antes porque os professores terminavam suas aulas e iam para casa. “Depois que eles passaram a ficar o tempo todo ali, né? Eles sempre almejavam usar aquilo ali.”

Esse espaço era a nossa Sala de Convivência. “Mauro Lúcio Raposo. Foi um colega nosso. Recebeu esse nome”, João se lembrou. A Copa, ao lado da sala de convivência, começou a receber, também, os alunos. “O número de alunos estagiários que aumentou, sei lá se é bolsista, eles ficavam lá o dia inteiro. Então muitos almoçavam ali na copa. E eu achava aquilo assim mais do que adequado, porque tinha que ter mesmo. Poxa, você está ralando o dia inteiro ali e não tem um espaço para almoçar? Então era bem vindo ali o aluno almoçando. Eu gostava do pessoal, de ter aquele.. aquela questão de você ter... a gente ganhar um, como que é, aquele negócio que esquentava o almoço?” Microondas. Porque esses trabalhadores passavam o dia inteiro na Faculdade e tinham aqueles espaços como seu lugar na Faculdade. “Agora, sempre tentavam tirar.”

Outra coisa que João denunciou foi a desqualificação das greves dos técnicos. “Eu não acho que é o momento. Eu não acho que é adequado”, diziam os docentes. “Não tinha momento nunca né? Se você ficasse ali ouvindo os interesses deles, você nunca teria um momento adequado”. E João contou que sempre quem “puxou” as greves na Universidade foram os técnicos, professor, no máximo, continuava. João conta ter visto só uma greve de docentes, “quando eles se sentiram, no final de 2000, perdendo direito. Eu não lembro, não tinha controle do que era, aí que realmente houve uma adesão, sabe? Maciça. Aí o discurso foi mudado naquele momento”.

Fizemos mais um intervalo, para trocar de sala e, na volta, João continuou: “Aí eu estava falando da questão da greve, né?” Ele conta que sempre fomos desqualificados na questão da greve. “Sempre as greves eram desqualificadas, eram greves longas, que na educação, assim como acredito na saúde também, não se dá ouvido para isso”. Além disso, era uma batalha para convencer o usuário de que a greve era necessária. “Sempre nos

entendiam mal, achavam que aquilo tinha que ser resolvido pela gente, que o problema era nosso, então muitas vezes você tinha que explicar para o usuário que o problema era um problema de estrutura do Estado, era mais complexo do que a Faculdade. Fugia à Faculdade de Educação, fugia muitas vezes à Universidade, era muito mais complexo”. E havia pressão de todos os lados. “Pressão dos alunos e sempre houve uma pressão muito grande dos professores”.

Foi depois dessa greve, no começo de 2000 ou final de 90, à qual os docentes também aderiram, que João percebeu uma mudança de discurso. “Aí o discurso era, como disse - eu não me lembro da poesia - Fernando Pessoa, mas alguma coisa assim que ‘todo mundo era realmente importante’. Ele não tinha aquele que era desimportante, porque a partir do momento em que o professor passou a participar da greve, a greve ganhou importância”. E essa importância não foi só pela adesão em massa dos professores, mas também porque teve aceitação política, do Governo e da Universidade. “Muda-se completamente o discurso”.

E João lamentou ter visto, muitas vezes, a reação das pessoas diante das greves, “a questão assim de não saber nem o que está acontecendo, porque você está fazendo uma greve”. Ou mesmo a falta de vontade de querer saber e, às vezes, por achar que o funcionário não queria trabalhar. “E eu via que problema pra funcionário desempenhar a função tem personalidade, assim como professor. Tem uns que produzem mais, tem uns que produzem menos, tem uns que são problemas, tem outros que não são. Assim como aluno também. Tem bom aluno, tem mau aluno, tem o que tem dificuldade. Então nós nunca tivemos esse olhar crítico dos professores e dos estudantes de procurarem nos entender”.

João percebia que havia, da parte do estudante, uma tendência maior a entender a greve. “Alguns, tá?”. E alguns professores também, apesar de não haver uma “decisão formal realmente da classe dos professores entenderem o porquê da greve”. Era sempre a mesma história. ‘Não é o momento. Tem outras alternativas’. “Eu gostaria que me apontasse uma alternativa que eu faria de bom grado”. E não tinha outra. João compara a carreira do TAE a de um policial. “O policial, por exemplo, ele para a Alfândega lá e vai ter uma resposta. É funcionário de carreira de estado. Ele para, ele está em condição de fazer uma operação tartaruga, por exemplo. Agora, a gente só tinha um jeito: é parar e tentar convencer o pessoal a nos ouvir, não tem outra alternativa.”

E com isso as greves eram longas. E nelas, João percebia dois outros problemas: primeiro, o servidor que queria “aproveitar, tirar partido da greve, distanciando da Faculdade, sem participar realmente do movimento” e segundo, “aqueles que procuravam agradar o

professor, que é sempre o chefe, né? Ou por ganhos ou por uma orientação ideológica equivocada. Não perceber a importância de você ser um cidadão engajado né?” E ele percebia que nunca havia greve de professor e nem dos terceirizados. “Terceirizados nunca fizeram greve. Se fizer eles mandam embora, quer dizer é aquele salário mínimo ali e acabou, você não tem como lutar”. Então João seguia com seu entendimento e suas tentativas de argumentar com técnicos, docentes, alunos, pessoal da limpeza, todo mundo. “Era sempre... Eu tentando procurar, por conta própria, mostrar para eles como aquilo era importante para a sociedade. Mas é muito difícil. Muito difícil”.

Outra coisa que João se lembrou, e que considerava positiva, era que sempre conseguira conciliar o trabalho com a família. Não porque houvesse uma legislação que garantisse isso, mas porque ele foi “abrindo caminho”. Ele conseguia fazer seu trabalho, não dava motivos para ser cobrado e, assim, conseguia conciliar. Além disso, ele teve uma “sorte, que era uma coisa muito importante”. Na universidade, no começo dos anos 90, foi construída a creche - “e a creche era para os professores e para técnicos, onde hoje é a creche da Prefeitura”. Então a filha de João pôde estudar na creche e isso possibilitava que ele pudesse, na hora do almoço, ir até lá.

E ele também sempre achou muito importante a possibilidade de flexibilização. Porque ele conseguia conciliar seu horário, “que não era exatamente um horário de 8 as 5 - e antigamente não tinha celular, e atender a demanda da minha família”. Mas João ressalta que isso foi uma construção que ele fez. “Não havia uma abertura para você poder fazer aquilo ali, você vai construindo através de você cumprir, argumentar e a pessoa vai chegar e falar ‘o Fulano não está aqui, mas está tudo pronto aqui, já deixou pronto, já avisou o colega que tem que fazer assim, assim’”. João disse que teve muita sorte porque havia muita cumplicidade entre os técnicos dos setores em que trabalhou - na Seção de Ensino, na Pós-Graduação e nos Serviços Gerais.

E João percebia que, em contrapartida, alguns colegas não cumpriam com seu trabalho e isso o incomodava muito. Porque, para ele, é preciso lutar e construir, mas também dar um atendimento de qualidade ao público, que no caso eram os alunos. Ele próprio nunca teve problema em relação a conciliar tudo isso. Sempre construiu seu espaço, sempre conseguiu fazer greves, sempre conseguiu atender sua família e atender a Faculdade, que ele achava muito importante. “Agora, me desagradava, sempre me desagradou, profundamente, era o salário né? A falta de perspectiva, que continua tendo”.

Estávamos chegando ao fim da nossa conversa e falávamos sobre a atual estrutura da FaE. Para João, a estrutura administrativa já fora pior. “Eu tô falando por mim e por meus colegas também, acho que já foi pior”. Isso no sentido de “você alcançar algumas coisas para você se sobressair mais, se credenciar mais para outros empregos”. No que diz respeito à falta de treinamento, João é categórico em dizer que continua a mesma coisa: “Ruim”. Mas houve um momento, que ele considera bom, em que se tentou fazer alguma coisa em relação a isso. “Nós tínhamos, por exemplo... Extintor? A gente tinha curso. Começamos a ter curso de como lidar com o extintor, um porteiro lidar com extintor de incêndio, entendeu?” Mas não foi para frente. “A partir de 2014 se perdeu tudo”.

Os cursos oferecidos pela Faculdade, em sua visão, “não iam ao encontro da gente, pelo contrário, eram de encontro à gente”. Não eram satisfatórios. Ele se lembrou da chegada dos computadores. “Eles simplesmente chegaram né?” E ninguém teve treinamento para aprender a trabalhar com o computador. “Então o sujeito que tinha uma memória melhor, para lembrar da teclinha ali, de como entrar, das letrinhas etc., ele ia se destacando. Mas ninguém chegou para explicar para a gente, como que existia aquilo ali”. E era bem rudimentar comparando ao que se tem hoje, mas não havia nenhum treinamento, nenhum esforço por parte da Faculdade “para que se pudesse imediatamente ficar em condições de ter realmente aprendido”.

Isso em relação aos técnicos, porque em relação ao atendimento de estudantes, ao ensino e à pesquisa, João tem outra visão. “Olha eu acho... falando dos de fora, ou seja dos que entram aí, não sendo técnico administrativo, eu acho interessante. Acho que nós evoluímos, a gente saiu da graduação... só da graduação, foi atingindo o mestrado, o doutorado, isso foi abrindo muito, ampliando muito as condições das pessoas de se educarem realmente né? Você não ficava sabendo só que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, você passou a descobrir que tem outras coisas mais interessantes para você saber”. Mas ele lamenta que os técnicos não fossem inseridos nisso. “Extensão era sem chance você tentar...”

João se lembrou de um curso oferecido, há muito tempo, pela Faculdade de Ciências Econômicas (FACE). Era um curso de especialização e foi a única vez que a Diretoria teve interesse em incluir os técnicos. “Eram pouquíssimas vagas. Tentaram e foram inseridas algumas pessoas no curso de especialização”. Mas João só se lembra desse “esforço único” da Faculdade. “Era especialização, o que já era o máximo né? Você fazer um curso de especialização na FACE já era uma evolução muito grande. Mas só esse esforço”. A UFMG é reconhecida mundialmente. Tem pesquisadores criando, patenteando... João contou que já

teve propostas de pessoas conhecidas, professores, para participar de projetos, mas era sempre para um trabalho bem invisível, de um ajudante. E embora você tivesse conhecimento, você não era convidado a participar para mostrar o seu conhecimento. “Então acho que o técnico é sempre esquecido, continua a ser esquecido. Ele não é ouvido”.

No entanto, João enxerga, hoje, que estamos no caminho. O caminho que eles construíram, de conscientização dos professores, “mostrando que a gente era tão importante quanto os alunos”. E também devido a chegada de pessoal mais qualificado. “Hoje você entra já... Eu lembro que eu tinha colegas que, a gente começou antes de você entrar, que a gente... e-mail, por exemplo, a gente debatia, mas você não se pronunciava no e-mail. Você não falava no e-mail para poder contra argumentar com professor, entendeu? E a gente passou a ter isso. Era aquela coisa assim... de responder imediatamente. Tinha sempre um porta-voz, que não havia antes. A gente não tinha consciência disso, então acho que a gente mudou muito, evoluiu muito nisso aí”.

E para João, o Técnico Administrativo em Educação tem um papel importante na construção dessa Faculdade que vemos hoje. “O papel é importantíssimo. Você sai, mas tem que ter um outro para poder estar ali, se qualificando”. Aprendendo o serviço porque sem esse serviço a Faculdade não funciona. E ele acredita que algumas funções poderiam ser desempenhadas por um TAE, também. “Você ser diretor de uma Faculdade... Porque que você não pode ser se você tem um mestrado, tem um doutorado, ou tem uma condição de gerenciar um prédio, por exemplo? Eu posso cuidar da parte de gerência, se eu fosse qualificado pra aquilo ali, e o outro cuidar da parte acadêmica”.

Porque, afinal, esse foi o papel de João por muito tempo. Ele administrava um prédio. “Então muitas vezes funcionou comigo por causa da minha personalidade. Se fosse com outro não funcionava”. Já houve situações, por exemplo, de ligarem para ele porque havia problemas em uma festa organizada pelos estudantes. ‘Como é que faz?’, eles perguntavam. “Quer dizer, como é que faz? Você se vira aí, ué! Você sabe tudo, você vai saber como é que faz. Quem que você vai procurar, como é que você tem que se comportar, até onde você pode ir até onde não pode... Isso eu sabia. Eu sabia o que era legal, o que não era. Onde eu podia avançar, onde eu não tinha condições de avançar... Quais as consequências de determinados atos... Então era fundamental, né? Você estar atento para isso. Então é imprescindível. Tem que ter o técnico. Não funciona”.

E para João, você até pode fazer vários serviços em casa, com a estrutura adequada, mas em determinados momentos a presença física é necessária. A não ser que tenha outra

pessoa para fazer em seu lugar, sob sua gerência. Os problemas de festas, por exemplo. Mas ele ressalta que não deixava que eles acontecessem. “Tô falando de mim, mas muitos dos nossos colegas também, que a gente tinha previsto antes, já combinava isso antes com a diretoria e vice-versa”. E a Diretoria... “eles também estavam aprendendo. Então, assim, como eles têm o papel importante deles, a gente tinha também. Tem o papel”.

E João zombou um pouquinho... “Se vira aí. Resolve. São dez horas, a pessoa liga pra mim: ‘que que eu faço com isso aqui?’ uai, que que você faz? Procura. Imagina. Segurança... Vai pensando, para onde é que você liga... quem é o chefe de segurança... Pode a polícia entrar aqui ou não pode... Como é o entendimento disso em lei ou como é o entendimento disso de combinado, de tradição...”

É que nós temos uma tradição. Ou tínhamos. Tinha a condição de que a polícia não entrava lá na universidade. “Isso é oriundo da ditadura. Isso vem da ditadura, porque a ditadura tinha sempre aquela intenção de entrar, de bater, de arrebentar, né? Então criou isso. Isso tem um princípio bem atrás, há décadas”. E ainda que a polícia possa entrar e fazer seu trabalho, “existem outros caminhos, que você passa antes”. E que eram apreendidos pelos técnicos. “Então acho que é fundamental, você não faz nada se não tiver o técnico. Assim como não faz nada sem o professor e sem o aluno. Que também é um importante. Se você não tiver aluno ali, danou-se”.

E João defende que a Faculdade tem que ser pública mesmo! E com mais acesso para as pessoas “mais sem condições”. Para ele, isso é o mais importante. “E sem condições muitas vezes não só financeiramente, mas sem condições de preparo intelectual. Intelectual não, de ensinamento”. João citou seu próprio exemplo, que entrou para a Faculdade e foi logo encarando matérias com as quais nunca havia tido contato. “Ora! Você nunca viu isso na sua vida. Você nunca viu. Quem era do Pitágoras, por exemplo, tinha visto. Quem é de escola pública nunca tinha visto”. Ele deu esse exemplo porque se reconheceu nele. “Entrei por esse caminho porque me lembrei que tem um paralelo, porque senti muita dificuldade com isso, sabe? O aluno entrar despreparado”.

E nós terminamos. Essa parte pelo menos. Perguntei se João queria falar mais alguma coisa e ele finalizou: “Eu acho o seguinte, é o acesso à educação que você tem que ter para todos. Sem ter que pagar. De qualidade, tá? Acho que aí começa a cadeia... o aluno é muito importante, todos os funcionários são importantes. O porteiro, o pessoal da limpeza, cada um. A pessoa que vai lá mexer com a reciclagem. Cada coisa que fica muitas vezes no papel. O professor e o técnico. Então todo mundo é que fecha essa condição para que a Faculdade

realmente funcione. Agora acho que parte principal é isso, é o ensino de qualidade e sem pagar. A não ser que você tenha condição de pagar você pode optar. Vou pagar porque, se tem condição de pagar, você vai estudar como vai ser feito isso aí. Entendeu?”

E é isso. Para João “todos os atores têm que estar inseridos nessa engrenagem para que funcione realmente”.

Terminamos.

Desligo o gravador.

Continuamos. Agora e pela vida.

4.1.6 História do aposentado Samuel

“Se quiser me chamar eu volto.”

O local escolhido por Samuel, para nosso encontro, foi a ASSUFEMG. Como mantém vínculo com a Associação, ele conseguiu reservar uma sala para que pudéssemos conversar com privacidade.

Samuel entrou para a Faculdade de Educação em março de 1990. Na época, ele trabalhava em uma empresa de Construções e Engenharia Civil e passou no concurso para técnico administrativo da UFMG. Conseguiu um acerto trabalhista na empresa e saiu para iniciar uma nova carreira como servidor público.

Samuel contou que guarda uma boa lembrança do dia em que tomou posse, lá no Departamento de Pessoal (DP) da UFMG. Da janela do prédio, mostraram para ele onde era a Faculdade de Educação, unidade em que ele seria lotado - “e eu lembro que eu desci, eu desci numa expectativa muito grande, desci pelo... tinha um atalho do DP até na música, não tinha ainda a Faculdade de Música, e eu fui subindo o morro e foi muito emocionante essa chegada lá, com essa expectativa, porque até então... trabalhei sempre em empresa privada, trabalhei seis anos na Minas Diesel, trabalhava mexendo com caminhões, trabalhava na área de contabilidade, e 14 anos em uma empresa de engenharia. (...) Então nessa expectativa de emprego público, né? Então foi esse momento muito marcante, que marcou muito a minha vida foi essa chegada lá na Faculdade de Educação.”

E ele foi. Na época, não tinha o prédio novo, “o prédio que agora não é mais novo né? Que agora tem mais um prédio novo”, só tinha o prédio antigo. E tinha uma recepcionista na entrada, “um balcão, uma recepcionista, uma senhora, até esqueci o nome dela”. Ela indicou o

caminho para a Direção, onde Samuel precisava se apresentar. Na Direção trabalhava uma secretária, de quem Samuel se lembrava bem, e que foi quem o apresentou à Diretora.

Ainda não havia definição sobre o setor em que Samuel trabalharia e, portanto, a Diretora o apresentou ao Inácio, chefe dos Serviços Gerais, para que o instrísse até que fosse definido seu futuro. “Ô Inácio, fica com o Samuel aí, até definir pra onde ele vai”, disse a Diretora. Essa definição demorou uma semana, período em que Samuel acompanhou Inácio no setor de Serviços Gerais, ajudando nas atividades do setor. Samuel disse que, naquela época, a FaE era muito festeira e que ele teve uma ótima recepção. “A FaE é muito festeira até hoje, mas tinha muitas festividades. Então tinha os eventos, tinha sempre uma... teve uma festa no DMTE, aí eu ajudei a organizar, a arrumar, nós fizemos ali no... naquela área central ali do auditório Pompeu, né? Então foi um momento de chegada, assim, muito bom, muita festa e tal, uma receptividade muito boa que eu tive ali na Faculdade nesse momento”.

Passados os dias de espera, Samuel foi alocado na Pós-Graduação, setor que ele chamava de “mestrado”. Ele me contou quem era a professora coordenadora da época e, também, que havia duas técnicas, sendo uma delas a chefe da Seção de Ensino do Mestrado. Logo depois que ele entrou, também chegou um rapaz para trabalhar com eles - que talvez seja da Cruz Vermelha, ele não tem certeza.

Nessa hora fomos interrompidos por um grupo que faria uma reunião da Associação e mudamos de sala. Samuel continuou contando de sua chegada ao mestrado e disse que esse momento também o marcou bastante. A chefe da seção de ensino saiu, “não sei se ela aposentou ou que aconteceu”, e a outra trabalhadora, sobre quem Samuel falava com carinho, assumiu a secretaria.

Ele me contou que, no lugar do prédio principal da Faculdade, havia duas quadras de futebol de salão. Também tinha o campo de futebol, que está lá até hoje. Samuel sempre gostou de jogar bola e contou que tinha uma turma boa de professores, técnicos, terceirizados e bolsistas, que se reuniam para jogar. “E uma das coisas que ficava esperando era chegar o dia da pelada”. A pelada começava às 17 horas. Samuel pedia à colega, que também era sua chefe, que o deixasse sair 15 minutos mais cedo para se preparar. “Então era gostoso demais ali”.

Depois de um tempo, surgiu uma oportunidade para que Samuel fosse trabalhar na Seção de Pessoal. Ele tem formação como técnico em contabilidade e trabalhou em escritório muitos anos, então tinha um perfil favorável para a vaga. Além disso, o cargo receberia uma

função gratificada e isso atraiu Samuel, que, já na época, tinha três filhos. “Qualquer dinheirinho era... corria atrás”.

Na Seção de Pessoal, Samuel trabalhou por muito tempo, até que uma nova legislação da UFMG retirou a função gratificada do Setor. “Com essa retirada da FG... não era muita coisa não, mas era... dava pra comprar, fazer uma feira, essa gratificação. E aí então eu fui para o... surgiu a oportunidade de trabalhar no colegiado, e eu fui para o Colegiado de Pedagogia”.

Samuel trabalhou no Colegiado por treze anos e se lembrou com mágoas de um período específico, em que ficou, por seis meses, sozinho no setor. “Seis meses na coordenação, porque a professora **nome oculto**, que era coordenadora, aposentou e nós ficamos sem... sem uma coordenação, sem uma indicação. Então fiquei seis meses no trabalho só e... O professor **nome oculto** que era o diretor na época. E, nesses seis meses, eu fazia todo o trabalho. De secretaria, de coordenação, de... todo o trabalho de recepção, de analisar currículo, fazer... aquela época o novo título, transferência, tudo passava pelo colegiado e eu fiz todo esse trabalho de liberar ou não liberar disciplina, então, trabalho de coordenação...”

Seis meses depois, uma nova Coordenadora assumiu o Colegiado e o que marcou Samuel foi não ter recebido “nem um obrigado”. “Isso me marcou... ‘Ou, obrigado aí pelo tempo’, porque... Eles tinham que ter me pagado, né? Pelo amor de Deus. Mas tudo bem...” Samuel contou que recebia uma função como secretário do colegiado, mas a função gratificada de coordenação, que abarcava as funções que ele desenvolvia, nunca recebeu. “Até ontem, né? Pode ser que amanhã eles falem assim: ‘ou, tô lembrando aqui, e tal... cê fez um trabalho muito bom’ (risos)”.

E depois desses seis meses, Samuel ainda passou por muitas coordenações, que ele foi nomeando. A que mais o marcou foi a da Professora Nilma Lino Gomes. “Tempo muito bom com a professora Nilma”. E algum tempo depois, na coordenação seguinte, Samuel foi convidado para assumir a Secretaria da Faculdade e aceitou o convite. Samuel trabalhou na secretaria geral da Faculdade por duas gestões, oito anos, até que entrou a terceira e as coisas mudaram um pouco.

Samuel contou que nesta terceira gestão, foi implantado, na FaE, o cargo de superintendência. “Uma coisa que também não ficou muito legal pra mim, porque no tempo da Secretaria Geral já tinha superintendência e a FaE não optou pela superintendência. Então eu fiquei na secretaria geral, na verdade, fazendo todos os trabalhos da superintendência. Depois é que eu vi, descobri, que esse trabalho todo que eu fazia era superintendência. Mas

não criaram e nem pensaram em me dar a FG da superintendência. Eu só vim a ter esse reconhecimento com a diretora **nome oculto**, que então instituiu a superintendência, que tem esse papel importante – eu acho que tem”.

Para Samuel, o papel de um ou uma superintendente é muito importante para a Faculdade porque ele tem um “cunho de filtrar”. Ele me explicou que o cargo é “como se fosse um controlador financeiro” - inclusive ele tinha um curso de controladoria e finanças -, que está, no organograma, entre a direção e os demais setores administrativos, “Então ele consegue ter uma leitura de tudo que está acontecendo nas coisas das finanças, para poder então ver se tá bem o andamento da empresa”.

No contexto da Faculdade de Educação, o superintendente era a figura que resolvia problemas institucionais que não dependiam, obrigatoriamente, da decisão da Direção. Problemas de toda ordem: estudantil, administrativo, de infraestrutura... “Igual teve uma vez, um enxame de abelha que aconteceu na FaE, que foi uma coisa mais horrível. Um menino, um aluno, foi atacado. Então eu era o superintendente e tive que atuar. Chamando corpo de bombeiros e tá na frente acompanhando. Acompanhando a família desse aluno que foi todo picado... Então eu penso que o superintendente tem um papel muito importante. Muito importante. De ser o interlocutor”.

Samuel também explicou que várias vezes os TAEs iam até ele, reivindicando alguma coisa, e ele fazia a ponte com a Direção, “intercedendo”. No entanto, quando mudou a gestão, os novos Diretores entenderam que não havia necessidade da figura da superintendência e extinguiram o cargo da Faculdade. “Eu fiquei na superintendência mais um ano, mas eles entenderam que não era necessário esse papel do superintendente e aí extinguiram então esse papel”.

Depois de o cargo ser extinto, Samuel foi transferido para a Seção de Ensino. A Direção decidiu pela fusão da Seção com o Colegiado de Pedagogia e Licenciaturas e ele foi designado como chefe da Seção de Ensino, mediante recebimento da FG correspondente à superintendência. E, nesse setor, Samuel ficou até sua aposentadoria. “Na verdade eu não queria aposentar. Não era minha intenção aposentar em 2017. A minha intenção era aposentar um pouco mais tarde... porque ainda tava trabalhando, o FG era bom, o FG5, sempre contei, né, com o dinheiro a mais. Tinha a questão do vale alimentação, questão de férias, então ia perder tudo isso, né?”

E, além disso, Samuel contou que tinham rumores, “por causa da onda que tava acontecendo no Brasil”, de reformas que prejudicariam as aposentadorias. Por isso, mesmo

com “muita gente correndo atrás - teve até reuniões do SINDIFES na reitoria”, e mesmo sem querer, ele resolveu pedir a sua aposentadoria. “Eu já tinha tempo, né, para aposentar. Na verdade eu tinha muito mais tempo. E aí eu pedi e aposentei em julho de 2017”.

E Samuel destacou uma lembrança que costuma usar para falar da importância desse tempo em sua vida. Era a memória de uma colação de grau especial – “a gente fazia colação especial e as colações são... as ordinárias têm um tempo marcado, a diretoria marca, é todo mundo junto e tal, mas tem algumas especificidades que quando um aluno passa num concurso, ele precisa antecipar a colação dele”. Essas colações antecipadas eram, e continuam sendo, realizadas na sala da Diretoria ou na Sala da Congregação, a depender do número de formandos. Muitas vezes, eram realizadas para apenas um estudante e Samuel conta que “fazia a colação, fazia o papel, tudo bonitinho, tudo... O ritual todo, mesmo sendo rápido, mas fazia questão de ter esse ritual, porque era o momento do aluno”. Ele convidava até a família do aluno para participar.

Numa dessas colações – “devia ter uns quatro ou cinco alunos e quando era um número reduzido eu dava a oportunidade dos alunos darem uma palavra, né, uma homenagem, ou cantar, falar alguma coisa” –, uma aluna pediu a palavra, “essa aluna foi no tempo da professora Daisy”, e falou assim: “eu entrei lisa e saí crespá”. Samuel disse que iria parafrasear a fala dela, para falar de suas boas mudanças. “Ela entrou lisa e saiu crespá. Eu entrei na FaE magro, saí gordo. Eu entrei na FaE novo, com 33 anos, e saí velho, com 60, já idoso, né? Eu entrei na FaE com 4 filhos, e saí com mais 5 netos. Então a FaE tem uma história importantíssima na minha vida. Eu consegui, na FaE, concluir o Curso de Pedagogia, eu consegui fazer o Curso de Pedagogia na FaE. Eu fiz uma pós-graduação na época, em controladoria e finanças, pela FACE, que foi uma oportunidade que a ASSUFEMG indicou, (...) e fiz uma pós, também, em gestão escolar, que é o curso que eu tive essa chance de fazer uma pós e eu fiz. Então a FaE me deu muitas coisas boas a FaE”.

Claro que também tiveram situações difíceis. Quando eu expliquei os riscos da pesquisa a Samuel - *Dentre os riscos, considerados mínimos, identificam-se possíveis desconfortos ao responder à entrevista, por trazer à tona alguma lembrança incômoda, bem como possíveis constrangimentos ao expor seus sentimentos, percepções e vivências pessoais* -, ele disse que não teria nenhuma memória ruim sobre esse tempo de trabalho. Entretanto, no trabalho de reconstrução do passado que Samuel fez, evocando suas lembranças, algumas vieram à tona. Ele me contou que algumas pessoas não gostavam dele, “como sempre na vida

é assim mesmo, né?”, e que teve gente, na FaE, que quis prejudicá-lo. “De vez em quando eu lembro, me fez chorar”.

Samuel se lembrou de duas situações específicas em que se sentiu muito injustiçado. Ele disse que não queria falar sobre elas, mas acabou mudando de ideia. Em uma delas, Samuel foi acusado de cometer nepotismo, por um colega, que o denunciou à Diretora. Ele contou que a Diretora o ofendeu com gritos e palavrões sem sequer ouvi-lo. Além de dizer que pensaria se ele continuaria no cargo ou não. Ele disse que seu arrependimento foi não ter tido coragem e condições de abrir mão do cargo, por conta própria. “Mas só que eu precisava do tantinho, que nem era uma FG5, né? Nem era. Mas eu falei: não, vou... Gente eu chorei viu? Injustiça. Que cara sacana, heim?!”

Ele contou que, passado algum tempo, houve um evento chique, “acho que foi a posse do reitor, não sei, não lembro muito bem”, para o qual ele havia sido convidado. Samuel narrou que, em um determinado momento, esta diretora foi abraçá-lo, pedindo desculpas, assumindo que havia errado com ele e tentando consertar o que fizera. Ele disse que depois conversaram e as coisas se resolveram.

A segunda situação não entrará na história, a pedido de Samuel.

Apesar de suas tristezas e mágoas, que, para Samuel, fazem parte da vida, ele disse ter boas recordações desse tempo de trabalho. Ele acha que poderia ser melhor, claro, mas disse que, do trabalho, não tem nada a reclamar. Ele enfatizou que nunca fora explorado e que sempre deu seu melhor para realizar o trabalho.

Um exemplo disso, para ele, foram as refeições de grau, que ele sempre fez questão de organizar, de ser o mestre de cerimônia, ainda que não fosse sua obrigação, ou uma atividade de seu cargo. Nem dele nem do secretário geral, ele contou. Nas formaturas, os estudantes organizam comissões e pagam a uma empresa para fazer essa organização. A refeição de grau de responsabilidade da Faculdade não pressupõe as festividades que a maioria das turmas almeja e que Samuel se dispunha a realizar. “Mas eu fiz todas, sempre fiz questão de fazer, sempre gostei de fazer”.

E essa seria a história contada por Samuel, mas ele perguntou se eu gostaria que ele enfatizasse alguma coisa – “então é isso, agora tem mais alguma coisa aí que você quer que eu enfatize?” A maioria das e dos entrevistados fez essa pergunta em algum momento. Ou alguma parecida. Talvez por insegurança, por nunca ter participado de uma entrevista assim, talvez por querer me ajudar, falando alguma coisa mais específica que pudesse ser mais

importante para a pesquisa. E foi importante que a gente pudesse ter essa confiança e esse “mecanismo” para continuar buscando as lembranças de cada um.

Pedi a ele que falasse um pouco desse paradoxo que é não ser explorado e fazer tantas coisas que estavam além de sua função e de seu salário. Samuel havia contado sobre o trabalho de seis meses como coordenador do Colegiado, sem pagamento adequado para a função e, também, que realizava formaturas que deveriam ser pagas e realizadas por empresas especializadas. Mas para ele a resposta foi simples: ele sabia fazer. Ele dominava muito bem o trabalho, então fazia...

E ele disse que nunca havia pensado nisso. Nessa relação entre o que era prescrito para que ele fizesse e o que, de fato, ele fazia. “Eu pensava... atribuição que me era dada... e fazia. Nunca pensei se tava além ou se tava aquém. Nunca pensei nesse detalhe não. Mas acho que... Eu acho que o papel é esse mesmo... Você é um assistente, um técnico educacional. Então... eu acho que... tá dentro. Talvez... Não sei te responder isso não... Eu acho que tá dentro”.

Samuel contou, para exemplificar, que quando entrou “no mestrado”, trabalhava com máquina datilográfica e logo depois, chegou a máquina elétrica - “eu fiquei encantado com a máquina elétrica, eu trabalhava só com aquela máquina de tecla né? (barulhos de tecla) E aí pintou... Tinha uma máquina na época, eu fiquei encantado com a máquina. E a máquina ela tinha memória. Você (barulho de teclas), depois ela (som)... Fiquei encantado com o negócio”. Depois “chegou” o computador. E Samuel foi logo buscar cursos para se aperfeiçoar na utilização da nova tecnologia - “...fiz um curso de... na época era do Word. WS2, depois 3, depois o 4, que eram as versões.”

E ele pagou os cursos com seu próprio dinheiro, porque queria “entender daquilo”. E até ensinou outros colegas. Samuel disse que nunca foi recompensado por isso, mas que tudo bem, já que ele fez porque quis. Ele queria “melhorar e fazer”. E ele disse, também, que, depois, foi reconhecido. Que tinha pessoas, lá no mestrado, que gostavam dele e que a coordenadora da época deixou que ele sáísse porque tinha chances de melhoria no trabalho em outro setor. “Eu falei com ela que eu ia melhorar, por isso que ela deixou eu sair”.

Essa foi a época em que ele foi para o Setor de Pessoal e tinha aquela FG que depois foi retirada. Ele trabalhou bastante tempo no Setor de Pessoal e, em seu entendimento, também só saiu de lá porque tinha oportunidade de melhorar em outro setor - “porque acabou com a FG e eu fui para o colegiado”. O Colegiado tinha uma promessa de menos trabalho... “passei por tantas coisas naquele colegiado”. E tinha um detalhe, Samuel contou, que eram as substituições de chefia. Quando um secretário saía de férias, ele precisava ser substituído e

seu substituto recebia a função gratificada daquele tempo de trabalho. “E aí é o seguinte, eu ficava de olho em quem é que ia sair de férias para poder pegar os dois”. Ele já assumiu a função de secretaria dos três departamentos. E ficava trabalhando nesses setores e em seu próprio, “dava um jeito de correr atrás e então...”

Ainda assim, Samuel não acha que foi explorado. “Poderia pagar melhor, né? Mas...” E falando em pagar melhor, Samuel se lembrou de uma história que quis destacar: “Porque a FaE, ela... não digo que me explorou não, e nem que explora os técnicos não. Pelo menos eu penso assim. Teve uma época difícil da minha vida, que a minha filha tinha 3 anos, ela abriu a geladeira e falou assim: ‘mas não tem uma fruta nessa casa?’ Não tem uma fruta. E aí eu vi aquilo e isso me doeu demais. Eu peguei e pensei comigo assim: isso é problema meu, né? Eu que tenho que dar conta. Então orei a Deus e pedi a Deus para me dar outro trabalho. Eu trabalhava de horário normal, de 8 às 5, né? E aí surgiu uma oportunidade de eu trabalhar de cobrador noturno. (...) Então eu conversei na direção e com a minha coordenação, que na época era o colegiado, e eles me liberaram para trabalhar de 2 às 10, no colegiado na FaE. E eu trabalhava de meia noite às 6 da manhã nessa empresa. Então foi um momento, assim, que a FaE me liberou e eu trabalhei um ano, dois meses e quinze dias nessa empresa. E nesse período, Deus abençoou que eu coloquei minhas coisas em mão, paguei as conta, e com esse tempo que eu trabalhei nessa empresa, eu pude controlar minha situação. Então, e a FaE me liberou nesse sentido. Então a FaE nunca prendeu da gente querer estudar ou de fazer cursos, sempre empreendeu essa possibilidade, então não tem nada que eu possa dizer que eu fui explorado não. E nem que os outros também foram explorados”.

Samuel disse que se aborrecia com os colegas que reclamavam do trabalho, “que ficava assim: ‘ah eu já dei minha contribuição’”. Para ele, “enquanto você tiver trabalhando você tem que trabalhar”. Se não quer mais trabalhar, tem que pedir demissão. Ele diz que isso é porque ele foi mal “socializado”. Porque trabalhou vinte anos em empresa privada, em época de ditadura, onde era muita luta, e onde o pessoal “era todo ferrenho”. Quando ele chegou ao emprego público, na Faculdade de Educação, achou maravilhoso. “Um trem de louco”.

Outra situação que o deixava “indignado” era a de pessoas que inventavam desculpas para não trabalhar ou que eram beneficiadas com menor carga de trabalho. “Eu fiquei indignado. Eu ficava, né? Pessoa querendo... Horário de serviço era de 8 às 5. Mas você arruma um curso e você vai trabalhar... quer estudar de manhã, ‘ah tô estudando, não posso

trabalhar'. Então... eu estudei... eu trabalhava de manhã, de dia e estudava à noite. A minha vida toda. Não tem que... Uai!"

Samuel até contou o caso de uma servidora TAE da FaE que se irritou com ele. "Nós fizemos um evento importante, foi até eu e o... como é que chama aquele menino do mestrado? Do mestrado não... da tecnologia, lá. Nós fizemos um evento, na época da **nome oculto**. Um evento sobre o trabalho técnico-administrativo. Foi muito legal. Eu e ele comandamos a mesa, lá. E aí foi muito bom. Acho que foram dois dias, eu acho. E tinha uma funcionária lá da FaE que ela ocupou uma vaga, uma vaga! E ela foi exclusiva da Professora **nome oculto**, para trabalhar num projeto X. Eu coloquei aquilo... ela não fazia nada... ela só trabalhava para a Professora, ocupando uma vaga... Eu ficava p***! Uma vaga de Técnico Administrativo porque a Professora pegou essa vaga pra ela trabalhar com ela no projeto X. E eu coloquei isso lá nesse dia. Falei: é um absurdo isso... Falei o nome da menina na época, não lembro agora. Ela tava se preparando para mestrado e pegou uma vaga de técnico administrativo – nós estávamos precisando de gente para trabalhar – pra ficar dedicada exclusivamente à Professora no projeto. Ô gente! É um absurdo!"

Depois, a TAE e a professora foram à sala dele para tirar satisfações. "Peguei e falei pra ela: pô, você tá tomando uma vaga". A Professora argumentou que ela estava fazendo mestrado, mas Samuel respondeu que não se importava. "Quer fazer mestrado... Ela tá com uma vaga de técnico administrativo pra trabalhar como técnico administrativo. Se ela é melhor, se ela é mais estudiosa, uai... Entendeu a jogada? Então eu penso que... gente... é difícil. Bem difícil... Vai trabalhar em empresa privada, ficar vinte anos trabalhando em empresa privada, com engenheiro falando com você: 'cê tem que me chamar de doutor. Eu sou doutor'. Vai trabalhar pra você ver o quê que é, entendeu? E você cumprir horário marcando ponto. Hoje cê marca ponto aí, cê sabe como é os pontos, né? Então..."

Para Samuel, na Faculdade não tinha essa relação de poder tão visível, mas ele se lembrou de algumas situações, vividas por ele, em que se sentiu discriminado por ser técnico. Foram três situações, ele contou. E se sentiu acanhado por pensar que os docentes se reconheceriam facilmente nas situações, portanto, não citou nomes. Em uma das vezes, Samuel estava organizando uma banca de promoção docente - "e aí eu fiz todo o trabalho né, porque você tem que fazer o preparativo todo, acompanhar tudo e tal, a banca... aí vem as pessoas de fora, e tal" - e um professor da FaE perguntou se ele estava de carro e se podia levar os demais membros para almoçar no restaurante da praça de serviços, "na parte de cima que é um restaurante mais chique", convidando-o para se juntar a eles, enquanto secretário

geral - “Cê almoça com a gente, vai ser um prazer e tal, cê é o secretário geral, tal...” Samuel aceitou o convite e se preparou, mas, na portaria, um segundo docente falou ao primeiro que iria de carro e que poderia dar carona aos demais. “Aí ele falou assim: ‘precisa mais não, tá? Precisamos de você mais não, pode ficar aí’. Gente, mas aquilo me doeu tanto...”

Não descreveremos as demais situações, como solicitado por Samuel, mas, em todas elas, ele sentiu essa discriminação pelo fato de não ser um docente. E ele não concordava com essa distinção, por enxergar a todos e todas como colegas de trabalho.

Samuel também relatou que de vez em quando sonha com a FaE e que não quer ir à Faculdade mais. “Eu queria saber por que que eu não quero ir na FaE...” Ele disse não saber o motivo. Mas queria saber, vive se perguntando. Depois que saiu, Samuel só voltou duas vezes: uma para um evento em homenagem aos aposentados e outra para entregar uma coisa a uma colega, e, dessa vez, nem entrou, entregou pela janela.

Ele contou que viveu uma situação muito ruim com um colega TAE que ele considerava muito. “Talvez seja por isso”. Porque ele tinha esse companheiro de trabalho como um “colegão” - “A gente jogava bola juntos, churrasco juntos, participou de eventos juntos, conheci a mulher dele...” Certo dia, esse colega discutiu com Samuel por seu posicionamento político. Samuel disse que foi “socializado pela direita” e que, depois que entrou na UFMG, é que foi conhecer a oposição. Mas ele não conseguia fazer oposição. “Apesar de ter votado no Lula e na Dilma, eu não consegui ser oposição. Eu acho que eu fui mal socializado, talvez, nessa área, e eu não consegui ser oposição. Eu acho que tem que ter uma oposição, só que eu acho que a oposição que a gente tem é uma oposição injusta. Não é oposição para ajudar, é oposição para destruir. Então eu não conseguia ser oposição. Eu acho que o governo hoje não tá bom. Tem coisas erradas aí e tal, bom, isso é outra coisa para discutir...”

O que aconteceu foi que, em um grupo de *whatsapp*, Samuel enviou alguma matéria de cunho político que desagradou o colega. “Aí, menina, ele me escrachou de tal maneira, no grupo lá, que eu fiquei... Gente! Não posso acreditar”. Ele ficou muito chateado com a atitude do colega e, também, porque ninguém que estava no grupo o defendeu ou conversou com ele. E para Samuel, ele pode ser o que quiser. Ou não ser, como nesse caso. “Então, talvez seja por isso, não sei. Mas não quero ir na FaE, a não ser para trabalhar. Se você quiser me convidar para trabalhar lá com você eu vou”.

Samuel disse que ainda tem muita energia para trabalhar. Depois que aposentou, ainda ficou trabalhando na Faculdade por quase dois anos. A Diretora à época o convidou para

ajudar em um setor que estava precisando. “Mas aí acabou o dinheiro né? Acabou o dinheiro e aí sem dinheiro não tem jeito, né?” Ele até tentou conversar com a Direção seguinte, para tentar registrá-lo via Fundação de Fomento, mas não foi possível. E depois não tinha mais bolsa e depois, ainda, veio a pandemia. “Mas eu tô... se quiser me chamar eu volto”.

Mas só se for para trabalhar. Para passear ou para participar de eventos, Samuel repetiu que não quer voltar. Ele até ajudou na organização de alguns eventos, dando dicas a colegas, mas foi por telefone.

O evento em homenagem aos servidores aposentados foi a última vez que Samuel foi à Faculdade. “Foi lá no auditório Pompeu. Faz pouco tempo”. Samuel contou que o evento foi legal. Teve discurso de professores e uma técnica até falou, também. “Eu até senti vontade de falar, mas... Se tivesse mais uma chamada eu ia falar. Agradecer e tal. Mas aí não teve mais chamada e eu resolvi ficar quieto lá”.

“Quê mais cê quer que eu falo?” Samuel perguntou novamente. E eu pedi que ele me falasse qual era sua visão sobre o papel do técnico administrativo. “Ó, eu acho que sem o técnico não anda, né? Tem muito professor que fala que não precisa. Já vi professor falar mesmo. ‘Não precisa’. Mas não anda. Não tem jeito de andar. Desde aquele que organiza, a faxineira, de onde limpar, o que cuidar... que antes cê não tinha, né? O serviço não era terceirizado, as faxineiras eram da própria FaE. Da própria UFMG. Mas desde esse até o secretário geral, que... a importância dele, de enxergar a FaE, e acho que, não sei como tá o seu papel hoje, de enxergar e participar das reuniões da diretoria, e dar o pitaco, de falar o que você tá vendo de errado, de certo...”

Samuel contou que, em sua época, uma diretora tinha esse canal direto com os técnicos ligados à Direção. “Ela chamava a gente, pra gente conversar, e ela ouvia”. Eram, principalmente os técnicos da superintendência, secretaria geral e seção de pessoal. Mas a Diretora também criou o Conselho Técnico-Administrativo – CTA, que foi muito importante, e sempre reunia o conselho para tratar das demandas administrativas da Faculdade. E, para Samuel, a Faculdade “não anda, precisa mesmo dos técnicos”. Na visão dele, o Professor está ali para dar aula e fazer pesquisa. “Vai deixar eles lá sem organizar uma banca lá pra ver se eles vão organizar sozinho. Não vai”.

Samuel também se lembrou de um evento grande que teve na FaE, com gente de fora, e com o qual ele podia ter colaborado, mas não o fez, porque estava “meio de bronca” e não quis participar. Não era um evento da Direção da Faculdade, portanto, não era função dele. E então a professora que estava coordenando o evento precisou fazer o papel de mestre de

cerimônia, de secretária, de copeira e Samuel percebeu que ela estava perdida. “Depois eu até me arrependi, devia ter colaborado com ela, porque foi uma pessoa que eu gosto muito”.

E Samuel repetiu que, para ele, o técnico não é desvalorizado. Pelo menos se for fazer uma comparação com o que tem ao redor. “Porque, como eu olho muito para o lado - não olho nem pra baixo, pro lado. Se você olhar pro lado, o nível salarial aí... tá muito ruim. A maioria... Tem muito engenheiro aí, muito professor, fazendo aplicativo, trabalhando aí de Uber porque não arruma emprego, não consegue. Meu filho é um deles. Tem nível superior e não consegue emprego. E quando consegue emprego, igual ele me falou, ‘pai quando eu consigo emprego é dois e quinhentos o salário. E aqui no aplicativo eu ganho mais do que isso, sem ter patrão enchendo o meu saco e fazendo o horário que eu quero’. Então você... o técnico administrativo hoje, eu não sei qual é o piso, pra ele entrar hoje. Parece que é... dois e quinhentos também né? Não sei. Mas com as vantagens que tem, de você... pelo menos na Faculdade de Educação - não sei como é na reitoria, outros lugares -, de você poder estudar, você poder acompanhar um filho doente, você poder tirar licença. Quantas vezes eu tive que... Ganhava neném, não tinha esse negócio de... era 3 dias que dava pro pai lá e pronto. Não tinha esse negócio de mordomia não. Problema seu lá com sua mulher. Tinha que trabalhar. Era render, produzir mesmo, era produção. Então, na FaE você pode... você pode... ‘ah, tô passando mal, não vou hoje não’, simplesmente... pronto! Não precisa apresentar atestado não, seu chefe vai e abona o dia para você. Porque hoje tem o ponto. Então... E o salário, seguindo carreira como tá hoje - não sei como que... se vai ser amanhã assim -, em relação ao mercado, tá muito bom. Lógico que precisa melhorar, e lógico que, em relação à... aos outros poderes, principalmente judiciário, é uma discrepância enorme. Precisava melhorar. Mas que na minha opinião não é desvalorizado não”.

Mas apesar de pensar assim, ele acha que é preciso lutar para melhorar. “Porque tem mais de seis anos que não tem aumento nenhum para a categoria e com tudo aumentando igual tá, precisava ter, também, um olhar para isso. Mas... E ainda assim não é desvalorizado, não acho não”.

Samuel falou que “ama” a FaE, por tudo que viveu lá e por tudo que aquele tempo de trabalho lhe proporcionou. Mas disse que ainda quer saber o motivo de não querer entrar lá. Diz que talvez faça terapia. Ele contou que tinha até momentos de oração em grupo, que ele valorizava muito. Também contou que já ouviu muita coisa inusitada e passou por apertos, recebendo cantadas das moças, mas que ainda assim, a “FaE é tudo de bom”.

Esse espaço de oração acontecia na hora do almoço. E Samuel contou que participavam professores, técnicos e até alguns estudantes. “Sala 413, lá em cima lá, perto do mestrado”. “Então a gente tinha um devocional que a gente lia, a gente conversava, pedia oração, às vezes queria contar alguma coisa... Abrir o coração, então isso é importante e eu tive essa liberdade”. Para ele, esses momentos eram importantes porque as coisas eram difíceis. Então era bom, “porque não era só dureza”. E Samuel também disse que tinha boa relação com todo mundo na FaE. Algumas melhores que outras. Mas que, como ele já tinha vivido alguns reveses, sempre mantinha um pé atrás. Nunca foi de “ser entrão” na vida de ninguém. Sempre procurou “deixar acontecer”. Sempre esteve aberto.

E ele se lembrou das coisas que chegavam até ele, numa dessas vezes e, principalmente, por seu papel de superintendente – “olha pra você ver como o superintendente é importante”. Certa vez, por exemplo, um porteiro cantou uma faxineira, na FaE, “com... meio que fora do normal”. O ocorrido chegou aos ouvidos de Samuel, que chamou o trabalhador e o repreendeu. Ele disse que foi o suficiente e, pra ele, isso é “algo que o superintendente faz. Não precisa chegar lá no diretor”.

Outro exemplo. Dessa vez, Samuel era secretário geral. Um dos jovens trabalhadores da Cruz Vermelha estava envolvido com drogas e havia uma pessoa que sempre aparecia na Faculdade para procurá-lo. O jovem da Cruz Vermelha ficou uma semana ausente, até que Samuel conseguiu encontrá-lo e ele explicou que estava escondendo, “tava correndo de... por causa de dinheiro de tráfico”. Samuel aguardou até que a pessoa voltasse, a chamou em sua sala e conversou com ela, que disse que o jovem morreria se não pagasse o que devia. Samuel pagou o que o jovem devia e pediu que a pessoa promettesse não procurar mais o menino. “Cê me ergue sua mão? Ele falou: ‘Ergo’. Pronto, resolveu o problema. Então tem coisas que cê tem que ter jogo de cintura, força”.

Além dessa, Samuel também contou de outra situação envolvendo um jovem da Cruz Vermelha. Ele foi demitido porque descobriram que ele estava roubando peças de computador no setor em que estava trabalhando. Era o superintendente quem cuidava da seleção, contratação e acolhimento dos jovens da Cruz Vermelha, portanto, foi Samuel quem demitiu o rapaz. Acontece que o pai do jovem entrou em contato, para saber por que o filho havia sido demitido e não aceitou a justificativa de Samuel sobre ser uma decisão da nova gestão. Então ele pediu ao pai do rapaz que comparecesse à Faculdade para conversarem. “Foi lá o pai, eu então conversei com ele, falei tudo que aconteceu com o... O acontecido. Então foi uma conversa. Falei: vou conversar com o senhor de pai para pai. Não como superintendente e um

senhor que tá querendo saber. Porque o senhor tem que saber lidar com seu filho. Não é chegar lá e espancar ele, que também não vai adiantar de nada. Então, foi uma conversa boa, amistosa. Então esse é o papel do superintendente, do técnico”.

Samuel não sabe se um professor faria isso. E por esse motivo, também, ele acha que o técnico tem uma importância muito grande. E principalmente o superintendente. Para ele, é preciso pedir para reativarem a vaga, com uma nova Função Gratificada, para que não retirem a da Seção de Ensino. Ele contou que até tem em casa as atribuições de tudo que fazia na superintendência, no papel. “Tudo que eu já fiz, fiz um relatório legal”. Inclusive, Samuel sugeriu que eu fale com a nova Direção sobre a importância do papel do superintendente. Para ele é necessário. “E o superintendente precisa ter força para ter acesso a todos os setores”. Em sua época ele entrava em quase todos. Fazia reuniões para saber como estava o funcionamento e quais eram as demandas. Só não entrava em um, que ele disse que não deixava e que tinha muito poder.

Na época em que estava na superintendência, Samuel pediu por mais um técnico para ajudá-lo no setor e a Direção conseguiu a vaga. Mas ele contou que, depois, acabou cedendo a vaga para o setor de pessoal, que estava mais sobrecarregado. Ele explicou que a superintendência tinha o papel de distribuição e alocação de salas, de organização de todos os eventos da Faculdade, além de fazer essa ponte entre a Direção e os demais setores e de resolver problemas pontuais que surgiam na Faculdade, como Samuel já havia contado. Ele até se lembrou de que a Diretora, certa vez, questionou como é que ele dava conta de todo o trabalho. “Eu dava conta. Eu gostava de fazer, ué. Quando você gosta de fazer a coisa, vai. Você é respeitado. É lógico que teve alguns desrespeitos, igual eu falei pra você...”

Mas para Samuel esses desrespeitos, advindos das próprias relações de poder, fazem parte, “tá é no homem.” Talvez um sentimento enraizado de hierarquia, por parte de professores, diretores... Mas ele refletiu que, talvez por ter vindo da tal empresa de engenharia – “que os caras se achavam poderoso, o gostosão mesmo, e que podia pisar em você” – as relações na FaE foram percebidas como mais tranquilas. “10% só. Tá bom, dá pra relevar (risos)”.

Para ele tudo sempre pode melhorar e a luta pela melhoria é necessária. Mas com uma “oposição justa”. Ele aprecia que haja uma oposição que possa mostrar onde que está errado e o que pode melhorar. Mas no que diz respeito aos movimentos sociais de luta dos técnicos, Samuel diz que sua participação foi muito ruim. Ele participou de pouquíssimas greves. De manifestações, uma vez só. “Nesse tempo todo eu fui uma vez lá na praça lá e acompanhei

uma turma lá que saiu da Praça da Estação e que ia lá pra Assembleia. No meio do caminho eu desviei e fui embora. Dou conta desse trem não”.

Samuel entendia que as manifestações atrapalhavam o trânsito e que devia haver uma maneira melhor de se manifestar sem prejudicar o outro. “Tinha que ter um outro tipo de política”, mas ele não sabia qual era. Para ele, as outras pessoas que precisam trabalhar, ir a uma consulta, etc., não podem ser prejudicadas. O prejuízo deve ser do “grandão”.

Além disso, na maior parte do tempo, Samuel ocupou cargos de confiança que, para ele, não podem mesmo participar. “Cê é o secretário geral, como é que você vai fazer greve? Cê tem que tá aqui. Superintendência pior ainda, cê tem que tá na área. Na época que teve aquela invasão, invasão não, aquele negócio... ocupação, a Diretora ficou sozinha. Ela falou comigo que precisava de ter um superintendente lá. Pegou o maior rabo”.

Já estávamos chegando ao fim da nossa conversa e Samuel repetiu que ama a FaE e sente muitas saudades. “Acho que se tiver oportunidade de trabalho eu topo. Eu sou PTO, Pau pra Toda Obra, e tô com 65 anos, mas ainda tô... acho que eu dou conta”. Ele também repetiu que ainda tem suas tristezas e mágoas e que ainda quer saber por que não quer voltar à FaE para visitar ou participar de festas. Ele se lembrou de muitos aposentados que continuam indo à FaE com frequência e diz que não tem nenhuma vontade de fazer isso. “Tenho vontade de ficar na minha casa, entendeu? E nem gostar de sair eu gosto muito, gosto de ficar na minha casa. Fazer minha caminhada, ver meus filmes, namorar minha mulher, curtir a aposentadoria”.

Samuel, recentemente, tirou sua carteirinha de passe livre. Agora só anda de ônibus sem pagar. Mas no dia em que foi tirar, ficou constrangido por estar pedindo o benefício. Foi a atendente quem o advertiu: “Constrangido? O senhor trabalhou demais. 50 anos. 65 anos é sua vez. Tá na hora...”

Talvez Samuel ainda precise conseguir aceitar isso. E muitas coisas.

Obrigada Samuel, que ainda possamos nos encontrar pela FaE e pela vida.

4.1.7 História da aposentada LÍlian

“Minha fama era que eu era brava (risos). Mas aquele negócio né, esse pedacinho aqui quem manda sou eu”.

Lílian me encontrou na Faculdade de Educação para contar um pouco de sua história. Acanhada e mais introvertida, me avisou, de antemão, que era mais “na dela” e que, portanto, teria pouca coisa a dizer.

Lílian entrou na FaE em 95, por concurso público. Logo que chegou foi trabalhar em um Departamento. No departamento trabalhavam uma TAE, como secretária, e a chefia era exercida por uma Professora. “Assim, adorei chegar e encontrar essas pessoas, me dei muito bem”. Lílian contou que essa professora era uma chefe maravilhosa.

E Lílian havia trabalhado, desde sempre, em empresa privada, “então assim, é outro esquema né?”. Trabalhou quinze anos em uma empresa antes de entrar para o serviço público. Para ela, aquele novo trabalho era quase o de uma pessoa autônoma, porque ainda que tivesse a chefia para orientar, a pessoa assumia o trabalho por completo.

Ela diz que seus colegas a achavam “meio E.T.”, porque ela cumpria horário à risca, era mais na dela, “eu toda vida sou mais de ficar no meu canto”, mais calada, “e nunca fui muito de ir pra sala dos outros pra bater papo... tava sempre ali no meu cantinho”. Além disso, na época, eram duas trabalhadoras TAE no departamento para atender a todos os professores. Só havia um telefone e ele ficava na secretaria. “Então, se chamava um professor, você tinha que ir lá no gabinete dele para chamar o professor, pra vir atender o telefone... Então você corria o dia inteiro”. E esse departamento era o maior da Faculdade. Mas apesar disso, para Lílian, foi uma fase muito boa e na qual os professores, mais antigos, respeitavam mais os técnicos. “Pelo menos eu peguei um grupo antigo assim muito muito legal. Então foi uma época muito boa”.

Depois de um tempo trabalhando no departamento, surgiu uma vaga no Colegiado de Licenciatura e Lílian mudou de setor. Ficou lá pouco tempo. “Acho que fiquei lá seis meses”. Era numa época em que a matrícula de estudantes era toda presencial. “A gente organizava toda a matrícula, a pessoa tinha que vir, vinha todos os alunos da UFMG, para aquele estacionamento lá em cima, fazia uma fila para fazer matrícula. Era uma loucura. Você imagina isso: todos os cursos fazendo matrícula presencial. E aí a gente dava... eles falavam quais disciplinas queriam, você olhava qual turma tinha vaga, punha a pessoa, a pessoa ia para a fila para fazer matrícula na Seção de Ensino. Então a semana de matrícula era assim, um horror”. Mas pelo menos o grupo de trabalho era muito bom, contou Lílian.

Lílian só ficou por seis meses no Colegiado porque a secretária do departamento aposentou e ela preferiu voltar para o antigo setor e substituí-la. Lílian trabalhou como secretária do departamento por quinze anos. “Sabia a história do departamento todinha”.

Lílian sempre foi conhecida por saber muito sobre o trabalho. O que ela humildemente discorda: “Sei nada. Tem gente que sabe mais que eu, porque eu sou muito de ficar no meu canto, então muita coisa eu não participava. Por exemplo, nas greves né? Eu não me dava o direito de participar, de ir para assembleia, de faltar, porque eu achava que ali tinha que ter atendimento”. Lílian achava que não podia abandonar o posto de trabalho, que o aluno precisava ser atendido. Então, às vezes, ela até ia às assembleias, mas não ficava de greve, não parava totalmente.

Mas hoje a visão de Lílian é outra. “Hoje eu já faria totalmente diferente, mas o que que é o amadurecimento, né?” E ela disse que faria diferente porque considera “que a gente tem que lutar pelo que a gente quer” e que “você só consegue, pelo menos no serviço público, tudo que a gente consegue é com luta. Nada vem de graça. E se todo mundo participar a coisa funciona muito melhor né? E mais rápido”. E ela não parava por entender, naquele momento, que devia atender as pessoas. Manter o funcionamento do setor em que trabalhava. Isso porque, normalmente, os professores não aderiam às greves, então Lílian achava que precisava dar um suporte aos professores, monitores e alunos. “O telefone era só na secretaria, a impressão era só na secretaria, era tudo só na secretaria”.

Se o professor fosse atender ou realizar uma ligação, era necessário ir à secretaria. Não tinha telefone nos gabinetes. “Tinha telefone só na secretaria e ainda não era aquela época em que todo mundo tinha celular, né? Foi a época em que o celular tava começando”. Se um aluno fosse procurar o professor no gabinete e não encontrasse, ele buscava ajuda na secretaria, “pra saber se o professor tava, se não tava, onde tava”. Então, de certa forma, Lílian era um suporte também para os professores. “Não era secretária de professor, mas qualquer problema aí cê ia ligar na casa dele...” E assim foi por todo o tempo que Lílian trabalhou no Departamento.

A chefia de um departamento, na UFMG, tem mandato de dois anos, o que significa que, a cada biênio entra uma nova dupla de professores para as funções de chefe e subchefe. “Então, quem sabia mesmo o serviço era a gente”. Sim, porque “no primeiro ano, o professor, o chefe estava aprendendo as rotinas. No segundo ano, que ele conseguia dominar as rotinas, já tava terminando o mandato dele”. E o técnico permanece, então costuma ser ele a ensinar aos novos chefes, quais as demandas daquele setor.

E são muitas as demandas em um departamento. Nesse, em específico, “toda vida teve assembleia e câmara. Então era reunião toda semana. Ata toda semana. Por isso que tinha que ter duas, né?” Mas quando Lílian voltou para o setor e a secretária anterior havia se

aposentado, foi contratado um jovem aprendiz da Cruz Vermelha para lhe ajudar. E era a mesma coisa: “Eles entravam com 16 anos, não podia ficar mais de 18 anos, então eles ficavam um ano e pouco e tavam indo embora. Aí entrava outra pessoa para você ensinar, na hora que tava dominando, pra te ajudar mesmo, começava tudo de novo...” Então parte do trabalho de Lílian, e de servidores no geral, que trabalham com essa rotatividade de chefias, era o de ensinar sobre aquele espaço de trabalho.

Lílian também contou que se relacionava bem com todo mundo, mas à sua maneira. “Igual eu te falei, eu ficava muito no meu canto, então eu conversava com todos os colegas mas não ficava, né, nunca fui de ir pra sala de ninguém pra ficar batendo papo, era só o que precisava mesmo, voltava pro meu canto.” Entre os professores, tinha aqueles que ela gostava mais, aqueles que gostava menos, aqueles que a respeitavam e gostavam dela, do seu trabalho, e aqueles que não gostavam, “lógico, a gente não é perfeito, ninguém é, né?”. Mas com as chefias, e ela passou por muitas, nunca teve problema.

Lílian sentia que seu trabalho era respeitado e que as chefias entendiam que ela dominava aquele serviço. “Porque assim, você fazia... acredito que igual a você, tem o ofício, uma coisa para fazer, você faz, conversa com o chefe... se quiser que mude a redação, se quiser que mude alguma coisa, né? Você faz, mas a rotina era a gente que fazia”.

E no departamento em que Lílian trabalhava tinha muito serviço. Eram “trinta e tantos” professores divididos em cinco setores. Então, por exemplo, a rotina de distribuição de aulas: “Você passava as disciplinas daquele setor, vamos dizer assim, Didática, Orientação, Ciências, Ciências Sociais... Aí você passava as disciplinas para o chefe daquele setor, que ia distribuir... você ia fazer uma tabela, organizar a distribuição, e ia para a Câmara para aprovar aquela... Então você tava um pouco ali distribuindo, recebendo, sintetizando, e passando para a chefia, para ser aprovado. E aí a vida do professor. Férias. Era tudo passado pelo departamento. As progressões... Hoje tem a banca né? Mas antes não, era só abrir o processo, tinha o parecer de alguém, tinha que pedir um parecerista naquela progressão, para ser aprovado na câmara. Então era assim, tipo uma ponte entre a Seção de Pessoal e os professores, e a aprovação no departamento”.

Conversamos um pouco sobre esses processos. Lílian disse que achava que algumas coisas ainda funcionavam da mesma maneira, mas na época não existia a progressão para professor titular. “Não tinha progressão para associado, era assistente e adjunto. E assistente e adjunto acho que hoje funciona da mesma forma até hoje, né?” Hoje não tem mais concurso para professor assistente. “É, porque todo mundo já entra adjunto”. Sim, aí tem progressão

para associado e depois promoção para titular. “Na época não existia associado nem titular. O concurso de titular era um concurso público. Então abria inscrição para professor titular. Mas assim, era coisa raríssima. O Departamento tinha a professora Magda. Quem mais que era titular? Acho que eram um ou dois titulares, a vida inteira. Depois acho que Eduardo... Eduardo ainda foi concurso. E foram muito poucos concursos de titular. Não era liberada a vaga para titular”.

E Lílian contou que uma parte que dava muito trabalho era conseguir alguém para dar um parecer nos processos, “porque ninguém quer né?”, e controlar com quem estava, cobrar... “então eu tinha uma tabelinha com quem tava cada parecer”. E Lílian era muito organizada. Ela diz que não tinha outra escolha, era isso ou se perder em processos de trinta professores. “Trinta professores! Tinha uma época que tinha progressão, você passava o parecerista ele esquecia o processo. E às vezes ia só a capinha do processo para o departamento, para o professor colocar os documentos que precisava. Você passava pra ele, ele esquecia. Teve um professor que nunca entregou a pasta com os documentos. Independente de eu ter cobrado milhões de vezes. Quando eu saí de lá ele não tinha entregue. Eu acho que ele aposentou sem entregar. Sem fazer a progressão”

De certa forma, os professores acabavam um pouco dependentes da secretária de departamento, que muitas vezes fazia o serviço que cabia ao docente. A Seção de Pessoal abria o processo e passava a capa para o departamento, “coisa que era deles, né? Eles que tinham que saber quando que eles tinham que requerer a progressão, o que que tinha que ser feito”. Mas não, ela sempre comunicava ao docente que estava na hora de abrir seu processo. “Passava pra eles para colocarem os documentos, passava parecerista, aprovava na câmara”. Mas para Lílian “não era ruim não”. Ela gostava.

Após a secretaria de departamento, Lílian foi convidada a assumir a secretaria da Faculdade, onde ficou até sua aposentadoria. O secretário, à época, assumiu o recém-criado cargo de superintendente e Lílian assumiu a secretaria. “Então um pouco a gente dividia um pouco o serviço. Por exemplo, uma coisa que eu não gostava de fazer: colação de grau. E eu acho que era a coisa que ele mais gostava de fazer. Então ele ficava com a colação de grau. Principalmente o dia da cerimônia, né? O... vamos dizer assim ‘por trás da colação’ eu fazia legal, numa boa, não tinha problema. Mas eu não gosto de ir pro microfone, né? Nunca gostei. Então isso que eu te falei, eu era muito de ficar no meu canto. Então era muito bom porque a gente dividia”.

Houve época em que “a coisa apertava”, como, por exemplo, quando a Faculdade abriu vinte e cinco concursos para docente, ao mesmo tempo. Com inscrição presencial. “A nossa sala era fila de gente o dia inteiro. Para fazer a inscrição de concurso. Foi na época do... Foi 2014? Foi no início do mandato da Juliane. Saiu vaga assim... foi a criação do FIEL, do Lecampo, que foram concedidas muitas vagas para o DMTE, expansão das licenciaturas, então coincidiu assim, acho que vinte e cinco vagas de adjunto. Tinha concurso de titular. Eu sei que foi assim, nossa, como trabalhamos! Foi 2015. Foi muito pesado. Aí o superintendente dividia brincando”.

E também tinha a assistente social, que ficava na mesma sala. Eles ficavam na sala onde hoje funciona a Seção de Pessoal, “cê chegou a conhecer, né? Acho que foi a época que cê tava formando. Foi quando ela veio para aqui, ela ficou na sala com a gente. Aí sobrava até pra ela para ajudar também, nas inscrições”. E para Lílian essa foi uma época muito boa. “Trabalho... eu falo que o funcionário público tem fama de muito enrolado, que não trabalha, mas o tempo que eu passei aqui eu não tive essa mordomia não. Mas é característica de cada um também, né? Se não tiver trabalho você procura”.

Perguntei se essa “fama” afetava Lílian de alguma maneira e a resposta dela foi essa: “Não. Porque eu fazia o meu trabalho, eu não tinha tempo de... Você ficava chateado assim, né? Por que que tem essa fama se a gente trabalha tanto? Eu, igual te falei, departamento não foi uma fase ruim. Mas não tinha tempo de ficar indo para os outros setores para bater papo não. Era a hora do cafezinho e pronto. E a sala do café era em frente à minha sala. Foi antes da reforma, antes da construção desse prédio aqui. Então era só aquela parte lá em cima onde tem o DMTE, DECAE, DAE, a FaE era só aquilo ali. E a parte do DMTE, onde tem a secretaria do DMTE, tinha Diretoria, Colegiado, Seção de Ensino, todos os gabinetes do DMTE, a Copa, Xerox, Secretaria Geral, era tudo ali. Sala da Congregação...”

Na parte em que hoje funciona o DMTE, ficava a parte administrativa. “Mais para o fundo eram os gabinetes do DMTE e a secretaria. O DAE e o DECAE eram onde são hoje. O almoxarifado era aonde é hoje. Aí tinha o xerox pra aluno que era ao lado do almoxarifado. A pós já era onde é. Biblioteca era menor, mas também onde é. Ali ainda tinha sala de aula ali. Do lado de fora da biblioteca, onde é o Jardim Mandala, tinha algumas salas que davam para ali. O DAE e do DECAE praticamente não mudaram nada. Era mais a secretaria e o departamento mesmo. Não tinha nada ali não. O lado de cá que era mais o administrativo e o DMTE”.

Depois da construção do prédio novo, inaugurado em 2003, a maioria dos setores administrativos migrou para ele. Os corredores dos departamentos foram reformados e as salas ocupadas pelos setores administrativos foram transformadas em gabinetes do DMTE. E essa mudança... “Nossa! A época que tava construindo aqui... Não, tudo bem. Aí o administrativo veio pra aqui. Aí foi reformar lá em cima. O DMTE veio para o CECIMIG. O gabinete de professor, algumas salas, acho que umas quatro ou cinco salas no segundo andar do CECIMIG viraram gabinete dos professores. E a secretaria e a chefia ficou onde é a secretaria do CECIMIG hoje. Era a secretaria do DMTE. E a chefia não tinha sala. Era o gabinete, ela vinha e assinava, despachava na secretaria. E as reuniões eram na sala de aula. Não tinha sala de reuniões dos departamentos. Então cada departamento ficou num canto... ficou num lugar e tudo ali no CECIMIG e CEALE. (...) Aquele bloco DECAE-DMTE-DAE foi todo reformado. Foram feitos novos gabinetes, mudou o telhado... Eu acho que a perna da biblioteca e pós-graduação que não foi totalmente reformada. Mas a outra perna do H, lá em cima, foi toda reformada”.

E nessa época, a FaE era só “ali da portaria, ali onde tem os caixas eletrônicos pra lá”. Ali era fechado e a portaria era lá em cima, perto do DMTE. E Lílian esteve presente durante toda a construção do prédio novo. “E aqui não tinha esse estacionamento aqui embaixo também. Era tudo lá em cima só. Toda a entrada era lá. As salas de aula eram naquele corredor da pós, biblioteca, tinha uma sala do lado de fora da biblioteca, igual eu te falei”.

E depois Lílian também mudou para o prédio novo. Em 2010. “Eu não lembro em que ano foi feita a reforma lá em cima, nem o ano que inaugurou esse prédio. Foi 2005? Xô pensar... Foi Ângela, né? Cidinha e Eustáquia ainda foi lá em cima, aí acho que depois foi Ângela Dalben. Foi na época da Ângela Dalben que inaugurou esse prédio aqui. Cidinha e Eustáquia que começaram a construção”.

E então, a FaE tinha muito mais espaço e os setores ficaram muito mais distantes. Para Lílian, como o prédio antigo era menor, “era mais agrupado”, o grupo de funcionários também era mais unido. “Porque assim, a copa era o ponto de encontro de todo mundo. Não tinha assim, sala de funcionário, copa, um andar outro andar, um prédio, outro prédio, então era tudo aquilo ali. E os funcionários tavam todos ali. Tinha um funcionário no CECIMIG, um funcionário no CEALE e o resto era todo mundo lá em cima. Lógico, tinha pós, a biblioteca, mas era tudo lá em cima. Eu acho que os funcionários eram mais próximos. Não sei se mais unidos, mas assim, era mais próximo. Era mais aconchegante né? Porque o lugar menor fica mais aconchegante. E também tinha bem menos funcionários, bem menos

professores. O quê? Eram uns 70, 80 professores da FaE toda, né? O DMTE, que era maior, tinha 35 professores.”

Lílian tinha essa percepção, ainda que ela fosse uma pessoa, como já falamos, que toda vida foi de ficar mais no seu canto. Então ela tinha boa relação com todo mundo, mas não é de ficar muito próxima... “nunca fui muito de muita proximidade não. Sou mais fechada. Isso que você conhece, toda vida fui assim”.

Uma coisa negativa que Lílian percebia era que as chefias, “por ser professor, não ser uma pessoa... como eu posso dizer, não ser um administrador, ele tava ali muito voltado para o trabalho. Não tinha muito... não sei se eu digo interesse ou... não tinha necessidade de conhecer o funcionário assim, o que que já tinha feito, suas experiências...” Lílian, por exemplo, chegou com uma experiência, de empresa privada, de quinze anos. “Ninguém nunca me perguntou o que que eu fazia. Que que eu tinha de experiência lá de fora que poderia ter sido aproveitada aqui”. Então ela acha que existe essa lacuna, que falta “um pouquinho isso, assim, de conhecer o funcionário, a sua história, vamos dizer assim”.

“Que que você pode contribuir um pouco mais com o dia a dia aqui? Alguém já te perguntou o que você já fez? Fora daqui? Se você já trabalhou fora daqui, sua experiência, o que você fazia? Então eu acho que falta um pouquinho isso. Aproveitar melhor a experiência do técnico. Porque de alguma forma, o trabalho administrativo é muito repetitivo né? Seja na privada ou na empresa pública, é uma continuidade. Então você pode ter alguma colaboração para dar, né? É lógico que você usa isso no seu dia-a-dia. As suas experiências pessoais, mas as chefias nunca te perguntaram. Eu vejo isso como ponto negativo, né? Mas assim, a gente faz a parte da gente, usa o melhor que a gente pode, sugere aquilo que você acha que pode ser aproveitado...”

Para Lílian, usamos, no trabalho, aquilo que temos de experiências anteriores. “Seja nos relacionamentos, seja no trabalho... você deixa de fazer aquilo que você acha que não deu certo. Procura fazer diferente...” Mas individualmente mesmo, “sem muito comentário também. É uma coisa muito pessoal”. E ela contou que também aprendeu muita coisa enquanto TAE. Principalmente lidando com pessoas e especialmente com docentes. “Eu toda vida lidei muito com os professores. Eu nunca tive muito contato com aluno”. E para ela, essa vivência é sempre um aprendizado. “Em todos os sentidos, coisas boas e ruins. Isso eu não quero pra mim, isso eu quero... Você admira, você rejeita... Eu gostei muito de trabalhar aqui. A aposentadoria assim, eu senti muita falta...”

Lílian falou emocionada da aposentadoria. Ela trabalhou quarenta anos. Já tinha 15 anos de empresa privada e precisava trabalhar 20 anos como servidora pública para ter direito à aposentadoria integral, com integralidade e paridade. “Então eu acho que eu tinha que ficar aqui 20 anos... De início - quando eu vim pra aqui eu já tinha experiência de 15 anos fora -, eu pensava: 15 anos... Aí depois eu vi que seriam 20. E eu acabei ficando 24. Então, assim, eu fiquei muito tempo que eu poderia aposentar esperando, esperando... por fim eu falei... né? Eu já tô com quase 60 anos, com 40 anos de trabalho, acho que chega. Mas até eu criar coragem, de aposentar mesmo, demorou um pouquinho. E também gostava daqui, né? Gostava e gosto”.

A gente queria que ela demorasse mais a criar essa coragem, eu brinquei. Mas a aposentadoria é uma conquista muito importante do trabalhador. E Lílian ressaltou que, se houvesse a possibilidade de trabalhar por menos horas, em uma jornada de 30 ou 20 horas semanais, ela ficaria por mais tempo. “Por exemplo, 8 horas... Você sai de casa cedo. Eu ainda ia almoçar em casa todo dia porque eu moro perto, mas... cê saia cedo e chegava de tarde né? Então acho que começa uma hora que isso também começa a pesar. Eu acho que se eu trabalhasse 4 horas, 6 horas... eu ainda ficaria um tempo”.

E além desse peso do trabalho, existem outras questões que influenciaram a aposentadoria de Lílian, assim como a de muitos colegas. O medo da perda de direitos, a não valorização do trabalho realizado... E ela também acha que existe a influência das chefias na decisão da saída. Se a chefia não te valoriza ou se existe algum problema, também são gatilhos para a tomada de decisões. “Mas eu acho que é só um gatilho. A decisão é decisão pessoal mesmo. Eu achava que tava na hora”. E a saída de Lílian foi tranquila. Ela decidiu, assinou, pediu para publicarem a aposentadoria quando ela achou que devia sair e saiu “numa boa”.

“Falei: agora né, a gente vai aproveitar, vai viajar - coincidiu do meu marido aposentar na mesma época que eu, ele aposentou acho que dois, três meses antes de mim. Então assim, planejando de ir viajar, de passear, né? Aí veio a pandemia logo depois. O quê? Eu aposentei em setembro, nós viajamos em outubro, dezembro, aí no início de 2020 veio a pandemia, aí ficamos em casa né? Até hoje a gente não voltou ao ritmo normal. Lílian fala da Pandemia de Covid-19. “Na hora que você acha assim, agora vai dar para fazer o que a gente queria, aí vem nova fase da pandemia. Mas aí assim, vai passando o tempo também, você vai acostumando, criando outros hábitos, fazendo outras coisas...”

Esse assunto provoca silêncios.

Voltamos ao início. Lílian contou por que decidiu se tornar uma técnica administrativa em educação da UFMG. Para ela, foi uma questão de oportunidade. Ela estava desempregada e queria fazer concursos. Surgiram diversos concursos na época e ela fez todos. “O primeiro a chamar foi o da UFMG. Aí eu vim para a UFMG”. Logo depois ela também foi convocada pela BHTRANS, mas, feitas as considerações, optou por ficar na UFMG. “Aí eu falei assim, eu moro aqui, aqui na UFMG, BHTRANS era lá no Buritis, ou seja... Atravessar a cidade todo dia. O salário era basicamente igual. Aí cê fala assim... Vou ficar quieta onde eu tô né? Eu acho que aqui era uma perspectiva melhor. Né? Por ser a universidade, pelos contatos com as pessoas, e sem ter que enfrentar o trâmite de atravessar a cidade diariamente. Aí eu fiquei quieta. Mas na época foi assim, eu saí de onde eu tava e queria fazer um concurso público. Aí eu fiz todos que tavam abertos.”

E ela decidiu fazer um concurso público porque, bem, “quem não quer ir pro serviço público?” “É uma garantia de estabilidade. A gente sabe que, por exemplo, na Educação o salário é baixo, mas cê tem uma estabilidade, tem uma segurança. É um baixo que você sabe que pode contar com ele todo mês e basta você administrar isso, né? E sem contar que a empresa privada também não paga lá essa diferença toda pro nosso nível de ensino, né? É mais ou menos a mesma coisa. Só que hoje a empresa privada tem uma reposição anual. E nós tivemos a última quando? Eu acho que foi a greve de 2016”. Sim, eu mesma entrei na Universidade em 2017 e nunca tive reposição salarial. “Enquanto a empresa privada é obrigada, né? Os aposentados do INSS recebem um pouquinho todo ano”.

O cargo de Lílian era o de assistente administrativo. Um dos cargos de nível médio do nosso plano de carreira. E ela fez graduação, depois que entrou na universidade, pelos benefícios salariais²⁵. Sua graduação foi em Gestão Pública. “Que antes de eu vir pra aqui eu fiz o curso de secretariado, mas eu não concluí. E aí eu preferi fazer o curso de gestão do que voltar para concluir, porque a grade curricular já tinha mudado, tinha que pagar um monte de coisa... Falei: ah, vou fazer uma mais voltada para o que eu faço”.

Lílian não sabe dizer quais foram os acontecimentos mais importantes para ela, durante o tempo que trabalhou na FaE, mas a lembrança que escolheu contar foi a da cerimônia de outorga de título de professora emérita à professora Magda Becker Soares. “Uma coisa que eu lembro muito foi quando a Magda aposentou e depois ela teve... ela

²⁵ De acordo com a tabela de percentuais de incentivo à qualificação, da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências, o curso de graduação completo aumenta em 25% (se área de conhecimento com relação direta) ou 15% (se área de conhecimento com relação indireta) o salário base.

recebeu o título de Professora Emérita da FaE. Aí foi a primeira cerimônia que eu assisti. E a Magda é uma pessoa especial, né? E na cerimônia ela agradeceu às pessoas, por exemplo, o Júlio lá né, em cima de uma cadeira, gravando a cerimônia, ela citou o Júlio, agradecendo o Júlio, pelo trabalho do tempo inteiro, né? Então foi uma coisa assim que eu tenho uma lembrança muito boa”. Lílian se emocionou nessa hora.

Ela contou que a Profa. Magda é, apesar da fama, a pessoa que tem sempre uma palavra de carinho para todo mundo. E de respeito. “Então quando eu falei assim, né? Que os professores daquela época que eu entrei são pessoas mais, como eu falo... o tratamento do funcionário era diferente. Lógico que tinha o respeito pelo trabalho do funcionário enquanto funcionário, né? Mas respeitava mais. Te considerava mais, vamos dizer assim. Eu citei o exemplo dela aí, mas assim a grande maioria era”.

Conversamos também sobre a gestão da vida sendo uma TAE. Lílian é casada e não teve filhos. Seu marido trabalhava de manhã e a noite. “Então ele saía antes de mim e chegava em casa depois de mim. E a gente encontrava basicamente final de semana, né? No início eu não ia almoçar em casa. Só depois que aí eu... Não, ele, ele me pegava aqui. Eu vinha, ele ia trabalhar, me pegava aqui, na hora que ele voltava, almoçávamos juntos e eu vinha embora pra casa. E de tarde, à noite, ele ia trabalhar. Então chegava, eu saía daqui às 5 ele começava às 7, ainda dava um tempinho da gente encontrar de tarde. Aí na hora que ele chegava de noite eu já tava dormindo”. E Lílian nunca teve problemas com essa organização da vida, o que ela atribui ao fato de não ter filhos. “Porque pelo fato de você não ter filho, era eu e ele. Cada um fazia o que precisava de ser feito, o que devia ser feito, independente e tudo. Nunca tive problema nessa organização aqui não”.

E Lílian também nunca teve problemas com as demandas de trabalho. Ela conta que o que era demandado, ela fazia. “Não questionava muito não”. Ela executava as atividades de seu cargo, “mas se o professor pedisse um favor, você fazia também, numa boa, não tinha problema quanto a isso não”. Fazia o que precisava ser feito, ela diz. E as pessoas não demandavam dela nada pessoal. “E também, quando eu falei assim, que a gente é um pouco autônomo, se demandasse alguma coisa que você achava que não devia de fazer, cê falava não e pronto (risos)”.

E Lílian sempre teve pulso firme e sabia lidar bem com tais situações. Ela contou que era comum que os professores fossem ao departamento para usar o telefone da secretaria, já que só havia um telefone para todo o departamento. “Aí chegava outro professor, eles começavam a bater papo na minha sala. E eu tava, de repente, fazendo uma ata de assembleia.

Como é que você redige alguma coisa com alguém batendo papo na sua sala? Mas também cê não pode pedir a pessoa pra sair da sua sala. Que que eu fazia? Saia, ia tomar um cafezinho... deixava as pessoas lá. Quando eu voltava já tinha sumido todo mundo. Era uma forma de eu dizer: Ou! Dá um tempo aí né?”

A fama de Lílian, no departamento, era de ser uma pessoa autoritária. Ela disse que é porque tinha uma pastinha, um arquivo com uma pastinha de cada professor, onde ela guardava documentos relativos à vida funcional dele ou dela. “Aí se alguém queria alguma coisa ia lá na pasta. Não! Quê que cê tá precisando? Eu te dou. Não mexa no meu arquivo. Então, né, me chamavam de muito autoritária, muito brava, mas é aquele negócio. É um arquivo seu, você vai deixar outras... né? Na hora que precisar do documento cê já não sabe onde tá. Então, quê que cê precisa? Eu te empresto, se for o caso eu tiro a cópia pra você, dá licença... Então minha fama era que eu era brava (risos). Mas aquele negócio né, esse pedacinho aqui quem manda sou eu”.

É importante que a gente assuma esse comportamento com o que é de nossa responsabilidade. E, para Lílian, ele é normal em um relacionamento, portanto, ela não via problemas em agir dessa forma. “Porque eles me chamavam de brava, mas a minha bravura... é porque eu, se tinha que falar eu falava. Mas também eles aprendem. As pessoas aprendem a te conhecer também né? E sabem até onde podem ir com você.”

É. E isso diz muito sobre a forma como a pessoa se coloca naquele trabalho. E foi falando disso que chegamos à questão, já recorrente por aqui, sobre o papel do trabalho TAE na construção da Faculdade como é hoje. E Lílian diz que não sabe bem se a sua participação pessoal contou tanto, mas, para ela, “os técnicos conseguiram, com a sua união, com a sua participação, com o seu trabalho, mostrar a importância dele na FaE”. Para ela “o professor tem o seu papel, o aluno tem o seu papel, e o técnico também”. E ela acha que um não funciona sem o outro. “Pode até funcionar, mas vai faltar alguma coisa. Então é o conjunto”.

E nesse conjunto os técnicos conseguiram se fazer respeitar. “Respeitar e impor seu lugar, mostrar o seu lugar. Lógico que o professor é indispensável, o aluno também, mas o técnico também é. Então a gente conseguiu mostrar isso. A categoria conseguiu mostrar isso”. E para Lílian, hoje, isso está mais claro. Ela reflete que, talvez, na FaE, o técnico seja “menos indispensável”, “porque não tem assim um laboratório, não tem... né... tanta coisa que ele é indispensável. Mas ele é muito importante também. No invisível, vamos dizer”.

“No invisível”, porque, o que se vê, quando se olha para a universidade, é o professor e o aluno. “O professor dá aula, o professor ensina, o aluno aprende”. Mas por trás tem o não

visto, “tem o suporte, que é também indispensável”. “Quando eu falo invisível é nesse sentido. Talvez não tenha sido a palavra mais bem empregada, de invisível, no suporte, né? Que ele não apareça tanto”.

Mas Lílian também não acha que ele deveria “aparecer mais”. “O papel dele é esse”. Para ela basta que ele consiga, e conseguiu, em sua visão, mostrar que ele também é importante. “Ele também é necessário. No lugar dele, ele também é necessário aqui. Porque eu acho que a gente não quer assumir o lugar do outro. Quer ser respeitado no seu lugar. Eu acho que hoje isso ficou mais claro”.

Chegávamos ao fim, e Lílian fez uma reflexão sobre a diferença desse respeito de antigamente para hoje. “Não sei se ficou mais claro, porque pensando de antigamente também, né? No final da década passada, no final dos anos 90, ele era respeitado. E não era tão... tão claro, vamos dizer assim, a exigência desse respeito. Ele simplesmente era respeitado. E hoje se você não exigir você não é respeitado”. Para ela, antigamente, esse respeito era mais voluntário. As relações eram mais respeitadas. “Eu não sei se é uma visão minha, como que era, mas as relações eram mais... não eram tão próximas, mas também... Era mais respeito mesmo. Sem ter que exigir respeito. Mas era mais respeitosa. Acho que hoje se você não tomar cuidado eles passam por cima de você como um trator. Tem que se impor”. E não só em relação ao desenvolvimento do trabalho, mas nas relações em si, nas considerações, no respeito.

“Eu não sei se eu tô dando uma de saudosista também (risos), mas eu acho que um grupo menor também é mais fácil...”

Pode ser.

Lílian entendeu que não havia mais nada a dizer para a pesquisa e assim terminamos essa parte da nossa conversa, que continuou logo depois e que ainda continua.

4.1.8 História da aposentada Paula

“E as coisas foram tecidas...”

Essa foi a história contada pela Aposentada Paula, que se sentiu instigada em falar sobre uma questão tão ampla, seu trabalho, como TAE, desenvolvido ao longo dos anos...

Paula entrou na UFMG em novembro de 1991 e foi trabalhar no Departamento de Pessoal, setor responsável pela admissão dos funcionários e que demandava força de trabalho técnico naquele momento.

Lá, conheceu uma turma bacana que a acolheu.

Paula veio da iniciativa privada e trabalhava como secretária de uma fábrica de tanques e pias. Ela contou que trabalhava muito nesse lugar, na seção de pessoal da fábrica, apesar de não ter muita divisão do trabalho. Fazia tudo ao mesmo tempo: “a gente era secretária, você atendia telefone, fazia nota fiscal, despachava a carga e ainda admitia pessoas, fazia entrevistas, demitia e ainda ia no sindicato para acertar”. Paula passou “dessa rotina pauleira” para o serviço público.

Chegando à UFMG, ela percebeu que era possível ter outra rotina, outro tempo, outro tipo de convivência com as pessoas e isso a apaixonou. “Eu apaixonei por isso, sabe? Me encantou”. Paula achava uma delícia trabalhar em um lugar que, além de bonito, arborizado, era mais próximo de sua casa, deixando seu deslocamento mais tranquilo.

Ela achava aquele novo lugar super diferente e interessante. “Porque eu via a UFMG como um lugar onde as pessoas iam estudar, mas eu nunca imaginei que lá também tinha pessoas que iam trabalhar para que as pessoas estudassem, sabe assim?”.

Paula sabia que a UFMG era uma escola, mas achava uma coisa impossível para si, por ter vindo de uma família e de uma geração nas quais nem todo mundo tinha oportunidade de estudar. Ela mesma, só conseguiu estudar depois dos quarenta anos, depois de criar seus dois filhos, e foi a primeira de sua família a ter ensino superior. “Então via a UFMG como lugar que tem pessoas trabalhando e alunos estudando, via sala de aula, nossa, um lugar encantador pra mim, parecia que eu estava em outro mundo assim né?”

Conhecer a UFMG por inteiro foi muito bom para Paula e ela contou que tem certeza que essa “coisa boa” não foi só para ela, mas para sua família como um todo, “porque quando uma pessoa muda, isso muda o que está em sua volta ali também né? E isso é um legado que a UFMG trouxe pra mim e que eu vou guardar para o resto da vida por que a partir disso eu comecei a exigir que meus filhos também estudassem. Todos eles fizeram graduação, fizeram pós-graduação, eu fiz pós-graduação, minha irmã estudou e aí foi assim, uma coisa vai puxando a outra.” Paula não fez graduação na UFMG, estudou em um centro universitário privado. Nesse período já trabalhava na Faculdade de Educação.

Paula se casou no início dos anos 90 e no ano seguinte ao casamento teve sua primeira filha. Nessa época ela já trabalhava como auxiliar administrativa e foi quando abriu novo

concurso para o cargo de assistente administrativo. Paula fez a prova, foi aprovada e, sabendo que havia vaga para a Faculdade de Educação, solicitou que fosse alocada naquela Unidade. “E aí eu falei: não, quero ir, eu trabalhava numa unidade, é... Não era unidade acadêmica né, que era uma unidade mais... não sei como é que eu digo isso, mas não era acadêmica, tem um termo. Eu falei: quero ir pra uma unidade acadêmica pra eu perceber e sentir como que é trabalhar numa unidade que tem colegiado, professor, aluno... e pedi pra vir para a FaE.”

E aí foram. Paula e uma colega de trabalho e amiga, que também passou no concurso.

Sua filha ficava na creche, dentro da UFMG, e Paula diz que sempre via a placa da Faculdade de Educação, “aquí pra cima, subindo o morro né?”, e pensava em, um dia, ir conhecer aquele prédio. “E as coisas foram tecidas” de modo que ela foi, não só conhecer, mas trabalhar até sua aposentadoria. Paula foi direto para a pós-graduação, um setor com “colegiado, professor, aluno”. Trabalhou por um ano, com mais uma colega TAE e um “boy²⁶”, “um ótimo menino, fiz uma amizade grande com ele. Um rapaz assim super prestativo, querendo melhorar, com muitas histórias boas de vida e a gente partilhava isso. E é isso.”

Poucos anos depois que Paula entrou na FaE, seu marido veio a falecer. Nessa época, sua chefe assumiu a gestão da Faculdade e convidou Paula para que fosse trabalhar como sua secretária. “Já me conhecia e eu tinha perdido meu esposo há pouco tempo, meu esposo faleceu há pouco tempo, aí ela, acho que querendo me ter por perto pra poder ajudá-la como secretária, por que ela já me conhecia, e também pra eu mudar, acho que ela queria me dar um gás assim né... vamos mudar de ares, tal, foi maravilhoso”.

Paula aprendeu muito nesse setor, mas aconteceu a infelicidade de sua colega de trabalho, do antigo setor, falecer. Junto dela, estava trabalhando há bem pouco tempo, aquela sua amiga, que viera do Departamento Pessoal, e que ainda não tinha o conhecimento suficiente para assumir o setor sozinha. “Voltei”. E Paula voltou, assumindo um cargo de chefia, e “naquela turbulência assim de perder a **nome oculto**...”. Para todo mundo que chegava, Paula tinha que explicar o que tinha acontecido com a colega. “Muitos professores chegavam lá e falavam assim: eu chego aqui e só vejo a **nome oculto**”. Paula dava razão às pessoas. Sua colega trabalhou lá por muitos anos e era ótima profissional. Ensinou muita coisa boa para Paula, “tudo que eu sei, assim, a **nome oculto** que me ensinou”.

²⁶ Boy, aqui, é o mesmo que Office boy e significa “menino de escritório”. Trata-se de um cargo, não regulamentado, do profissional responsável por realizar diversas tarefas “simples”, rotineiras e de assistência em empresas e instituições.

A Faculdade é orgânica, não existe totalmente uma rotina, existem coisas que são feitas mais de uma vez ao ano, mas as demandas que aparecem são muito diversas, “então você acaba tendo que aprender na marra né? junto com a demanda que vai surgindo.” É telefonar para Brasília, para agências de fomento, para os setores centrais de assessoria... “Era telefone direto”. E Paula encontrou muita complacência em seus pares que estavam do outro lado desses telefones, “o pessoal se desdobrava em querer também me acolher, me ajudar, me ouvir, ouvir a demanda e me ajudar a solucionar”.

E assim ela ficou nesse setor, por vinte e seis anos. “Roberta, vou te falar que foram vinte e seis anos de trabalho e nesses vinte e seis anos, depois que eu cheguei perto pra pedir a aposentadoria falei assim: gente, que delícia que foi trabalhar aqui na UFMG, que sortuda que eu sou né, que eu fui e que eu sou com a vida, porque me presenteou com um trabalho num lugar que eu sempre achei bacana, sempre gostei de lidar com as pessoas, de conversar com as pessoas, e é um lugar que me fez crescer e crescer minha família sabe? e estar nesse espaço, onde a gente discute o que está acontecendo atualmente, na atualidade tanto política, social, econômica, é tudo tão bom assim, sabe? te deixa com a cabeça mais aberta. Tantas realidades que eu via aqui, nossa! As histórias das pessoas que passavam...”

Uma coisa que chamava atenção de Paula é que ela podia acompanhar percursos, “às vezes eu via a pessoa sendo bolsista de iniciação científica na graduação, aí depois eu via aquela pessoa tentar o mestrado, a trajetória dela todinha lá no mestrado...”. Ela conversava com muitos estudantes e tentava diariamente trazer leveza para as situações vividas por eles e elas, “e aí a gente acaba ficando próxima dessas pessoas”. Paula via o sofrimento das pessoas, as alegrias, os perrengues...

Ela também contou, em voz baixa, que viu muitos adoecimentos e se lembrou de uma época que tinha tanto adoecimento de estudante, que a Reitoria instituiu uma comissão de acolhimento para os casos de adoecimento. “Só sei que a vida não é fácil, pra estudante então, nossa... Eu lembro que tinha uma menina que falava assim, que na casa dela ela estudava, fazia pesquisa, não era fácil, e o resto tinha outros trabalhos e tal, aí na hora que ela era apresentada pra família falavam assim ‘essa aqui é a fulana’, ‘ah, aquela que só estuda’, só estuda, como se fosse fácil, é engraçado né? Eu ri tanto quando ela me falou, coitada, com essa peleja aqui, vai saber... cada um no seu canto chora seu tanto.”

Paula se sentia parte daquela instituição. E sentia que mesmo sendo TAE, era parte de transformações, “eu acho que é por isso que eu gostava tanto de trabalhar aqui. Porque eu tinha consciência de que aquilo que eu fazia, podia ser uma escuta né, sentar, acolher aquela

demanda, olhar as pessoas nos olhos e falar assim ó ‘pode falar, tô aqui pra te escutar’, né... deixa aqui o papel comigo, entregar um documento na hora certa, ou antecipar quando isso era possível, quando isso não fosse me atrapalhar e fosse ajudar alguém, se eu pudesse fazer, nessas coisas todas eu tenho certeza que eu contribuía, mesmo que não era na sala de aula lá, dando aula... o professor e tudo, mas, fazendo bem aquilo que estava ao meu alcance sabe? eu acho que aliviava um pouquinho a carga pras pessoas.”

Mais tarde conversamos sobre as atividades desenvolvidas por Paula, mais especificamente sobre a diferença entre aquelas atividades do cargo, descritas no Edital dos concursos que ela prestou, e aquelas atividades que de fato ela desenvolvia diariamente. Paula contou que sempre buscava enxergar a pessoa, o indivíduo, nas situações e não o que demandavam dela “por que a gente tá sempre lidando mesmo é com o indivíduo ali né? Porque se a gente ficar olhando só o que que você tem que fazer, só até aqui que eu vou..., ali já não é comigo, é com a pessoa que tá na mesa do lado né, tipo assim, isso aqui não é da minha seção, esse é da outra seção... por que no serviço público tem muito disso né? as coisas delimitadas, cada um na sua seção, cada um faz uma tarefa e pontual, passou dali já não é comigo. Tem coisas que realmente é assim mesmo né, por que é a burocracia do trabalho, mas também a gente não pode deixar que essa burocracia nos limite né, nem que nos... se feche ao outro, então quando a gente consegue fazer... ter esse jogo de cintura e ver que seu trabalho é um trabalho que atinge o outro, que não é só você que tá ali envolvido né... por que seu trabalho atinge o outro!”

Paula também sempre se esforçou para estar bem enquanto trabalhava, para que o público não levasse, daquele encontro, uma experiência negativa. Mas ela fez questão de salientar que às vezes ela não estava bem e também precisava de ajuda. Felizmente, Paula pôde contar com uma boa rede de solidariedade em momentos difíceis como, por exemplo, quando perdeu seu marido e tinha dois filhos pequenos. “Tanto no apoio emocional e também no apoio com as crianças né, sempre tinha alguém ali pra poder me ajudar, por que acho que se não fosse isso né, a gente desmorona né? a gente precisa um do outro, essa rede de apoio é muito importante.”

Essa personalidade era parte dela, fazia parte dos saberes de vida que ela trouxe consigo para o desempenho de suas atribuições. Paula considera que seus principais saberes foram aprendidos na vivência com sua família. “É que eu sempre vim de uma família... vim de uma família assim que sempre tive que lutar pra conseguir as coisas né? A gente tinha sempre que correr atrás... pra eu fazer o segundo grau lá em casa, eu e minha irmã, a gente

teve que cuidar das crianças dos outros, a gente trabalhava na casa das pessoas, sabe? Pra gente ter dinheiro pra pagar passagem, pra poder fazer o segundo grau... por que meu pai não tinha nem o primário então se a gente tinha o primeiro grau já tava ótimo, mas a gente queria fazer o segundo grau, então pra fazer isso a gente tinha que se virar nos trinta. Então isso me ajudou muito a saber que se eu tô aqui e tem um obstáculo, eu me virando eu consigo, sabe assim? Essa coisa da resiliência, de poder... Acho que isso vem muito do que eu vivi na adolescência né... que a gente tinha era a gente por a gente mesmo e tinha que lutar. E esse saber, assim, de ser persistente eu trouxe isso pra cá, porque aqui também teve muitos desafios, não é sempre um mar de rosas. Lugar nenhum é né?”

Sim, tiveram desafios, mas, para Paula, “teve muito mais... como posso dizer... teve muito mais coisas que me trouxeram, assim, sabe? Que me... que eu fiquei gratificada, que me fizeram crescer, sabe, que eu pude ver ali o amor como maior ou melhor do que outras coisas que podem acontecer sabe... Fiz muitas boas amizades, isso, assim, eu falo que ter conhecido várias pessoas... tenho muitas amizades com alunos, professores, técnicos, amizade pra vida, assim, né? É... pessoas que foram madrinhas do meu casamento e que eu fui madrinha do casamento delas, frequentava nossa casa... coisa que a gente leva pra vida né... que às vezes a gente fica muito tempo sem ver, mas é pra sempre, amizade é pra sempre. Eu penso que eu trouxe essa resiliência e levo muita gratidão e muitas amizades boas sabe... muitas boas lembranças.”

Nessa hora eu quis ouvir um pouquinho mais sobre o que seriam esses desafios, e Paula contou que o principal deles era a não valorização do Técnico Administrativo. Ela considera que “melhorou muito muito muito de uns anos pra cá”, mas diz que na época, lá no início, esse profissional não era valorizado. Ela imagina que talvez seja muito em função do que as pessoas pensavam, mas não sabe dizer o motivo. Diz que ouvia muita reclamação por parte dos TAEs do lugar de onde veio, lá do DP. Que tinha muita reclamação dessa não valorização de docentes para com os técnicos. E viu a história se repetir quando chegou à FaE, ouvindo as pessoas que estavam aqui há mais tempo. Paula diz que sempre foi essa luta pela valorização, mas que percebeu que isso melhorou de um tempo pra cá. “Não sei como é que tá hoje, depois que eu aposentei, sabe? Mas é... isso é um desafio grande né? Você... a gente encontrar o lugar e ser reconhecido por isso.”

Paula lembrou de uma professora, que, quando estava na coordenação de seu setor, a ajudou muito, inclusive na época em que ela estava fazendo sua especialização sobre as competências e saberes acumulados dos técnicos administrativos. Ela diz que essa professora

falava “olha, vocês é que têm o saber, como fazer a coisa, é vocês que sabem, então vocês têm que se empoderar e falar assim: olha, aqui quem sabe fazer sou eu, então me escuta”. E Paula se lembra desse tempo com carinho e diz que viu, nas coordenações da pós-graduação, uma escuta que foi muito bacana. “A gente começou a fazer reuniões pra avaliar o trabalho, saber o que podia melhorar, pra onde é que tava indo, sugestões de mudanças e isso foi bem bacana, coisa que eu não via no início.”

No início Paula via que os técnicos não eram valorizados. E que as pessoas diziam isso. “Nossa era uma queixa enorme, uma queixa geral”. Segundo ela, não tinha espaços institucionais para essa discussão, não se falava sobre valorização de trabalhadores técnicos nas instâncias da Faculdade.

Paula também se lembrou das tensões em época de greve. “Meu Deus!” Ela, que ocupava um cargo de confiança, sempre ficava dividida entre se unir ao movimento de sua categoria e cumprir a função que era demandada. “Isso sempre foi uma coisa que me angustiava. Sempre.” Isso porque, Paula contou, ela tinha consciência da importância dos movimentos parciais. Ela sabia que “precisava da greve, por que a gente só consegue as coisas com luta né? Só com greve”. Mas saber como ela iria lidar com as consequências depois era sempre angustiante.

A essa altura poderíamos, ao menos, imaginar que Paula acabasse optando por cumprir as funções e ficar de fora da greve, mas não. Com a boca bem cheia de orgulho ela contou que participou de todas as greves em seu tempo de trabalho. “Todas, você acredita? Mesmo com essa angústia eu falava: gente, mas se a gente não lutar como é que vai ser?” E ela participou de greves longas. Recordou de uma que durou por volta de quatro meses. Além das atividades de greve, que demandam muito dos trabalhadores, ainda tinha o serviço parado - “não estávamos aguentando mais... e o serviço parado... e retornar, e essa coisa de você colocar as atividades em dia, você ver a angústia do povo que vinha pra ser atendido e não tinha ninguém...”. Ainda bem que deu resultado. Paula não se lembra em que ano foi essa greve, mas por perceber a força que o sindicato teve no movimento, continua sindicalizada até hoje.

Nem tudo eram flores, mas nem tudo eram angústias. Paula quis contar das coisas boas que viveu. Escolheu falar das relações construídas nesses muitos anos enquanto TAE. Para ela, os amigos são presentes que a gente ganha ao longo da vida, então nada mais natural que o local de trabalho ser um local de construção de afeto e, para Paula, a FaE foi esse local “especialmente”. “Eu tive muitas pessoas queridas que trabalhavam lá comigo, que dividia o mesmo espaço, a gente dividia as angústias, tinha a hora do café, ou hora do almoço, as vezes

um cochilinho depois do almoço, ali dentro do horário do almoço, e ali a gente partilha a vida e assim a gente vai construindo as relações. Quando você partilha um pouquinho de você, recebe um pouquinho do outro...”

O horário do almoço era sempre um desses momentos de partilha. E existia na Faculdade (e ainda existe) um “espaço para se almoçar junto, ali na copa... A copa é um espaço muito legal porque ali você tem não só colega de trabalho, mas outros também né? Porque isso dá uma alargada nas amizades. É um lugar que tem uma televisão, onde você acompanha o noticiário de meio-dia, sabe o que que está acontecendo lá fora né... porque eu vim de uma época assim, que a gente demorou a ter internet aqui né... por que depois a gente olhava a internet e todo mundo sabia de tudo né”. A copa era o principal espaço de partilha da Faculdade.

Apesar de existir um restaurante universitário, o “Bandejão”, Paula confessa tê-lo frequentado pouquíssimas vezes. “Eu achava que tinha muita gente, que demorava demais. Aí acaba que horário de almoço, antes, quando os meninos estão pequenos, você vai em casa comer. Então ou levava alguém na escola ou buscava alguém na escola né? Aquela correria de mãe né? De buscar e levar menino pra escola. E aí passou esse período. Depois quando todo mundo estava já... cada um se virando, aí tem que ir ao banco, às vezes você quer fazer uma ginástica, tudo no horário de almoço. Já fiz ginástica no CEU²⁷ em horário de almoço, fazia natação na educação física, então era sempre preenchido assim, sabe? Os horários de almoço na correria. Então quando eu via uma fila muito grande já falava assim: ai, não vai dar.”

O horário de almoço era, também, esse momento de correria, de resolver as questões que não esperam o final do expediente. “Era rapidíssimo, pra vida continuar”, diz Paula aos risos. E ela sempre trabalhou nesse horário comercial compreendido entre a manhã e a tarde. Chegando às oito horas e saindo às dezessete. “Saía cinco horas, aí essa hora já era chegar em casa mesmo, às vezes dava tempo de passar no sacolão ou no supermercado né, que é até mais tarde, mas as outras coisas... Teve uma época que pagar contar você tinha que ir no banco, na fila de banco, olha que tristeza. Até que veio o caixa pra cá, esse caixa eletrônico... Aí os caixas eletrônicos vieram, aí melhorou bastante porque a gente já pagava as contas por aqui mesmo... agora a gente já paga no celular né... bom demais.”

Paula viveu muitas mudanças na FaE. Quando ela chegou, o espaço era diferente. A conformação era outra bem diferente da que temos hoje. “Aqui, esse prédio aqui não existia, aqui eram quadras”, diz Paula sobre o prédio “novo” que hoje já deixa espaço para o novo

²⁷ Centro Esportivo Universitário da UFMG.

“prédio novo”, inaugurado em 2022. “Quando eu vim pra FaE, naqueles gabinetes lá em cima, mais precisamente onde é agora o DMTE, ali era a Diretoria e a pós-graduação sempre foi naquele lugar ali onde ela está, de frente o DAE, né? Tem a pós, o DAE, o DECAE e o DMTE. Então era só aquilo ali, até a biblioteca. Aquele corredor da pós e da biblioteca é o que existia, pra baixo tinha o corredor, que era o CEALE, e acabou. A Portaria era só lá em cima, a portaria onde é atualmente, já era portaria, era a única pra tudo, aluno, professor, e técnicos. Não tinha outra entrada. As salas de aula eram só lá, as salas de aula eram ali naquele corredor onde era o almoxarifado, ali era sala de aula, ali tinha várias salas de aula de um lado e de outro. Aquelas salas que são da pós-graduação eram salas de aula.”

Paula diz que havia pouquíssimas salas de aula na Faculdade antes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). “Como que a Pós cresceu. A UFMG... a FaE cresceu. A UFMG toda né? Mas cresceu muito em função do REUNI. Quando teve o Reuni, aí veio verba do Governo Federal, todo mundo reclama do governo Lula, mas foi no Reuni que veio né, a expansão do ensino superior. Aí teve dinheiro pra construir esse prédio e os outros prédios também”.

Para ela, o REUNI foi uma ação muito positiva “pra Faculdade, pra todo mundo... Pros técnicos, porque, por conta disso, como aumentou a demanda de alunos... Porque não tinha curso noturno também, né? Nas outras unidades. Eu não lembro se já tinha Pedagogia a noite, não tô lembrada. Mas os outros cursos que abriram vagas pro noturno teve demanda pra técnicos também, pessoas pra trabalhar a noite. Aumentaram os cursos, aumentou também as pessoas pra trabalhar. Não na mesma proporção que deveria ter sido aberto, que deveria ter sido criadas vagas né, por que tá todo mundo sempre reclamando que tem poucos técnicos né? Tem demanda, mil demandas aí, e não abre concurso. E essa queixa é histórica. Essa queixa de falta de funcionário é histórica.”

Paula também sentia que faltava funcionário. “Sentia. E faltava”. “Vocês ficavam sobrecarregados?” Perguntei. “Nooossa, demais! Demais”, ela respondeu. “É uma luta, sempre, pra poder conseguir um funcionário novo pros setores. Você tem que justificar mil vezes... O Diretor pede pra você justificar a demanda e ele tá careca de saber que precisa, por que ele também precisa justificar para a Pró-Reitoria de Recursos Humanos... e assim vai né... mas sempre... isso aí foi um dos desafios, viu? Você conseguir trabalhar com poucos, poucas pessoas pra colaborarem né... poucos técnicos.”

Paula quis saber quantos TAEs havia na FaE hoje e respondi que éramos sessenta e poucos. “Nossa, só? Até hoje? Eu lembro que éramos 58, cresceu o que? Nada”. Paula diz

que, por isso, sempre foi necessária a contratação de terceirizados, de estagiários e bolsistas, o que, apesar de ajudar na divisão do trabalho, era “uma coisa ruim pro serviço público”. “Acho que é isso né? Essa contratação da mão de obra terceirizada é ruim porque acaba que não pressiona o governo pra poder abrir concurso”. E Paula afirma que existiam muitos trabalhadores nessa situação. “Muitos, muitos, muitos”.

Paula também apontou que outro ponto negativo da terceirização dos serviços do TAE era o enfraquecimento das greves. “Enfraquecia demais porque eles não participavam e faziam o serviço. E o professor e o coordenador ou o Diretor, vendo a pessoa ali... Uai, a demanda chegou, você tá aqui, você faz, né? Sabe assim? Alguns conseguiam respeitar ‘isso é serviço do técnico, não é pra você fazer’, mas outros não. Achavam que não, a pessoa... queria se ver livre também né? Daquele trabalho, daquela demanda, queria responder e pronto.”

Para ela, esse perfil de desrespeito às greves era mais visível nos docentes mais antigos. “É muito interessante porque acho que isso era mais do povo antigo. Eu acho que eles vieram de outra época, onde eles tinham essa coisa do ‘docente é o que manda, a universidade sem mim não é nada’, tem muitas pessoas com essa cabeça, mas muitos foram embora também, se aposentaram... E chegaram outros com a cabeça melhor, de valorização. Aí que veio chegando a época da valorização do servidor técnico-administrativo, né? As pessoas vieram com outra cabeça, sabendo que a máquina não funciona se tiver uma perna quebrada.”

Precisamos fazer uma pausa em nossa conversa, porque Paula tinha um evento, a seguir, sobre a história do setor onde trabalhou por tanto tempo. Fomos juntas.

“Passou tão rápido, tinha tanta coisa pra dizer!”

“Mas aí, eu não sei se eu consegui te responder essa pergunta né? Como é que eu cheguei até aqui, de onde eu vim...”

Será?

4.1.9 História do aposentado Dico

“Eu sou gráfico de nascença”

No primeiro contato telefônico para convidar Dico a participar da pesquisa, fui informada por sua esposa de que ele havia sofrido um acidente vascular cerebral (AVC). Dico estava se recuperando muito bem, mas ainda com muitas dificuldades para falar. Sua esposa

pediu que eu explicasse do que se tratava a ligação e considerou que seria importante para ele, que participasse da pesquisa. Ao transmitir as informações à Dico, este respondeu que não. Não daria entrevista nenhuma. Reafirmei que não havia problemas, mas, envergonhada, sua esposa pediu que eu enviasse por escrito para que ela pudesse ler para ele e explicar do que se tratava, com calma. Enviei o texto do TCLE e algum tempo depois recebi seu retorno: Dico participaria da pesquisa. Ele não queria participar de entrevista, mas se era para contar sua história, ele iria.

Nos encontramos na Faculdade de Educação: Dico, sua esposa e seu filho. E Dico, com um sorriso no rosto, disse que ia me contar sua história. Devido ao problema de saúde e às dificuldades com a fala, sua esposa e filho participaram da conversa para me ajudar a entender o que ele dizia. Por esse mesmo motivo, a transcrição da entrevista não foi possível e, portanto, conto a história de Dico, da melhor forma que consegui, voltando à gravação de nossa conversa naquele dia e seguindo a cronologia estabelecida por ele.

Dico entrou para a Universidade quando ainda “era só Universidade Mineira, mais nada. Não tinha federal, não tinha nada”. Ele se lembra que uns cinco ou seis anos depois, a Universidade foi federalizada. Quando isso aconteceu, ele não queria continuar, mas seu chefe o alertou sobre os benefícios que ele teria por ser um funcionário federal. “Ele falou: pode assinar que você não vai se arrepender não. Ele é meu padrinho de casamento (risos)”. E Dico assinou, seja lá o que for, e não se arrependeu. “Daí pra frente eu passei a me guiar.”

Dico era tipógrafo e trabalhava na Imprensa. Ele contou que o pessoal falava para ele fazer uma coisa, mas ele fazia era o que achava que fosse o certo. E quando vinha promoção, vinha para ele primeiro. Ele lembrou que recebeu duas promoções e que o pessoal, insatisfeito, foi ao Reitor perguntar o motivo. Dico conta que ele respondeu que era porque ele era mais inteligente. “Ó, eu só tenho o curso primário. Até hoje só tenho o curso primário, mas só que o que você fala comigo, eu procuro entender e ir melhorando”.

A primeira promoção chegou depois de uns cinco anos da federalização da universidade. O Diretor da Imprensa falou que iria colar as informações no quadro de servidores. Todo mundo foi correndo para ver. Ele não foi porque achava que seu nome não estaria lá. Quando todos voltaram ele foi. Começou a procurar seu nome de baixo para cima e seu nome era o primeiro da lista. E sempre que vinham promoções, Dico era o primeiro a ser promovido. E o Reitor dizia que era porque tudo que pedia a ele, ele fazia e não dava desculpas. “Já cheguei a ficar na Imprensa até dez horas da noite”. E Tinha um moço que o levava em casa. Ele morava em Venda Nova. O moço o levava em casa e depois voltava para

casa, que era depois do Estádio Mineirão. “Mas não tinha Mineirão, não tinha nada ainda não”. Dico conta que só tinha a Imprensa no Campus, lá embaixo, e o resto era mata.

Na imprensa, as pessoas o obedeciam porque ele era o que melhor conhecia o serviço. Tempos depois, entrou um novo Diretor e desde o primeiro dia ele e Dico já “descombinaram”. E aí, quando Dico viu que não daria certo com ele, pediu transferência. “Aí todo mundo me queria. (...) Eu que iria escolher onde eu iria ficar. Aí fui em três, quatro lugares e não gostei dos lugares que eu fui. Aí vim aqui pra Faculdade, que é aqui”.

Quando chegou à Faculdade de Educação, falaram com ele que tinha “serviço pra danar” e só ele para resolver. “Aqui que eu quero então”. Dico explica: “Eu resolvendo, eu resolvo de meu jeito. Gastei seis meses para pôr o serviço em dia. Tinha serviço todo dia. Todo dia, mas muito serviço”. Depois de pôr o serviço em dia, ele conta que conseguia fazer seu trabalho e sentar um pouquinho para ler o jornal ou até andar pela Faculdade.

Dico se lembrou dos colegas da FaE e de um, em especial, que foi para a Bahia e ele nunca mais viu, “porque ele não voltou aqui e eu nunca fui à Bahia”, mas que lhe escrevia para contar como estava por lá. Escrevia porque, nesta época, ainda não tinha telefone. Inclusive, ele se lembrou que ficou muitos anos sem telefone em sua sala. Mas ele diz: “Resultado, o que eu sei é que eu gostei demais de ter entrado pra Universidade”.

Tudo que quis, na vida, Dico conseguiu trabalhando na Universidade. Ele contou que naquele tempo só se conseguia as coisas por merecimento e que, portanto, ele trabalhava muito, além da conta. Ficava até mais tarde com frequência, enquanto trabalhava na imprensa, e quando chegava no dia seguinte o serviço já tinha sido despachado porque ele tinha deixado pronto. Até em Brasília, ele diz que as pessoas tinham notícia dele e que ele já recebeu ofertas para ir para lá. Mas na época não foi, porque sua ex-esposa não quis ir e ele tinha um filho pequeno.

Conversamos sobre família nessa hora e Dico se emocionou bastante, falando do filho que estava na sala, o mais jovem, do casamento atual, e que faz tudo por ele. Dico tinha, no dia da entrevista, quase 90 anos, e me disse que começou a trabalhar na Universidade aos 18. Mas ele queria me contar sua história, sobre como tudo isso começou. Quando ele veio para Belo Horizonte. “Aí já é outra aventura”.

Ele tinha 14 anos, nascido e criado em Raul Soares. Todo mundo por lá ia para o Rio de Janeiro e voltava. Ia para São Paulo e voltava, “cada um com uma desculpa”. E Dico dizia que quando ele fosse para onde quer que ele fosse, não iria voltar. “Quando fiz 14 anos, cismeimei de vir pra BH”. Havia uma família amiga de sua família e que ele gostava muito, então

ele falou: “eu vou pra casa do Sr. Joaquim mais D. Maria, porque eu gosto muito deles e eles também gostam muito de mim”. Mas ele não sabia que eles moravam na favela, só sabia a rua “Rua Mendes de Oliveira, Santo André”.

O pai de Dico “não ia pra lugar nenhum”. Ele era barbeiro e estava trabalhando a noite, quando Dico foi à barbearia avisar que estava indo para Belo Horizonte no dia seguinte. O trem sairia às seis e pouca da manhã e seu pai disse que o levaria à estação. Eles dormiram no chão da barbearia porque não tinham dinheiro para pagar uma pensão. O dinheiro de Dico estava contado para ir para Belo Horizonte: 60 cruzeiros.

No outro dia, pegou o trem até Ponte Nova e teve que dormir por lá, porque quando chegou, o único trem do dia já havia partido. No dia seguinte chegou bem cedo à estação e comprou sua passagem no guichê. Ficou lá esperando dar 1 hora “porque mineiro não perde o trem”. Quando o trem saiu, Dico conseguiu um lugar no cantinho, em que ninguém o incomodasse e que pudesse dormir, já que não havia dormido a noite, pensando em como seria o dia seguinte. “Mas aí veio um padre gordão e sentou do meu lado e começou a conversar”. O Padre era de Caratinga e também estava indo para Belo Horizonte.

Quando o trem chegou em Belo Horizonte era meia-noite e Dico não podia ir para a casa de seus amigos de madrugada, então foi para um Hotel. “Esse Padre foi comigo, fêdaputa, todo lugar que eu ia o padre ia. Eu pedi o quarto, ele pediu o mesmo quarto. Mas aí os hotéis todos tinham duas, três camas. Aí eu vou pra minha cama, o padre foi pra minha cama e começou a me amolar. Eu nunca xinguei um padre, mas nesse dia... as coisas já não estavam saindo como eu queria... comecei a brigar com ele”. Aí o dono do Hotel veio e ameaçou chamar a polícia caso não parassem de brigar. Então o padre foi para sua cama e Dico ficou na sua, mas não dormiu, de novo.

No dia seguinte, às 6 horas da manhã, Dico levantou e foi procurar saber como chegar ao endereço de Sr. Joaquim e D. Maria. Falaram com ele para pegar o bonde, em frente à Araujo, com destino ao Bairro Santo André. “Ai peguei o bonde e não sabia que um bonde andava tão devagar (risos).” Quando chegou à rua, ele desceu do bonde. Santo André era um bairro muito pobre. As pessoas iam a pé até o centro da cidade porque não tinham dinheiro para o Bonde. “Quando eu desço do Bonde e olho pra cima, vejo D. Maria lavando roupa”. Dico foi até o meio-fio e gritou por ela, que ficou muito feliz em vê-lo. “Você vê a alegria que o pessoal tinha com a gente, não é só comigo não, com todo mundo”. Dico refletiu que era um tempo diferente, no qual as pessoas se ajudavam mais, não era como hoje, onde cada um só se importa com seus próprios problemas. Dona Maria o levou para sua casa e seu marido e filhos

o receberam. Dico se lembrou com detalhes do café requentado que tomou, de Sr. Joaquim o recebendo muito bem, mesmo mal de saúde devido a uma ulcera, e de D. Maria dizendo a um vizinho, também de nome Joaquim, que seu conterrâneo tinha chegado de Raul Soares para morar com eles.

Então Dico se surpreendeu: ele já tinha lugar para morar. D. Maria voltou para suas roupas e ele foi ao Centro da cidade fazer alguma coisa que precisava. Joaquim o acompanhou para mostrar o caminho. Chegando à Avenida Afonso Pena foram andando rua afora e um homem se aproximou e tirou um retrato deles. Como ele não sabia que os retratos eram pagos, ele permitiu. “Sabe quanto ele me tomou? Dois cruzeiros. Mas foi bom que eu tirei retrato. Aí aproveitei e mandei para minha mãe lá em Raul Soares. Aí, menina, minha mãe chorou quando viu no retrato eu na cidade grande”.

Veza ou outra Dico perdia o “fio da meada”. Mas o encontrava logo. E aí ele precisava de emprego, mas “não sabia que emprego aqui era tão difícil não”. Dico sempre gostou de gráficas e, em suas andanças, viu um anúncio de que estavam precisando de um gráfico para trabalhar na rua Rio Casca, em um jornal que chamava “O Poder”, “um jornal espírita”. Dico pensou: “Eu não sou gráfico, mas sei conversar”. Ele foi até a Gráfica, encontrou o Sr. Arlindo e explicou que tinha chegado à Belo Horizonte, vindo de Raul Soares e que “toda vida foi doido pra ser gráfico”. “Gráfico é tipógrafo”. Sr. Arlindo perguntou o que ele sabia fazer e ele respondeu que não sabia fazer nada, mas que queria aprender tudo do zero.

Dico foi contratado e começou naquele dia mesmo. Sr. Arlindo chamou seu filho, Pedro, que ensinaria o serviço a ele. A Gráfica era pequena, “mas cabia uma máquina de todo tamanho”. Nessa hora, Dico pegou algumas folhas de papel para me mostrar como a máquina funcionava. Você pegava uma folha de jornal aberta e enfiava na máquina que levava até cair lá do outro lado. Ele ficou lá durante umas três semanas vendo isso acontecer e aprendendo. Certo dia, Pedro não chegou. Dico chegava entre 6:30 e 07:00 horas e resolveu colocar o jornal para rodar e adiantar o trabalho de Pedro. Mas ele não sabia que a ordem das quatro páginas da folha eram “1 e 4, 2 e 3”. Então ele montou as chapas com cuidado, letra por letra, e colocou na máquina, mas na ordem 1 e 3. Quando Pedro chegou, viu que estava tudo errado. “E pra tirar aquilo lá de dentro?” Pedro arrumou tudo com muita calma e cuidado e Dico me mostrou como ele fez, mas não consigo reproduzir em texto. E ele se admirou de como Pedro não perdeu a calma e nem brigou com ele, só pediu que ele o esperasse chegar até ter o domínio. “Foi uma lição.”

E aí conseguiram imprimir o jornal. “O jornal era espírita, metia a ripa no Papa. Eu como católico, menino... mas falava: eu tô trabalhando, não interessa. Aí eles metiam a ripa no Papa e eu ia defendendo o Papa, mas só na minha cabeça. Hoje eu não defendo o Papa mais não. Pra mim é um homem como outro qualquer, só que ele estudou e eu não estudei”. Quando tudo estava tranquilo na gráfica, Pedro mandava Dico buscar linotipo, “é uma barrinha de chumbo, desse tamanho assim, com as letras tudo aqui em cima. Aqui você escreve o que você quiser. Tem um livro aí pra eu te mostrar?” E Dico me mostrou como fazia as páginas com o linotipo.

Ele trabalhou na gráfica “O Poder” por um ano e meio, depois saiu, “porque eu sempre arrisco na minha vida” e conseguiu emprego na Gráfica Veloso e Cia, na época, a maior gráfica de Belo Horizonte. Ele comprava jornal todos os dias, “sempre o mais barato”. Tinha um jornal que chamava “O Diário da tarde”, mas ele só saía duas horas da tarde então não servia para procurar emprego. Bom para procurar emprego era o Estado de Minas.

Dico ainda não sabia fazer todo o serviço da nova gráfica, mas o salário não estava sendo o suficiente nem para ele comer. Então, um dia, pouco antes ou pouco depois do almoço, ele foi ao dono da Gráfica, Sr. Milton Veloso, e pediu um aumento. Falou que o dinheiro não estava suficiente nem para ele comer e nem para pagar o bonde. Ele pegava um bonde, descia no centro e ia o resto a pé. O patrão respondeu que aumento era só quando o sindicato desse e Dico já havia participado de reuniões de greve do sindicato e sabia que isso não aconteceria tão cedo. “Eu, toda vida, não pra mim é não pra sempre. Quando Sr. Milton falou comigo que aumento era só quando o sindicato dá, já pensei: de tarde eu vou embora e não volto mais. Acho que era uma quinta ou sexta-feira. Não volto aqui mais não. Aí, quando foi de tarde eu fui embora e já fui caçando serviço em tudo quanto é lugar. Achei numa gráfica, no Centro mesmo, e continuei trabalhando”.

Nessa outra gráfica, do Centro, Dico soube que a Universidade estava criando uma Imprensa. “Aí quando eu vi aquilo, é claro que eu não ia perder essa, né? Corri lá, fui o primeiro a chegar”. Dico já sabia fazer bastante coisa do serviço, “mas acaba que aumenta um pouquinho né?”, e ele falou que faria tudo que dessem pra ele fazer. Dico foi contratado, passou por todos os trâmites admissionais e no dia seguinte, às 07 horas da manhã, começou a trabalhar.

A Imprensa tinha vinte e cinco funcionários e “todo mundo conhecia todo mundo” - Dico havia separado um retrato dos colegas, para mim, mas se esqueceu de levar. Nessa época nem conta em banco ele tinha, “o salário era a conta de pagar as contas e comprar as coisas

para o mês”. Quando ele se casou, tinha um colega na Imprensa, chamado William, a quem Dico passou o dinheiro do aluguel de sua casa e pediu que guardasse enquanto ele viajara para sua Terra. “Você fica com ele pra mim e não gasta não porque eu não tenho outro pra repor. Aí dei o dinheiro pra ele, 50 cruzeiros da época, e fui embora tranquilo pra minha terra, recém-casado, com minha noiva”. Quando Dico voltou, o colega mostrou que tinha guardado o dinheiro em um escaninho, no fundo da Imprensa.

Depois disso ele decidiu abrir uma conta no Banco Nacional. No Banco, ficou sabendo da caixinha de natal e passou a fazer uma para o pessoal da Imprensa. Todos davam uma quantia por mês, ele colocava na caixinha e o valor ia rendendo até o final do ano, quando ele tirava e dividia entre os colegas. “E toda vida rendia muito, rendia tanto que nós mesmo ficava bobo. Sabe o que nós fazia? Ia no atacadista (inaudível) comprava saco de arroz, de feijão, saco de tudo... açúcar, e vendia lá pros funcionários da Imprensa mesmo. E isso começou a render...” E foi daí que Dico teve a ideia de criar uma cooperativa financeira. E criou. Ele conta que essa cooperativa existe até hoje e que a conhecemos como ASSUFEMG. E que até hoje ele ajuda e é ajudado por ela. “O pessoal confiava em mim e confia até hoje. Se eu chegasse lá na Imprensa e falasse com os colegas lá assim: ô gente, a Cooperativa tá precisando disso assim, assim, assim, cês topam ajudar? Tudo ajudava sem (inaudível) nenhuma. As vezes até pedia dinheiro emprestado pra cooperativa não morrer.”

Dico contou, nessa hora, que trabalhou na Imprensa a vida inteira, “desde o primeiro dia que entrei, até o dia que eu aposentei”, considerando como “Imprensa”, também, o trabalho na gráfica da Faculdade de Educação. “Eu não queria aposentar”, ele disse, mas o pessoal falava para ele aposentar, que não fosse bobo, pois já havia doado sua vida para a Faculdade e merecia descansar. E ele contou que depois de aposentado, abriu sua própria gráfica e ainda fazia alguns trabalhos na Faculdade.

Perguntei como havia sido a mudança da Imprensa para a gráfica da FaE e ele ficou um pouco confuso, não soube dizer. Depois ele lembrou do fato, como já dito, de que tinha seis meses de trabalho atrasado quando ele chegou “e eu consegui, em seis meses pus em dia. Foi aí que eu descansei”. Dico contou que foi difícil colocar o serviço em dia porque as demandas eram muitas. O pessoal ia à gráfica de manhã e pedia as cópias para a tarde, então ele fazia o que fosse para aquele dia e deixava para depois o que era possível, para resolver o que estava mais atrasado. “Mas foi bom, porque aí eu fiquei conhecendo todo mundo. Tinha doutor que ficou meu amigo, de chegar a ter aniversário dele na casa dele e ele me convidar pra ir lá. Mas eu nunca fui, eu não sou muito de ‘coisa’. Eu lembro que o pessoal gostava

tanto de mim: ‘ô Dico vai ter uma festa lá em casa assim, assim, assim, vai você, leva sua família. Eu nunca fui, eu prefiro ser lembrando com ‘coisa’ do que lembrando como interesseiro. Aí, mas foi tudo muito bom porque eu fiz muitos amigos”.

Salete, Angelina, Helvécio... “ninguém tá mais aqui”. “Sr. Valdemar...” Dico contou rindo bastante, que todo mundo almoçava “aqui” e que o Sr. Valdemar era tão pão duro que vinha comer pão com salame aqui na cantina e ficava o dia inteiro só com o pão, para não precisar trazer almoço de casa. “Ah menina... isso foi há... nó... eu gostava do Sr. Valdemar!” Sr. Valdemar já faleceu? Perguntou sua esposa. “Há muito tempo uai! Quem resiste a esse tempo? Só eu (risos)” Nessa hora, sua esposa entrevistou: Disse que Dico estava bem agora, mas que esteve “na tábua da beirada”. Teve um AVC isquêmico, pegou COVID, teve pneumonia... ficou internado e precisou de muitos procedimentos. Há seis meses está bem, mas os tratamentos continuam.

Depois disso, para voltarmos, perguntei a Dico se ele sabia me dizer qual era o nome de seu cargo na Faculdade. Ele respondeu que era “gráfico”. Perguntei se também era considerado técnico administrativo e ele disse que não. “Não, eu não cheguei nesse pedaço não, esse pedaço era o pessoal mais inteligente do que eu”. Nessa hora foi bem difícil entender o que Dico estava falando, mas me parece que ele disse que sempre tinham as pessoas que protegiam algumas pessoas específicas. Ele tentou contar que sempre que precisava de alguma coisa, pedia ao Inácio. “Aqui tinha um rapaz aqui, trabalhou muito tempo também aqui: Inácio. Você conheceu? Eu vou meter a ripa nele aqui um pouquinho (risos). Ele era meio bobo. Sabe aquele funcionário que tem proteção, mas não sabe o valor daquilo? Inácio era assim. Então quando eu precisava de alguma coisa eu tinha que influenciar ele pra fazer aquela coisa, mas ele não sabia que tava fazendo pra mim não... (inaudível). Aí resultado é que... eu lembro... teve uma vez que eu caí do cavalo, menino, e quebrei o braço... aí esse braço ficou agarrado aqui um tempão.”

Dico se confundiu e emendou uma longa história sobre sua infância. De quando quebrou o braço, caindo do cavalo, e o seu Padrinho João foi à mata, caçar e matar uma anta, para retirar o óleo cacho danta, que “é o ‘saquinho’ da anta”, e passar em seu braço, que estava “preso” e não mexia. Seu braço soltou de repente em um dia na escola e nunca mais “agarrou”. Dico se emocionou ao falar de seu padrinho, que nunca o abandonou. Quando fez quatorze anos e resolveu ir embora para Belo Horizonte, estava morando na casa dele, para trabalhar. “Aí resultado... Mas vamos continuar porque se eu for contar meus casos íiii...”

E Dico voltou a falar da gráfica na FaE e de seu relacionamento com as pessoas. Os professores, que ficaram seus amigos e passavam horas na gráfica conversando com ele; suas colegas da gráfica de quem ele sente saudades e queria ter notícias, saber se estão vivas - “mas deve tá, gente boa vive mais” – e até dos filhos de uma de suas colegas, que passavam o dia na Faculdade e com os quais ele se divertiu contando histórias... “Quem era amigo, era amigo mesmo, mas quem não era também, não era”. De coisa ruim, Dico diz que não se lembra de nenhuma. “Gozado, não lembro mesmo... Nada pra mim é ruim (risos). Todo mundo gostava de mim aqui. Todo mundo gostava de mim na Imprensa”.

Perguntei a Dico como era seu trabalho na Gráfica e ele me contou assim: “Vão supor que você faz uma lição pros alunos seu, na sala aqui. Aí você queria imprimir aquilo pra os alunos levar pra casa. Cê tem vinte alunos na sua sala então você precisa de vinte cópias. Então você ia lá na gráfica, me dava o coisa, ‘ô Dico, preciso de vinte cópias dessa’. Ai eu começo. Depois de seis meses, começo a fazer isso tudo. Tinha gente que era tão amigo que até aguardava. Você conhece é... (inaudível) mimeógrafo? Ainda tem aqui até hoje? Deve ter. Eu sei que me davam o artigo, eu passava aquilo tudo para o mimeógrafo e com vinte minutos – isso nós tamo conversando, eu tô conversando com você, mas fazendo o serviço. Aí as vinte cópias já tão aqui, você já leva daqui. Então o serviço aqui ficou todo em dia, até a Diretora, que nunca gostou muito de ninguém, ela chegou a gostar de mim (risos)”.

Dico não se lembrava do nome desta diretora. “Aqui só tinha um ou dois que gostava dela, que ia pra sala dela, pra sala da diretora e passava horas e horas conversando com ela. Porque era tudo assunto que os três ou quatro gostavam. Eu, por exemplo, nunca fui chamado pra ir na sala dela. Nunca fui (inaudível), também, não dava motivo, pra que que ela ia me chamar? O que eu sei, com isso tudo... Como é que eu esqueci o nome da diretora gente? Eu cheguei a ir na casa dela uma vez pra buscar não sei o que, mas fui com ela no carro dela e voltei de ônibus. Eu tinha carro, eu podia ter ido no meu carro e ela no dela, mas falei: eu não vou gastar minha gasolina né? Aí eu fui e voltei de ônibus (inaudível), fui uma vez só na casa dela. Esqueci o nome da dona...”

“Aqui tinha... todo lugar que você trabalha tem quem é seu amigo e quem finge que é seu amigo. Aqui tinha um rapaz que chamava... motorista da Faculdade... ele chamava Júlio”. Dico conta que chegava às 07 horas e saía às 16 horas, “escondido”, porque se o vissem ele tinha que trabalhar mais. Naquele tempo ele já não “marcava ponto”. “Eu cheguei ao ponto que eu não precisava marcar ponto mais”. Ele diz que não precisava porque já tinha a confiança de todos. Ele também se lembrou de quando tinha ponto, até tinha seu cartão em

casa, até hoje, mas estava junto fotos e demais coisas que ele se esqueceu de levar para nosso encontro.

E Dico contou de um dia em que saiu às 16 horas, “escondido”, e a Diretora saiu no mesmo horário - “só que eu não vi, que se eu visse eu tinha ficado pra trás, né?”. Quando chegou em frente ao corpo de bombeiros, Dico olhou para o lado e viu a Diretora e o motorista da Faculdade. “Aí, ele um pouquinho na frente e eu um pouquinho atrás. Aí falei: vou descer mais. Olhei, não tinha ninguém, descia mais um pouquinho, ele também descia, eu descia, ele descia. Olhei e falei (em sussurros): fédaputa. Ele: fédaputa é você que tá fugindo (muitos risos). Aí no outro dia a gente ria pra danar. Aí... resultado... essa parte eu não esqueço (inaudível). Aí de noite, eu sozinho na cama e lembro das passagens, o que eu já passei. Ô gente, o Júlio, hein? E ele era um cara legal, mas aquele dia... desculpa a palavra, ‘vou F... o Dico’ (muitos risos).

E Dico também se lembrou que nesse mesmo dia, ainda passou pelo sufoco de fugir de um pneu, que caiu de um caminhão e quase bateu em seu carro.

“Pergunta mais (risos)”, pediu Dico. E pedi que ele falasse o que quisesse, falasse do que ele mais gostava quando trabalhou “aqui”. “Posso falar com cê? Você não vai gostar do que eu vou falar, não vai gostar: do serviço”. Ô gente, como que eu não vou gostar? Perguntei. E também perguntei o que esse serviço tinha significado pra ele. Dico respondeu emocionado: “Não sei falar, mas é muito. Mas o serviço da Imprensa, da Faculdade e da Federal foi o que mais me valorizou na vida. (...) Porque sem ele eu não tinha nada, como é que eu ia (inaudível)... Lá na Roça (inaudível) tinha loja de mantimento e bar, lá não tinha futuro...”

Dico contou que, antes de se mudar para Belo Horizonte, ele plantou feijão e vendeu, para conseguir dinheiro. “Você planta um litro de feijão, você colhe um saco. Aí eu plantei seis litros de feijão, colhi seis sacos. Aí colhi, ensaquei...” Com o dinheiro desses sacos, Dico conseguiu comprar um par de sapatos. “Na roça, se você pegar um sapato, todo mundo fala que você é rico. Ô gente, o pessoal... me gozaram porque eu comprei um par de sapato. Porque ninguém comprava sapato, todo mundo andava descalço, nem chinelo de dedo, esses chinelos que tem hoje, ninguém usava não. Quando muito, pegava um pedaço de couro, cortava no tamanho do seu pé, punha um coisa pra você calçar. Mas isso é quem tinha tempo. Eu não tinha, então andava descalço mesmo e não sentia falta de sapato não. Aí quando eu comprei o sapato pra vim pra aqui – aqui não ia andar descalço né? Pessoal viu. Fui calçar o sapato pra exp... ver se eu gostava e fui da casa da minha vó, que morava em São Vicente

também, calcei o sapato e vim pra casa do Padre João, que era como daqui a lá embaixo (inaudível). Mais ou menos um quarteirão e meio. Aí fui calçado pra casa do padre João e (inaudível)... Aí alguém viu o rastro, chegou na casa do padre João e falou: quem entrou aí calçado? Aí minha tia, tia Tita: ‘Dico, tá ali no quarto dele’. Aí ele: ‘Ê danado, comprou sapato novo né? Como é que o pessoal é coisa né...’

E Dico, nessa hora, contou outros vários casos de sua infância e adolescência. Um atrás do outro. Coisas que ele lembrava e que ouvia sua mãe contar. Histórias sobre as dificuldades que passaram, histórias que viveu com seus avós, com Padre João... E sua esposa e filho estavam impressionados com tantas lembranças e faziam perguntas, interessados, e riam juntos e adicionavam lembranças.

Dico falou que nunca quis aposentar. “Sabe o que que é raiva? Você não quer aposentar, você não quer. Mas você tem que aposentar pra dar lugar pra outro”. Aposentou porque, segundo ele, a Diretora queria contratar outro funcionário para seu lugar. E depois de aposentar tinha que ir à FaE todos os dias, para ajudar. Porque suas colegas o ligavam dizendo que precisavam de ajuda com alguma coisa que o novo funcionário não sabia fazer. “Vinha e vinha alegre. Feliz da vida”.

Dico saiu da Universidade por volta de seus 50 anos de vida e montou sua própria gráfica, que só vendeu há poucos anos atrás, quando já estava muito cansado. “Eu sou gráfico de nascença”.

E assim finalizamos nossa conversa. Depois, fomos tomar um café e conversar mais sobre a vida.

5. OS TRABALHOS DA MEMÓRIA

A foto desbotada do Valdir

Estava percorrendo os espaços onde vejo sempre as mesmas coisas.

É difícil que o olhar consiga perceber a impermanência.

Mas num estalo, tá lá a foto desbotada no banner estendido na parede.

Tá lá o registro do trabalho quase anônimo que não consta no Lattes.

Assim como não constam os currículos escritos pelas mãos vermelhas e ressecadas da Laura, Fátima, Jane, Juliana e Maria, que muitas vezes nem nome têm. O mesmo nome que falta aos vermelhos da cruz que

circulam pelos corredores e aos porteiros que em nosso português perfeito esquecemos de cumprimentar.

Como perduram as memórias dos trabalhos das coxias?

Como medir os litros de tinta de carimbo que escorreriam dos documentos se os torcêssemos? Documentos que digitamos, encaminhamos, guardamos.

Alguns têm placa de metal e menção em discursos. Outros, nem isso.

Como seremos citados?

O enunciado ficará escondido nas últimas badaladas dos relógios enferrujados.

O ano que termina é o próprio tempo que apaga.

A entrada pelo pórtico obrigatório dos sobreviventes com a senha que nunca é substituída: CORAGEM.

A coragem dos que passam sem mover as folhas, sem deslocar as pedras, sem deixar pegadas nem digitais.

Vivemos, como quaisquer outros, a esperança renovada, a persistência dos despercebidos, o apego aos pequenos privilégios numa sociedade repleta de desvalidos e invisíveis.

Camadas e camadas sobrepostas do ofício das gentes ordinárias em meio a extraordinárias promessas. A esperança que, qualquer dia, também estará esmaecida.

Espremida entre a dúvida de valer a pena, a desilusão do tanto faz e a impessoalidade do qualquer um.

O indivíduo substituído pelo produto das impressoras 3D.

Flavia Tunes (27/11/2019)

O que é ser trabalhador administrativo em uma instituição de ensino? Flavinha já refletia sobre isso: “Como perduram as memórias dos trabalhos das coxias?”

As narrativas colhidas nesta pesquisa apresentaram uma visão sobre o que é ser um TAE do ponto de vista de quem foi. Recordações que permaneceram recheadas de fitas, fichas, máquinas, documentos, tinta de carimbo, decisões, enfrentamentos, relações, coletividade... O trabalho desenvolvido pode ser mensurado?

As narrativas nos capturam devido ao excesso de semiótica. São as lembranças e interpretações de uma pessoa construídas por ela. São histórias de vida, no sentido de que não são necessariamente verdade para uma história oficial, mas que têm o valor do sujeito que as viveu.

Como nos disse Ecléa Bosi (1993), se a memória é não passividade, mas forma organizadora que o sujeito utiliza para evocar seu passado, é importante respeitar os caminhos traçados por ele porque estes formarão o “mapa afetivo” da sua experiência e da experiência do seu grupo. “Para os depoimentos que são autobiografias vale considerar que estas são, além de testemunho histórico, a evolução da pessoa no tempo”. (BOSI, 1993, p. 283)

No caso de nossos recordadores pudemos perceber a singularidade de suas histórias que, apesar de carregarem a identidade de um grupo, traçaram diferentes caminhos até a evocação do seu tempo de trabalho enquanto Técnico Administrativo em Educação na FaE. Dico, para chegar até a Faculdade, percorreu em sua memória todo o caminho de uma vida. Saiu de Raul Soares, viajou de trem, aprendeu um ofício, batalhou, realizou um sonho. Para ele não era possível ser TAE antes de ser ele próprio. Assim como não existia dar entrevista, mas existia contar sua história. O sujeito vem antes de tudo.

Dentro da história cronológica que os sujeitos foram construindo, outras tantas emergiram. Podemos parafrasear Inácio e dizer que: na memória tem histórias dentro da história. Lembranças mais densas, lembranças que marcaram de tal forma que aparecem em várias passagens da história no fluxo do tempo. Lembranças carregadas de diferentes emoções. Lembranças que se imaginavam perdidas e apareceram renovadas. É dito em uma passagem do livro de Ecléa Bosi (2015) que as lembranças são como as plantas, que na estação da seca se imobilizam e brotam nas primeiras chuvas. A presente proposta de evocação do passado serviu de chuva para as lembranças dos TAEs.

É importante ressaltar que o fato de sermos, pesquisadora e sujeitos da pesquisa, pertencentes ao mesmo grupo, à mesma profissão, permitiu a construção de um vínculo mútuo de confiança e identificação. Como dito por Guimarães Rosa: “confiança - o senhor sabe - não se tira das coisas feitas ou perfeitas: ela rodeia é o quente da pessoa”²⁸. Foi possível perceber que os narradores buscavam na pesquisadora colega apoio para sua memória e, em contrapartida, aquelas memórias não me eram estranhas. Apesar das diferentes épocas, muitas delas fazem parte do que eu mesma me lembro. Estão inscritas numa espécie de memória

²⁸ Trecho do livro de João Guimarães Rosa intitulado Grande Sertão: Veredas, de 1956.

coletiva subterrânea. Podem ser estranhas a quem está fora do grupo e que não conhece essa parte da história da Instituição, mas a mim, foram estranhamente comuns.

Conversar com os TAEs aposentados sobre situações vivenciadas no ambiente do trabalho que nos é peculiar traz, de certa forma familiar, tranquilidade. É um momento que já em sua gênese sugere uma realidade social. O livro de memória coletiva dos TAEs estava aberto a novos depoimentos. E ambos podíamos perceber isso.

Nas histórias aqui contadas estão as lembranças que, certamente, poderão ser compartilhadas por inúmeros colegas. Estão suas reminiscências sobre a vivência do percurso enquanto técnico administrativo em educação, seus colegas e chefes do passado, que retornaram em sua narrativa, voltando à sua companhia, pois estão em sua memória.

Nelas estão, ainda, lembranças dos espaços da Faculdade e Universidade, a Copa, a Creche, os corredores...

Estão as máquinas, o relógio de ponto. Estão os cheiros e os sons. Os corpos e as gestualidades. Estão, ainda guardadas, suas várias formas de trabalhar. Estão suas lutas e sua origem social. Ali estão a obediência e a irreverência. Está o sentimento de injustiça. Estão as normas, as adversidades, os adocimentos, os afetos. Está o orgulho. O pertencimento.

As histórias revelaram um conjunto de lembranças evocadas pelos trabalhadores sobre o tempo em que viveram desempenhando uma função técnico-administrativa em uma instituição de ensino superior. Foi possível observar que a memória se apresenta de forma não linear, ainda que os recordadores tentem esquematizá-la ao máximo. Não é possível prever como o tempo e o espaço serão administrados no processo de reinterpretação do passado de cada sujeito. Concordamos com Pollack (1992) que diz que a memória é um fenômeno construído. É um trabalho de organização individual que pode ser tanto consciente quanto inconsciente.

Nesse sentido, foi possível identificar como a divisão de tempo opera nas lembranças dos TAEs. É comum que as pessoas se fixem em determinados momentos da vida ou, no caso da pesquisa, em determinados acontecimentos daquele período de vida, nos quais a significação se concentra. Acontecimentos que são lembrados com maior vivacidade, com mais detalhes. Que são trazidos para o momento de evocação diversas vezes no curso da narrativa.

O sujeito organiza sua memória - seja em épocas, em temas ou no que fizer sentido em seu trabalho de localização das lembranças - se empenhando em dar sentido à sua biografia. Ele o faz conciliando suas experiências com os esquemas pelos quais norteia sua vida. Alguns

aspectos são acentuados em detrimento de outros. Há acontecimentos que sequer são citados. Outros, só vêm à tona quando se encerra a gravação.

Em alguns momentos há equívocos ou esquecimentos na localização temporal de um fato, como aconteceram algumas vezes com os sujeitos da pesquisa. Diria Ecléa Bosi (2015) que “a força da evocação pode depender do grau de interação que envolve” (p. 419). Eventos que ressoaram mais profundamente no indivíduo serão mais facilmente localizados nas interações subjetivas ligadas a eles.

Com isso, pudemos ainda perceber outra característica do fenômeno da memória, apresentada por Pollack (1992): “A memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. As lembranças podem sofrer flutuações de diversas ordens a depender do motivo e do momento em que são expressas. Os esquecimentos também podem nos ajudar a entender como o sujeito reconstrói e interpreta seu passado e como constrói sua própria narrativa.

E o que é expressar sua memória? O que as narrativas de uma vida ou um período de vida podem nos dizer? Serão elas capazes de nos trazer elementos reconstituintes de uma história? A nós, parece que sim. As histórias de nossos recordadores foram capazes de reconstituir uma Faculdade de Educação diferente. Evidenciaram uma gama de relações interpessoais, uma caracterização dos espaços onde se deu seu convívio e uma sucessão de acontecimentos, seja da ordem do individual - a origem social, os sentimentos e a criatividade de cada um - ou da ordem do coletivo - como os desafios enfrentados por aquela categoria de trabalho. Importante ressaltar que “pessoas, lugares e acontecimentos” são, de acordo com Pollack (1992), os elementos constitutivos da memória.

Ainda que a memória sofra flutuações, existem nas lembranças pontos que parecem invariantes. Foi possível identificar tais elementos em que o trabalho de solidificação da memória foi mais importante para o sujeito. Também foi possível identificar o que não se conseguiu ou não se fez questão de lembrar.

Como dito antes, quando citamos Ecléa, a memória está enraizada no concreto, no espaço, nos gestos, nos objetos. As lembranças estão ligadas também às relações. As pessoas se reconhecem nelas. E talvez seja por isso que organizamos nossas lembranças tendo como guia as relações sociais. Observemos o caso de Inácio, que organizou sua memória de trabalho com base nas relações de hierarquia, tendo como hiatos as gestões da Faculdade e trazendo para o presente o que cada quadriênio significou em sua vida. Cada tempo tem uma espessura, é complexo, tem uma intensidade de acordo com a experiência vivida. Alguns

períodos são contados em poucos minutos, outros se delongam. Um, específico, volta e meia reaparece.

As narrativas nos permitiram refletir sobre certa Faculdade. Preencher espaços vazios que outrora não tinham importância e entender processos que imaginávamos demasiado burocráticos. Foi possível até mesmo compreender a importância de certa burocracia e, porque não, a beleza na forma com que os narradores encontraram para lidar com a rotina de um trabalho dessa ordem. Eles narraram muito da especificidade desse trabalho e as tramas que o transpõe.

Que valor teria a copa para uma pesquisa de memória de docentes? Ela seria lembrada como um espaço de encontro, de partilha, de relaxamento? O nome dela seria lembrado? Qual seria a importância dada ao curto horário de almoço? Um arquivo bem feito e bem guardado teria a dimensão que tiveram para Júlio, Lílian ou Nise? Como seriam lembradas as greves? Quão afetadas essas pessoas seriam pela visão social do trabalho público burocrático?

As histórias carregam a especificidade desse grupo. Estão permeadas de sentimentos, olhares, denúncias. Mas um sentimento comum as atravessa, costurando-as.

Os narradores evocaram suas lembranças relacionadas a um período de suas vidas. A este respeito, alguns se ativeram ao que foi vivido dentro dos muros da Faculdade enquanto outros percorreram diversos outros espaços. Lembraram-se de seus percursos, de situações de discriminação que viveram no trabalho, de situações de alegria.

Várias lembranças remeteram a uma situação em que o técnico não tinha voz. Outras tantas remeteram a momentos de resistência, fosse na irreverência ou criatividade cotidianas, fosse nos movimentos sociais. As lembranças remetiam, ainda, ao processo de formação de identidade, individual e coletiva. Como nos diz Halbwachs (2004), lembramos daquilo que vivemos em grupo, e foi assim que nossos sujeitos narraram, suas evocações apresentaram um lugar social e um sentimento geral daquele grupo.

Uma atitude comum que expressa nossa natureza, qualidades e fraquezas. Podemos dizer, a partir dessas histórias e, por que não, a partir da minha própria vivência enquanto parte desse grupo, que somos um grupo criativo. Sem preparo ou capacitação, criamos e recriamos, diariamente, e em todo esse tempo desde a criação da Faculdade, resoluções para seus problemas invisíveis.

Somos, também, um grupo que se sente injustiçado. Que percebe como nossa importância é pouco reconhecida, ainda, pelos demais atores da comunidade universitária.

Mas não por nós. Porque também somos um grupo que entende o valor do próprio trabalho e que sabe que sem ele a Faculdade não estaria onde está.

Se tirar os técnicos a FaE para. (...) Você que sabe o que comprar, o que fazer, o que produzir para que aquela instituição funcione. (Inácio)

É imprescindível. Tem que ter o técnico. (João)

Lógico que o professor é indispensável, o aluno também, mas o técnico também é. (Lílian)

Ó, eu acho que sem o técnico não anda, né? Tem muito professor que fala que não precisa. Já vi professor falar mesmo. Não precisa. Mas não anda. (Samuel)

A Universidade precisa do nosso trabalho. Ela não chega lá se não passar por nós. (Nise)

Eu me sinto partícipe de tudo que a Faculdade tem de conquista, porque eu trabalhei, eu participei das demandas a ela colocadas e cumpridas. (Olga)

Entendemos que a memória atua como reconstrução do passado e que esse processo de lembrar revela muito da própria formação e identidade de cada sujeito. O sujeito no presente lembra de si e das experiências de sua trajetória rumo ao que se tem hoje. A pessoa que lembra, lembra e analisa. O narrado elucida as experiências ainda vivas. As experiências que forjaram uma identidade de grupo e do próprio indivíduo. Ele lembra e retoca: “Hoje eu já faria totalmente diferente, mas o que que é o amadurecimento, né?” disse Lílian, sobre sua atuação nos movimentos paredistas.

Podemos dizer que nossos recordadores reconstruíram seu passado ao organizar a memória daquele trabalho. Quantos deles disseram que nunca haviam parado para pensar naquelas questões? Alguns, ao reconstruir seu passado, se emocionaram. Outros se surpreenderam com suas próprias lembranças. Nise, várias vezes lamentou que a memória havia se perdido – “Tem muita coisa mas o tempo vai roubando da memória da gente, né? Porque as coisas vão trocando, a gente não tem esse reservatório tão extenso” –, mas lembrou suas experiências com riqueza de detalhes, porque memória é reconstrução. E Dico? Cujá família nunca havia ouvido aquelas histórias que ele rememorou. Nenhum deles havia participado, antes, desse tipo de pesquisa. Nenhum deles havia feito o trabalho de rememorar esse tempo de suas vidas. Era um trabalho de memória solicitado pela primeira vez.

Cunha C. M (2013), em diálogo com Halbwachs (2004), destaca que nas memórias, há camadas, há lembranças compartilhadas e não compartilhadas. Algumas são específicas de cada sujeito, não foram divididas com o grupo, ainda que façam parte de uma memória coletiva. É a forma como ele percebeu sua própria experiência e imprimiu em sua memória. Percebemos que esse tipo de lembrança parece ter marcado mais profundamente sua impressão na memória do indivíduo, talvez por não ter relação com outras pessoas do grupo ou, ainda, por ser entendida como sua responsabilidade ou como seu tesouro.

Quem se lembrará, com a importância que lhe é devida, da repressão sofrida por Inácio, do medo que Nise sentia ao trabalhar com as fichas de catalogação ou da saia bonita que ela vestia na reunião que discutiria a informatização da Seção de Ensino? Alguém se lembra das fitas gravadas por Júlio e do rico material de memória que ele criou? Pode ser que agora, talvez, as histórias contadas sirvam de apoio para a evocação de novas memórias.

Tais especificidades foram um dos motivos por que consideramos pertinente apresentar não só o que foi comum ou recorrente na memória do grupo, mas também o que houve de singular. O que não pertencia a outrem. A memória é construída em grupo, mas é sempre um trabalho do sujeito. E entendemos que a memória individual é uma forma particular de articulação das influências sociais. Um registrador dessas influências, como chamou Halbwachs. Já a memória coletiva, é um acervo de lembranças compartilhadas. Um acervo construído por determinado grupo através da articulação e localização das lembranças em quadros sociais comuns.

A lembrança individual é um testemunho importante contra interferências coletivas. A experiência dos indivíduos é a ancoragem para a atualização da memória coletiva. O passado é permanentemente reconstruído e vivificado enquanto é resignificado. Mas para que as lembranças individuais sejam evocadas, faz-se necessária a localização de comunidades afetivas. Através delas, o indivíduo atualiza sua identificação com a mentalidade do grupo no passado para lembrar enquanto partícipe. Por isso dizemos que o apego à comunidade afetiva eleva a consistência das lembranças, enquanto que o afastamento faz com que elas se distanciem também.

No caso de nossos narradores, todos, exceto Dico, ainda mantém contato, de alguma forma, com o cotidiano do trabalho administrativo da Faculdade de Educação. Alguns se aposentaram há pouco tempo e ainda têm seus saberes requeridos, outros continuaram desenvolvendo trabalhos ligados aos seus saberes, outros ainda continuam ativos em movimentos sociais da categoria e visitam a FaE constantemente.

Poderíamos pressupor um afastamento ou falta de lembranças de Dico relativas ao seu trabalho, mas não foi o que encontramos. Ao contrário, por seu grande apego ao trabalho, ao espaço, às relações desenvolvidas, sua memória, ainda que num corpo enfermo, guardou detalhes do caminho que o levou àquela comunidade afetiva. A lembrança é resgate do passado feito num contexto atual. Dico ainda é tipógrafo. Não em ofício, mas em memória.

As narrativas dos TAEs sobre seus percursos estão recheadas de experiências individuais e coletivas. Ao experienciá-las, adentramos seu espaço de trabalho e suas casas.

Dividimos suas dificuldades e seus prazeres. Conhecemos outros atores daquelas cenas narradas, colegas, familiares, desafetos, admirações. Conhecemos suas dores e entendemos suas omissões.

Mas como transmitir a forma como os TAEs lidavam com o trabalho quando as máquinas já não estão lá? Quando as pessoas já não estão lá.

Reconhecer uma Faculdade de outrora apresentada por alguém que a conheceu em um tempo diferente de mim. Ser apresentada a novos aspectos de um trabalho que hoje vivencio de forma diferente. Acrescentar à minha própria experiência e à minha própria memória, os pontos de vista daqueles que vieram antes e que agora são alicerce da minha própria narrativa. Quase me lembro de “ver” a FaE enquanto me é apresentada. Cito, novamente, Ecléa: “O grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado” (BOSI, 2015, p. 414).

Devido mesmo à quantidade de material empírico colhido e de tantas possibilidades de caminhos a percorrer, tivemos grande dificuldade em definir as categorias para a análise. Isso porque as lembranças, em grande medida, não podem ser etiquetadas e analisadas de um único ponto de vista, o que torna difícil definir uma categoria que consiga abranger tantas particularidades de uma história. Foi buscando por uma organização que pudesse facilitar a leitura, que optamos por dividir as lembranças em três eixos de análise, sempre conscientes de que não seria possível esgotar as interpretações do narrado e que muitas outras elaborações seriam possíveis.

Agrupamos as lembranças, portanto, em três categorias mais abrangentes que balizaram nossa análise. São elas: Lembranças dos espaços, Lembranças das agruras e da resistência, e Lembranças de um trabalho. Vale ressaltar, no entanto, que mesmo tentando categorizar as lembranças, em vários momentos elas se cruzam e interpenetram-se.

Trabalho, agruras, resistência e espaços. Tudo isso reconstruído pelo objeto central: o sujeito. Onde um começa e o outro termina? Analisamos cada um desses eixos, que apresentamos abaixo, mas que fique claro: não tentaremos jamais separá-los.

5.1 Lembranças dos Espaços

O que nos contaram os TAEs aposentados sobre os espaços onde trabalharam?

Cada um e cada uma têm a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história. As histórias narradas referem-se sempre a lugares inseparáveis de tais acontecimentos. Um posto de trabalho, uma sala de partilha, uma Associação...

Quais são os espaços que marcam a passagem dos TAEs? Quais são os espaços que marcaram a passagem para os TAEs?

As lembranças se apóiam nos espaços porque esses são capazes de exprimir a condição ou especificidade de um grupo. Os relatos resgatam lugares que foram importantes para os TAEs. Espaços que vão além das paredes dos setores e além até mesmo dos muros da Faculdade. Nelas está, por exemplo, o espaço físico da Universidade, como destacaram Nise, Paula e João:

Um lugar lindo, cheio de passarinho. Não trabalho com sirene de polícia, nem com sirene de nada na minha cabeça. Só cigarra e passarinho. (Nise)

Que delícia trabalhar num lugar que, além de bonito, arborizado, né? Porque eu trabalhei em Contagem, pra você ter uma ideia, morando depois de Venda Nova, no Santa Mônica. Atravessa esse centro, poluição tal, tal, chegava na Cidade Industrial, poluição mais ainda. E cheguei aqui na UFMG: metade do caminho do trajeto que eu fazia, então esse deslocamento era muito mais tranquilo, e o lugar lindo, cheio de árvores, que eu chegava aqui dentro eu poderia ir a pé até as unidades... Isso eu achei super diferente.” (Paula)

“O que eu mais gosto na UFMG, incomparavelmente, é o espaço físico. É muito agradável, tá? Muito agradável de trabalhar, o Espaço físico é muito agradável. O que sempre foi agradável para mim, passei a vida inteira tendo certeza disso, era o espaço físico. Muito arborizado, não precaríssimo como uma delegacia, não tão tristonho como uma delegacia, ou não tão pesaroso como era o fórum... Mas o espaço físico é o que destacava mais. (...) Então eu destaco a infraestrutura, o espaço físico da UFMG, os prédios que foram com o passar do tempo melhorando... (João)

Nas narrativas, a Faculdade e a Universidade têm não só uma aparência, mas uma história. Nas histórias podemos acompanhar as transformações do espaço de trabalho e tudo que se transforma com ele. Nelas encontramos os espaços quase sagrados, tão grande é sua importância para aquelas pessoas. Espaços visuais e sonoros comuns ao grupo e que, no decorrer das histórias, vão sendo percebidos e trazendo consigo a sensação de identidade. Caminhos familiares que foram percorridos por muitos.

Os postos de trabalho, é claro, ganharam lugar central nas narrativas. Os nove técnicos administrativos trabalharam em aproximadamente vinte setores na Faculdade. As histórias enquadram esses espaços no mapa da FaE. São espaços que, em sua maioria, passam despercebidos pelo mapa de competências da Universidade ou pelos índices de qualidade da instituição.

Com as narrativas foi possível conhecer os setores: Biblioteca, Centro de Extensão (CENEX), Colegiado de Licenciaturas, Colegiado de Pedagogia, Departamentos (DAE,

DECAE e DMTE), Gráfica, Núcleo de Assessoramento à Pesquisa (NAPQ), Pós-Graduação (secretaria, colegiado e seção de ensino), Seção de Apoio às Atividades Acadêmicas (Audiovisual), Seção de Ensino da Graduação, Seção de Pessoal, Secretaria da Direção, Secretaria de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, Secretaria Geral, Setor de Serviços Gerais e Superintendência.

Esses espaços eram cheios de trabalho. Era ali onde se cuidava da vida acadêmica dos estudantes de graduação e pós-graduação; se organizavam reuniões, concursos para admissão docente, colações de grau; ali era discutido “o que está acontecendo atualmente, na atualidade tanto política, social, econômica”, como disse Paula; se pensava e construía a administração de um prédio; editavam-se vídeos; organizavam-se arquivos de toda ordem; datilografavam-se inúmeros textos que seriam impressos na Gráfica, para que os estudantes tivessem acesso. Nesses espaços, os trabalhadores conectavam a FaE aos demais espaços da UFMG, numa rede de trabalho administrativo que fazia tudo funcionar.

Em nenhuma menção aos postos de trabalho, os TAEs citaram suas características físicas. Ao ler as histórias não será possível saber se um setor era pequeno, espaçoso, ventilado, abafado, bonito ou feio... Percebemos que os setores tiveram valor pelo que era possível fazer dentro deles. Pelo trabalho desenvolvido, nem sempre cercado por suas paredes. Talvez isso aconteça devido à característica intrínseca das instituições de despersonalizar seus espaços. Dessa forma, os setores carregados de impessoalidade, no que diz respeito à arquitetura e estética, precisam ser coloridos de experiências, de objetos pessoais, que darão sustentação à memória. Lembramos de Mário Quintana, que disse que a medida do espaço somo nós.

E o que ainda está lá como apoio de sustentação da memória então? As narrativas também desenharam a configuração espacial da Faculdade de Educação, desde sua criação, e suas transformações no tempo.

Mas não tinha Mineirão, não tinha nada ainda não. (...) Só tinha a Imprensa lá embaixo e o resto era mata. (Dico)

Depois eu vim para cá, se por o GAME, nós fizemos reforma da casa antiga, que era casa dos motoristas, né? Depois abrigou o CECIMIG. Então a Ford reformou lá para o GAME. (Nise)

A sala da congregação era ali na frente, pequenininha... Era do lado da diretoria. Ela era naquela perna de lá, saindo pelo lado de fora lá. A congregação era engraçadinha, a sala mais engraçadinha que a gente tinha. (Nise)

Ceale era... Eu não peguei aquele corredor que vai lá para o fundo não. (...) O Ceale era dentro da FaE. Diretoria era lá onde que é o DMTE. (...) A diretoria era ali. A minha sala era logo ali. A diretoria ficava... Ficava a diretoria e ficava a administração assim. Secretaria... Ficava tudo ali. (...) Depois teve a reforma, né? O

DAE foi para um lado, o DECAE para outro e o DMTE ficou pra cá. É porque ali, quando eu trabalhava ali, era a Escola de Biblioteconomia que era naquele espaço, aonde que é hoje o DECAE. Ali era Escola de Biblioteconomia. Aí a Biblioteconomia saiu dali, ainda era do meu tempo ainda. Aí essa reforma eu já acompanhei, já estava na minha época. Ficava num canto ali. O DAE de cá, DECAE de lá e no fundo a administração ali. (Inácio)

Nossa senhora! Quando eu vim para a FaE, a FaE era no prédio velho da frente. Aquele pequenininho. Ali funcionava a Faculdade de Educação e a Escola de Biblioteconomia. De um lado era FaE, de outro a Biblioteconomia. Era muito apertadinho, tudo muito apertadinho. Muito pequenininho. Mas eu vou te falar que a gente era bem feliz nessa época, sabia? A gente se encontrava, brincava... Apesar de todas essas questões, né, de poder, que perpassam nas relações, a gente tinha mais, não sei... E era uma vida difícil. (Olga)

Indo para a biblioteca, no corredor. Você vem lá na portaria lá de cima, passa em frente ao auditório, vira a esquerda na biblioteca. A minha sala era a segunda sala. (...) Quando eu entrei, o DECAE era dividido com a Biblioteconomia. Não existia o prédio da Biblioteconomia. Biblioteconomia era aqui. O espaço era bem reduzido. A Faculdade era até aqui só, no auditório, né? Essa descida que tem para o CECIMIG, ali dali pra cima era fechado. Não tinha aquele espaço dali pra baixo não. Ali onde é a descida, era a gráfica da Faculdade. A Faculdade tinha gráfica.

(...) Lado de lá, do jeito que era, era Secretaria, Seção de Ensino, né? DMTE. Não requeria muita coisa não, né? Departamento ali naquele mesmo lugar até hoje... O DAE, o DECAE... O DMTE que era pra cá, né?

(...) A direção era no primeiro corredor lá. Quando você entra na Faculdade, à esquerda. Tem os banheiros, depois do banheiro era a diretoria. (...) Logo depois do banheiro, não era no fundo não. Era no meio do corredor, antes da sala de convivência. (Júlio)

Quando eu entrei já tinha o espaço de convivência, que era ali perto daquela área ali onde é hoje o DMTE, onde fica o DMTE do lado... como é que é? Era o espaço. Tinha ali o espaço de convivência. Onde se reunia ali os professores e os técnicos. O aluno não porque o aluno terminava a graduação dele e ia pra casa, ele não ficava. E então não ficava o dia inteiro.

(...) Primeiro foi feito o CECIMIG, que eu brincava que era o primeiro mundo, que nós estávamos no terceiro mundo, que a gente tava no prédio antigo, né? E havia, que foi feito acho que 96, sei lá, o CECIMIG, eu falava que era o primeiro mundo. Que era novo, né? E depois foi feito, o prédio atual, né? (João)

A sala do café era em frente à minha sala. Foi antes da reforma, antes da construção desse prédio aqui (prédio principal). Então era só aquela parte lá em cima, onde tem o DMTE, DECAE, DAE, a FaE era só aquilo ali. E a parte do DMTE, onde tem a secretaria do DMTE, tinha diretoria, colegiado, seção de ensino, todos os gabinetes do DMTE, a copa, Xerox, Secretaria Geral, era tudo ali. Sala da congregação. Na parte... no lado que hoje é o DMTE. A parte administrativa toda era ali. E mais pro fundo eram os gabinetes do DMTE e a secretaria. O DAE e o DECAE eram onde são hoje. O almoxarifado era aonde é hoje. Aí tinha o xerox pra aluno que era ao lado do almoxarifado. A pós já era onde é. Biblioteca era menor, mas também onde é. Ali ainda tinha sala de aula ali. Do lado de fora da biblioteca, onde é o Jardim Mandala, tinha algumas salas que davam para ali. O DAE e do DECAE praticamente não mudaram nada. Era mais a secretaria e o departamento mesmo. Não tinha nada ali não. O lado de cá que era mais o administrativo e o DMTE.

Construiu esse prédio aqui (prédio principal), o administrativo veio pra cá. Reformou lá em cima, né? E a parte que era toda administrativa virou só gabinete do DMTE. (...) Aí foi reformar lá em cima. O DMTE veio para o CECIMIG. (...) algumas salas, acho que umas quatro ou cinco salas no segundo andar do CECIMIG, viraram gabinete dos professores. (...) onde é a secretaria do CECIMIG hoje era a secretaria do DMTE. E a chefia não tinha sala. Era o gabinete, ela vinha e assinava, despachava, na secretaria. E as reuniões eram na sala de aula. Não tinha sala de

reuniões dos departamentos. Então cada departamento ficou num canto... ficou num lugar e tudo ali no CECIMG CEALE, né? Na época da reforma do prédio antigo. Porque aquele bloco DECAE DMTE e DAE foi todo reformado. Foram feitos novos gabinetes, mudou o telhado... Eu acho que a perna da biblioteca e pós-graduação que não foi totalmente reformada. Mas a outra perna do H, lá em cima, foi toda reformada. (...) Porque a FaE era só ali da portaria, ali onde tem os caixas eletrônicos, pra lá. Isso aqui não existia.

E aqui não tinha esse estacionamento aqui embaixo, também. Era tudo lá em cima. Toda a entrada era lá. A sala de aula era naquele corredor da pós, biblioteca, tinha uma sala do lado de fora da biblioteca, igual eu te falei. (Lilian)

Esse prédio aqui não existia (prédio principal), aqui eram quadras. Quando eu vim pra FaE, naqueles gabinetes lá em cima, mais precisamente onde é agora o DMTE, ali era a Diretoria. E a pós-graduação sempre foi naquele lugar ali, onde ela está de frente o DAE, né? Tem a pós, o DAE, o DECAE e o DMTE. Então era só aquilo ali, até a biblioteca. Aquele corredor da pós e da biblioteca é o que existia, pra baixo tinha o corredor, que era o CEALE, e acabou. A Portaria era só lá em cima. A portaria onde é atualmente, já era portaria, era a única pra tudo, aluno, professor, e técnicos. Não tinha outra entrada. As salas de aula eram só lá. As salas de aula eram ali naquele corredor onde era o almoxarifado, ali era sala de aula, ali tinha várias salas de aula de um lado e de outro. Pós-graduação, aquelas salas que são da pós-graduação eram salas de aula. (Paula)

Na época não tinha o prédio, o prédio que agora não é mais novo, né? Que agora tem um mais um prédio novo. Só tinha o prédio antigo e tinha uma recepcionista na entrada, tinha uma recepção, um balcão, uma recepcionista, uma senhora, até esqueci o nome dela. (...) E eu lembro que a gente tinha, uma coisa boa para lembrar, que tinha as quadras onde é o prédio novo, que virou o segundo prédio. Ali tinha duas quadras de futebol de salão. E tinha o campo, continua o campo ainda. Tinha duas quadras ali e ali jogava bola. Então era gostoso demais ali. Sempre gostei de jogar bola, então tinha a turma toda... (Samuel)

Podemos facilmente perceber as transformações no espaço pelas falas dos aposentados. E essas transformações não são só estruturais, mas também políticas. Políticas públicas transformam o espaço. A consequência dessas mudanças traz benefícios, mas mudanças também são difíceis. As alterações estruturais e políticas na Faculdade foram percebidas pelos TAEs sob diferentes óticas:

O prédio terminava ali onde começa aquele espaço de arte da FAE. Ele terminava ali. Ali era a gráfica. (...) Quando nós tivemos, em 2003, o Lula, é que veio uma política voltada para a educação. Foi a primeira vez que eu vi realmente começar a entrar aluno que não faziam parte... Que não fazia parte de uma elite. Eu me lembro que até 2003, e antes também da época da informática e dessa estrutura da internet, as pessoas não sabiam o que era uma UFMG. A Faculdade ela passou a ser mais democrática mesmo a partir de 2003. Não estou falando que é porque o gestor foi fulano... Era o objetivo do governo direcionar os recursos dele. Direcionou mais para a educação, entendeu? (João)

Como que a Pós cresceu... A UFMG... A FaE cresceu. A UFMG toda, né? Mas cresceu muito em função do REUNI. Quando teve o REUNI, aí veio verba do Governo Federal, todo mundo reclama do governo Lula, mas foi no REUNI que veio, né? A expansão do ensino superior. Aí teve dinheiro pra construir esse prédio e os outros prédios também. (Paula)

Então a Universidade se abriu. Ela... Teve expansão de novos cursos. Ela deixou aquele cunho elitizado, e foi em busca do popular. Trazer o povo mais simples para dentro, trazer cursos mais acessíveis, para uma certa camada da universidade, né.

Esses projetos de Menino Aprendiz também, abrindo essas vagas, Cruz Vermelha. Na nossa época não tinha isso não. Era tudo de nível universitário. As pessoas que não eram funcionárias eram esses estagiários que a Mendes colocava. Mas não tinha esses projetos sociais para menor... Então mudou muito a sociedade e a Universidade tá compondo com isso, né. Tá abrindo para compor com isso. (Nise)

(...) Porque com essa nova estrutura aqui tem um distanciamento também, eu acho, assim. Sabe? Então aquele negócio de tudo juntinho às vezes funcionava melhor do que essa coisa moderna, bonita, clean, né? Mas que esconde muita coisa das relações, eu acho. Então não posso falar, que hoje eu nem tô aqui. (Olga)

Como o prédio era menor, era mais agrupado, então o grupo de funcionários também era mais unido, eu acho. Porque assim, a copa era o ponto de encontro de todo mundo. Não tinha assim, sala de funcionário, copa, um andar outro andar, um prédio, outro prédio, então era tudo aquilo ali. E os funcionários tavam todos ali. Tinha um funcionário no CECIMIG, um funcionário no CEALE e o resto era todo mundo lá em cima. Lógico, tinha pós, a biblioteca, mas era tudo lá em cima. Eu acho que os funcionários eram mais próximos. Não sei se mais unidos, mas assim, eram mais próximos. Era mais aconchegante, né? Porque o lugar menor fica mais aconchegante. E também tinha bem menos funcionários, bem menos professores. (Lílian)

É possível ver que os TAEs tinham a percepção das mudanças políticas que atravessavam seu espaço de trabalho. Com a mudança de governo, com maior investimento para a educação, a Faculdade ganhou muito. Abriu as portas para um público antes excluído, criou mais salas de aula, mais cursos, deu mais condição de permanência. Em diversos momentos das narrativas, os trabalhadores mencionaram tais mudanças.

No entanto, para os técnicos administrativos, o crescimento também causou estranhamento. Talvez porque o crescimento de vagas de concursos para técnicos teve menor proporção que o crescimento do trabalho. Não sobrava mais tempo para os encontros. O trabalho ficou mais distante, mais dividido, mais isolado. As dimensões eram mais humanas quando a Faculdade era mais “apertadinha”, “engraçadinha”, e aonde o encontro era mais corriqueiro.

E por falar em encontros, as narrativas também trouxeram para o presente uma Faculdade festeira:

A FaE era muito festiva, assim, tinha festa junina, tinha... fazia festa junina lá fora... A gente tinha uma união muito grande de funcionário na época. Fazia muita. Tem muitas histórias. Sempre você arrumava um jeito, os funcionários arrumavam um jeito de fazer uma festa. A gente arruma... espera... doído para entrar de férias para os professores ir embora pra casa pra gente fazer uma festa lá. A gente fazia tipo assim começava 5 horas da tarde. E chamava os professores, lógico. Os professores iam também, alguns. E a gente ficava lá na festa e ia embora. A festa terminava 10 horas da noite. A gente aproveitava o espaço que a gente tinha. Porque a gente sentia que aquela casa também era nossa. Que a gente podia fazer festa lá. Lógico que com todos os cuidados né. De não depredar nada, de não ter problema. (Inácio)

As festas de natal eram muito boas e juntava... Tinha festas maravilhosas! Os professores iam pro mercado compravam caixas de frutas... E não tinha esse negócio de fazer vaquinha não. Os professores é que pagavam. E faziam aquelas festas

deliciosas com almoço. Pagava buffet. Tinha almoço, aí tinha um monte de lembrancinha. Compravam lembrancinha para todo mundo. Era, assim, uma festa de Natal mesmo. Não de serviço. Festa de Natal. Então nós tivemos muitos momentos bons aqui. (Nise)

Naquela época a FaE era muito festeira, a FaE é muito festeira até hoje, mas tinha muita festividades, então tinha os eventos, tinha sempre uma... Teve uma festa no DMTE, aí eu ajudei a organizar, a arrumar, nós fizemos ali no... naquele área central ali do auditório Pompeu, né? Então foi um momento de chegada assim muito bom, muita festa, e tal, uma receptividade muito boa, que eu tive ali na Faculdade nesse momento. (Samuel)

As festas funcionam como rupturas do cotidiano e trazem uma dimensão humana para o espaço. Dessa forma, podem dar sentido ao grupo, servir de apoio para a memória, porque ali existiram relações sociais. Como disse Inácio, os TAEs aproveitavam o espaço que também era casa. Como é costumeiro acontecer nas casas brasileiras, os encontros se dão nas copas e cozinhas, durante as refeições. A copa foi uma presença constante nas histórias dos TAEs. Copa, sala de convivência, café, sala Mauro Lúcio Raposo...

Mas não tinha tempo de ficar indo para os outros setores para bater papo não. Era a hora do cafezinho e pronto. E a sala do café era em frente à minha sala. (Lílian)

Cê quer ter uma ideia assim do que eu tô falando de uma relação legal, é na hora do almoço, a gente tinha momentos que não eram formais, né? Óbvio que não eram. Mas uma pessoa sabia tecer crochê, tricô, fazia... a gente não chamava de oficina, mas era uma oficina. A pessoa te ensinava a tecer, te ensinava a fazer papel marchê, te ensinava não sei o quê. E isso nos dava um sentimento de unidade, né? Embora a gente não trabalhasse dessa forma. Mas era a questão da proximidade, né, que fazia isso. Então eu falava: ô Roberta... Ou você via, né, a gente fazendo, aprendendo a tricotar e tal. Aí cê falava “eu sei fazer isso”. Uai ensina, tal, tá bom. (Olga)

Mas era bom por que tinha o espaço pra se almoçar junto ali na copa... A copa é um espaço muito legal por que ali você tem não só colega de trabalho, mas outros também, né? Porque isso dá uma alargada nas amizades, é um lugar que tem uma televisão, onde você acompanha o noticiário de meio-dia, sabe o que que está acontecendo lá fora né... Porque eu vim de uma época assim, que a gente demorou a ter internet aqui né... Porque depois a gente olhava a internet e todo mundo sabia de tudo né. (...) Tinha a hora do café, ou hora do almoço, às vezes um cochilinho depois do almoço, ali dentro do horário do almoço. E ali a gente partilha a vida e assim que a gente vai construindo as relações. Quando você partilha um pouquinho de você, recebe um pouquinho do outro... E aqui era o espaço também pra isso, teve essa oportunidade de espaço pra isso. (Paula)

Esses espaços de rupturas parecem ter sido muito importantes para os TAEs da pesquisa. Eram espaços de (r)existência. Espaços permeados de afetos, nos quais as relações podiam ser mais leves. Esse mesmo espaço é, ainda hoje, o espaço dos TAEs na FaE. Além de um espaço de almoço, ele também se tornou um espaço de encontros. Nele nos reunimos para debater as pautas de nossa categoria, para ouvir colegas, para festejar. No entanto, é um espaço que volta e meia é requerido e que demanda vigilância, demanda lembrar, sempre, que se trata de um lugar conquistado pelos TAEs, como narrou João:

Agora, sempre havia uma tentativa de nos tirar espaço. Vira e mexe se pensava, um ou outro pensava lá, passava na cabeça dele, de tirar o espaço físico da gente, que era a sala que... como é que é que a gente falava? Lá que tem até hoje, espaço FAE, né? Ali se falava muito no espaço que é de usar para aquilo, aquilo outro... Então vira e mexe a gente tinha que lutar para manter aquilo ali, que foi conquistado, entendeu? Antes não era tão visado porque os professores terminavam e iam para casa. Depois que eles passaram a ficar o tempo todo ali, né, eles sempre almejavam usar aquilo ali. (...) Espaço Mauro Lúcio Raposo. Foi um colega nosso. Recebeu esse nome, né? Ao lado da copa. A copa foi o seguinte: o número de alunos estagiários que aumentou, sei lá se é bolsista, eles ficavam lá o dia inteiro. Então muitos almoçavam ali na copa. E eu achava aquilo assim mais que adequado, porque tinha que ter mesmo. Poxa, você está ralando o dia inteiro ali e não tem um espaço para almoçar? Então era bem vindo ali o aluno almoçando. Eu gostava do pessoal, de ter aquela questão de você ter... da gente ganhar um, como que é, aquele negócio que esquenta o almoço? Microondas. Porque a gente ficava o dia inteiro ali, né? Então tinha aquele espaço ali, tinha o espaço nosso da Faculdade. Agora, sempre tentavam tirar. (João)

Assim como os espaços de convivência, outros espaços que tiveram relevância nas narrativas dos TAEs foram as escolas, Creche e Centro Pedagógico, e a Associação dos Servidores da UFMG – ASSUFEMG. As escolas, por permitirem que o trabalho fosse conciliado à vida cotidiana daqueles que tinham filhos pequenos, como João, Júlio, Nise e Paula. A ASSUFEMG, por ser uma associação à qual os servidores podiam recorrer em casos de necessidade financeira ou jurídica e também por ser lugar do prelúdio da primeira greve de TAEs, ou a base de sua militância.

Quando eu separei, ah, e teve a creche, né? Meus meninos. Custei a conseguir a vaga. (...) E a creche era ali do lado, essa mesma creche aí... Ela era particular, muito cara, a Universidade dava um subsídio e eu ainda morria pra pagar o resto. (...) Chegava em outubro, Roberta, eu não dormia mais, porque eu tava devendo e não renovava a matrícula em novembro devendo. Aí eu corria na ASSUFEMG para pegar emprestado. Todo ano aquele sofrimento, mas eu não podia tirar. Não é porque ela era chique, rica e boa não, é porque eu não tinha carro, Roberta, eu tinha que ter tudo no meu caminho senão eu não conseguia trabalhar. Eu vinha com os meninos, voltava com os meninos, né? E quando adoecia lá, que me chamavam, eu fechava meu setor, conversava com meu chefe, corria no hospital, levava... e tinha aqui também hospital aqui pertinho, São Francisco, levava, deixava na creche de volta, voltava pro trabalho, depois ia lá naquela farmácia da ASSUFEMG que tem lá na Praça de Serviços comprava remédios, dali eu pegava o menino e ia pra casa de novo. (Nise)

Tive uma sorte que era uma coisa muito importante. Na universidade, no começo de 90, foi construída a creche e a creche era para os professores e para técnicos, onde hoje é a creche da Prefeitura. Então até 96 minha filha estudou lá, entendeu? Ela estudou na creche e com isso possibilitava na hora do almoço que eu pudesse ir lá. (João)

Eu vim trabalhar, e aí fiquei sabendo do centro pedagógico, né? Que os filhos dos funcionários podiam estudar lá. (...) Então ela estudava lá e vinha aqui almoçava comigo no Bandeirão. Ela era tão pequenininha que a gente pegava o bandeirão, eu comia aqui e ela comia aqui, de tão pequena que era. E chorava, porque eu obrigava ela a comer verdura. (Júlio)

Nessa história toda eu fui ser um dos fundadores da ASSUFEMG. Esse movimento todo. Eu não me lembro as datas, datas eu não me lembro. Aí eu fui para lá eu me lembro que era um engenheiro, Mário Márcio, que era o presidente. Começou, aí nós fundamos a ASSUFEMG. Eu era do... tinha um cargo lá que não me lembro mais, eu sei que fui ajudar a fundar. E aí a gente começou a fazer reuniões na ASSUFEMG, e a gente fez a nossa primeira greve. (...) A ASSUFEMG foi pioneira nos movimentos, ela ficou muito tempo na Universidade como uma associação. Não igual é hoje, ela tinha parte sindical junto. Hoje desmembrou, passou para o SINDIFES, que é que administra isso. O SINDIFES hoje é a parte sindical, ASSUFEMG ficou na... Criou-se duas instituições. Que eu não sou a favor, mas enfim... (Inácio)

Nessa época a gente não podia ser sindicalizado, então a gente fazia as reuniões através da ASSUFEMG, que existe hoje ainda, mas é a origem da nossa militância, digamos assim, que era através das associações. (Olga)

Da nossa defesa o que tinha foi sempre Associação. A ASSUFEMG que já foi grande, né, quando ela foi criada. Depois foi criado o sindicato. Primeiro foi muitos anos, quando eu cheguei era ASSUFEMG. Havia realmente pessoas lá, inclusive da área jurídica, para te dar uma orientação, né? E depois o sindicato também que nunca se furtou a dar esse apoio, tá? (João)

Vale lembrar que, segundo Dico, a ideia de criação da cooperativa financeira, que mais tarde se tornou a ASSUFEMG, foi dele, que se organizava junto aos colegas de trabalho para mantê-la de pé.

De acordo com Halbwachs (2004), os quadros sociais reais são imprescindíveis para a localização das lembranças e reconstrução da memória, por servirem de pontos de referência. O motivo desses lugares se inserirem como pontos de apoio da memória se deve, provavelmente, ao fato de que, inseridos em um contexto no qual predominava a invisibilidade daquelas pessoas, foram os pilares de memória da resistência do grupo.

As narrativas nos apresentam os espaços de destaque na memória dos TAEs. Espaços que podemos considerar como constitutivos de sua experiência e identidade. Como dito por Ecléa Bosi, “há algo na disposição espacial que torna inteligível nossa posição no mundo, nossa relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza”. (BOSI, 2015, p. 451).

As ações de um grupo estão sempre amarradas a um lugar que reúne os elementos da vida social. Conforme Schmidt e Mahfoud (1993), cada detalhe tem um sentido inteligível aos membros do grupo. O espaço evoca tanto a maneira de ser, comum, quanto costumes distintos de outros tempos. Substancialmente, evoca pessoas e relações sociais ligadas a ele e, neste sentido, “é, sempre, fonte de testemunhos” (SCHMIDT E MAHFOUD, 1993, p. 291).

O espaço confere estabilidade às alterações que se produzem no tempo. Diferente deste, que evoca continuamente a imagem da mudança, o espaço evoca a imagem da

permanência. “Os lugares recebem a marca de um grupo e a presença de um grupo deixa marcas num lugar” (SCHMIDT E MAHFOUD, 1993, p. 291).

Os espaços aqui citados foram suportes para a reconstrução da memória por esse grupo de trabalhadores aposentados e servirão, sempre, de ancoragem para a memória individual e coletiva dos indivíduos dessa categoria. Em que outra pesquisa a copa seria apresentada como um lugar tão importante de partilha ou um lugar de disputa? Quais lembranças a comunidade universitária teria sobre os espaços administrativos da FaE? As lembranças nos mostraram espaços carregados de particularidades e permeados de histórias. Histórias de TAEs.

5.2 Lembranças das Agruras e da (R)esistência

Há que pensarmos que em uma pesquisa sobre memória de trabalhadores técnico-administrativos em educação de uma universidade, que, desde sua criação, seguiu um padrão de invisibilizar esse segmento, muitas lembranças sobre as dificuldades de ocupação desse espaço seriam evocadas.

Não nos agrada ter que repetir as denúncias de autoritarismo e precariedade porque elas acabam por tomar o espaço do que mais importa nessa pesquisa. No entanto, não há como fugir do que foi lembrado e narrar isso é trazer à tona uma memória da categoria. Além disso, é sempre um ato de resistência apresentar as condições sociais e materiais que afligiam os trabalhadores em seu cotidiano. Quem sabe se de tanto bater na pedra dura do caráter hegemônico da universidade, conseguíssemos furá-la?

Mas o que foi apreendido nesta pesquisa é que muito mais importa mostrar – ou lembrar – a importância de um trabalho e a luta de uma categoria por se fazer reconhecer. Que bom que fosse e que ótimo caso cheguem, esse trabalho e esses sujeitos, a ser valorizados como se deve. Enquanto não são, seguimos lutando por reconhecimento e por melhores condições de trabalho. Demonstraremos neste tópico, como o nome já indica, as agruras de um trabalho e a existência de uma resistência coletiva, organizada e consciente de seu papel.

Como dito por João Alexandre Barbosa (1979), no prefácio do livro de Ecléa Bosi (2015), “O tempo da memória não se concretiza a não ser quando encontra a resistência de um espaço que se habitou com a existência sofrida do trabalho”. Nossos narradores lembraram-se dos espaços por onde caminharam e, também, das dificuldades que ali encontraram.

Concordamos com Gonzaga (2011), que a relação de subalternidade dos trabalhadores TAE perante os professores catedráticos diminuiu a partir de 1960, com a promulgação da Lei nº 3780, que estabeleceu a primeira Classificação de Cargos do Serviço Civil do Poder Executivo, organizando, as atividades laborais exercidas pelo segmento técnico-administrativo.

Com o crescimento da universidade e aumento da complexidade do trabalho desenvolvido, no que diz respeito ao desenvolvimento científico e tecnológico, foi necessário dar início a essa elaboração de normas reguladoras para as atividades administrativas e de ensino e cresceu a demanda por profissionais com competências até então não requeridas ao corpo técnico-administrativo.

Na visão apresentada por Fonseca, essa demanda

tornou a instituição universitária mais singular e complexa, implantando enclaves modernos numa estrutura arcaica e alterando significativamente o perfil do trabalho nas “atividades-meio”. Ao gerar formas de trabalho mais intimamente ligadas a uma função acadêmica, a nova atividade faz da categoria técnico-administrativa um coletivo de trabalhadores ainda mais heterogêneo e interessante (FONSECA, 1996, p. 44, *apud*, GONZAGA, 2011, p. 83).

Tal crescimento institucional e a mudança de perfil do profissional demandado pela instituição tornou o corpo técnico-administrativo mais diversificado, do ponto de vista laboral, no entanto, como dito por Gonzaga (2011, p. 83), “parte das instâncias oficiais, externas e internas à universidade recusou-se a perceber esse crescimento funcional e evitou reconhecer a diversidade e relevância dos trabalhos realizados pelos TAE’s”.

A implicação do trabalho TAE sobre os processos organizacionais da universidade e sua importância raramente são objeto de reflexão nas instâncias oficiais. Quando o são, geralmente é sob o prisma da distribuição de força de trabalho ou do corte de custos com pessoal, ou ainda é discutida a necessidade de dar voz às nossas pautas, como é o caso da regulamentação da jornada das 30 horas ou mais recentemente a regulamentação do teletrabalho.

Esse alheamento do Governo e da Universidade foi percebido pelos TAEs aposentados como uma ausência de reconhecimento, evocada várias vezes em suas lembranças:

Olha, acho sim que a UFMG é reconhecida e tem realmente professores, patentes aí... Tem gente criando, pesquisadores criando coisas, patenteando, Já tive propostas de pessoas conhecidas, professores, para participar, mas o papel do técnico era bem invisível. É só um ajudante. Porque embora você tivesse conhecimento, você nunca iria participar para poder mostrar o seu conhecimento. Entendeu? Então acho que o técnico é sempre esquecido, continua a ser esquecido. (João)

Para você ser um administrador de prédio, você teria que ter um treinamento e ser treinado regularmente. Porque é muito importante. Imagina você ser o administrador do fórum. Eu conheci o administrador do Fórum, o da minha época. Você fazia tudo.

Agora, ele tinha um salário, e tinha, dentro das competências dele, ele tinha o poder de decisão. Ele podia decidir o que tinha que se fazer. É claro que havia hierarquia em cima dele, mas você via isso claramente na tomada de decisões dele. O que não acontecia conosco. Um pró-reitor, por exemplo, qualquer pró-reitor, se fosse, pró-reitor de administração, por exemplo, você teria que contar com... Eles sempre partiam do pressuposto de que você é um serviços gerais, um faz tudo. Um Zé faz tudo. Então você não tinha um reconhecimento, não havia reconhecimento nenhum da parte dele. (João)

Quando eu entrei tava na reforma do currículo da pedagogia. Lá vou eu, morria de trabalhar na reforma de currículo, também. Aí nessa época, meus meninos tavam meninos ainda e teve a semana da criança. Eu pedi a minha irmã para ficar com eles, na casa dela, porque eu tava esmurrando para dar conta do serviço dessa reforma para uma reunião da segunda seguinte, depois desse semana de professor. É um lado ruim, sabe? Que eu trouxe o serviço, arrumadinho como o chefe pediu, e eu disse para ele que na quarta seguinte eu não ia estar no colegiado. A reunião era na segunda. Ele nem abriu o disquete, era disquete na época, para ver o meu trabalho. Falou assim “ah, mas aí nós vamos ter que conversar, porque eu tenho que saber o horário que você está fazendo”. Aí aquilo eu voltei para o diretor e falei “não, isso não é mais para mim não”. O desrespeito com que estou sendo tratada, com um chefe que não sabe nem o meu horário de trabalho... Se eu tô trabalhando muito ou pouco, não quero ficar não. (Nise)

Então no Colegiado de Pedagogia, o que marcou também muito comigo foi que eu fiquei seis meses sozinho, seis meses na coordenação, porque a professora que era coordenadora aposentou e nós ficamos sem uma coordenação, sem uma indicação. (...) E nesses seis meses eu fazia todo o trabalho. De secretaria, de coordenação, de recepção, todo o trabalho de recepção, de analisar currículo, fazer... Naquela época o novo título, transferência, tudo passava pelo colegiado e eu fiz todo esse trabalho de liberar ou não liberar disciplina, então trabalho de coordenação. (...) Mas o que marcou é porque eu não tive nem um obrigado. Isso me marcou... “Obrigado aí pelo tempo”. Porque... Eles tinham que ter me pagado, né? Pelo amor de Deus. Mas tudo bem... (Samuel)

Os trechos acima nos permitem observar que não é a extensão ou complexidade do trabalho, muitas vezes executado para além de sua atribuição, que causaram sofrimento aos narradores, mas a falta de reconhecimento. Nise não se importava de “esmurrar para dar conta do serviço”, mas se sentiu desrespeitada pelo fato de seu chefe desconhecer seu trabalho. Da mesma forma, João e Samuel sabiam de sua competência e do bom trabalho desenvolvido, mas lamentaram não terem sido reconhecidos por seus superiores.

Axel Honneth, Filósofo e Sociólogo alemão, aponta a questão do reconhecimento intersubjetivo, como ponto central para a compreensão dos conflitos sociais. Para o autor, a identidade pessoal de cada indivíduo se constitui mediante experiências de mútuo reconhecimento, ao passo que se dissolve, ou é prejudicada, por experiências de desrespeito.

Podemos dizer que a teoria de Honneth se insere em um debate sobre identidade através da valorização da especificidade de uma pessoa ou grupo. Não num sentido narcísico, de reconhecimento da imagem, mas numa operação mais complexa que se desenrola no processo de autorrealização do indivíduo na sua relação com suas mediações com o outro e

com si próprio. De acordo com o autor, o não reconhecimento pelo outro, o desrespeito ou a negação de direitos, acarreta ao sujeito uma experiência de sofrimento social, o que é um fator motivacional que os conduz os a uma luta por reconhecimento.

Em sua obra *Luta por Reconhecimento* (2003), Honneth desdobra essas experiências negativas a partir de três dimensões da esfera da justiça: a dimensão afetiva da família; a da sociedade civil, em que caberia a experiência, também, de um reconhecimento subjetivo daquilo que cada um pode contribuir dentro da esfera do trabalho; e, por fim, a dimensão do estado, uma experiência de respeito jurídico. Através dessas três dimensões, o autor faz uma tipologia de experiências positivas de reconhecimento que seriam fundamentais para que o sujeito desenvolvesse de maneira positiva a sua identidade. Diz-nos o autor que

o nexo existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal: os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva crescem com cada nova forma de reconhecimento, a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito: desse modo, está inscrita na experiência do amor a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, a do autorrespeito e, por fim, na experiência da solidariedade, a da autoestima (HONNETH, 2003, p. 272).

Para o autor, existem, portanto, três formas de reconhecimento intersubjetivo que estão interconectadas: o amor, o direito e a solidariedade, as quais “formam dispositivos de proteção intersubjetivos que asseguram as condições da liberdade externa e interna, das quais depende o processo de uma articulação e de uma realização espontânea de metas individuais de vida.” (HONNETH, 2003, p. 274). Qualquer dessas formas, se feridas, acarretam, de acordo com Honneth, uma busca pelo reconhecimento.

A luta dos TAEs por reconhecimento, não por acaso, é atravessada pela luta por formação de uma identidade. Podemos até dizer que se trata de uma só luta. Ao longo dos anos, essa categoria de trabalhadores buscou se estabelecer enquanto sujeitos da educação, ocupar espaços, demonstrar a importância de seu papel na universidade, romper com relações de poder desrespeitosas e com estereótipos sociais.

Muitos estudos (VENEU, 1990; FONSECA; SALES; DIAS, 2010; GONZAVA, 2011) já identificaram estereótipos atribuídos ao servidor público e modificados ao longo do tempo na sociedade, como é o caso da “Maria Candelária”, do “Barnabé”, do “Caxias” e do “Carreirista”. Tais estereótipos são variações sobre um mesmo tema, que pressupõe um grupo de indivíduos acomodados, sem ambições intelectuais, sem preocupações e que atendem mal as pessoas que o procuram. De acordo com Fonseca; Sales; Dias (2010),

(...) a concepção negativa sobre o funcionário público pode até ter fundamento real, mas é no modo de organização do trabalho que se pode encontrar o principal responsável pelo tipo de envolvimento que o servidor tem com o serviço público. (...) Esse modo de organização do trabalho não permite o reconhecimento da contribuição dos funcionários, o que é motivo de sofrimento. (...) Mais uma vez desaparece o servidor como sujeito que pode e quer se envolver com o trabalho e espera crescer e ser reconhecido pelo que faz. (SORATTO, 2000, p. 174-175, *apud*, FONSECA; SALES; DIAS, 2010, p. 252)

Essa identificação estereotipada por parte da sociedade também causa sofrimento ao servidor que desempenha seu trabalho cotidiano com esmero, como pudemos encontrar na fala de Lílian:

Eu falo que o funcionário público tem fama de muito enrolado, que não trabalha, mas o tempo que eu passei aqui eu não tive essa mordomia não. (...) Você ficava chateado, assim, né? Por que tem essa fama se a gente trabalha tanto? (Lílian)

O sofrimento, entendido por Honneth (2003) como um problema de déficit de reconhecimento, pode acontecer tanto porque os sujeitos estão excluídos do processo de cooperação, e nesse caso, do fazer universitário, quanto porque estão incluídos, mas não conseguem entender as regras de reconhecimento que presidem o seu próprio destino social. Mais especificamente no que se refere à identidade dos TAEs, a luta da categoria sempre tentou buscar que seu trabalho fosse vinculado ao objetivo institucional, à educação, como narrou Olga:

Técnico administrativo em educação é uma identidade construída por nós, né? Então isso também é um ponto que, assim, a gente... Eu particularmente lutei muito pra isso, pra que a gente tivesse uma identidade, fosse respeitado como profissional, trabalhadora e trabalhador que contribuem, né, com a produção de conhecimento, com a educação e formação de pessoas, com essa Faculdade de Educação inclusiva, né? Não era assim. (Olga)

Os TAEs sempre foram designados unicamente como “servidores”, especialmente em uma tentativa de separação das categorias de trabalho da Faculdade onde é costumeiro se dizer “os docentes e os servidores”, desconsiderando que os trabalhadores docentes são, também, servidores da Universidade. Gonzaga (2011) nos conta que só no início dos anos 2000 foi que esses trabalhadores, organizados politicamente pela FASUBRA e pelos sindicatos de base, iniciaram uma reivindicação por melhorias salariais e por uma carreira em que fossem reconhecidos como sujeitos de direitos e produtores de conhecimentos, com capacidade crítica e sintonizados com as demandas sociais. De acordo com a autora,

após exaustivos embates políticos e técnicos com as Administrações das Universidades, os Ministérios do Planejamento e Gestão e Ministério da Educação, as reivindicações foram, parcialmente, atendidas com a aprovação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, em 11 de janeiro de 2005, reconhecendo a categoria como Técnico-Administrativo em Educação (TAE) e vinculando o trabalho desses/as profissionais ao objetivo institucional. (GONZAGA, 2011, p. 88)

Olga enriquece a teoria com sua lembrança, do ponto de vista de quem participou ativamente dessa luta:

(...) então a gente vem, e aí vem a construção, dessa identidade, do PCCTAE. Que não é o melhor dos mundos, tem gente que fala que é uma droga, mas... E não era também o que a gente almejava. A gente pensava num plano único de carreira, né? Que você entrava técnico administrativo e passava por toda a estrutura. Então, realmente uma carreira. Mas entre o desejo, a realidade e o dinheiro, caímos no PCCTAE. Que tem um monte de problemas, eu acho que tem, mas foi um plano, assim como nosso projeto de universidade. Que é um projeto que apresenta um modelo de estado que a gente quer construir e viver nele, né? Nesse projeto de universidade tem esse sujeito, que é o técnico administrativo em educação, que nós projetamos como, esse sim, um servidor para a sociedade. E é um projeto de universidade para os trabalhadores e não para quem está na universidade. É um projeto de abertura dos muros. De descida de palco. E que traz o projeto, traz a carreira, com a valorização, controle social, a questão da gestão dos hospitais universitários, o modelo de hospital universitário que a gente também pretende. Então tudo isso eu acho que é ganho dessa nossa, desse nosso período fértil de elaboração, digamos assim. E isso é produção de política, né? Paralelo às nossas atividades rotineiras que cada cargo tem, de formalização e normatização dentro da instituição. (Olga)

O sujeito necessita identificar sentidos para seu próprio ofício. Nesse sentido, a luta dos TAEs sempre cobrou por direito à participação no fazer. Pelo direito de que essa participação fosse reconhecida. No entanto, essa luta sempre encontrou resistência nas relações de poder existentes na instituição. Os pesquisadores Fonseca, Sales e Dias (2010) afirmam que

a inserção dos trabalhadores técnico-administrativos no espaço universitário das instituições públicas é marcada por contradições e representações múltiplas, todas construídas e reconstruídas sócio-historicamente. Uma delas, senão a mais importante: a divisão entre trabalho e educação, entre fazer e pensar. Tal dicotomia, já tão explorada por diversos autores como, Saviani (1994), Frigotto (1998), dentre outros, remonta às culturas grega e romana, atravessando a Idade Média e consolidando-se na modernidade com todas as suas contradições, através de diferentes modelos educativos, formais e informais. Na universidade, espera-se do corpo técnico-administrativo a realização de todas as atividades consideradas não docentes, caracterizando a clássica compreensão entre atividades-meio e atividades-fim da instituição. Em linhas gerais, estariam os técnico-administrativos encarregados das primeiras, cabendo aos professores exercerem as últimas, entendidas como essenciais e agrupadas no trinômio ensino, pesquisa e extensão. (p.253)

No caso de funções administrativas de coordenação, o papel sempre é atribuído ao docente, ainda que o técnico tenha formação e capacidade para desenvolvê-las. Além disso, de acordo com o Estatuto da UFMG (1999), a participação dos TAES nas estruturas colegiadas da Universidade é de no máximo quinze por cento dos membros docentes dos órgãos, respeitando-se sempre a exigência mínima de setenta por cento para os membros docentes e, no que couber, a de um quinto dos docentes para a representação discente. Dessa forma, a responsabilidade pela formulação das normas e diretrizes estratégicas da organização

universitária caberá sempre ao corpo docente, ficando o TAE com a função de executar as ordens. Olga nos apresentou uma reflexão importante em sua história:

(...) E como a universidade é administrada e dominada por docente, né? Assim teoricamente, tanto que até hoje tem docente que ocupa cargos que necessariamente deveriam estar sendo ocupados por técnico administrativo, né? Os cargos de gestão, o povo larga a academia para vir fazer. (...) a universidade foi feita assim, né? Nós não podemos ser reitoras, né? Nós não podemos ser diretoras de unidade. E podemos ter formação para isso. Mas não podemos. Tem um estatuto autoritário, hierarquicamente verticalizado, que nos oprime. Então essa é a dificuldade, por mais que a gente dialogue com docentes que tenham a nossa visão - mas esses docentes também jamais chegarão nesses espaços que eu tô te falando, porque serão vistos como docentes de segunda categoria, que não enxergam a instituição com esse olhar, né, ainda de cátedra. (...) Uma eleição, que se diz democrática, né? Nós votamos aqui pra diretor, pra reitor e como é feita a confirmação disso? Não é: saiu ali o sufrágio e tá declarado. Tem uma instância superior, majoritariamente composta por docentes, que vai dizer se acata ou não o que a comunidade disse nas urnas. Então é isso. Isso nos invisibiliza. Assim como invisibiliza também o seguimento dos discentes. São a maioria. (...) é um patamar importante quando você vai discutir a divisão do poder na universidade, né? Porque nós não queremos assento no Conselho Universitário simplesmente para mostrar para todo mundo que a gente sabe fazer parecer, sabe discutir política, sabe entender o que eles estão falando, sabe retrucar às vezes. Não, nós queremos dividir o poder. Só que eles não querem dividir conosco. Essa é a grande dificuldade. (Olga)

Nos casos em que um técnico tem participação, ainda que subordinada, no desenvolvimento do planejamento institucional, percebe-se em seu discurso um sentimento de pertencimento, de reconhecimento, o que traduz certa identidade de sentido de seu trabalho.

É o caso, por exemplo, de Nise:

Eu nunca me vi sendo dirigida pelo meu chefe. Eu sempre fui dirigida pelo plano de cargos e salários. Mas fui parceira das minhas chefias. E inclusive em reunião, eu falava em reunião. Nas reuniões deles. Eu... Eles sempre me pediram opinião. Sempre sentaram comigo para discutir comigo como fazer as coisas. Eu não era uma pessoa para executar, eu era para ajudar a pensar. Toda a vida eu ajudei a pensar. (...) Quer dizer, eu não me sinto infeliz, por isso, porque eu nunca me senti diminuída. Sei o meu lugar, mas compus com outro lugar também. Nas discussões, na parceria. Sempre trabalhei assim, estimando minhas chefias sem puxação de saco, e fazendo o meu, mas sempre também contribuindo com meu ponto de vista, porque quem vive as situações tem que fazer. É um misto de... Eu nunca ia intrometer no conteúdo que a professora vai dar dentro de sala de aula, mas o viver dentro da Faculdade de Educação, a forma de organizar o trânsito para isso, eu tenho o poder de fazer e você tem, todo funcionário tem. Porque o trânsito para chegar na sala de aula é feito conosco. (Nise)

Essa dicotomia entre trabalho e educação, entre saber e fazer, na forma como está colocada é, na visão dos técnicos aposentados, prejudicial ao próprio desenvolvimento da universidade. É preciso concordar que se as decisões são tomadas, sempre, por um único segmento, quando este não tiver o saber necessário acerca do desenvolvimento de determinado fluxo de trabalho, a deliberação será incompleta, pobre, e poderá acarretar em retrabalho exatamente para aqueles que não participaram da decisão. Importante frisar que,

tratando-se de uma organização pública, a execução das tarefas e atividades deveria efetivar-se, pelo menos em tese, nos termos prescritos pelos instrumentos reguladores definidos pela legislação específica, sejam Planos de Cargos e Salários das diferentes categorias profissionais, seja o Regimento da Universidade, seja uma Lei ou Decreto federal específico. Nas situações concretas de trabalho, sabe-se que essa prescrição será permanentemente ressingularizada pelos trabalhadores, que irão desenvolver, individual e coletivamente, seus próprios modos diferenciados de realizar suas atividades. Atentar para essa divisão de atribuições – que muitas vezes ganha caráter dissociativo – é fundamental para compreender a estrutura de divisão de poder que se instala e que se reapresenta de forma recorrente nos diversos espaços de trabalho na organização. Desconsiderar essa dimensão de análise implica em optar pela ignorância de um componente fundamental no processo de construção das subjetividades desses trabalhadores (FONSECA; SALES; DIAS, 2010, p. 253).

A universidade, em seu fazer, está constantemente tentando integrar teoria à prática. Desenvolve projetos de extensão para aproximação das comunidades, desenvolve pesquisas sociológicas e antropológicas com grupos diversos, reconhecendo saberes de toda ordem para estabelecer uma nova relação com os diferentes tipos de conhecimentos. No entanto, na maioria das vezes, ignora os saberes dos trabalhadores TAE sobre um trabalho que está completamente imbricado ao fazer universitário, por receio de que o poder seja dividido, como falou Olga.

Em muitas situações, inclusive, se vive um paradoxo porque ao mesmo tempo em que o saber do técnico não é considerado para as tomadas de decisões, no sentido do poder de deliberação, os técnicos sofrem com a sobrecarga do desvio de funções que deveriam ser realizadas por docentes ou, ainda, sofrem com o não reconhecimento de seu cargo, como acontece com os TAEs ocupantes de cargos de nível superior. Lembremos o relato de Olga:

O exemplo mais clássico disso [desvio de função] é o Técnico em Assuntos Educacionais. Porque tem lá um rol de atividades, a Universidade e a Unidade chamam esse cargo para si. Quando chega aqui, vamos colocar essa cidadã e esse cidadão para fazer serviço de secretário. Nós, Assistente em Administração tudo bem, nós temos uma malha que nos permite fazer tudo isso, né? Então nós podemos fazer a secretaria, que tá dentro das nossas atribuições. Mas um Técnico em Assuntos Educacionais? Ele tem que tá trabalhando na área pedagógica, nisso que ele é formado. Normalmente ele é pedagogo. Ele é assistente social. Você vai por o cara para atender guichê na Seção de Ensino? Vai por a pessoa para trabalhar, nem deve ter mais né, na gráfica? Antigamente tinha. As pessoas ficam infelizes. Secretário de colegiado... É um desrespeito. E aí essa pessoa começa... já entra adoecendo. Entra adoecendo, morre doente aqui e ninguém faz nada. Porque se reclamar vira problema.(Olga)

Podemos identificar nas narrativas dos TAEs aposentados uma evolução positiva na relação entre docentes e TAEs da Faculdade de Educação. As histórias dos técnicos que trabalharam na Faculdade nos anos 70 e 80, principalmente, ou seja, em período ditatorial e antes da criação do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – o PUCRCE, relatam uma relação de poder entre essas duas categorias de trabalho que

colocavam os TAEs no lugar de subalternos. Já os relatos a partir da década de 90, mostram uma relação diferente, apesar de, ainda, difícil.

E era assim era um regime muito, como é que eu vou te falar, muito ditatorial, assim muito militar dentro da própria Instituição da Faculdade de Educação. (...) Teve um dia que alguns funcionários tavam tendo problema no setorial, com comida, e... Eu só presenciei, eu não participei. Os funcionários mais, digamos assim, não é mais humildes, as pessoas mais simples, não gosto de falar humilde não. O diretor estava saindo (...) aí esses funcionários foram até ele e falaram "ô professor, você não podia ter uma verba de ajuda de custo para a gente almoçar, porque está difícil..." Eu não esqueço, ele apontou e falou assim: alá ó, por que vocês não comem grama? (...) Isso foi me marcando muito. Comer grama? Peraí, eu não sou nenhum animal. (Inácio)

Mas aí a gente enfrentava ainda muitos problemas na FaE. Com os professores, né? Tinha muita... Como vou te dizer? Os professores da FaE achavam que a gente era funcionário deles e não da instituição. E criavam, assim... Tinha muito atrito entre funcionário e professor, porque eles vinham de uma história e de repente começou a mudar. (Inácio)

Mas a relação funcionário-professor não é a das melhores. Tipo assim, eles não aceitavam a gente ser livre para fazer as tarefas. Eles tinham que impor as condições. E aí tinha problema. Tipo assim, tinha gente que falava assim... Era uma luta. Por exemplo, tinha um chefe de departamento que, assim: quem vai trabalhar com esse chefe de departamento? Ninguém queria. Porque a pessoa era insuportável. (Inácio)

Eu acho que a dificuldade é estrutural mesmo. É uma questão estrutural no sentido da forma como a instituição se organiza. Nós... As instituições, elas não são organizadas para que nós sejamos expoentes no nosso fazer. É o contrário. Lembra que eu falei do quanto nós sofremos para que nós, pesquisadores técnico-administrativos, pudéssemos assinar nossa pesquisa? O cara vai lá, faz, ensina, mas quem assina é o docente. Então assim, essa universidade foi feita pra isso. Pra uma categoria ser subjugada à outra. Então essa é a grande dificuldade. É na relação. (Olga)

(...) É que nem a questão do combate ao racismo, né? Ninguém fala que a universidade é racista, que há entre nós inclusive, né? "Não, não tem". Mas tem. E a gente tem que sempre dizer que a gente tá percebendo e que não concorda e que vai combater. Então, nós somos trabalhadores e trabalhadoras, sejamos docentes ou técnicos, né? E se é para ser servidor, que sejamos todos então. Por que que nós servimos - porque é o servil mesmo - e eles dominam? Então essa disputa de poder dentro da universidade também é muito antiga. E vem lá das fazendas, dos coronéis que chegaram aqui primeiro e se apossaram né, dessa questão, e acham que são donos do saber. Tem isso até hoje. (Olga)

E não sei se acontece ainda de diretor ligar e falar assim: "não quero fulano na minha unidade." (...) Mas essas relações, de... As relações hierárquicas, digamos assim, não devem ter mudado tanto assim, não devem. É a gente ou se subjugava, ou vai viver atritando a vida inteira. E pra viver atritando moça, tem que ter energia viu, porque não é mole. Tem dia da gente entrar aqui e chorar. Chora, chora, chora, lava o rosto e sai porque vai ter mais. Daí a pouco tem mais. (Olga)

Havia um descompasso também em relação ao tratamento do professor com o técnico, e muitas vezes você não era bem recebido, você era meio que desqualificado. Eu era uma exceção. Eu e outros colegas lá, pouquíssimos, que tínhamos nível superior ou que estávamos fazendo o nível superior, era uma exceção, assim, de poder argumentar, poder fazer algumas objeções. Mas era muito... uma luta muito árdua, sempre foi, para poder... a gente traçar o nosso caminho na Faculdade, tá? (João)

Pelo amor de Deus, que discriminação! Então eu senti isso na pele, senti também. Uma vez um professor da FaE conversando com outro, gente de fora, principalmente com gente de fora, e virar as costas como se não te conhecesse. Umás duas vezes aconteceu. Então tem isso só, mas eu acho que toda classe tem isso mesmo, o cara chega, ele chega liso e sai crespo, ou ele chega crespo e sai liso né? Então... Tem professor mesmo que se sente né, o gostoso, isso é o normal. (Samuel)

É sempre essa questão da gente poder valorizar mais o técnico administrativo sabe? que melhorou muito muito muito de uns anos pra cá, né? (...) Do lugar que eu vim, lá do DP, tinha muita reclamação, não sei se é por que só técnico que trabalha lá, mas dessa não valorização dos docentes em cima dos técnicos sabe? E aí eu cheguei aqui, isso eu vi repetir também com as pessoas que estavam aqui, mais antigas de tempo, e aí foi essa luta, sempre essa luta de valorização e que eu percebi que isso melhorou de um tempo pra cá. Não sei como é que tá hoje, depois que eu aposentei, sabe? Mas é... isso é um desafio grande né, você... a gente encontrar o lugar e ser reconhecido por isso. (Paula)

É muito interessante porque isso acho que era mais do povo antigo. Eu acho que eles vieram de outra época, onde eles tinham essa coisa do “docente é o que manda, a Universidade sem mim não é nada”. Tem muitas pessoas com essa cabeça, mas muitos foram embora também, se aposentaram. E chegaram outros com a cabeça melhor, de valorização, aí que veio né, chegando a época da valorização do servidor técnico-administrativo, né? As pessoas vieram com outra cabeça, sabendo que a máquina não funciona se tiver uma perna quebrada. (Paula)

Essas afirmações reforçam um perfil docente que entendia o papel do técnico como empregado a cargo do professor. Não só em casos de chefia, onde a relação de hierarquia fica explícita, mas na relação cotidiana da Faculdade. Outras situações narradas também reforçam esse entendimento. Pensemos no caso de Júlio, que exercia um cargo de motorista da Faculdade e foi solicitado a consertar o chuveiro de uma diretora. Ao passar no concurso para assistente, a diretora solicita que ele permaneça na Faculdade. Parece-nos fazer sentido afirmar que a diretora entendia que, ao fazer isso, ela teria um funcionário que lhe servisse mesmo em situações que fugissem do seu rol de atividades.

Lembremos, também, a situação da diretora que não indicou Nise para o prêmio de servidora do ano, apesar da solicitação do grupo de TAEs, como forma de represália porque ela havia negado um convite para assumir uma chefia em determinado setor. Foram muitos os relatos que denunciavam autoritarismo e perseguição, sem falar naqueles contados em confidência, que sempre aconteciam ao desligar do gravador.

Ainda foi possível observar relações nas quais o poder é exercido por outro técnico que assume uma função de chefia (mas sempre subordinado a uma chefia docente). Essas relações também causam sofrimento. Podemos lembrar o caso narrado por Inácio, que sofreu uma repressão por parte do secretário do diretor que ele dizia ser militar. Ou o caso narrado por Nise:

(...) tinha uma chefe muito autoritária, mas era pessoa boa, mas ela, o jeito de dirigir dela era bravo, sabe? E a gente tinha umas fichinhas para digitar naquelas máquinas velhas. Eu errava as fichinhas, que que eu fazia para não tomar "xingo"? Punha tudo debaixo da máquina. Porque ela não entendia que a gente podia errar. Então fazia assim: a ficha que eu errava punha debaixo da máquina, aí na hora que eu ia embora puxava aquelas fichas e punha dentro da bolsa para não jogar aqui na FaE para ela não descobrir e não brigar comigo. Olha o nível de acanhamento de intimidação. (Nise)

A relação entre TAEs e docentes é atravessada por esses conflitos até hoje e desde a criação da Faculdade. Observamos um cruzamento de saber e poder nas narrativas: manda quem pode, obedece quem tem juízo, para dar conta das rotinas com as condições que são dadas. No caso do que foi narrado, condições essas bem precárias para as quais foi preciso muita criatividade e muito envolvimento de saberes para que fossem realizadas. Os TAEs aposentados também relataram muitas dificuldades associadas a uma precariedade das condições materiais de trabalho. As principais foram relativas à infraestrutura da Faculdade, à falta de treinamento ou normatização para o desenvolvimento do serviço, à falta de servidores e ao baixo salário.

Nessa época era o Fernando Henrique que era presidente da República. A Universidade não tinha dinheiro para nada. Nada nada. Eu me lembro que às vezes eles - era telefone fixo, não tinha celular - ligava para minha casa para ir lá na FaE, 8 horas da noite, ligar uma bomba porque a FaE estava sem água e a FaE, a universidade, não tinha dinheiro para comprar uma bomba, uma bomba, olha para você ver, para jogar água lá para a torre. Olha o nível que chegou a universidade. Não tinha dinheiro para pagar a conta de luz, de água... (Inácio)

Terminava a matrícula 5 horas, nós íamos conferir esses cartões. Então a gente sempre fazia hora extra na matrícula, porque nós tínhamos que estar preparados para o dia seguinte para continuar a matrícula. (...) Então a gente ficava horas aqui à noite, sem infraestrutura, né, aqui não tinha muita infraestrutura, fazendo essas leituras. (Nise)

(...) o funcionário chega ele não é recebido. Como é que funciona essa instituição? O que é essa instituição? Que que é a Faculdade? Você vai trabalhar aqui aonde? Você vai trabalhar no colegiado de pedagogia. Como é que o colegiado de pedagogia funciona? Como é que é a relação aqui dentro? Né? Isso acontecia na minha época também. Às vezes na minha época o funcionário chegava e ficava sentado numa cadeira lá sem saber o que ele ia fazer. A Universidade erra em relação a isso. Não tem um setor que cuida disso. (Inácio)

Nós tínhamos treinamentos que você poderia fazer, algum tipo de treinamento, mas era uma qualificação, nunca era voltada para o que você estava interessado, o que você precisava no trabalho. Eu entrei sem treinamento algum, fui aprendendo na raça, todos esses anos até eu aposentar sempre foi desse jeito. Tivemos... Você não aprendia... Você aprendia por conta própria. (...) E as inserções que haviam de mudanças de, por exemplo, mudanças de tecnologia, a gente ia aprendendo isso tudo na marra. (João)

Eu lembro que quando nós começamos com os computadores, eles simplesmente chegaram né? Você não tem preparo nenhum para... nós não tivemos preparo nenhum para lidar com o computador. Então o sujeito que tinha uma memória melhor, para lembrar da teclinha ali, de como entrar, das letreiras etc., ele ia se destacando. Mas ninguém chegou para explicar para a gente como que existia aquilo

ali. Era bem rudimentar comparando com o que é hoje, mas não havia nenhum treinamento, nenhum esforço para que se pudesse imediatamente ficar em condições de ter realmente aprendido. (João)

Aumentou os cursos, aumenta também as pessoas pra trabalhar. Não na mesma proporção, né, que deveria ter sido aberto, que deveria ter sido criadas vagas, porque tá todo mundo sempre reclamando que tem poucos técnicos né, tem demanda, mil demandas aí, e não abre concurso. E essa queixa é histórica. Essa queixa de falta de funcionário é histórica. (Paula)

Isso aí foi um dos desafios viu? Você conseguir trabalhar com poucos, poucas pessoas pra colaborar né... poucos técnicos. (...) Por que aí teve que lançar mão pra... como é que fala? Estagiários. A gente contava muito com estagiários, com pessoal terceirizado. Uma coisa ruim também pro serviço público, acho que é, isso, né, essa contratação da mão de obra terceirizada porque acaba que não pressiona o governo pra poder abrir concurso. (...) E isso acaba que também enfraquecia a greve, enfraquecia demais. Por que eles não participavam e faziam o serviço. (Paula)

(...) e é claro que com um salário pífio. Porque o que se pode fazer ali é muito importante. A UFMG sempre sofreu com falta de recursos. E essa falta de recursos foi claramente posta com o governo Collor. (...) O Collor se encarregou de desqualificar a UFMG também, cortando orçamento. Com o Fernando Henrique foi a mesma coisa, nós tivemos falta de estrutura de trabalho, a carreira foi por água abaixo completamente. (João)

Saiu a oportunidade para trabalhar no setor de pessoal, e como eu tenho formação técnico em contabilidade, trabalhei em escritório muitos anos, aí... e tinha uma FG, 3 filhos né, aquela época eu já tinha 3 filhos, e aí eu... qualquer dinheirinho era... corria atrás. (...) E trabalhei lá muito tempo, setor de Pessoal, até que... que... houve... surgiu uma nova legislação na UFMG, e tirou o FG do setor de pessoal. Com essa retirada do FG... não era muita coisa não, mas dava pra comprar, fazer uma feira, essa gratificação. (Samuel)

Olha, a primeira dificuldade que eu acho, a maior dificuldade, é o salário. Acho que o profissional da educação ele é extremamente maltratado. Da educação e da saúde, extremamente maltratado. (...) A gente deve tá ganhando hoje, a maioria aí, nem o que diz a constituição. (...) No nosso caso, assim, a gente tem que ter realmente o compromisso, treinamento, cobrança, e um salário bom, né? E eu acho que o salário que eu tenho eu não tenho condição de sustentar uma família. Não tenho. (João)

A Faculdade ela passou a ser mais democrática mesmo a partir de 2003. Não estou falando que é porque o gestor foi fulano... Era o objetivo do governo direcionar os recursos dele. Direcionou mais para a educação, entendeu? Mas para a gente não. Para técnico de jeito nenhum. Para técnico era sempre a mesma luta. (...) Ele cuidava dos alunos, mas a gente era aquele salariozinho que tá que era uma merreca. Enfim, e hoje mais ainda, porque eu peguei essa parte que é do Temer, cheguei a pegar, que era desqualificação total, e com uma aproximação claramente para desacreditar a educação. E você como técnico, inexistente, você não serve para nada, você está ali só para cumprir ordem. (João)

É uma garantia de estabilidade, a gente sabe que, por exemplo, na educação, o salário é baixo. Mas cê tem uma estabilidade, tem uma segurança. (...) E sem contar que a empresa privada também não paga lá essa diferença toda pro nosso nível de ensino, né? É mais ou menos a mesma coisa. Só que hoje a empresa privada tem uma reposição anual. E nós tivemos a última quando? (Lílian)

Tem quantos anos que a gente não tem aumento? Nenhum. Precisava ter um aumento mesmo. Tem mais de 6 anos que não tem aumento nenhum. Tudo aumentando igual tá precisava ter, também, um olhar para isso. Mas... e ainda assim, não é desvalorizado, não acho não. (Samuel)

Importante ressaltar o teor contraditório das falas de Samuel, ilustrado na gratidão à Faculdade em comparação com seus trabalhos anteriores, mas que se perde ou se confunde com seu modo de pensar crítico, ressentido, pela desvalorização de sua entrega.

No que diz respeito às relações, os TAEs narraram sua percepção sobre uma ingerência, sobre a forma como a administração docente muitas vezes desconhecia o trabalho que deveria coordenar e/ou desconhecia o próprio sujeito que o executava, como podemos perceber nas falas abaixo:

Mas tinha uma coisa muito engraçada. O carro era da direção. Para você usar o carro para fazer compra, você tinha que ir lá e falar assim: "pode usar o carro, professora?" Porque o carro levava ela em casa, trazia ela à Faculdade de Educação. Quer dizer, era um carro particular. Era da Faculdade de Educação, mas se você precisasse do carro, apesar da seção de serviços gerais existir, né? O carro não tinha comando por lá. (Inácio)

Então eu tinha que ter muito cuidado, e tive que falar também firme, porque perderam o rumo deles enquanto chefes. Acharam que chefe tá acima do bem e do mal. Pode fazer e acontecer e a gente tem plano de cargo e salário. Eu já tive que jogar na cara de uma chefe minha dizendo: "você não pode fazer isso comigo. Eu tenho um plano de cargos e salários". (Nise)

Cito um exemplo para você, por exemplo, eu tive um episódio, um episódio só que eu tive, mas que me marcou muito desagradavelmente na Seção de Ensino. Onde eu, pelos meus conhecimentos que eu tenho, que eu sou Bacharel em Direito, fui escrivão também, (...) fui desagradavelmente chamado a atenção, de uma forma intempestiva, do qual... eu... na época eu não tive a maturidade, eu deveria ter respondido ao pé da letra, né? Inclusive mostrado a condição, não ter aceitado de cabeça baixa o que eu aceitei, o rompante, o puxão de orelha, mas enfim... E que foi provado depois, com o passar do tempo, e até pela mudança da sociedade, que eu tinha razão, tanto na forma... na questão jurídica eu tinha razão, mas também na questão de... do trato de como eu me posicionei. E para mim é uma vitória é uma coisa que eu não menciono com ninguém, mas ao final deu... A atitude que eu tomei passou a ser regra tempos depois para a universidade. Para todas as universidades. Inclusive com ganho jurídico. Então isso aí foi muito marcante para mim. De forma... me desqualificou né, mas depois foi motivo de orgulho porque percebi que estava certo e hoje e há muito tempo eu tenho clareza disso, que na verdade o problema era político, não era problema de conhecimento. (João)

Houve um despreparo da pessoa que não era preparada para o cargo. Docentes também não eram preparados para o cargo. Eles entram ali sabendo a formação dele, mas o resto tá na mão dele... política... eles construíram a legislação interna, entendeu? Eles têm a força política, mas eles não têm o conhecimento. Eles estão entrando ali igual à gente. (João)

Eu acho que as chefias, por ser professor, não ser uma pessoa, como eu posso dizer? Não ser um administrador, ele tava ali muito voltado para o trabalho. Não tinha muito... não sei se eu digo interesse, ou não tinha necessidade de conhecer o funcionário, assim, o que que já tinha feito, suas experiências. (...) Por exemplo, eu já tinha trabalhava fora daqui, eu já tinha uma experiência de empresa privada de quinze anos. Ninguém nunca me perguntou o que eu fazia. Que que eu tinha de experiência lá de fora que poderia ter sido aproveitada aqui. (...) Então eu acho que falta um pouquinho isso. Aproveitar melhor a experiência do técnico. Porque de alguma forma o trabalho administrativo é muito repetitivo, né? Seja na privada ou na empresa pública, é uma continuidade. Então você pode ter uma colaboração para

dar, né? É lógico que você usa isso no seu dia a dia, as suas experiências pessoais. Mas as chefias nunca te perguntaram. (Lilian)

Que que você fez na vida? Você gostaria de trabalhar na Seção de Ensino? Qual é o seu currículo, o que você gosta de fazer? (...) Quer dizer, eu percebo que às vezes você coloca a pessoa no lugar errado. O perfil da pessoa não é para aquilo. Ele é um funcionário administrativo, sim. Ele é administrativo. Fez um concurso, ele vai trabalhar nessa área. Mas você não tem o histórico de vida dele. Você não sabe quem que é o José que chegou lá, onde ele mora, o que ele faz, se ele tem filho, como é a vida dele, você não tem esse histórico. (Inácio)

A mudança nas narrativas a partir de meados dos anos 80 nos permite refletir que o perfil dos técnicos mudou. Eles passaram a ter uma maior gerência sobre seu fazer, entendendo o poder de seus saberes e os meandros políticos que atravessam seu trabalho. Ainda que em um contexto geral no qual o poder é exercido por outro grupo, eles passam a exercer seu saber de tal maneira, que a Faculdade não pode se dar ao luxo de ignorar aquele conhecimento. Os TAEs passam a se organizar mais, questionar mais e enfrentar as dificuldades cotidianas advindas das relações de poder com maior autonomia. Percebemos, nas histórias, até mesmo certa irreverência e ironia para lidar com as rotinas do trabalho. Tudo isso é parte de uma resistência.

De acordo com Gohn (2014), desde a redemocratização do país, existe um esforço de construção de novos movimentos sociais. Tais movimentos são caracterizados por tratar de temas ligados ao reconhecimento dos direitos de diferentes grupos sociais. Reconhecimento de que tais grupos são formados por sujeitos de direitos, que apresentam demandas específicas que devem ser atendidas pela universidade e pelo Estado.

Compreender o histórico dos movimentos de luta dos TAEs contribuiu para que pudéssemos perceber como e quando os indivíduos dessa categoria passaram a se perceber enquanto sujeitos de direitos e a reivindicá-los. Quando esse grupo emerge, buscando pela afirmação de sua identidade, novos movimentos surgem e, com eles, novas demandas que precisam ser sanadas para o reconhecimento desses sujeitos enquanto partícipes do contexto ao qual estão inseridos. Gohn (2014) explica que:

Identidade passa a ser uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores e identidades criadas em processos relacionados e estimulados por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento; identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos; é também elemento de construção e emancipações. (GOHN, 2014, p.46)

Consideramos importante apresentar as lembranças dos TAEs sobre as greves da categoria, uma vez que o movimento paredista é o principal meio de luta coletiva de

trabalhadores que, através da paralisação, tem a finalidade de reivindicação por melhores condições de trabalho. A greve só se tornou um direito reconhecido e regulamentado a partir da Constituição Federal de 1988. No ano seguinte, a Lei nº 7.783 regulamentou tal direito ao exercício de greve, fixando requisitos e delimitações para o movimento ser considerado válido, no âmbito jurídico.

Nas lembranças das greves foi possível perceber o teor ideológico mais visível. Como dito por Ecléa Bosi (2015, p. 453), “na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a”.

A memória é, nesse caso, uma leitura social do passado no presente, onde os fatos são reconstruídos com base nas experiências do sujeito atual. Os TAEs que contaram suas histórias fizeram questão de falar sobre sua participação nos movimentos da categoria. Além disso, um quadro muito representativo da afirmação de Ecléa foi a forma como Lílian, que não participava das greves por entender que não podia, expressou que, hoje, “amadurecida”, faria tudo diferente.

A memória dos acontecimentos políticos, nesse caso, as greves, suscita uma palavra presa à situação concreta do sujeito (BOSI, 2015). Trazer à tona a história de vida e de luta desses profissionais da educação nos permitiu compreender melhor a formação do seu ponto de vista. Dos nove TAEs entrevistados, seis – Inácio, João, Júlio, Nise, Olga e Paula – relataram sua participação nas greves da categoria; dois – Lílian e Samuel – relataram que participavam pouco ou não participavam e um, Dico, não falou sobre isso.

Dico não relatou participações em greves, mas, de acordo com sua história, ele foi um dos fundadores da ASSUFEMG e o responsável por organizar seus colegas para mantê-la funcionando. Lílian contou que não participava: “Eu não me dava o direito de participar, de ir para assembleia, de faltar, porque eu achava que ali tinha que ter atendimento”. Entretanto, como dissemos, ao lembrar, ela remodelou essa experiência dizendo que faria totalmente diferente – “Porque acho que a gente tem que lutar pelo que a gente quer. Você só consegue, pelo menos no serviço público, tudo que a gente consegue é com luta. Nada vem de graça. E se todo mundo participar a coisa funciona muito melhor, né? E mais rápido”.

Já Samuel, contou que participou de pouquíssimas greves. Em trechos de sua história ele diz ter sido “socializado pela direita” e entender que as manifestações atrapalham o trânsito e outras pessoas que precisam trabalhar. E ele também entendia que, por ter cargos de

confiança, não poderia participar das greves. Na opinião dele, é preciso descobrir outra forma de manifestação que não prejudique o outro: “Você faz manifestação fazendo greve de ônibus, o trabalhador precisa ir lá, trabalha no hospital, uma consulta, vão ferrar você. Tem que ferrar o grandão. Não é ferrar o pobre coitado não. Então não concordo com essas manifestações”.

Observamos, nesses casos, que fora enfatizado um tipo de experiência longa e dura com o trabalho anterior em empresas privadas. Tanto Lílian quanto Samuel relataram esse percurso anterior em suas histórias como forma de explicar o motivo por pensarem de forma diferente da maioria. Ambos entendiam que suas atividades de trabalho estavam acima de seu direito enquanto trabalhadores.

A memória sobre as greves diz muito sobre a forma como os TAEs se organizavam. Nas lembranças de Inácio estão presentes os preparativos da primeira greve da categoria:

E aí a gente começou a fazer reuniões na ASSUFEMG. E a gente fez a nossa primeira greve. Eu me lembro direitinho. Eu tinha uma Brasília, coloquei um alto-falante em cima dela e comecei a rodar o Campus da Pampulha com a minha Brasília, anunciando que a gente ia entrar de greve. E a gente entrou de greve e foi a primeira greve que nós fizemos na Universidade, foi nessa época. E aí o movimento foi crescendo. Foi ganhando espaço, ele foi pegando, como vou dizer? Foi amadurecendo enquanto movimento. (Inácio)

Ele resgata a memória de sua participação ativa. As lembranças demonstram que a Faculdade de Educação sempre foi espaço de TAEs ativos nos movimentos sociais, com consciência política e consciência de classe. Eles participavam por entenderem que não havia outro caminho para a reivindicação de direitos.

Eu participava muito. E a gente fazia greve e parava tudo. A FaE teve muita participação nisso, muitos funcionários da FaE participavam. E... na época o secretário não participava. E tinha algumas pessoas que não participavam, do funcionalismo, não participavam. Mas a gente criou um movimento, inclusive dentro da FaE, muito interessante. A gente fechava a FaE mesmo, participava, fazia as reuniões, né? E a gente tinha... representava lá na ASSUFEMG o comitê de liderança da greve. E eu participava desse processo todo. (Inácio)

[Participei] de todas. Todas você acredita? Mesmo com essa angústia eu falava: gente, mas se a gente não lutar como é que vai ser? (Paula)

É bonita a forma como Júlio reconhece em sua companheira de trabalho, uma líder:

A greve... Quem era muito bom em, você pode até tentar com ela, a Olga. Olga era fera. Eu falo que metade do meu salário, a Olga é responsável por ele. (...) Nossa, ela era ativista demais. Um negócio impressionante. (...) Ela era líder nossa aqui dentro, né? A gente... Eu participava, né. Inclusive os cartazes, né? Eu sabia fazer as letras na faixa, saía no jornal as faixas lá com a letra minha. (Júlio)

E Olga reafirma, em suas falas, toda essa militância. Sua narrativa é uma história rica e pormenorizada do ambiente político da época. Ela entrou para a Universidade aos 18 anos e

até hoje milita na luta pelos direitos dos TAEs. E reafirma a todo o momento a necessidade dessa luta. Sua aposentadoria, custosamente lembrada, se mistura com a continuidade de suas ações no presente. E Olga espera, após o exercício de sua gestão atual, poder, enfim, descansar.

Eu entrei em 76, final da ditadura. A ditadura se encaminhando pro final, mas um resquício muito grande sempre ficou na estrutura da universidade. E a gente começou a lutar contra isso, a se organizar. Nessa época a gente não podia ser sindicalizado, então a gente fazia as reuniões através da ASSUFEMG, que existe hoje ainda, mas é a origem da nossa militância, digamos assim, que era através das associações. (Olga)

Então nunca deixei de participar de uma greve, nunca deixei de chamar as minhas companheiras e companheiros, né, as trabalhadoras e trabalhadores para debater essa questão da nossa identidade, dos nossos compromissos. Mas também nunca deixei, eu acho que não deixei, embora eu acredito que tem algumas pessoas que acham que eu nem era de confiança, porque na minha época quem militava não era confiável institucionalmente. (...) E se tinha greve eu fechava o setor. Simples assim. Eu tô reivindicando um direito que é meu e o meu direito é de interromper, né, a minha função laboral em alguns momentos. (Olga)

Esses são momentos de tensão, né? Mas aqui na Faculdade de Educação a gente sempre teve uma condição de sentar, negociar, né? Propostas e formas para que uma coisa não atrapalhasse radicalmente a outra. E nós, como trabalhadores, também sempre tivemos um comportamento, eu diria assim, em relação às coisas que são essenciais. Então se hoje, por exemplo, você vai para uma assembleia discutir, quando você deflagra o movimento paredista, o que é essencial ou não, nós sempre tivemos esse compromisso e essas coisas que - eu não sei se você participa, ou não, né, eu espero que participe, é... -, muito do que você vê hoje listado ali, do que é essencial e como a gente se comporta nesses momentos de conflito, né, digamos, conflito de interesses, né? Que é o da instituição e os nossos, né, com nossos direitos individuais e coletivos, foram construídos por nós. (Olga)

Quando eu me aposentei, tava numa transição do velho para o novo, assim. Nessa época eu tava a disposição do programa Polos de Cidadania. (...) Eu estava na ativa mas, também com essa coisa das atividades políticas e tal, eu já estava na direção... Eu tava no mandato da FASUBRA e viajava muito. E eu nunca me incomodei com isso não. Eu sei que o povo fala mal, não sei o que... Tô nem aí. Eu sei que eu tô trabalhando. E muita gente que criticava colheu frutos polpudos e saborosos dessas lutas que a gente constrói, né? (Olga)

(...) me aposentei. Assim que deu. Passou a coisa do risco de reforma e acho que tinha uma iminência de perder alguma coisa pra frente... Eu não me recordo direito, assim, porque nem sei se foi 2009, 2010... Como eu não parei, né, de militar, eu acabei não me aposentando de verdade assim. Parei e não precisava mais cumprir a obrigatoriedade institucional. Mas eu não parei de trabalhar porque eu considero que a nossa militância também é um trabalho para a categoria e coletivo. (...) Mas maio do ano que vem tô dando tchau pra isso também. Chega. (risos). Hora de vir para a aposentadoria de verdade. (Olga)

Apesar de participativos, os TAEs lembraram que essa participação não era fácil. Devido à falta de reconhecimento da importância do trabalho da categoria para as instâncias governamentais, sempre havia demora nas negociações com a base. Além das dificuldades próprias de uma luta, havia, ainda, muita angústia nas lembranças dos narradores.

Nós nunca tivemos dificuldade em fazer greves, mas nossas greves eram de seis meses, o que me deixava muito inquieto. Porque eu, se eu estou trabalhando eu tenho que trabalhar. (...) Eu acho que isso se acirrou muito mais a medida em que foi... a internet foi tendo... as pessoas foram tendo acesso à internet, né, e foram se digladiando. Mas a gente sempre foi meio invisível. Eram greves de muito tempo. Na gestão do Lula era a mesma coisa, era 40 dias de greve para dar uns 10%... Nunca nenhum gestor cuidou bem da gente nesse aspecto. (João)

Agora, a gente só tinha um jeito: parar e tentar convencer o pessoal a nos ouvir. Não tem outra alternativa. Então era aquela greve longa, como deve estar acontecendo greve aí, greve longa. (João)

É uma tensão muito grande. E quando você tá, assim, na função de secretária da pós-graduação também. Eu ficava o tempo todo dividida entre atender o que era a coisa ali da coordenação solicitando e meus pares, sabe assim? Isso sempre foi uma coisa que me angustiava. Sempre. Pra ter essa posição, tomar essa posição de falar assim: é greve, não vou fazer nada, nada mesmo. E aquela minha consciência que falava assim: não, você tem um cargo de responsabilidade, você tem que fazer isso, isso e isso, por que se você não fizer isso, mesmo sabendo que tinha aquelas atividades julgadas essenciais, que a gente nunca deixava de mandar as coisas de bolsa, implementação de bolsa, por que isso impactava o aluno, né, outra pessoa que não tinha nada a ver, é... mesmo sabendo dessas coisas, atividades essenciais, nossa... era uma angústia. Ao mesmo tempo que você precisava da greve, por que a gente só consegue as coisas com luta, né? só com greve. E saber como é que eu vou lidar com isso depois... Era angustiante. (Paula)

Havia preocupação com o trabalho parado e com o público não entendido. Ainda que as atividades definidas como essenciais fossem realizadas, muito trabalho deixava de ser realizado e os TAEs sabiam que precisariam se haver com ele ao final da greve. Além da desvalorização por parte do governo e da angústia com o trabalho interrompido, os TAEs também se lembraram de uma desqualificação interna do movimento e, ainda, das dificuldades em manter uma greve sem adesão dos demais segmentos da universidade.

Outra coisa que eu quero fazer a observação é a desqualificação das greves, né? “Eu não acho que é o momento. Eu não acho que é adequado”. Agora, quase sempre assim, né? Quer dizer, “eu não acho que é o momento”, não tinha momento nunca, né? Se você ficasse ali ouvindo os interesses deles você nunca teria um momento adequado, né? E quem puxa a greve é técnico. Quem puxava greve é técnico. Professor continua. Acho que eu vi uma vez professor fazendo greve, quando eles se sentiram, no final de dois mil e..., se sentiram perdendo direito, eu não lembro, não tinha controle do que era. Aí que realmente houve uma adesão, sabe, maciça. Aí o discurso foi mudado naquele momento. (João)

As melhores greves que nós tivemos eram quando as duas categorias faziam greve ao mesmo tempo. Mas o governo, vendo isso na época, fez um plano de professor diferente do nosso. Criou um plano de carreira diferente. Nunca mais a gente conseguiu unidade com o professor. (Nise)

(...) Porque tinha uns caras que não queriam fazer greve, esses não queriam fazer greve, não queria se indispor com quem tava fazendo greve e, fundamentalmente, não queria desobedecer seu senhor feudal, que era o chefe, o diretor. Mesmo que o diretor e o chefe dissesse assim: "fique a vontade, faça sua greve, não quero...", ficava lá, todo dia, lambendo a bota do cidadão. E o cidadão: "não quero que me..." Sabe, assim? Então assim, esses conflitos aconteciam. (Olga)

Nós tivemos dinheiro de greve cortada, né? 13 dias de corte, uma época. Porque nós fizemos greve. Tinham uns que não faziam greve mesmo, né? Ficavam... Continuavam trabalhando. E a gente fazia greve por eles né. (Júlio)

No caso, por exemplo, teve professor lá que invadiu a sala para pegar aparelho. (...) E aí pegou a chave. Nós fomos parar na diretoria. Aí a diretora tomou a chave dele: "Não senhor, você tem que respeitar a greve dos funcionários". Não deixou o cara... tomou a chave dele. (Júlio)

Aqui dentro nós só tivemos uma situação muito desagradável com a greve que quando foi teve que cortar ponto mesmo. Então criaram uma comissão lá na sala da Congregação, toda bonitinha a sala, e a gente tinha que entrar nessa sala de um a um e declarar quantos dias a gente ficou de greve. Essa foi uma relação desagradável com a nossa luta de classe, né, e a direção da Universidade e da Faculdade de Educação, porque nesse momento a gente ficou sozinho. (Nise)

A “grande greve” de 1984, apesar da participação de discentes, docentes e TAEs e do amplo apoio de setores da sociedade, esbarrou na intolerância ditatorial do regime militar e o governo, atendendo orientação da então Ministra Ester de Figueiredo, declarou a greve ilegal e colocou suas lideranças sob a ameaça de enquadramento na Lei de Segurança Nacional (GONZAGA, 2011). Yone Gonzaga nos conta sobre um triste fato que marcou o movimento paredista:

a morte do trabalhador Sebastião Feliciano Ferreira (Tiãozinho)²⁹, que passou mal ao se dirigir ao banco e constatar que o salário não tinha sido depositado em represália ao movimento grevista. Em sua homenagem, o espaço que congrega a escadaria da Reitoria da UFMG e a arena logo adiante foi denominado de Praça Tiãozinho e é hoje, um dos lugares símbolos da luta dos trabalhadores e trabalhadoras nesta Instituição. (GONZAGA, 2011, p. 84)

Como já dito, apesar dos dissabores, foi a partir desse movimento que grande parte dos servidores TAE das universidades públicas federais iniciou a luta por um Plano de Carreiras que atendesse suas demandas. Após longo período, marcado por greves e manifestações da categoria, a Lei 7.596/87, que trazia o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos – o PUCRCE, foi aprovada. Nossos recordadores se lembraram desta e outras greves que resultaram em ganho para a categoria:

Em 84 nós tivemos o plano de cargos e salários e o estatutário, né? Foi uma greve grande também, de 84 dias, e a gente conseguiu, para dois anos depois, o nosso plano. Ele não saiu de imediato, saiu em 86. (Nise)

Quando as greves eram coletivas a gente conseguia muito. A greve de 92, que eu te falei, foi uma greve que nós tivemos acho que, não sei se foi, 82 dias de greve. Essa

²⁹ Informação obtida em consulta aos trabalhadores/as da UFMG e militantes da época, pois infelizmente, muitas fontes primárias (documentos, jornais, fotos, etc.) não foram devidamente arquivados nas Entidades representativas (ASSUFEMG e SINDIFES) e acabaram se perdendo. Segundo os informantes, Tiãozinho, era um homem negro, contratado para prestar serviços na antiga Prefeitura da UFMG, setor onde eram lotados os trabalhadores responsáveis pelas atividades de infraestrutura no Campus universitário. Ainda segundo as lideranças do movimento social da época, Tiãozinho tinha a saúde frágil e, naquele dia, devido à tensão provocada pela greve que gerou o corte de salário dos dias parados, o trabalhador teve a sua situação de saúde agravada e acabou sendo vítima de um ataque cardíaco fulminante. (GONZAGA, 2011, p. 84)

greve a gente não ganhou nada de salário, mas conseguimos pegar todos os penduricalhos e colocar no salário piso. (...) Então em 92 a gente conseguiu colocar esses penduricalhos para dentro do básico. Salário básico, porque aquele plano de cargos e salários já estava ficando defasado, de 86, também. A gente tirou tudo, colocou no piso salarial. Então, hoje, se você aposenta você não perde. Agora tá perdendo, né? 80% né? (Nise)

Teve greve assim, que durou é... acho que foi uma longa, assim, que durou uns quatro meses, que a gente já tava assim... gente já deu, né? Não estávamos aguentando mais. E o serviço parado. E retornar e essa coisa de você colocar as atividades em dia, você ver a angústia do povo que vinha pra ser atendido e não tinha ninguém... Nossa! Era angustiante. Mas foi... Não me lembro o ano, mas valeu a greve, deu resultado, o sindicato aqui ele é muito forte, né? O SINDIFES. Eu sou sindicalizada até hoje, acredita? Porque tem a parte dos aposentados no SINDIFES. (Paula)

Então assim, esses projetos que eu citei há pouco são isso. Muito de embate, de necessidade, de autoafirmação do que a gente produz, porque, por exemplo, aqui na FaE talvez até nem tanto, na FaE não, na área de humanas talvez, não fique tão explícito, mas nas áreas biológicas, médicas, talvez até lá no IGC, quem é que tá mesmo no laboratório ensinando pro graduando a disciplina que o professor toma? É o técnico administrativo. Quem cuida da pesquisa? Na maioria das vezes nós fazemos pesquisa. Assim, foi uma briga imensa pra que a gente pudesse, e é por isso que eu falo assim: sem normatização era ruim, com normatização algumas coisas melhoraram. Hoje nós podemos assinar nossa pesquisa. Nós temos técnicos administrativos doutores, pós-doutores, que não podiam assinar as pesquisas que faziam. Né? O processo de dominação interna. E é no dia a dia nesses conflitos que a gente vai se afirmando e conquistando esses espaços e nesse sentido o PCCTAE, por mais que não seja o nosso plano de carreira, porque não é um plano de carreira, que carreira tem, né, desenvolvimento e não sei o que, e nós não conseguimos que os governos dessem sequência ao que a lei determina, mas a gente conseguiu um monte de avanço e garantir que a nossa identidade, mesmo que às vezes de forma subliminar, seja reconhecida numa lei, e isso é uma coisa muito importante, né? Tem que melhorar muita coisa. Mas é um projeto coletivo feito por nós. Eu acho que isso é muito importante. (Olga)

Em relação ao técnico, eu percebo que teve algumas mudanças da minha época para cá. É tipo assim, eu vejo que hoje o técnico ele tem mais oportunidades, de estudar na própria universidade. De fazer seus cursos. Houve uma abertura em relação a isso. Quer dizer, nós brigamos para que isso acontecesse. Isso não veio de graça não, tá. Porque não nos era permitido esse crescimento. Você era tipo um funcionário para servir, para servir a instituição como um todo e o professor, tá? (Inácio)

Toda discussão apresentada nesse tópico de análise demonstra que os TAEs aposentados têm consciência de que o tripé que sustenta a universidade pública é amparado pelo trabalho que realizaram. Eles possuem a consciência da importância de seu papel, que fica, contudo, ofuscada diante da falta de reconhecimento da sociedade e da própria instituição. Além da falta de reconhecimento, os TAEs também enfrentaram críticas diversas e cotidianas por parte de docentes e dos usuários que não entendem a especificidade daquele trabalho.

A luta dos TAEs por reconhecimento e identidade gerou frutos, mas ainda tem muito que conquistar. A manutenção dos direitos não está garantida. A memória das agruras e da

resistência dos TAEs aposentados confere uma importante característica ao fazer desses trabalhadores, que se desdobravam com o pouco que tinham para atender a demandas específicas da instituição. Resgatar a história desse trabalho e dessas lutas cotidianas tem um valor incomensurável, uma vez que demonstra a dimensão dos desafios transpostos.

Embora, hoje, seja possível afirmar a condição da categoria enquanto trabalhadores técnico-administrativos em educação, tal identidade social ainda está em processo de construção para a grande maioria dos TAEs, principalmente para os aposentados, devido a todo o histórico de seu lugar na universidade e na sociedade.

5.3 Lembranças de um Trabalho

Ora, que nome é esse?

Tudo o que foi dito até aqui não diz respeito às lembranças de um trabalho?

Sim. Até aqui, localizamos os espaços onde essas lembranças estão enraizadas, vimos algumas das complicações do caminho de um trabalhador TAE e como cada um e a categoria se organizam para percorrê-lo e pela busca de sua identidade e reconhecimento.

No entanto, gostaríamos que o último tópico de análise apresentasse as lembranças sobre a atividade de trabalho desses sujeitos. Quem melhor para falar do trabalho do que quem trabalhou? Queremos apresentar a forma como cada um e cada uma lidou com o desenvolvimento de seu ofício naquele tempo narrado e quais as características permeavam aquele trabalho. Principalmente, quisemos trazer a forma como esse trabalho foi (trans)formador de um espaço e dos próprios sujeitos que o realizaram.

Conforme apresentado, os TAEs são muitos e diversos. Mais de 300 cargos divididos em 5 classes. Cargos de mesma hierarquia, classificados a partir de níveis de escolaridade, responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada e experiência. No nosso recorte, os TAEs aposentados se concentraram na classe D e no cargo de Assistente em Administração.

De acordo com o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, citado anteriormente, o cargo de Assistente em Administração é descrito sumariamente da seguinte forma: “Dar suporte administrativo e técnico nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender usuários, fornecendo e recebendo informações; tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

preparar relatórios e planilhas; executar serviços áreas de escritório. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

É um ofício relativamente novo, tendo em vista que estamos trabalhando com aposentados das décadas de 70, 80 e 90, mas o que queremos mostrar aqui é que tais prescrições, além de muito amplas, não acompanharam as mudanças ocorridas no trabalho ao longo desses anos, o que acarreta em dificuldades para adequação do trabalhador ao trabalho prescrito. Uma prescrição deveria apresentar as tarefas e os meios para realizá-las, mas o que acontece, na maioria dos casos, como vimos no tópico anterior, é que o servidor recém-chegado não possui essas informações.

De acordo com Schwartz (2016), as normas antecedentes preexistem independentemente da pessoa. Entre elas há normas como as apresentadas - leis, decretos e regulamentos - e as normas do grupo: quando um servidor chega à instituição, deve conhecer as normas daquele coletivo. No entanto, diferente das primeiras, essas normas não estão, na maioria dos casos, escritas, elas são criadas a partir da atividade de trabalho.

Na universidade pública existe essa prescrição externa que é muito ampla, já que abarca outras categorias do serviço público federal, e, portanto, se faz necessária uma normalização interna. No entanto, em muitos casos, não existem normalizações internas que regulamentem o trabalho com base no que foi prescrito na lei, ou, quando existem, não são apresentadas ao trabalhador que ingressa no cargo. Nesse contexto, é necessário que o trabalhador faça uso de si para cobrir a ausência de instruções, orientações e experiências. De acordo com Schwartz (2010b), para que o sujeito seja competente em seu trabalho, é preciso que ele domine os protocolos. Se não existe o acesso fácil aos protocolos os trabalhadores precisam buscar ou inventar essas normas.

No que diz respeito à rotina de trabalho, vimos no tópico anterior que a insatisfação com o vazio de normas antecedentes e prescrições para as atividades do TAE é um constante aspecto apresentado pelos narradores. Como dissemos, é preciso muita criatividade para cuidar do trabalho a ser realizado. É preciso aprender “na marra”. Schwartz (2010b) diria da importância de fazer uso de suas próprias capacidades e escolhas - uso de si - para gerir a infidelidade do meio.

Ainda hoje não é diferente. A reclamação sobre a falta de normatizações e de treinamentos continua atual. O que se percebe, tanto nas narrativas dos aposentados, quanto no cotidiano dos TAEs ativos hoje, é a necessidade de recorrer aos colegas para entender os meandros das atividades de trabalho, ou mesmo de criar novas formas para realizá-lo. Além

disso, para realizar seu trabalho, o TAE precisa lidar diariamente com a burocracia e suas relações hierárquicas – nas quais, em grande parte do tempo, o chefe não tem conhecimento sobre as normas e prescrições.

O trabalho desenvolvido pelo TAE, principalmente pelo TAE Assistente em Administração, como é o caso da maioria de nossos entrevistados, é, por sua amplitude, muito comumente denominado de “trabalho burocrático”, sendo-lhe negada especificidade e nele carregando todas as conotações atribuídas à burocracia e ao serviço público. O trabalho docente, por exemplo, tem o privilégio de desengajar parcialmente dessa conotação porque, embora também sejam servidores públicos, são quem dá rosto às atividades de pesquisa, ensino e extensão da universidade. O mesmo acontece com alguns cargos mais específicos do PCCTAE, como é o caso do Regente, do Odontólogo, do Médico e Médico Veterinário, dentre outros.

De modo geral, docentes e discentes da comunidade universitária, e também as pessoas que estão fora da comunidade, sabem dizer melhor o que um docente faz do que fazem as diferentes classes de TAE. Nesse imaginário, ou falta de informação, esses sujeitos ocupam o espaço reservado ao trabalho burocrático, no sentido do senso comum que o caracteriza como um trabalho excessivamente lento, chato e desnecessário, que fica, em certa medida, fragilizado.

As relações de trabalho, no contexto da sociedade capitalista estão, de certa forma, muito viciadas. Nesse sentido, a burocracia, em suas relações hierárquicas e na constante tentativa de engessamento do trabalhador, mata muito do trabalho, dos saberes, dos conhecimentos e afetividades. Apesar de ser parte do trabalho, deve-se ter cuidado para que ela não o domine.

Mas existe um paradoxo: primeiro, que o trabalho não é só burocrático, no sentido estrito da palavra, e segundo, que mesmo o trabalho considerado mais burocrático é permeado e estruturado por uma ciência e um saber. O burocrático vem como pejorativo, mas, muitas vezes, o que traz essa carga deveria, ao contrário, valorizá-lo, uma vez que o fazer universitário não acontece sem esse trabalho. Por isso é preciso dar visibilidade sobre a sua importância, principalmente àqueles que não conhecem seus dilemas.

Optamos por analisar esse trabalho pelo viés da Ergologia, que se contrapõe ao discurso que restringe o conceito de trabalho à fonte de sofrimento e alienação ou como algo que se pode prever e a que se pode controlar totalmente com prescrições, excluindo qualquer poder de ação do trabalhador, que fica em lugar de mero executante. Ela, ao contrário, busca

analisar o trabalho e o compreende como atividade humana complexa e singular, como são os sujeitos que o vivem. Como dito, Schwartz e Durrive (2007) apontam para a necessidade de ir ver de perto como cada um vive e tenta recriar sua situação de trabalho. Essa proximidade é necessária para que as interpretações e diagnósticos daquele trabalho, não fiquem vazios do principal elemento.

Analisar o trabalho desta óptica implica em compreender as dramáticas que envolvem esses trabalhadores, o que, para a Ergologia, só é possível observando e escutando o que eles próprios têm a dizer sobre a forma como realizam seu trabalho. A Ergologia destaca a singularidade das pessoas em situação de trabalho e essa característica é fundamental para a compreensão da relação entre o sujeito e seu meio, e de como ele lida com situações cotidianas, como se dispõe a renormatizar, como realiza seu debate interno de normas e valores e como transforma o trabalho, o meio e a si próprio. Ainda se faz necessário ressaltar que esses debates de valores e normas sempre se dão em referência ao coletivo, porque se trata de construir um viver juntos no trabalho (DA SILVA MARQUES; MUNIZ, 2018).

Trabalhar é gerir imprevistos, gerir relações interpessoais, gerir o íntimo em contato com o público. Os servidores TAE se relacionam com professores, alunos, funcionários terceirizados, usuários da comunidade externa, entre outros, e o modo como se comunicam, as emoções que expressam nessas interações, são parte intrínseca de sua atividade de trabalho, porque são parte intrínseca de seu corpo-si. Nesta perspectiva, podemos pensar a atividade de trabalho como experiência educativa, como lugar de possíveis aprendizagens de todo tipo. De acordo com Daisy Cunha (2006),

o homem se faz pela experiência de sua atividade industriosa, na sua relação com o mundo. Ele faz assim prova de sua plasticidade, se renovando a cada ato, desenvolvendo novas competências para viver num processo sempre inacabado. Ele está em constante vir a ser pelo conjunto de seus atos encarnados e configurados em trabalho sobre o meio. Atos carregados de sentido, de técnica, de "lógica", de saberes diversos que se apresentam no terreno do trabalho real. A atividade de trabalho assim compreendida traz em si uma dimensão gnosiológica, pois é fonte de produção de novos saberes; uma dimensão axiológica posto que é fonte de um trabalho de valores; e porque constitutiva do desenvolvimento humano, portadora de uma dimensão ontológica. (p. 5)

Para além dos cargos mais específicos da categoria de TAEs, como é o caso daqueles inseridos na classe E, que demandam nível superior em áreas específicas de ensino e que supõem, em seu nome, sua especificidade, as narrativas dos TAEs aposentados nos mostraram que existem trabalhos diversos e específicos para os quais eram e são exigidas determinadas habilidades e capacidades, ainda que estejam inseridos em um cargo de auxiliar ou assistente administrativo.

Igual teve uma vez, um enxame de abelha que aconteceu na FaE, que foi uma coisa mais horrível, um menino, um aluno, foi atacado. Então eu era o superintendente e tive que atuar, chamando corpo de bombeiros, estar na frente acompanhando a família desse aluno que foi todo picado. (Samuel)

Eu que examinava os processos de compra, eu que administrava, eu que olhava se tinha problema ali, se tinha reforma eu que tinha que acompanhar, se tinha isso eu que fazia, se tinha reunião... De qualquer reunião que tinha que tratar, **nome oculto (diretor)** falava: "você vai, eu não entendo nada de telefonia, você vai lá". Eu lembro direitinho uma reunião com o Reitor, todos os diretores lá e eu representando a FaE através **nome oculto (diretor)**. (Inácio)

Temos o ônibus lá. Aquilo ali, como você vai descobrindo o que você deve fazer com o ônibus? Como você conduz passageiros? Como que você vai conduzir? Qual o número de passageiros? Então nós tivemos que construir, descobrir, nós, Serviços Gerais, descobrir como, junto com a coordenação, nós tivemos sempre o apoio, isso aí tinha o apoio de todos eles, que também não tinham obrigação de saber. Isso tinha que ter uma Norma, tinha alguma coisa, mas muito incipiente. Você vai sair com o pessoal, você tem que ter, por exemplo, uma lista de passageiros, você tem que ter um tacógrafo que funciona. (João)

Eu colocava o monitor e toda imagem que eu fazia parecia, né, era uma coisa, assim, muito legal. Porque eu pegava a filmadora, filmadora de qualidade, a pessoa colocava o *slide* do PowerPoint na tela, eu ia lá e colocava na memória da câmera e depois voltava a imagem para ele falando para o público. Quando ele olhava para a tela eu apertava a tecla da câmera, a imagem que ele ia falar sobre ela aparecia em forma de cortina. Entrava e saía quando era necessário. Às vezes eu usava duas filmadoras, uma na mesa de efeitos, outra na caracteres. Quando a pessoa olhava para a câmera eu apertava, a imagem girava, entrava a imagem do áudio. Eu voltava nele, girava de novo, entrava ele. E ficou, assim, um trabalho assim muito legal, cada vez mais sofisticado, né? (Júlio)

E a gente procurava fazer de tudo, tudo que precisava eu tinha, eu sempre tive muita habilidade, né? Não sei como é que chama aquele... sabe um painel que você coloca uma folha de papel craft, vai apresentando e joga pra trás? Veio uma mulher de fora aqui, toda vez que ela vinha aqui, eu fazia um pra ela. Eu pegava furadeira lá em casa, fazia os buracos, trazia parafuso lá de casa, colocava. "Pode ser isso, Júlio?" Pode. "Aqui, eu preciso de um vídeo sobre trabalho infantil, aí na Faculdade tem algum?" Não, a gente monta. "Como?" Nós vamos para a rua filmar, ué. Aí ia na rua pegar menino vendendo bala, vendendo água no sinal, entendeu? Gravava... Montava um vídeo. (Júlio)

Também participei da criação do GAME. Eu fui a primeira secretária do Grupo de Avaliação, com a doação da Ford. Eu que estava lá estruturando a Secretaria. Tivemos lá uns 4 ou 5 anos de trabalho. (Nise)

Mas a rotina era a gente que fazia. E departamento tem muito serviço de... Era mais assim, de passar. (...) Por exemplo, distribuição de aula: você passava as disciplinas daquele setor, vamos dizer assim, Didática, Orientação, Ciências, Ciências Sociais... Aí você passava as disciplinas para o chefe daquele setor, que ia distribuir... Você ia fazer uma tabela, organizar a distribuição e ia para a Câmara para aprovar aquela... Então você tava um pouco ali distribuindo, recebendo, sintetizando e passando para a chefia para ser aprovado. E aí a vida do professor: férias... Era tudo passado pelo departamento. As progressões... (Lilian)

Vão supor que você faz uma lição pros alunos seu, na sala aqui. Aí você queria imprimir aquilo pra os alunos levar pra casa. Cê tem vinte alunos na sua sala então você precisa de vinte cópias. Então você ia lá na gráfica, me dava o coisa: 'ô Dico, preciso de vinte cópias dessa'. Ai eu começo. (...) Você conhece é... (inaudível) mimeógrafo? Ainda tem aqui até hoje? Deve ter. Eu sei que me davam o artigo, eu

passava aquilo tudo para o mimeógrafo e com vinte minutos – isso nós tamo conversando, eu tô conversando com você, mas fazendo o serviço. (Dico)

Ademais, o trabalho se encontra associado às experiências feitas em outras vivências do trabalhador. “Elas se enraízam na história profissional e pessoal, integrando a formação da pessoa, sua experiência de vida, seu patrimônio vivido” (CUNHA D., 2006, p. 5). Os TAEs aposentados nos contaram o quanto de suas experiências de vida, de seus saberes, foram utilizados em seu cotidiano. Júlio e suas habilidades com letras e pinturas, Dico e toda uma vida de trabalho em gráficas, Lílian e sua longa experiência que nunca foi de interesse de suas chefias, mas que ela usava em suas rotinas, entre muitas outras. Citamos Cunha D. (2006):

Mas o que permite observar as dimensões educativas perpassando toda atividade de trabalho, nos constringe ao singular das situações observadas para extrair tal conteúdo educativo no bojo das experiências que fazem os homens em seu trabalho real. Para fazer face à infidelidade do meio, a atividade industriosa deve reconfigurar e renormatizar aprendizagens cristalizadas sob a forma de experiências e/ ou conhecimentos mais ou menos formalizados e/ou interiorizados. Nesse processo se inscrevem as dimensões educativas do agir humano. Somos levados a apreender o fenômeno educativo em sua gênese, podendo fundamentar uma pedagogia que se ancora no ato de trabalhar. Se a educabilidade é uma propriedade ineliminável da atividade humana, as aprendizagens são por sua vez inseparáveis do viver e do trabalhar, se inscrevendo no prolongamento da vida. Elas aprendem do homem e ao homem o trabalho da vida. (p.5)

É claro que o modelo de organização burocrático a que está submetido o TAE pode vir a ser fator de sofrimento. Quanto maior a divisão do trabalho e sua restrição a atividades rotineiras, atreladas a rígidas normas, maior será o desafio para que o trabalhador consiga se colocar no todo da atividade. Grande parte do tempo de trabalho dos TAEs, principalmente dos auxiliares e assistentes administrativos, é gasta na reprodução de documentos formais em processos administrativos, no lançamento manual em sistemas de informação e no arquivamento de documentos. No entanto, diferente do que se esperava, nenhum de nossos entrevistados deu ênfase a essa característica do trabalho. Ao contrário, percebemos o interesse dos aposentados em esmiuçar suas capacidades no desenvolvimento de suas rotinas.

Segundo Coutinho, Diogo e Joaquim (2008), Dejours, na tentativa de articular o saber-fazer ao sentido atribuído ao trabalho, analisa que este precisa fazer sentido para o sujeito trabalhador, para seus pares e para a sociedade, apresentando um conteúdo significativo em relação ao sujeito e em relação ao objeto. De acordo com as autoras,

todas as significações concretas e abstratas organizam-se na dialética com o Objeto. Essa dialética é específica e única para cada trabalhador, relacionada tanto com tarefa executada como com os processos de identificação ao trabalho. O saber-fazer participa ativamente da construção da identidade pessoal e social do trabalhador e dos sentidos por ele atribuídos à sua atividade laboral. (p. 103)

Situações que fogem ao “trabalho prescrito”, aquele estabelecido pelas normas organizacionais, de acordo com Dejours (1997), deixam emergir a “inteligência astuciosa”, mobilizada diante de situações de imprevisto. Nesses casos, a competência do trabalhador é a astúcia, enraizada no engajamento do corpo às exigências da tarefa, remetendo à sensibilidade analisada no conceito de atividade subjetivante (Coutinho, Diogo e Joaquim, 2008).

Há de se considerar que a atividade de trabalho do TAE, ainda que antecipada por normas rígidas relativas a um cargo público, não pode ser definida apenas como produto de prescrições. A relação que esses trabalhadores estabeleceram entre as normas que os antecederam e seus valores e saberes investidos está permeada de dramáticas, de escolhas intimamente construídas no cotidiano de sua atividade.

Vale ainda ressaltar que as vivências de sofrimento, tais como apontadas no tópico anterior, podem coexistir com aquelas de prazer. Nas histórias foi possível identificar nos TAEs aposentados a transgressão própria do trabalho. Observando no micro da atividade, pudemos perceber saberes, escolhas e tomadas de decisões que estiveram presentes em suas rotinas. Vejamos alguns dos muitos exemplos narrados:

(...) as pessoas da FaE eram muito irresponsáveis, vira e mexe entrava na minha sala e falava "entraram na minha sala e me roubou minha bolsa". Mas por que você deixou a porta aberta? Professor era mestre em fazer isso. Eu falei: ah é? Aí eu implantei um sistema que ficava na portaria, na vigilância, tipo assim, à noite se você fosse... Acabava a noite, a vigilância fazia vistoria no prédio e botava lá: sala tal luz acesa, sala tal porta aberta, e mandava pra mim. Eu pegava aquilo e mandava para o chefe de departamento. Mandava para quem quer que seja. (Inácio)

Eu estava tirando forro, não sei se tem forro lá ainda. Um pó danado no corredor da FaE... Aí o pessoal entrava na minha sala e falava: "Ô Inácio, você podia mudar isso aí, podia fazer isso no final de semana". Aí eu entrei em contato com o pessoal - eu tinha um bom relacionamento com a parte administrativa da Universidade, com os engenheiros -, falei assim: não pode fazer num sábado? Eles falaram: "nós vamos estudar" e responderam que sim. Eu parei a obra. **Nome oculto (diretora)** entra na minha sala e fala assim: "por que você parou a obra?" Falei: uai, porque eu não vou ficar aqui nesse pó, tá todo mundo reclamando. "Não, você vai continuar a obra sim". Falei: Não vou. "Você vai". Olha pra você ver: "Quem não vai vir aqui sou eu". Falei: pera aí! Por que dois pesos e duas medidas, minha querida? Eu não vou retomar essas obras. E não retomei. Saí dali, fui na seção de pessoal e pedi aposentadoria. (Inácio)

Eu filmava o ônibus antes de sair e filmava quando chegava. Ninguém faz isso. Entendeu? Eu filmava por quê? Porque eu queria saber por que a porta estragou, quem estragou, e era a forma de eu dar um fecho naquilo ali. E tinha também a parte, motorista que saiu que carro que tá, a hora o dia, o dia que volta, tudo isso era registrado. Mas tem as questões que você vai percebendo por maldade. Por experiência, entendeu? (João)

E assim, era muito legal porque professor não gosta muito que você ajuda o aluno não, sabe? "Não, deixa ele se mancar, ele tem que resolver." Aí um dia eu saí para gravar, quando eu voltei tinha um filme, Sociedade dos Poetas Mortos, que os alunos marcavam as partes mais importantes. Bom, a partir do momento em que eu

fiquei conhecendo isso eu coloquei na própria fita os minutos com as partes mais importantes. (Júlio)

Todo mundo achava que eu era muito autoritária, porque tinha uma pastinha, um arquivo com uma pastinha de cada professor, guardava férias, tudo que tinha daquele professor eu guardava ali. Parecer... Aí se alguém queria alguma coisa ia lá na pasta. [Eu dizia] Não! Quê que cê tá precisando? Eu te dou. Não mexa no meu arquivo. Então, né, me chamavam de muito autoritária, muito brava. Mas é aquele negócio, é um arquivo seu, cê vai deixar outras... né? Na hora que precisar do documento cê já não sabe onde tá. (...). Mas aquele negócio, né, esse pedacinho aqui quem manda sou eu. (Lílian)

As falas acima nos permitem tanto visualizar situações em que as escolhas dos trabalhadores, baseadas em saberes individuais ou compartilhados, permitiram a transformação do trabalho e do ambiente, como reafirmar a impossibilidade de se antecipar todas as atividades envolvidas no cotidiano de trabalho dos TAEs. Observa-se, ainda, que, os novos conhecimentos construídos são mobilizados e utilizados pela situação de trabalho vivida na própria Faculdade. Fonseca, Sales e Dias, citando Santos, salientam o entrelaçamento necessário entre trabalho e saber:

Trabalhar é satisfazer uma exigência – produzir – mas, estreitamente ligada ao fato de criar, de aprender, de desenvolver, de dominar, de adquirir um saber. Trabalhar é procurar preencher certas lacunas do saber e, desse modo, as suas próprias. Quer dizer, se desenvolver, se informar, se formar, se transformar, se experimentar e experimentar sua inteligência. (SANTOS, 2000, p. 129 apud FONSECA, SALES E DIAS, 2010, p. 255)

Quando João reclama da falta de treinamento para o atendimento ao usuário, ele descreve um problema e aponta, ao mesmo tempo, como faz uso de si para contornar tal situação. O Mesmo se percebe na fala de Nise, quando conta que criou com seu grupo uma rotina de alternância de trabalho no guichê:

Por exemplo, o seu público. O seu público são as pessoas que vão se matricular, então ali o atendimento ali tem que ser um atendimento qualificado. E você não tinha um treinamento para isso. Se você não tivesse a sensibilidade para perceber - como é até hoje, eu acredito que é a mesma coisa - para perceber como você deve tratar o público, você se saía mal, né? Se saía mal, prestava um serviço ruim, e também era maltratado. (João)

Igual a Seção de Ensino, por exemplo, eu falava com os meus colegas que trabalhavam comigo. O guichê é o seguinte: você hoje está no guichê, seu horário de gichê? Então cê sabe: paciência. Porque tem coisa que cê não aguenta mais responder, mas aquele que chegou vai escutar a primeira vez. Ele vai te perguntar, nunca ninguém falou com ele. Você já respondeu mil vezes e você tá puto de responder isso, mas ele nunca escutou. Então horário de guichê, tem que ser com muita calma. (Nise)

Tarefas consideradas simples e puramente burocráticas, como atender um estudante que precisa de uma informação ou, por exemplo, a de receber um pedido de trancamento de matrícula, envolvem todo um debate de normas e valores: está no prazo? Está completo? O

incompleto pode ser corrigido de forma rápida? Se não está no prazo, é possível receber? Esse aluno vai ser prejudicado por esse trancamento? Vai ter condições de finalizar o curso a tempo depois? Existe alguma solução que o ajude a continuar na disciplina?

Ainda que algumas dessas “tarefas” não sejam de responsabilidade do TAE, como a de avaliar a situação do aluno no curso, cabendo ao Colegiado ou mesmo à Coordenação, é ele quem lida com elas na prática, e é ele que antecipa o que pode ser realizado com base nas normas, mas, sobretudo, na sua experiência, em seus valores. Pode ser que um servidor decida não aceitar, definitivamente, nenhum documento fora do prazo, enquanto outro avalie ser melhor analisar as situações individualmente.

A singularidade, sempre existente nas situações de trabalho, se deve ao fato de que os sujeitos são singulares. O exemplo acima deixa claro essa afirmativa, uma vez que em nenhum caso o trabalho estaria desrespeitando normas, mas cada cenário teria um desfecho diferente.

O caso das matrículas presenciais, que foram narradas por alguns de nossos recordadores, também apresenta muito de um debate de normas e da experiência em ação. As longas filas, que para estudantes eram sempre vistas como morosas e cansativas, nos mostraram quanto saber tem ali envolvido. Quanto esforço, quanta atenção, quanta hora extra, quanto saber envolvido para lidar com as adversidades que surgiam.

Constantemente os trabalhadores TAE lidavam (e ainda lidam) com situações extremamente difíceis. Poderíamos elencar várias falas que trouxeram situações imprevisíveis como aquelas narradas por João que precisou levar estudantes ao hospital devido à falta de assistência da Universidade ou os casos de confusões nas filas de matrícula e nos dias de colação de grau. Importante reforçar o já dito: é impossível pensar o trabalho TAE numa perspectiva apenas adaptativa, previsível, que definitivamente não dá conta de toda sua complexidade.

Nenhuma norma do trabalho TAE jamais considerou prever e ensinar como lidar com tais situações. No entanto elas estão presentes no dia-a-dia desses trabalhadores. Elas ocupam tempo, elas afetam o corpo e elas demandam um investimento de saberes e valores que estão muito além do que a lei descreve como atividade do cargo. Focar a atividade de trabalho nos possibilita tanto compreender os condicionantes macro – econômicos, políticos e sociais – dos processos, quanto reconhecer a história singular que se faz em seu cotidiano.

Ainda que orientados para a realização de tarefas majoritariamente percebidas como burocráticas e irrelevantes, os TAE mobilizavam suas próprias subjetividades em um

movimento dialético dos chamados “usos de si”. Como já dito, apesar de toda a prescrição em torno das atividades desse trabalho, é possível perceber uma ampla variedade nos modos de ser e de fazer que os trabalhadores utilizavam para realizá-lo. (Fonseca, Sales e Dias, 2010).

Tomemos como exemplo algumas das situações de trabalho narradas:

Aí eu ficava lá assistindo a fita o dia inteiro até que ele virasse a filmadora para a plateia, hora que eu via um conhecido ia atrás dele. Lá no gabinete. Aqui, cê conhece essa pessoa aqui? Vão lá na minha sala pra você ver. “Ah, esse aí é um professor que veio lá do Rio Grande do Sul, o nome dele é tal, vamos lá na minha sala, tem um folder”. Aí eu matava aquela. Fazia isso com quatrocentas e tantas fitas, vou botar tudo em dia. (Júlio)

Então porque eu rodava muito? Eu preferia fazer o serviço mais no celular né, resolvendo eu ligava... Eu tinha todos os contatos, área de engenharia, de hidráulica, da Elétrica, tudo. Eu preferia para ver o que estava acontecendo no prédio. Ver de fato o que estava acontecendo. Tem perigo aqui, está acontecendo aquilo ali. Está desaparecendo coisas aqui - porque está desaparecendo? Como é que está se comportando o porteiro? (João)

(...) sempre executei muito bem o meu trabalho. E sempre registrei ele muito bem e muito claro também, nos arquivos. Meus arquivos... Nós tivemos um curso de arquivo aqui muito bom (...) e eu garrei naquilo para valer. Meus arquivos cê não achava problema, tudo casadinho ali. A que entrou e que saiu junto. Não tinha uma pasta de arquivo expedido nem outra de recebido não, era assunto casado com assunto. Aquilo que chegou e a resposta junto. (...) Que aí matava o assunto junto ali, né? Muito bom o arquivo. (Nise)

As formas de resolver as demandas e de organizar o seu próprio trabalho são várias. Nise optou por uma forma de guardar seus arquivos, João desenvolveu um trabalho mais vigilante, Júlio preferia gastar horas com o retrabalho para que seu tempo fosse poupado no futuro. É o sujeito decidindo como trabalhar. Realimentando e transformando as configurações e fazendo história, como falou Schwartz (2003).

No intuito de “dar conta” da tarefa que se apresenta, os TAEs atuam de diferentes maneiras. Não existe um único caminho para encontrar as informações necessárias, ou um padrão para a resolução de problemas. Existe o trabalho, às vezes um prazo para sua realização e algumas prescrições mais amplas, mas, atravessando essa atividade, existe o sujeito que absorve para si a responsabilidade de realizá-la para que a instituição não seja penalizada. Podemos considerar, ainda, as situações narradas por Samuel:

Teve uma vez que um porteiro, um porteiro cantou uma faxineira na FaE com... meio que fora do normal. Você dar uma paquerada tudo bem, apesar de que hoje cê não pode paquerar né, que tudo é assédio. Mas ele deu uma paquerada meio que... meio que desaforada. Aí eu fiquei sabendo, me chamaram pra contar. Peguei e chamei esse cara, dei nele uma esculachada, precisou de mais nada. Só conversei com ele. (...) Foi uma... Algo que o superintendente faz. Não precisa chegar lá no diretor. (Samuel)

Teve um menino lá que tava mexendo com droga. Um da Cruz Vermelha. Tava mexendo com droga. E tava sempre indo um cara lá atrás dele. Um cara esquisito. E esse menino sumiu, ficou uma semana sumido. Aí eu consegui achar ele, ele voltou

pra FaE, e ele falou que tava correndo de... por causa de dinheiro de tráfico. Aí menina, esperei chegar o cara lá. O cara foi atrás dele. Peguei e chamei o cara. Lá na minha sala. Vem cá, senta aí. Eu falei: Tô sabendo que cê tá vindo atrás para cobrar, né. "É. Tá me devendo. Vai morrer". Peguei e falei assim: quanto que é? Ele falou: "acho que é 50 reais". Eu falei: vou dar os 50 reais, você vai prometer como homem, você é traficante, mas é homem, que você nunca mais procura o menino? Cê me ergue sua mão? Ele falou: "Ergo". Pronto, resolveu o problema. Então tem coisas que cê tem que ter jogo de cintura, força. (Samuel)

Percebemos que ele assumiu para si decisões e mediações que fugiam completamente de sua função e de sua competência, para que o problema fosse resolvido, para que não chegasse à Direção. Fonseca, Sales e Dias (2010) salientam que,

lidando em uma organização que visa primordialmente a produção do conhecimento, o servidor técnico-administrativo é chamado reiteradamente a rever o seu lugar na instituição, o seu papel, a sua participação. Esse chamamento, entretanto, não é formal, nem institucionalizado. Efetiva-se na própria relação de trabalho, nos modos cotidianos de trabalhar e de gerir – inclusive de gerir-se – que a organização apresenta. (p.254)

Situações assim evidenciam que a relação do saber fazer das pessoas no trabalho técnico-administrativo ultrapassa a instância burocrática. Existe uma dramática, existem as práticas educativas, as renormatizações e existem as especificidades. Os narradores descreveram seu trabalho enchendo-o de valor. “Quanto mais a memória revive o trabalho que se fez com paixão, tanto mais se empenha o memorialista em transmitir ao confidente os segredos do ofício” (ECLÉA, 2015 p. 480). Não queremos apresentar uma visão de trabalhadores apaixonados, mas da valorização do trabalho evocado.

As recordações estão ainda tão vivas que se transformam no desejo de repetir o gesto, ensinar o ofício, dizer da importância a quem escuta. Quantas vezes essas pessoas devem ter feito esses gestos para lembrarem-se deles assim? Quantas vezes tiveram de enfrentar a invisibilidade para com seu ofício? Como é que se mede esse trabalho? O TAE também imprime a sua marca no próprio trabalho, se encontrando e reconhecendo a si próprio na sua atividade. Este trabalho, visto pela óptica da Ergologia, pode assumir significados de crescimento, utilidade e realização. É preciso que esse trabalho seja reconhecido.

As contribuições da Ergologia suscitam um olhar para a necessidade de ampliarmos e (re)valorizarmos o conceito de trabalho, retomando concepções ontológicas, sobretudo por entendê-lo como uma atividade humana complexa. Ela tem esse caráter que permite direcionar o olhar para as microdimensões que envolvem a ordem subjetiva e objetiva dos TAEs em sua atividade de trabalho e permite ponderar que a atividade de trabalho técnico-administrativo em educação é sempre um debate de normas, sempre lugar de escolhas e não mera repetição do trabalho que lhes é prescrito como no imaginário geral.

Na atividade de trabalho do TAE, mesmo com toda a rigidez e engessamento de normas condizentes a um serviço público, não há cumprimento passivo das prescrições, pois o cotidiano de uma Faculdade exige dinâmica, exige retrabalho das normas antecedentes e isso expressa a mobilização da inteligência, a empatia e a subjetividade desses trabalhadores. O trabalho é categoria central na vida das pessoas, afinal, vivemos em uma sociedade na qual é ele que possibilita a construção de uma identidade, não só profissional, mas também pessoal. O trabalho não é só meio de vida, é também formador de identidade, de tempos e espaços.

Como sujeitos de saberes e valores, acumulados ao longo de suas histórias de vidas, esses trabalhadores reorganizaram permanentemente seu posto de trabalho fazendo uso de seus saberes investidos no corpo-si e, me atrevo a dizer, no corpo-nós³⁰ de uma categoria que constrói e reconstrói, cotidianamente e coletivamente, as normas para gerir as infidelidades de seu meio. O reconhecimento da complexidade da atividade de trabalho do TAE pode beneficiar não só a força de identidade de uma categoria, mas, principalmente, a sensação de pertencimento e autonomia, imprescindíveis à autorrealização do trabalhador.

6. TECITURAS – COMO OS FIOS SE ATRAVESSAM?

As lembranças dizem respeito ao que foi vivido. Nosso olhar se deteve aos espaços, aos desafios, às resistências e à atividade de trabalho das e dos TAEs aposentados, entretanto, como um caleidoscópio, muitas são as possibilidades de inclinação e de olhares e, dessa forma, muito ainda tem a ser feito.

Foi possível perceber com essa pesquisa que a memória do trabalho dá novo sentido à vida do aposentado. No caso de nossos narradores, todos estão, ainda, voltados para o presente. Para a ativa-idade. Para a manutenção da família, para trabalhos diversos. Todos pararam, pela primeira vez, para contar sua história de vida no trabalho enquanto TAE. Dico, mais afastado da ação do trabalho, devido ao problema de saúde que o afligiu, nos apresentou uma memória que poderia ser considerada mais contemplativa e espontânea, própria da velhice, no sentido bergsoniano, com muitas facetas e muita afetividade voltada para a história de sua vida.

No entanto, devido à presença de sua esposa e filho no momento de sua narrativa, soubemos que aquelas histórias nunca antes haviam sido contadas por ele. Elas também fizeram parte da evocação de seu trabalho, porque o trabalho é inteiro na vida. Ele ganha

³⁰ Esse conceito não existe na ergologia.

sentido na própria vida. Ele se enraíza na vida e enraíza a vida e esse duplo movimento não pode ser cortado, sob pena de mutilar a memória e a compreensão do próprio trabalho. Funde-se o trabalho com a própria substância da vida.

A memória é reconstrução do passado e da verdade do sujeito, do coletivo. É o que lhes sobrou de verdade daquele tempo. Do que permeou e sustentou sua vivência dando forma à substância de sua memória. Um tempo que fosse abstrato e a-social nunca poderia abarcar lembranças e não constituiria a natureza humana, como falou Ecléa.

A memória como função social é descrita como o vínculo com outra época, com a consciência de ter vivenciado tantos desafios e conquistas (Ecléa Bosi, 2015). Dessa forma ela traz para o aposentado a oportunidade e a satisfação de mostrar sua competência e isto gera um sentimento de pertencimento porque a pessoa revive, no presente, tudo o que fez, enchendo-se de valor.

Nesse tempo tecnológico, era da informação imediata, como disse Ecléa, ouvir histórias perdeu seu lugar. Mas há que se dizer que ouvir uma história centrada na experiência pessoal do indivíduo ocasiona em experiência transformadora para aquele que ouve. O ouvinte se encontra com emoções, situações e pessoas pela visão, no presente, do outro. Ele apreende e aprende muito.

O sentimento que fica desse estudo é o de que as pessoas querem falar sobre seu trabalho. Talvez por ser um tempo social mais rico, para aqueles que se encontram em outro momento da vida. Sim, a aposentadoria pode ser vista, em alguns casos, como empobrecida de acontecimentos. Mas entendemos que falar do trabalho guarda a relação com o sentimento de pertencer. Pertencer a um grupo, a um espaço, se sentir partícipe, como vimos nas histórias aqui contadas. Também percebemos que guarda relação com ensinar. Passar a diante seu saber. Contar de sua construção e transformação. Guarda relação com ter valor pelo que fez. Todos os nossos narradores reconhecem a importância de seu trabalho.

Alguns deles associaram os fatos do presente à sua atuação no passado, como foi o caso de Inácio que disse o quanto fica encantando em ver que a instituição em que trabalhou, hoje tem “índio”, tem mudanças... “Eu fico me imaginando trabalhando lá hoje, eu acho que seria... Eu ia ficar no meio desse povo todo” (Inácio).

João nos disse como percebe a importância do trabalho principalmente hoje, quando está aposentado. Dico e Inácio abriram empresas, Júlio e Nise continuam em seus trabalhos até hoje, Olga permanece na militância. João, Lílian e Samuel disseram que ainda se veem em condições de trabalhar, de contribuir. Até querem voltar, a depender das condições. Esse é

inclusive um fio que precisamos puxar no futuro. Porque mesmo querendo continuar eles pararam. Pararam porque as condições daquele trabalho não consideram o envelhecimento. Assim como todo o trabalho inserido na sociedade capitalista.

Esta é uma questão futura. E também deixamos outras. Há que se fazer uma pesquisa mais ampla, com TAEs aposentados de outros cargos e unidades. É preciso encontrar formas de resgate dessa memória de trabalho. É preciso pesquisar, também, as mudanças no tempo. A Universidade mudou, a Faculdade mudou. Pudemos perceber isso através da percepção dos TAEs aposentados. Eles nos apresentaram tanto mudanças na Instituição quanto no perfil dos próprios trabalhadores. João apresentou reflexões sobre a qualificação dos TAEs que ingressam “hoje”. Eles entram mais qualificados, no quesito escolaridade. “Mas mais descompromissados também” (João). Para João, isso se deve às condições ruins de trabalho. Ao salário que não acompanha a qualificação.

E essa percepção de João é muito atual. Agora, em junho de 2023, o Coletivo TAEs na Luta está finalizando uma proposta de reestruturação da carreira PCCTAE para apresentar ao Governo. A proposta demonstra, entre outras coisas, a mudança de escolaridade dos TAEs ativos e aposentados e índices alarmantes de rotatividade na carreira de nível D, a mais volumosa do Plano. Há um crescimento vertiginoso da taxa de desligamento que aumentou de 23,8% em 2017 para 85,4% em 2021³¹.

Para o Coletivo, essa é uma clara evidência de que a carreira PCCTAE tem servido, para muitos, de “trampolim”, o que gera essa rotatividade e produz transtornos para os servidores que nela permanecem e precisam lidar com acúmulo de trabalho além da baixa remuneração.

Nós também percebemos certa diferença geracional na lida com o próprio trabalho. Parece-nos que antigamente o TAE – nesse caso falamos do assistente em administração da FaE – tomava para si um excesso de atribuições e responsabilidades que não lhe cabia, por não entender que aquilo fugia à sua alçada. Talvez tenha relação com esse descompromisso que João percebeu, mas também parece existir uma maior conscientização do papel desse profissional. Legado, é claro, daqueles que lutaram por isso antes de nós. Que conquistaram, por exemplo, o plano de carreira que temos hoje.

Uma reflexão nesse sentido nos leva a compreender a necessidade de um olhar mais atento para o trabalho técnico-administrativo por parte da Universidade. É preciso dar relevo às nossas questões e assumir uma prática em busca de um trabalho desalienante. Deparamo-

³¹ Fonte: Painel Estatístico de Pessoal, Ministério da Economia (2023). Tal taxa considera exonerações a pedido e posse em outro cargo inacumulável.

nos com a imagem de um trabalhador “peão”, necessário ao funcionamento, mas facilmente substituível e cuja identidade é descartável. Não se considera o patrimônio do trabalho e vida do indivíduo. Essa é uma questão que merece ser debatida. Perde-se muito ao desconsiderar experiências, ao deixar de fortalecer a vida do sujeito com aquela nova atividade de trabalho. Principalmente quando percebemos o quanto as pessoas querem participar do fazer.

E principalmente entendemos que é preciso criar práticas que validem os saberes do trabalho pelas memórias, afinal, são elas reveladoras. São “documentos” dos saberes que contribuíram para a construção de toda a estrutura dessa Instituição que existe hoje. Essa experiência deveria ser um capital dos trabalhadores. Ser uma prática educativa, ser porta de entrada para a qualificação acadêmica desses indivíduos.

Essa memória do trabalho não pode ser esquecida ou perdida em caixas sem identificação. Sem identidade. No início desse trabalho citamos uma querida colega TAE, aposentada e já falecida, que perpetuou sua passagem pela Faculdade de Educação com seus textos e poemas que chegavam às nossas caixas de e-mail nos convidando a pensar com ela. Repetimos a pergunta de Flávia que abriu nosso capítulo de análise: “como perduram as memórias dos trabalhos das coxias?”. Será que cabe somente a nós, enquanto categoria, guardá-las? Qual o papel da instituição?

Como explicado nos caminhos metodológicos, não conseguimos descobrir como se deu o remanejamento ou contratação do corpo técnico-administrativo à época de criação da Faculdade. Tivemos algumas dicas pelas histórias, mas é difícil aceitar que essa não é uma informação facilmente encontrada. Como é organizada, guardada e contada a memória do trabalho técnico-administrativo na melhor universidade do país? Certamente não com o cuidado que Nise cuidava dos arquivos dos setores em que trabalhou.

É triste perceber tanto desconhecimento institucional sobre os TAEs. Em muitos momentos somos esquecidos: em obras comemorativas da memória da Instituição; quando o assunto é proteger os “trabalhadores da educação” de uma pandemia; em cartas e manifestações de Conselhos e Congregações... Em caixas ainda não sistematizadas.

A memória desse trabalho não é trabalho só do indivíduo. Ela é dever da instituição. Porque a memória vai além das histórias que as pessoas vão se lembrar. A instituição reproduz sua própria caricatura burocrática. Os espaços reproduzem a hierarquia e a indiferença com essa categoria de atores do fazer universitário. E como disse João, se para os TAEs é ruim, o que pensar dos trabalhadores terceirizados, contratados? Qual é a valorização que a Instituição realmente dá aos trabalhadores “não docentes”?

Walter Benjamin fala de uma sociedade dos vidros que produz certa assepsia da nossa experiência. O apagamento do vivido e da memória. A universidade faz isso. Há uma impessoalidade dos postos de trabalho como percebemos nas histórias ou em uma breve caminhada por eles. Onde está o rico material de memória que Júlio construiu? Porque não é conhecido? Onde estão os objetos biográficos do trabalho TAE? Quão valioso teria sido apresentar à Dico o mimeógrafo que ele perguntou se a Faculdade guardava?

A universidade é feita de gente. É conhecida por suas pesquisas, pela qualidade de seu ensino e seus projetos de extensão. Não investigar esse tema é uma escolha. É sustentar a ignorância e fazer opção pelo paradoxo que citamos de quem busca o novo sobre tudo e sobre todos, exceto sobre si mesma. Ou parte de si mesma.

A UFMG perde por não valorizar essa memória e esse trabalho. A Faculdade de Educação perde. Perdemos, docentes e técnicos administrativos, quando deixamos passar a rica oportunidade de ouvir as lembranças de nossos velhos colegas, dos aposentados, trabalhadores de outrora, das diferentes categorias que construíram essa instituição. Trabalhadores técnico-administrativos, trabalhadores terceirizados, dos quais agora não temos memória de seu trabalho, de suas vidas, da construção destas instituições, da construção de um trabalho público. Perdemos a oportunidade de construir com eles, de ressuscitar detalhes perdidos, de discutir motivos e mudanças, de reafirmar necessidades.

Ecléa Bosi disse em seu livro, *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos* (2015), que a conversa evocativa de um velho será sempre uma experiência profunda, nostálgica, revolta, resignada pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, “semelhante a uma obra de arte”. Assim foi com as histórias desses trabalhadores e trabalhadoras aposentados, uma experiência que toca e transforma, como falou Walter Benjamin.

Que tesouro perdemos quando um aposentado se vai sem a socialização do tempo vivido. As histórias que ficam são as histórias ouvidas, presenciadas ou divididas com os aqueles que permanecem. Mas é o suficiente? Me lembro da passagem do livro de Ecléa Bosi:

“Uma lenda balinesa fala de um longínquo lugar, nas montanhas, onde outrora se sacrificavam os velhos. Com o tempo não restou nenhum avô que contasse as tradições para os netos. A lembrança das tradições se perdeu. Um dia quiseram construir um salão de paredes de tronco para a sede do Conselho. Diante dos troncos abatidos e já desganhados os construtores viam-se perplexos. Quem diria onde estava a base para ser enterrada e o alto que serviria de apoio para o teto? Nenhum deles poderia responder: há muitos anos não se levantavam construções de grande porte, e eles tinham perdido a experiência. Um velho que havia sido escondido pelo neto, aparece e ensina a comunidade a distinguir a base e o cimo dos troncos. Nunca mais um velho foi sacrificado.” (Ecléa Bosi, 2015, p. 76-77)

Essa lenda fala do valor social do velho. Pode parecer exagero quando falamos do lugar da sociedade tecnológica em que vivemos, que está sempre mudando, evoluindo formas de trabalho, reconstruindo lugares e criando novas histórias todos os dias. Parece difícil assumir que precisamos da memória daqueles que, nessa mesma sociedade, estão sempre à margem. Entretanto, não é difícil perceber, quando trazemos para a ordem do trabalhador aposentado, o quão rico é seu conhecimento, uma vez que este sempre nos falta. O saber guardado na memória desses trabalhadores, não raro, é solicitado por aqueles que estão “na ativa”, por aqueles que continuaram seu trabalho, mas que se esqueceram de apreender o vivido, o trabalho, para continuar com a devida, ou ao menos merecida, essência.

Alegra-nos realizar uma pesquisa que mostre o lugar dos TAEs no fazer da Universidade. Fazemos o cotidiano da instituição, fazemos pesquisas, projetos, transformamos o trabalho, o espaço e a nós mesmos continuamente. Não é petulância querer que isso seja dito. É resistência. É ato político. É luta por reconhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALBERTI, V. História oral: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
2. ALVES-MAZZOTTI, Alda. J; GEWANDSZNADER, F. O método nas ciências sociais e naturais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 1ª ed. São Paulo: Pioneira, 1998.
3. ARANHA, Antônia Vitória Soares. A dialética dos saberes produzidos e mobilizados no trabalho: a atividade do trabalho como princípio educativo. Educação & Formação, v. 2, n. 2, p. 33-55, 2017.
4. BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253p. (Obras escolhidas, 1).
5. BENJAMIM, W. *Rua de mão única*. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 277 p. (Obras escolhidas, 2)
6. BENJAMIM, W. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. 1167 p.
7. BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto editora, 1994.
8. BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.
9. BOSI, Ecléa. O Tempo Vivo da Memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê, 2003. 219 p.
10. BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. 18 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. 484 p.
11. BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm>. Acesso em agosto de 2023.
12. BURGESS, R. *Pesquisa de Terreno: Uma introdução*. Oeiras, Portugal: Ed. Celta, 2001. 262 p.

13. COSTA, L. R.; SANTOS, Y. G. dos. O "relato de vida" como método das Ciências Sociais: Entrevista com Daniel Bertaux. *Tempo Social, [S. l.]*, v. 32, n. 1, p. 319-346, 2020. DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2020.159702. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/159702>. Acesso em: 1 jan. 2022.
14. COUTINHO, Maria Chalfin; DIOGO, Maria Fernanda; JOAQUIM, Emanuelle de Paula. Sentidos do trabalho e saber tácito: estudo de caso em universidade pública. *Psic: revista da Vetor Editora*, v. 9, n. 1, p. 99-108, 2008.
15. CUNHA, Charles Moreira. SABERES NO TRABALHO ENTRE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS: REFLEXÕES INICIAIS/Knowledge at work between experiences and memories: initial reflection. *Trabalho & Educação*, v. 22, n. 3, p. 209-222, 2013.
16. CUNHA, Daisy. A formação humana entre o conceito e a experiência de trabalho: elementos para uma pedagogia da actividade. *Laboreal*, v. 2, n. Nº1, 2006.
17. DA SILVA MARQUES, Aline; MUNIZ, Hélder Pordeus. Os desafios do gerenciamento do trabalho de servidores técnico-administrativos de uma universidade pública federal: Uma perspectiva ergológica. *Ergologia*, nº 20, 2018.
18. DALBEN, AILF. Trajetória dos processos de reformulação curricular do Curso de Pedagogia da FaE. UFMG–1943-2000. Texto utilizado para a reforma curricular do Curso de Pedagogia FaE/UFMG 2000-2001. Belo Horizonte: UFMG, 2000.
19. DURRIVE, Louis; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. *Laboreal*, v. 4, n. Nº1, 2008.
20. FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Belo Horizonte, 2020. Disponível em: www.fae.ufmg.br. Acesso em: 01 set. 2020.
21. FEDERAL, Senado. Constituição. Brasília (DF), 1988.
22. FONSECA, João César de Freitas; SALES, Mara Marçal; DIAS, Fernando Cotta Trópia. Psicologia, trabalho e subjetividade, modos de fazer e de ser: notas sobre as regulações vividas por trabalhadores técnico-administrativos em uma universidade pública. *Pesqui. prá. psicossociais*, p. 248-258, 2010.
23. FONSECA, João Eduardo do Nascimento. Novos atores na cena universitária. Rio de Janeiro: UFRJ/NAU, 1996.
24. FRIGOTTO, Gaudêncio et al. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, p. 57-82, 2005.

25. FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. 2006. p. 241-288.
26. GOMES, R. et al. Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. pp. 185-221.
27. GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014
28. GONZAGA, Yone Maria. Trabalhadores e trabalhadoras técnico-administrativos em educação na UFMG: relações raciais e a invisibilidade ativamente produzida. 2011.
29. GRAEFF, Lucas; GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Maurice Halbwachs: dos quadros sociais à memória coletiva. revisitando autores e conceitos, p. 55, 2018.
30. HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. 197p.
31. HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Memoire*. Paris: Éditions Albin Michel, 1994. 367 p.
32. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. 296 p.
33. LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas, 4:1-18, 1978.
34. MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira; BRISOLA, Elisa Maria Andrade. Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas. Revista Univap, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.
35. MARX, K. Manuscritos de Economia y Filosofía. Madri: Alianza, 1972.
36. MARX, Karl. El capital, crítica de la economía política, Karl Marx. 1983.
37. MINAYO, MC de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec. São Paulo, p. 407, 2014.
38. MINAYO, M. C. S. Introdução. In: MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010. p. 19-51.
39. OLIVEIRA, JV da F. As Reformas Universitárias e a formação de professores na UFMG: a criação da Faculdade de Educação. Formação Docente na UFMG: história e

- memória. Coleção Pensar a Educação—pensar o Brasil—1822-2022—Série Diálogos. Belo Horizonte: Mazza edições, 2016.
40. POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
41. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
42. RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. Revista Intratextos, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2013.
43. SANTOS, Geraldo Marcio; OLIVEIRA, Heli Sabino. PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DA ESCOLA: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES E O MUNDO DO TRABALHO / Not to mention that I did not talk about school: the Education of Young and Working Adults and the World of Work. Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537/e-ISSN 2238-037X, v. 28, n. 1, p. 43-58, 2019.
44. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista brasileira de educação, v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007.
45. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. Psicologia USP, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.
46. SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. **Trabalho & educação**, v. 12, n. 1, p. 21-34, 2003.
47. SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, Louis. Trabalho & Ergologia: conversas sobre a atividade humana. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora EDUFF, 2007.
48. SCHWARTZ, Y. (2010a) Trabalho e ergologia. In Y. Schwartz, & L. Durrive (Orgs.), Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana (2ª ed., pp. 25-36). Niterói: EdUFF.
49. SCHWARTZ, Y. (2010b) Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, p. 189-204.
50. SCHWARTZ, Y. (2016) Diálogo 1 – Trajetórias e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). Trabalho e ergologia II: diálogos sobre a atividade humana. Belo Horizonte: Fabrefactum, p. 17-53.

51. THOMPSON, P. *A voz do passado: História Oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385 p.
52. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS [UFMG]. Resolução 04/99, de 4 de março de 1999. Novo Estatuto da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em:< <https://www2.ufmg.br/sods/Sods/Sobre-a-UFMG/Estatuto>>. Acessado em: 22 maio 2023.
53. VALLE, Arthur Schlunder. *Trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFMG: inserção institucional e superação da subalternidade*. 2014.

APÊNDICE – RECURSO EDUCACIONAL

O que se pretendia, à época de escrita do projeto desta dissertação, era estruturar o desenvolvimento do produto da pesquisa em três momentos: Primeiro, a organização de curadoria para a criação de um acervo iconográfico da memória do trabalho técnico-administrativo, com fotografias, documentos, objetos pessoais ou de trabalho, que os participantes tivessem de se seu tempo de TAE. Segundo, planejava-se gravar, em vídeo, algumas histórias dos técnicos aposentados: aquelas subjetivas, que remetessem ao que ficou marcado, à memória afetiva que têm daquele tempo vivido. E, por fim, a organização de uma exposição virtual, que apresentasse um breve histórico da evolução do trabalho e do quadro de funcionários e setores da Faculdade de Educação, as histórias da memória e o acervo iconográfico. Entretanto, devido às intempéries narradas nos capítulos anteriores, não foi possível realizar, no curto tempo de um mestrado, o que se pretendia como recurso educacional.

Optamos por manter a intenção gravada nestas páginas, por entender, ainda, que tal exposição seria um material riquíssimo de memória e para que sirva de propósito futuro, seja da pesquisadora ou da Instituição. A partir das dificuldades encontradas para reconstrução do passado técnico-administrativo da Faculdade, buscamos um ponto de partida para construção dessa memória tão importante e tão ausente nos arquivos institucionais.

Com a intenção de apresentar “os bastidores” do funcionamento da Faculdade e, principalmente, preservar a história do trabalho técnico-administrativo, nos propusemos a construir uma cartilha informativa (Apêndice), em formato digital, sobre a conformação atual dos setores administrativos da FaE, que consiga apresentar um pouco do espaço, das rotinas, da importância e, sobretudo, dos trabalhadores e trabalhadoras TAE que, atualmente, ocupam esses espaços de trabalho. A intenção é que a constante atualização de tais informações seja incorporada às rotinas da Faculdade e que possam servir de fonte de informação, valorização e pesquisa futura.

A cartilha também surge como uma reivindicação por espaço, devido à ausência da informação acerca desse trabalho e dessas pessoas nos arquivos e páginas institucionais da instituição. Na página oficial da Universidade existe um espaço desenvolvido para “facilitar o mapeamento das competências da UFMG”, nomeado “Somos Ufmg”, onde é possível encontrar informações sobre docentes e seus currículos. Da mesma forma, a página da Faculdade de Educação contém o espaço "Somos FaE" o qual não inclui informações relativas

aos setores administrativos e seus trabalhadores. Como também somos parte dessa instituição, julgou-se necessário reclamar esse espaço e convidar a comunidade a conhecer esse trabalho e esses sujeitos tão importantes ao fazer universitário.

Servidores Técnico-Administrativos em Educação
da **Faculdade de Educação - UFMG**
e seus setores de trabalho



Introdução

A fim de apresentar “os bastidores” do funcionamento da Faculdade de Educação e, principalmente, **preservar a história do trabalho técnico-administrativo em educação**, nos propusemos a construir uma cartilha informativa, em formato digital, sobre a conformação atual dos setores administrativos da FaE, que consiga apresentar um pouco do espaço, das rotinas, da importância e, sobretudo, dos trabalhadores e trabalhadoras TAE que, atualmente, ocupam esses espaços de trabalho.

A intenção é que a atualização de tais informações seja incorporada às rotinas da Faculdade e que possa servir de fonte de informação, valorização e pesquisa futura.





Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h

Contatos: secgeral@fae.ufmg.br / (31) 3409-5320

Principais atividades do setor:

Inteirar-se sobre as normas da Universidade;
Secretariar as reuniões da Congregação da Faculdade – preparando pautas, redigindo atas, encaminhando as deliberações;
Assessorar as comissões designadas pela Diretoria e Congregação;
Cuidar dos processos administrativos e dos eventos ligados à Congregação;
Realizar a comunicação oficial da Faculdade; Organizar concursos para provimento de vagas docentes;
Organizar os processos eleitorais no âmbito da Unidade;
Organizar as colações de grau dos três cursos de graduação da Faculdade.

Importância do Setor para a Faculdade: A secretaria geral funciona como um setor de assessoramento à direção e aos demais setores administrativos, cuidando de manter atualizados os conhecimentos acerca das normas da universidade e unidade.

Secretaria Geral Sala 2111 B

Curiosidades: Esse setor é responsável pela organização das refeições de grau da unidade o que faz com que o corpo discente tenha contato com ele apenas ao final do curso.

Quem trabalha no setor atualmente: Roberta Emília Morato Corrêa (Assistente em Administração).

// E quando você vai para a diretoria, você vê a Faculdade como um todo. Aí você vê aonde pipocam os problemas... Vêm frustrações, vêm admirações, porque você conhece o todo do funcionamento e comportamentos. Você assusta com certas coisas... Tanto tempo aqui eu nunca tinha percebido isso na Faculdade. É uma experiência boa. Ao mesmo tempo perigosa, porque a gente começa a ver também falhas, que frustram um pouco. Mas é um trabalho interessante. É um trabalho que te ensina a ser bastante discreta. //

Secretaria da Direção Sala 2102

Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h

Contatos: dir@fae.ufmg.br / (31) 3409-5346

Principais atividades do setor:

Assessoria da Direção;
Atendimento ao público;
Redação de documentos.

Importância do Setor para a Faculdade: É o setor que recebe as demandas da Direção da Faculdade, verifica, distribui, além de auxiliar os trabalhos da Direção e cuidar da agenda.

Curiosidades: É um setor que tem comunicação com todos os demais setores da FaE e com o público interno e externo.

Quem trabalha no setor atualmente: Fábio Guimarães Miranda Barbosa (Assistente em Administração).

Secretaria de Graduação
(Colegiado de Pedagogia, Colegiado de
Licenciaturas e Setor de Estágios)
Sala 1114

Horário de funcionamento: 30 horas - 07 às 22 h.

Contatos: colped@fae.ufmg.br - 3409-5305
collicen@fae.ufmg.br - 3409-5306
estagio@fae.ufmg.br - 3409-6216

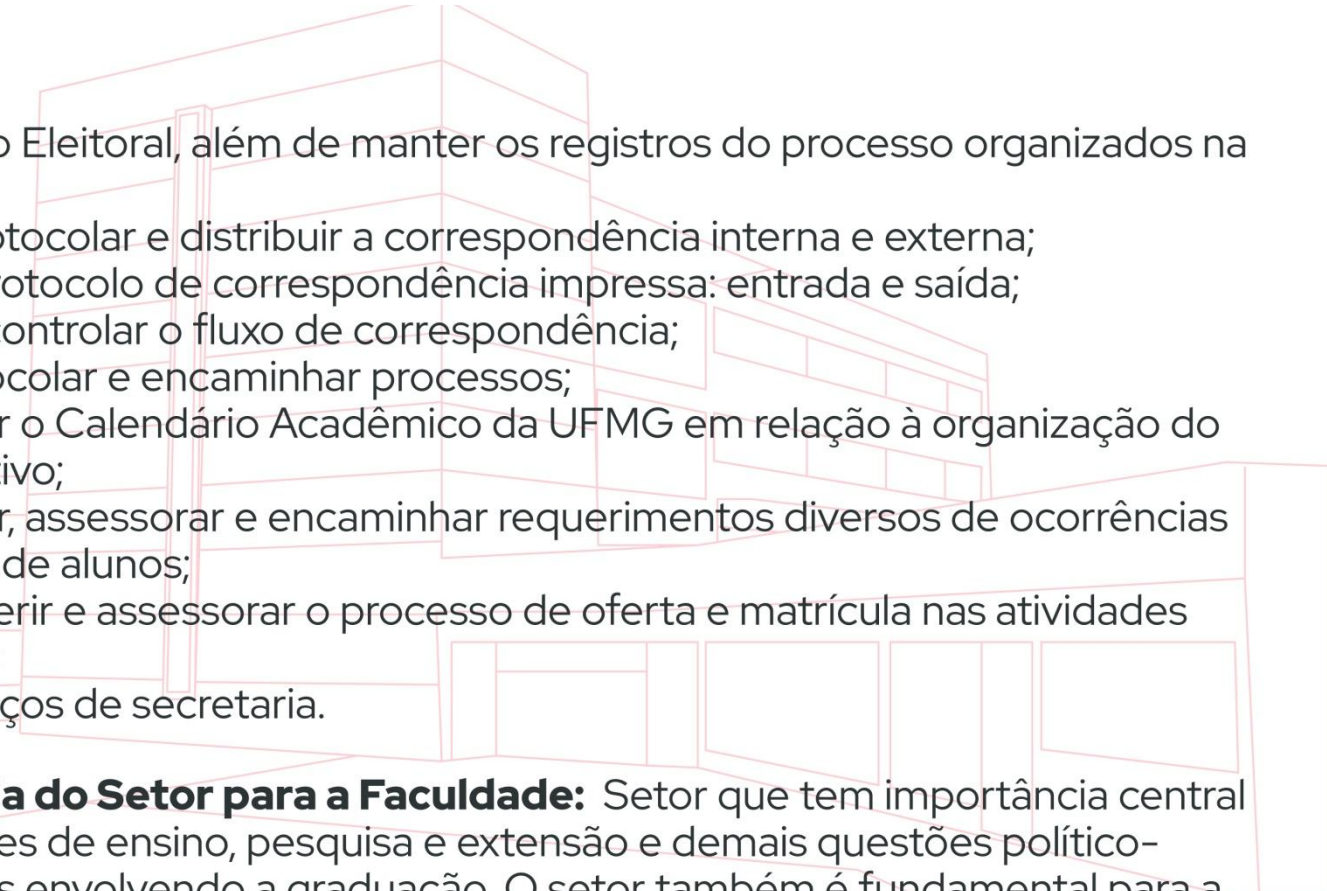
Principais atividades do setor:

Atender ao público interno e externo;
Controlar e acompanhar os trâmites dos processos abertos e/ou recebidos;
Recepcionar e informar aos interessados sobre a tramitação dos processos;
Cuidar da organização do arquivo dos documentos da Secretaria: recebidos e expedidos; Receber, responder, redirecionar correspondência eletrônica;
Atendimento das chamadas telefônicas: orientação, informação e encaminhamentos;
Apoiar o Colegiado e sua coordenação em assuntos diversos;
Elaborar e organizar as Atas das reuniões do Colegiado;
Informar ao Colegiado o término de vigência de mandados, a solicitação de abertura de Edital;
Acompanhar o processo eleitoral, organizando as Atas e apoiando as atividades

Secretaria de Graduação

(Colegiado de Pedagogia, Colegiado de Licenciaturas e Setor de Estágios)

Sala 1114



da Comissão Eleitoral, além de manter os registros do processo organizados na Secretaria;

Receber, protocolar e distribuir a correspondência interna e externa;

Cuidar do protocolo de correspondência impressa: entrada e saída;

Registrar e controlar o fluxo de correspondência;

Abrir e protocolar e encaminhar processos;

Acompanhar o Calendário Acadêmico da UFMG em relação à organização do semestre letivo;

Acompanhar, assessorar e encaminhar requerimentos diversos de ocorrências acadêmicas de alunos;

Organizar, gerir e assessorar o processo de oferta e matrícula nas atividades acadêmicas;

Outros serviços de secretaria.

Importância do Setor para a Faculdade: Setor que tem importância central nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e demais questões político-pedagógicas envolvendo a graduação. O setor também é fundamental para a execução das políticas de formação de professores do país e da UFMG, tendo em vista que organiza a oferta de atividades para todos os 19 cursos de formação

Secretaria de Graduação

(Colegiado de Pedagogia, Colegiado de Licenciaturas e Setor de Estágios)

Sala 1114

em licenciaturas da UFMG. Outro aspecto relevante é de que o setor organiza, protocola e acompanha os estágios dos alunos de graduação, atividade fundamental para a formação profissional de professores e trabalhadores da educação de maneira geral. O setor também é estratégico para o acompanhamento acadêmico e curricular dos estudantes. Dessa maneira, atua como interlocutor entre os estudantes e as demais instâncias da universidade.

Curiosidades: Esse setor foi criado em novembro de 2022 após a fusão de três secretarias administrativas: Secretaria do Colegiado de Graduação em Pedagogia, Secretaria do Colegiado Especial das Licenciaturas e Central de Estágios. Executa os serviços de secretaria administrativa destes três órgãos. O novo setor atende e é referência para os estudantes de graduação na maior parte de suas demandas acadêmicas durante a sua formação. Tem relação direta com a PROGRAD (Pró-Reitoria de Graduação), nas questões acadêmicas e curriculares. Relaciona-se com a Diretoria de Estágios, Bolsas e Mobilidade nas questões de contratação de estagiários e com a PRAE (Pró Reitoria de Assuntos Estudantis) nas diversas demandas apresentadas pelos estudantes. O setor também se relaciona com outros órgãos e setores da Faculdade de Educação,

Secretaria de Graduação (Colégio de Pedagogia, Colegiado de Licenciaturas e Setor de Estágios) Sala 1114

como os três departamentos acadêmicos, o CENEX e o NAPQ, a Seção de Ensino, a Secretaria Geral, os Serviços Gerais e de Almoxarifado, além de Patrimônio, Compras, Contabilidade, Pessoal, etc.

Quem trabalha no setor atualmente: Henrique Dumont Pena (Assistente em Administração); Gabriele da Costa Magalhães (Assistente em Administração); Daniel Teixeira do Carmo (Assistente em Administração); Sávio de Souza Lima (Auxiliar em Administração).

Era na época em que a matrícula era toda presencial, então a gente organizava toda a matrícula, a pessoa tinha que vir, vinham todos alunos da UFMG, para aquele estacionamento lá em cima, fazia uma fila para fazer matrícula. Era uma loucura. Você imagina isso: Todos os cursos fazendo matrícula presencial.

Eu pude vivenciar muito essas histórias e essas construções. As licenciaturas noturnas também vinham para a FAE, Então tinha que estudar uma forma do aluno vir aqui porque estava, assim, complicado. Ele tinha crédito aqui e crédito lá. Então ele tinha que vir na hora do lanche para cá. Por isso que centralizou.

Seção de Pessoal Sala 2111

Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h

Contatos: pessoal@fae.ufmg.br / spessoal@fae.ufmg.br - 3409-5321

Principais atividades do setor:

Atender aos servidores e ex-servidores da Unidade; instruir processos de pessoal no sistema SEI; gerenciar férias; divulgar assuntos de interesse dos servidores; consultar dados cadastrais de servidores; assessorar a Direção; organizar arquivo do Setor; intermediação entre os servidores e o Departamento de Administração de Pessoal; orientação acerca da vida funcional dos servidores; gerenciar frequência dos servidores.

Importância do Setor para a Faculdade: Todos os assuntos referentes à carreira do servidor passam pela Seção de Pessoal, desde sua admissão, sua vida funcional ativa, sua aposentadoria e sua vida funcional como servidor inativo.

Curiosidades: Esse Setor tem relação direta com a Pró-Reitoria de Recursos Humanos da UFMG.

Quem trabalha no setor atualmente: Danielle Diniz Aguiar (Assistente em Administração); Gláucia Fernandes Pinto (Assistente em Administração).

Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE)

Salas 529 e 530

Horário de funcionamento: 30 horas - 07h às 22h

Contatos: colpgsec@fae.ufmg.br;
ensino.posfaeufmg@gmail.com / (31) 3409-5309

Principais atividades do setor:

Dar suporte e apoio às questões atinentes ao Colegiado do PPGE; Gerenciamento da vida acadêmica dos alunos dos cursos de mestrado e doutorado e doutorado latino-americano e alunos de convênios de outros países.

Importância do Setor para a Faculdade: O Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG) é reconhecido pela CAPES como um programa de excelência (PROEX, nota 7). Suas ações de ensino e pesquisa são orientadas pelo compromisso com o direito à educação e com a produção de conhecimentos sobre o fenômeno educativo que favoreçam a redução das desigualdades. Envolve mais de 100 docentes da FaE e em torno de 400 alunos.



Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (PPGE)

Salas 529 e 530

Curiosidades: O PPGE foi criado em 1971 somente com o mestrado. É o maior Programa de Pós-graduação em Educação do Brasil. Faz parcerias com outras IES públicas para ofertar Doutorado interinstitucional.

Quem trabalha no setor atualmente: Gilson Antônio Mathias (Assistente em Administração); Joalice Martins da Silva (Auxiliar Administrativo); Isabela Caroline Oliveira Madeira (Assistente em Administração); Lorena Maia (Assistente em Administração); Melissa Cobra Torre (Técnica em Assuntos Educacionais); Sandra Mara Oliveira Barros (Assistente em Administração); Viviane Tinório Santos de Almeida (Assistente em Administração).

Colegiado do Programa de Pós-graduação em Educação: conhecimento e Inclusão Social (PPGE)

Salas 529 e 530

As histórias das pessoas que passavam... Uma coisa que me chamava atenção é que eu via a pessoa sendo bolsista na graduação, aí depois ela ia tentar o mestrado, a trajetória dela todinha no mestrado - que não é coisa fácil, são 2 anos e meio de luta, muita conversa ali, as pessoas expõem a sua vida, né? E a gente tentando fazer com que aquilo fique mais leve pra ela terminar, a gente acaba ficando próxima dessas pessoas. E depois elas voltam para o Doutorado... A gente via os perrengues de fazer uma pesquisa, né? Vi também muitos adoecimentos...

Núcleo de Escuta Fae
(ouvidoria)
Sala 2101

Horário de funcionamento: Segunda, quarta e quinta-feira: 08h às 17h /
Terça-feira: 08h às 19h / Sexta-feira: 08h às 14h.

Contatos: ouvidoria@fae.ufmg.br; (31) 3409-7477.

Principais atividades do setor:

Acolhimento e escuta das questões de servidores e estudantes;
Encaminhamento e acompanhamento quando necessário; Assessoria
a direção e colegiado nas questões de fluxo institucional, mediações e
no que mais necessitarem.

Importância do Setor para a Faculdade: Esse setor é um braço da política de
saúde mental que visa tornar os processos de trabalho e acadêmicos mais saú-
dáveis e humanizados. São espaços em que as pessoas podem se expressar e ter
a possibilidade de construir novas perspectivas e caminhos para suas questões
funcionais e acadêmicas. Além disso é um suporte para a direção e colegiado para
as questões institucionais que perpassam as relações.

Quem trabalha no setor atualmente: Paula Maia Nogueira (Psicóloga).

Colegiado do Curso de Formação Intercultural para Educadores Indígenas (FIEI) Sala1113

Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h

Contatos: colfiei@gmail.com / (31) 3409-6371

Principais atividades do setor:

Secretariar reuniões de colegiado;
Organizar a oferta de disciplinas do Curso;
Realizar a matrícula de estudantes;
Compra de passagens e diárias para viagens de campo, dentre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: Viabilizar a infraestrutura necessária para o funcionamento do curso FIEI.

Curiosidades: Como o curso funciona em regime de alternância e atende estudantes indígenas, durante o período de permanência dos estudantes na UFMG, a secretaria funciona em modo intensivo de atendimento durante as cinco semanas presenciais. Pelo fato dos estudantes se deslocarem de seus territórios, que estão muito distantes da Universidade, desenvolve-se uma relação muito próxima junto aos alunos, pois, estabelece-se uma relação de intimidade com o corpo docente e técnico-administrativo.

**Colegiado do Curso de
Formação Intercultural para
Educadores Indígenas (FIEI)
Sala 1113**

Quem trabalha no setor atualmente: Luciana Gomes da Luz Silva
(Assistente em Administração).

/// A FaE hoje, pra mim é... Assim, eu vou lá e fico assim... Eu fico encantado! A instituição que eu trabalhei, que hoje tem índio, tem mudanças... Eu vejo que teve algumas mudanças interessantes na FaE. Eu fico me imaginando trabalhando lá hoje, eu acho seria... Eu ia ficar no meio desse povo todo, assim, porque eu acho que a FaE teve um crescimento muito grande em relação ao que eu consigo enxergar. ///

Setor de Infraestrutura e Logística (antiga Seção de Serviços Gerais) Salas 1116 e 1118

Horário de funcionamento: 30 horas - 07 às 22 h.

Contatos: serge@fae.ufmg.br
salmox@fae.ufmg.br
(31) 3409-5317 / (31) 3409-7485

Principais atividades do setor:

Atendimento à comunidade interna e externa da FAE;

Atuação como fiscal setorial junto ao DLO para acompanhar os serviços de limpeza, vigilância, portaria, cantina e correios;

Atender a todas as demandas de infraestrutura da unidade como: serviços de telefonia, serviços de manutenção de câmeras de segurança, e de ocorrências junto à DIVIU, serviços de limpeza, serviços de carregadores/transporte, serviços de jardinagem, serviços de chaveiro, controle de estacionamento, controle dos veículos oficiais, controle de empenhos de serviços, controle de NF diversas, controle de serviços de manutenção de espelhos, portas e janelas de vidro, controle de manutenção dos extintores, controle de manutenção das persianas, controle de manutenção de elevadores, entre outras;

Setor de Infraestrutura e Logística (antiga Seção de Serviços Gerais) Salas 1116 e 1118

Principais atividades do setor:

Realizar trabalho conjunto com o Setor de Patrimônio no que tange ao acompanhamento de bens patrimoniados para desfazimento, tais como: ventiladores, cadeiras, mesas, estantes, dentre outros, além do controle patrimonial do setor que possui bens espalhados por toda a unidade;

Realizar trabalho conjunto com o Setor de Compras no que tange à aquisição de bens e contratação de serviços diversos necessários ao funcionamento e manutenção da unidade, além de concentrar demandas encaminhadas por outros setores para serem inseridas no PGC;

Solicitar e acompanhar serviços que necessitam de projetos e autorização junto a PRA;

Controle dos painéis, murais e quadros de avisos existentes na unidade;

Realizar a abertura de chamado junto ao DEMAI, bem como acompanhar e supervisionar a sua execução, para a realização de serviços de hidráulica, elétrica, civil, pintura, marcenaria, serralheria, conserto de máquinas e equipamentos, dentre outros;

Acompanhar a realização dos serviços de dedetização, manutenção de extintores, limpeza de caixa d'água, vistorias, remoção de animais, entre outros;

Setor de Infraestrutura e Logística (antiga Seção de Serviços Gerais) Salas 1116 e 1118

Principais atividades do setor:

Gerenciar a frota de veículos oficiais da unidade (manutenção, empréstimos e reservas);

Gerenciar os serviços de recebimento, entrega e envio de correspondências e malote interno, além do recebimento de bens por transportadoras;

Gerenciar o uso de espaços comuns internos e externos (banheiros, halls, jardins, estacionamentos), salas de aula e setores administrativos;

Atender as demandas de segurança e infraestrutura do GAME, prédio anexo à FAE;

Gerenciar o fornecimento de café para a unidade;

Oferecer suporte para eventos;

Solicitar atendimento ao SAMU/DAST em situações emergenciais;

Solicitar atendimento de plantonista em caso de emergência elétrica e hidráulica;

Receber, armazenar, controlar e distribuir os insumos e outros materiais destinados aos órgãos administrativos vinculados à Faculdade de Educação

Setor de Infraestrutura e Logística (antiga Seção de Serviços Gerais) Salas 1116 e 1118

Importância do Setor para a Faculdade:

O Setor de Infraestrutura e Logística administra todos os espaços da Faculdade de Educação, sendo de suma importância para a Unidade e necessitando, portanto, estar sempre bem estruturado e aparelhado para atender a todos aqueles que dele necessitem.

Curiosidades: A presença do setor na maioria das vezes é despercebido, acreditamos que o setor ainda é relegado a um segundo plano, apenas lembrado quando da ocorrência de um fato grave ou de uma emergência que necessite de nossa interferência para solução, como por exemplo, falta de energia elétrica, vazamentos, telefones inoperantes etc. Em síntese, não há nenhum espaço, equipamento ou pessoa dentro da Unidade que, de alguma forma, não esteja sendo atendido pelo setor.

O Setor de Infraestrutura e Logística foi criado em dezembro de 2022, da junção das Seções de Serviços Gerais e Patrimônio.

Quem trabalha no setor atualmente:

Rafael Júnio Ferreira da Silva (Assistente em Administração);
Ueliton Lopes Moreira (Assistente em Administração);
Éder de Matos Barbosa (Assistente em Administração);
Ângela M^a de Araújo Almeida (Auxiliar em Administração);
Paulo César Gomes da Silva (Auxiliar de Cozinha);
Leonildo dos Santos (Auxiliar de Cozinha).

// Serviços Gerais... que tem um nome muito inadequado, né? Porque o Serviços Gerais você cuida de tudo do prédio. Você é um coordenador que você tem ou deveria ter autonomia para poder trabalhar, você é o administrador de um prédio. Então, os Serviços Gerais é um termo assim, muito... Eu acho que é até uma forma de desqualificar o funcionário, entendeu? Porque não é serviços gerais. Isso já era para ter sido mudado há muito tempo. (...) Ele é um setor em que você cuida de tudo, do prédio todo, de toda a estrutura. Você tem que ser informado, seja ao nível de professor que foi... teve uma demanda, ou que vai querer fazer alguma coisa, os alunos, as pessoas de fora, tudo deveria passar pelos Serviços Gerais. //

**Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da FaE (CEDOC)
Sala 1106**

Contatos: cedocfaeufmg@gmail.com

Principais atividades do setor:

Abrigar os arquivos permanentes da Faculdade de Educação; |
Acolher acervos que tenha valor para a memória da educação;
A salvaguarda do patrimônio acadêmico-científico da Faculdade e a memória da educação brasileira, o que compreende a preservação, conservação e tratamento de seus bens;
O desenvolvimento de atividades educativas relacionadas à memória e ao patrimônio educacional;
O desenvolvimento de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão relacionados às finalidades do Centro.

Importância do Setor para a Faculdade: O CEDOC é o setor responsável pela salvaguarda do patrimônio acadêmico-científico da Faculdade de Educação, podendo também abrigar acervos referentes à história da educação brasileira e, particularmente, mineira. Ainda em desenvolvimento, o setor cuida e disponibiliza os documentos históricos da FaE para pesquisa, além de promover a divulgação da memória da FaE, atender, orientar e treinar os usuários para o uso dos acervos.

**Centro de Pesquisa, Documentação e Memória da FaE (CEDOC)
Sala 1106**

Curiosidades: o Setor foi criado em 2008, integrado à Biblioteca da Faculdade. Em 2020 se tornou um setor vinculado e subordinado à Direção da Faculdade e teve seu primeiro Regulamento aprovado, no entanto, ainda não foi incluído à estrutura organizacional da Faculdade.

Quem trabalha no setor atualmente: Jane da Silva Coelho (Secretária Executiva).

- * O CEDOC ainda não conta com a participação de servidores técnico-administrativos. Atualmente, a equipe técnica do setor é composta por bolsistas e coordenada pelos Diretores do Centro.



**Seção de Apoio às Atividades
des Acadêmicas (Setor de Audiovisual)
Sala 1120**

Horário de funcionamento: 30 horas - 07:30h às 22:40h.

Contatos: audio@fae.ufmg.br - (31) 3409-6147

Principais atividades do setor:

Suporte audiovisual às salas de aula e anfiteatros da Faculdade; Manutenção e distribuição dos equipamentos de audiovisual; auxílio no gerenciamento dos espaços.

Importância do Setor para a Faculdade: O setor atua em todas as atividades da Faculdade que utilizam recursos multimídia.

Quem trabalha no setor atualmente: Thiago Victor Almeida de Souza (Técnico de Tecnologia da Informação); Luiz Henrique Vieira dos Santos (Técnico de Laboratório Área); Eduardo Macedo Nogueira (Copeiro) Wellington Paulo (Auxiliar Administrativo); Jardel Elloi (Bolsista); Lisander Willmore (Bolsista).

Seção de Apoio às Atividades Acadêmicas (Setor de Audiovisual) Sala 1120



Porque quando eu entrei pra trabalhar no Audiovisual, os únicos aparelhos que tinham eram o projetor de slides e o retroprojetor, que ficava à disposição em uma sala. Os professores levavam para a sala, usavam e devolviam. //



E assim, a gente procurava, do conhecimento que eu adquiri, né? Fazendo os cursos todos para poder operar o equipamento de audiovisual... A gente tinha um aparelho que a gente fazia marcações magnéticas numa fita de áudio e mudava o slide sozinho. Você colocava dois projetores de slide com a imagem centralizada na tela. E você fazia marcações magnéticas na fita de áudio, com texto, e ele mudava o slide sozinho. É o que deu origem ao chamado audiovisual. //

Setor de Tecnologia da In- formação (Setor de Suporte em Informática) Sala 535

Horário de funcionamento: 40 horas – 07:45h às 16:45h.

Contatos: suporte@fae.ufmg.br - (31) 3409-5322.

Principais atividades do setor:

Manutenção de Equipamentos de TI; Manutenção e supervisão das redes de comunicação de dados (cabeadas e sem fio); Atendimento a usuários (docentes, TAEs, alunos e público externo).

Importância do Setor para a Faculdade: É um setor estratégico, inclusive a nível de infraestrutura, uma vez que toda comunicação de dados se faz pelas redes de telecomunicações. O Setor é quem dá o suporte necessário para viabilizar o ensino, pesquisa, extensão e as atividades técnico-administrativas da Faculdade.

Setor de Tecnologia da In- formação (Setor de Suporte em Informática) Sala 535

Curiosidades: O Setor de Suporte em Informática foi criado em meados da década de 90, quando da implantação e ampliação das telecomunicações (dispositivos e redes) no ambiente de trabalho (Unidades da UFMG) para viabilizar e suportar todo trabalho realizado no campus no âmbito do ensino, pesquisa e extensão e das atividades técnico-administrativas.

“Setor de Tecnologia da Informação” é o nome reclamado pelos servidores do setor.

Quem trabalha no setor atualmente?

Alessandro Athouguia Rocha (Técnico em Eletroeletrônica – Chefe do Setor);

Anderson Souza Santos (Técnico de Laboratório de Informática);

Erike Couto Lourenço (Assistente em Administração);

Jorge Luiz Venceslau (Técnico de Tecnologia da Informação);

Rogério Paiva de Oliveira (Assistente em Administração).

Agente de Compras

(Antigo Seção de Compras)

Sala 2103

Horário de funcionamento: 40 horas – das 07h às 16h.

Contatos: scompras@fae.ufmg.br / (31) 3409-5314.

Principais atividades do setor:

O Agente de Compras é o funcionário responsável por acompanhar e orientar os processos de compras desde o surgimento da demanda na Unidade, em conjunto com o solicitante, ou seja a partir da necessidade da demanda, até a entrega do produto ou serviço. Compete a ele participar de reuniões com a Central de Compras da UFMG, compor Equipes de Planejamento e atuar na interlocução entre a Faculdade de Educação e a Central de Compras.

Importância do Setor para a Faculdade: É o servidor responsável pelo atendimento das demandas de compras e contratações que atendem toda a comunidade.

Agente de Compras

(Antigo Seção de Compras)

Sala 2103

Curiosidades: A partir do segundo semestre de 2022 os setores de compras da UFMG passaram por uma grande mudança. As Unidades deixaram de ser Unidades Compradoras, passando a ser Unidades Requisitantes. Dessa forma foi criada a função do Agente de Compras, que atua como uma ponte/elo entre a unidade e a central de compras. Na FaE, o Setor de Compras, anteriormente estruturado com três servidores TAE, foi extinto. A servidora chefe, Lílian Tadin Marques, foi alocada na Central de Compras da UFMG, a servidora Josiana de Araújo Clemente Baeça se tornou a Agente de Compras da FaE, e o servidor Geraldo Toledo de Paiva Junior foi alocado na secretaria do CECIMIG.

Quem trabalha no setor atualmente: Josiana de Araújo Clemente Baeça.

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 16h.

Contatos: spatri@fae.ufmg.br / (31) 3409-5467

Principais atividades do setor:

A seção de Patrimônio faz o acompanhamento e o registro no sistema patrimonial/UFMG (administrado pelo DLO/Cecom) de todas as aquisições e doações de bens e equipamentos que dão entrada na Faculdade de Educação; Orienta, acompanha e atualiza as movimentações internas e externas, bem como as baixas dos bens permanentes da Faculdade; Coordena e organiza o inventário físico anual dos bens móveis da Faculdade em cumprimento a determinação de ordem legal e a instruções expedidas pela Administração Central da UFMG.

Importância do Setor para a Faculdade: A seção de Patrimônio faz o acompanhamento e o registro de todos os bens e equipamentos que dão entrada na Faculdade de Educação, além de prover a administração da FaE de informações contábeis, financeiras e orçamentárias suficientes para a tomada de decisão.

Seção de Patrimônio Sala 2103

Curiosidades: O bom funcionamento do setor depende da cooperação da comunidade de servidores da Faculdade, docentes e TAEs, para a correta movimentação e informação dos bens permanentes contidos em cada setor ou gabinete.

Quem trabalha no setor atualmente: Marlilia Ribeiro (Assistente em Administração) e Laura Maria B. Ribeiro (Assistente em Administração).

// Aí eu aprendi e fui fazer o patrimônio também. Aí foi onde eu arrumei muito inimigo..." (...) Que mexer com patrimônio é muito difícil. As pessoas, por exemplo, teve um rapaz, um aluno, passando com ventilador pra sala de aula. Eu falei: ô meu amigo, onde é que tá indo isso? [Ele respondeu:] "Na sala tal. É da professora tal". (...) Professora, na Faculdade, aqui, olha a plaqueta aqui ó: FAE UFMG, tá?. Não deixa na sala não, traz de volta. Mas não trazia não. De vez em quando eu pegava escondia tudo dentro da minha sala. Eles ficavam desesperados (risos). //

**Biblioteca Professora
Alaíde Lisboa de Oliveira
3º Andar da Biblioteca
Central da UFMG**

Horário de funcionamento: 30 horas - 07h às 22h

Contatos: biblio@fae.ufmg.br / bibref@fae.ufmg.br
3409-5301 (Chefia), 3409-5302 (Empréstimo),
3409-6140 (Referência), 3409-6141 (Apoio Administrativo),
3409-6142 (Tratamento da Informação, Apoio e Intercâmbio),
3409-6144 (Periódicos).

Principais atividades do setor:

Cadastro de novos leitores; Comutação bibliográfica; Consulta local; Empréstimo; Emissão de Ficha catalográfica; Apoio na emissão de ISBN; Levantamento e pesquisa bibliográfica; Orientação na normalização bibliográfica; Serviços de disseminação da informação; Treinamento e orientação dos usuários em pesquisas; Emissão de nada consta para processo de diploma; Validação de trabalhos acadêmicos, artigos de periódicos, livros e capítulos de livros disponíveis no Repositório institucional da UFMG; Catalogação de trabalhos acadêmicos, livros, periódicos e materiais especiais; Tratamento de coleções especiais (catalogação, higienização e conservação).

**Biblioteca Professora
Alaíde Lisboa de Oliveira
3º Andar da Biblioteca
Central da UFMG**

Importância do Setor para a Faculdade: Apoio na formação dos profissionais da educação, e nas pesquisas desenvolvidas no campo educacional.

Curiosidades: O acervo tombado é de aproximadamente 81 mil exemplares, composto por livros, publicações especiais, teses, dissertações, coleções especiais, acervos raros, folhetos e vídeos. Também dispõe de uma coleção de periódicos científicos composta por 954 títulos.

Quem trabalha no setor atualmente:

Albert Michel da Silva Torres (Bibliotecário-Documentalista);
Danielle Teixeira de Oliveira (Bibliotecária-Documentalista);
Iolanda Riberto Torres (Bibliotecária-documentalista)
Ivaney Duarte (Bibliotecário-Documentalista);
Ivanir Fernandes Leandro (Bibliotecário-Documentalista);
Jobson Bruno Almeida Aquino (Bibliotecário-Documentalista);
Márcia Brito de Macedo (Auxiliar Administrativo);
Moema Brandão da Silva (Bibliotecária-Documentalista);
Mônica Alcides Silva (Assistente Administrativo);
Raíssa Michalsky Martins (Bibliotecária-Documentalista);
Regiane Lúcia Domingos (Bibliotecária-Documentalista).

Departamentos

Principais atividades do setor:

Os Departamentos são órgãos das Unidades Acadêmicas da UFMG em que são lotados professores e que têm objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. É de sua responsabilidade a oferta de atividades acadêmicas curriculares.

Na FaE, o corpo docente é organizado e dividido em três departamentos com três secretarias independentes.

As secretarias são responsáveis pelo atendimento telefônico, rastreamento de e-mails, por secretariar a chefia e a Câmara departamental, redigir documentos, ofícios, atas, acompanhar processos relacionados a carreiras dos docentes vinculados ao departamento; cuidar da distribuição dos encargos docentes dos docentes lotados no departamento, organizar concursos para provimento de cargo efetivo e para professor substituto, entre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: O departamento é peça fundamental na estrutura da Faculdade por cuidar do corpo docente e dos encargos didáticos das disciplinas da graduação.

Departamentos

Curiosidades: A partir da "Reforma do Ensino Superior do Brasil", ocorrida em 1968, com a Lei Federal n.º 5.540, de 28/11/1968, ficou estabelecido que a organização das universidades deveria contar com uma estrutura orgânica baseada em departamentos e as cátedras – forma de organização anterior – foram extintas.

// Chefia muda a cada dois anos nos departamentos, né? Então quem sabia mesmo o serviço era a gente. O primeiro ano o professor, o chefe, tava aprendendo as rotinas. No segundo ano, que ele conseguia dominar as rotinas, já tava terminando o mandato dele. //

Departamento de Administração Escolar (DAE)

Sala 1514

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

Contatos: dae@fae.ufmg.br / (31) 3409-5323.

Quem trabalha no setor atualmente: Renata Cláudia Gonçalves (Secretária Executiva).

Departamento de Ciências Aplicadas à Educação (DECAE)

Sala 1119

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

Contatos: decae@fae.ufmg.br / (31) 3409-5326.

Quem trabalha no setor atualmente: Aline G. Scoralick (Assistente em Administração).

Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE)

Sala 1117

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

Contatos: dmete@fae.ufmg.br / (31) 3409-5329.

Quem trabalha no setor atualmente: Rômulo José Ribeiro Tostes (Assistente em Administração), Vanessa Aleixo Silva (Assistente em Administração), Wallace Godinho Soares (Assistente em Administração).

Seção de Contabilidade Sala 2108

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

Contatos: contabil@fae.ufmg.br.

Principais atividades do setor:

A Seção de Contabilidade é responsável por realizar a execução financeira e orçamentária dos recursos recebidos pela unidade; auxiliar no processo de prestação de contas relativo à captação de recursos através de convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres; atender às obrigações fiscais principais e acessórias; entre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: Prover a administração da Faculdade de Educação da UFMG de informações contábeis, financeiras e orçamentárias suficientes para a tomada de decisão.

Quem trabalha no setor atualmente: Alexandre Dias Santos (Técnico em Contabilidade), Aldimar Guilherme Gomes Assis (Técnico em Contabilidade), Robson Sebastião da Silva Pimenta (Técnico em Contabilidade).

**Centro de Extensão e
Núcleo de Assessoramen-
to à Pesquisa (CENEX e NAPq)
Sala 1112**

Horário de funcionamento: 40 horas - 08h às 17h

Contatos: cenex@fae.ufmg.br / napq@fae.ufmg.br - (31) 3409-6180

Principais atividades do CENEX:

Registro e emissão de certificados para participantes de atividades de extensão;

Auxílio no planejamento e na execução de ações de Extensão, incluindo as tramitações administrativas por meio dos sistemas "SIEX" e "SEI";

Organização, junto aos coordenadores de ações de extensão, das tramitações para participação em editais de bolsas para alunos (como o PBEXT - Programa de Bolsas de Extensão) para desenvolver atividades de extensão;

Organização do Encontro de Extensão da Faculdade, destinado às apresentações dos trabalhos desenvolvidos pelos bolsistas da extensão.

**Centro de Extensão e
Núcleo de Assessoramen-
to à Pesquisa (CENEX e NAPq)
Sala 1112**

Principais atividades do NAPq:

O NAPq atende aos alunos bolsistas e professores pesquisadores, divulgando e facilitando o andamento dos editais da PRPq e orientando os professores contemplados no encaminhamento e controle dos projetos de iniciação científica da Unidade. Realiza também o registro das indicações, substituições e cancelamentos das bolsas de alunos, e o controle de relatórios e emissão de declarações de participação. O Núcleo organiza, também, o programa de iniciação científica voluntária, que permite aos estudantes interessados participarem voluntariamente de projetos de pesquisa com direitos e deveres semelhantes aos dos bolsistas. Além disso, o NAPq participa da organização Encontro de Pesquisa da Faculdade.

Importância dos Setores para a Faculdade: Os setores são responsáveis pela organização e gerenciamento de todos os projetos de pesquisa e extensão da Faculdade, atuando inclusive na divulgação científica. Além disso, realizam a intermediação entre a Faculdade de Educação e as Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão. Atuam também como importante interface entre a Faculdade de Educação e a sociedade, já que as ações de extensão têm como público alvo a população em geral, seja no oferecimento de cursos (atualização, aperfeiçoamento), na prestação de serviços ou na concepção de ações de impacto socioambiental e cultural junto à comunidade externa.

**Centro de Extensão e
Núcleo de Assessoramen-
to à Pesquisa (CENEX e NAPQ)
Sala 1112**

Quem trabalha no setor atualmente: Tatiane Resende Silva (Assistente em Administração); Samir Clara Horta Nassif (Assistente em Administração).

// Eu aposentei nesse setor. Nos dois. Tava com os dois ainda. Na época fiz as pastinhas tudo separadinhas no computador, tudo que era do CENEX vinha "CENEX" primeiro, depois o título e o assunto... Tudo que era do NAPQ vinha "NAPQ" e o assunto. Então você não tinha confusão para trabalhar, porque você tinha os arquivos definidos. //

**Colegiado do Mestrado
Profissional em Educação
e Docência (Promestre)
Sala 1120**

Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h.

Contatos: secpromestre@gmail.com / (31) 3409-5356.

Principais atividades do setor:

Dar suporte e apoio às questões atinentes ao Colegiado do Promestre, como a elaboração de editais e organização dos encargos didáticos; Gerenciamento da vida acadêmica dos alunos do Curso; Atendimento e escuta aos estudantes do Curso;

Organização das defesas de dissertação; Manutenção da Plataforma Sucupira do Governo.

Colegiado do Mestrado Profissional em Educação e Docência (Promestre) Sala 1120

Importância do Setor para a Faculdade: O PROMESTRE é o Mestrado Profissional em Educação da UFMG. Sua missão é contribuir na melhoria da educação brasileira, em especial da rede pública de ensino da educação básica, com produção de conhecimentos e aprimoramento de profissionais da educação. O Curso envolve mais de 60 docentes da FaE, além de docentes de outras unidades da UFMG e outras universidades e é, hoje, a principal escolha de qualificação profissional dos TAEs da Unidade.

Curiosidades: O Curso foi criado em 2013, com poucas linhas de pesquisa. É visto principalmente como um curso para trabalhadores da Educação.

Quem trabalha no setor atualmente: Carlos Wellington Martins de Melo (Técnico em Assuntos Educacionais); Raimundo Fábio Alves Ferreira Chaves (Assistente em Administração); Thaís Almeida Arantes Villela (Assistente em Administração).

Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LECAMPO) Sala 1113

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

Contatos: lecampo@fae.ufmg.br / (31) 3409-6346

Principais atividades do setor:

Secretariar reuniões de colegiado, organizar a oferta de disciplinas do Curso, realizar a matrícula de estudantes, efetuar a compra de passagens e diárias para viagens de campo, dentre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: Viabilizar a infraestrutura necessária para o funcionamento do curso.

Curiosidades: Como o curso funciona em regime de alternância e atende estudantes campesinos, durante o período de permanência dos estudantes na UFMG, a secretaria funciona em modo intensivo de atendimento durante o período presencial.

**Colegiado do Curso de
Licenciatura em Educação
do Campo (LECAMPO)
Sala 1113**

Quem trabalha no setor atualmente? Maria José Teixeira Mendes
(Auxiliar em Administração).

Por exemplo, a batalha mesmo da inclusão da Educação do Campo, Educação Indígena, isso faz parte da nossa luta por uma educação pública e inclusiva e socialmente referenciada, então, assim, eu me sinto parte de todo esse progresso. No período em que eu estava e hoje. Eu me orgulho quando eu vejo nas mídias, né? (...) gente eu me lembro do início! Quando o primeiro índio veio pra cá, quando o primeiro camponês veio, o primeiro cara do MST veio aqui para uma aula. Nossa, isso é uma maravilha.



**Seção de Ensino das Gra-
duações
Sala 1201**

Horário de funcionamento: 30 horas – 10h às 22h

Contatos: ensino@fae.ufmg.br / (31) 3409-5316.

Principais atividades do setor:

Registro das ocorrências acadêmicas e curriculares do aluno no Sistema de Graduação, segundo os preceitos das normativas regulamentares do Ministério da Educação referente ao curso e seguindo as normativas da UFMG referente às Normas Gerais de Graduação;

Guarda e manutenção do arquivo dos discentes;

Emissão de diploma de todos os cursos de graduação da FaE;

Emissão de diversos modelos de declarações para o discentes, cada uma especificamente feita para uma versão curricular diferente do curso.

Demais atividades relacionadas a atendimento, protocolo e atualização cadastral dos discentes.



Seção de Ensino das Gra- duações Sala 1201

Importância do Setor para a Faculdade: A Seção de Ensino é o setor que zela para que as alterações feitas nos registros discentes estejam de acordo com as normativas. Para ilustrar: quando um aluno entra na universidade por meio de processo seletivo, ele está vinculado a um curso, a um turno e a um percurso curricular dentro desse curso. Qualquer alteração nesses dados deve estar embasada na norma vigente. Por exemplo, no primeiro semestre é proibido trancar o curso sem justificativa, isso evita que o aluno ocupe uma vaga sem ter a real intenção de começar no curso. Caso o aluno peça o trancamento e o colegiado dê anuência será a Seção de Ensino que registrará no sistema, e por isso poderá alertar quanto à inadequação do procedimento. Assim, pode-se dizer que a importância está em assegurar que cada diploma emitido seguiu de fato os procedimentos administrativos legais que embasam aquela emissão.



Seção de Ensino das Gra- duações Sala 1201

Curiosidades: Esse setor existe desde os primórdios do curso. Quando ainda não existia a Faculdade de Educação, ele era um setor dentro da Fafich, responsável pelos alunos do Curso de Pedagogia. Pelo arquivo físico, podemos ver que todo o controle da vida acadêmica de cada um dos alunos era feita de forma manual o que demandava uma grande quantidade de papel. Pela maior parte da existência do curso, os alunos do noturno tinham que comparecer a universidade no turno diurno para serem atendidos o que mudou apenas recentemente com o projeto de 30 horas.

Uma curiosidade sobre o arquivo do setor: Muitas alunas do gênero feminino usavam no cadastro o CPF dos pai ou do marido para fazer o registro. Diversas pastas contém laudo médico, direcionado a UFMG, que atestava que a pessoa era saudável e por isso apta a estudar. Há arquivos de alunos na Seção de Ensino que datam de 1945.

Seção de Ensino das Gra- duações Sala 1201

Quem trabalha no setor atualmente: Vivian Mara de Oliveira (Assistente em Administração.); Weverton Eugenio Coelho (Assistente em Administração).

// Eu terminei a pedagogia em 1983, primeiro semestre, e assumi a chefia na Faculdade de Educação, na Seção de Ensino, no segundo semestre. Nesse período, a Seção de Ensino estava para ser informatizada, na primeira informatização da UFMG, que era centralizada no Cecom, e a gente precisava enviar os dados para formalizar. Naquele momento a gente não tinha nenhum equipamento de informática ainda era só encaminhar nossos dados numas planilhas que eles criaram para nós. E os dados eram encaminhados manual mesmo. A gente fazia os dados, transcrevia para aquela planilha para passar para você com transcrever para o sistema. //

Secretaria do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) Salas 521 e 526

Horário de funcionamento: 40 horas – das 8h às 17h.

Contatos: ceale@fae.ufmg.br / (31) 3409-5333 / (31) 3409-5335.

Principais atividades do setor:

A secretaria do CEALE atua no assessoramento à Direção do Centro; Na comunicação oficial; na elaboração de documentos diversos; no atendimento ao público; entre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: O CEALE é referência nacional em sua área de atuação, sendo sempre convidado a participar/contribuir para os Governos nos debates de suas políticas e ações na área de Alfabetização, representando nessas instâncias a Faculdade de Educação/UFMG. O Secretaria do curso é quem recebe e organiza essas demandas, auxiliando a Direção do Centro em todos os trâmites.

Curiosidades: O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação da UFMG, criado em 1990, com o objetivo de integrar grupos interinstitucionais voltados para a área da alfabetização e do ensino de Português.

Quem trabalha no setor atualmente: Cícero Barros (Assistente em Administração); Rosangela Pereira Campos (Assistente em Administração).

**Secretaria do Centro de
Ensino de Ciências e Mate-
mática de MG (CECIMIG)
Sala 507**

Horário de funcionamento: 40 horas – 08h às 17h.

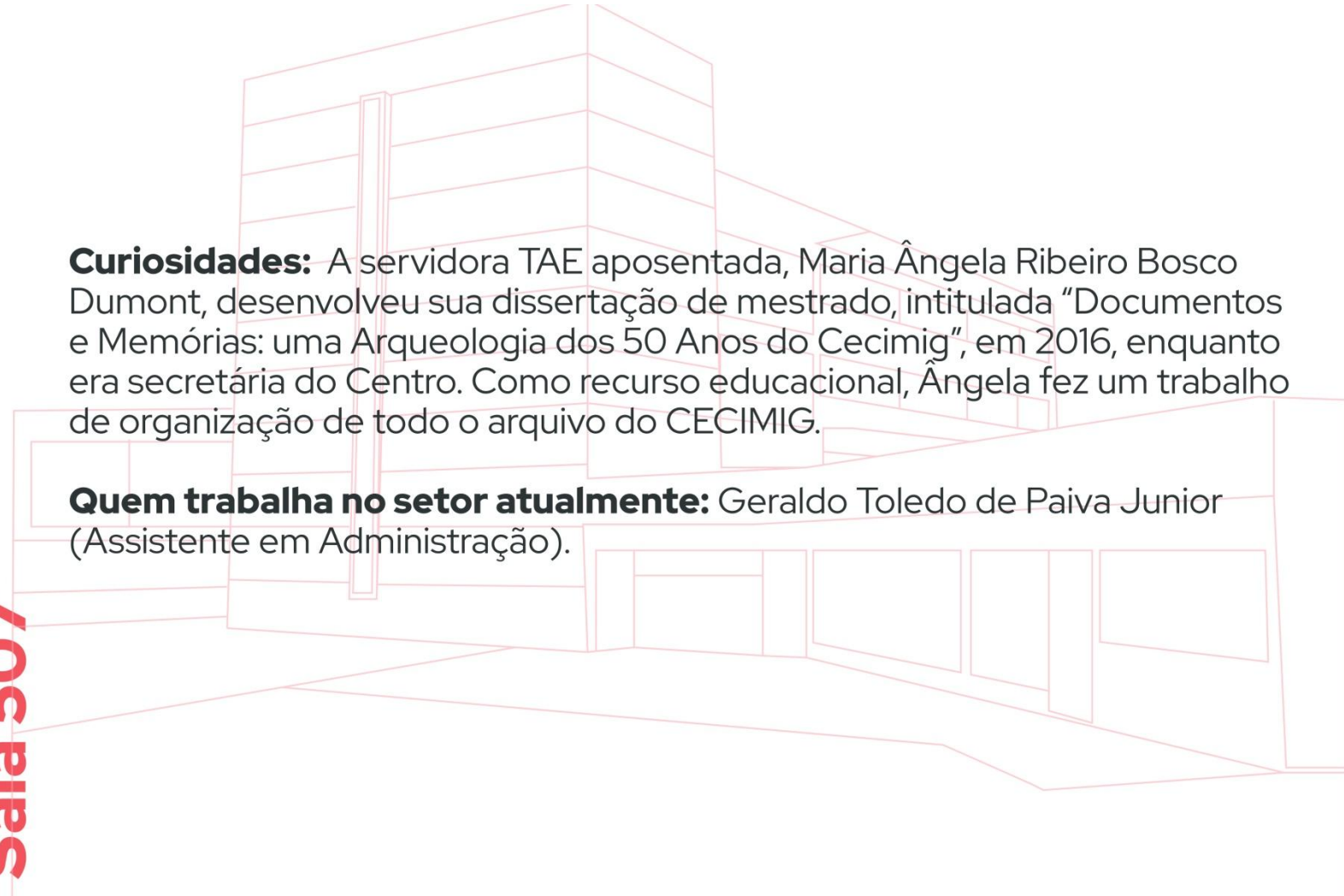
Contatos: cecimig@fae.ufmg.br / (31) 3409-5337.

Principais atividades do setor:

A secretaria do CECIMIG atua no assessoramento à Direção do Centro; Elaboração de editais; atendimento ao público; entre outras.

Importância do Setor para a Faculdade: O Centro de Ensino de Ciências e Matemática de Minas Gerais – CECIMIG, criado em 1965, através de um convênio entre o MEC e a UFMG, foi incorporado à Faculdade de Educação em 1987. Dentre seus objetivos o centro visa estimular a pesquisa e a extensão, contribuindo para a melhoria do ensino de Ciências. Neste sentido é responsável pela organização de cursos de aperfeiçoamento e especialização, assessoria a diversas instituições, promoção de seminários, congressos e encontros na área, realização e divulgação de pesquisas e construção de acervo bibliográfico e de materiais para atividades experimentais em Ciências.

**Secretaria do Centro de
Ensino de Ciências e Mate-
mática de MG (CECIMIG)
Sala 507**



Curiosidades: A servidora TAE aposentada, Maria Ângela Ribeiro Bosco Dumont, desenvolveu sua dissertação de mestrado, intitulada “Documentos e Memórias: uma Arqueologia dos 50 Anos do Cecimig”, em 2016, enquanto era secretária do Centro. Como recurso educacional, Ângela fez um trabalho de organização de todo o arquivo do CECIMIG.

Quem trabalha no setor atualmente: Geraldo Toledo de Paiva Junior (Assistente em Administração).

Sobre essa cartilha

Essa cartilha é produto da dissertação de mestrado da TAE Roberta Emília Morato Corrêa, intitulada: **“Histórias de TAEs: Lembranças do trabalho e do tempo vivido”**, que teve por objetivo investigar a memória do trabalho de servidores técnico-administrativos em educação (**TAE**) aposentados da Faculdade de Educação da UFMG, como estratégia de reconhecimento e valorização profissional.

Defesa realizada no dia 31/07/2023.

As falas dos balões foram retiradas das histórias contadas pelos TAEs aposentados participantes da pesquisa.

Agradecimentos: Agradeço aos trabalhadores e trabalhadoras TAE da Faculdade de Educação que ajudaram a criar essa cartilha com informações de seus espaços de trabalho.



ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada “HISTÓRIAS DE TAES: LEMBRANÇAS DO TRABALHO E DO TEMPO VIVIDO”, que desenvolverá uma investigação sobre a Memória do Trabalho dos Servidores Técnico-administrativos Aposentados da Faculdade de Educação. A pesquisa será conduzida por mim, Roberta Emília Morato Corrêa, Técnica-administrativa da Faculdade de Educação e aluna do Mestrado Profissional Educação e Docência – PROMESTRE/FAE/UFMG, sob responsabilidade da orientadora Profa. Dra. Inajara de Salles Viana Neves, da Universidade Federal de Ouro Preto e Profa. Colaboradora do PROMESTRE.

Título do Projeto: HISTÓRIAS DE TAES: LEMBRANÇAS DO TRABALHO E DO TEMPO VIVIDO

Pesquisadora Responsável: Roberta Emília Morato Corrêa

Telefone para contato: (31) 3409-5320 (31) 99344-2213 / E-mail: robertamorato@hotmail.com

Endereço: Avenida Antônio Carlos, 6627 - Prédio da Faculdade de Educação - Campus Pampulha Belo Horizonte MG CEP 31.270-901 – Sala 2101

Orientadora da Pesquisa: Profa. Inajara de Salles Viana Neves

Telefone para contato: (31) 99146-9660 / E-mail: inajara.salles@ufop.edu.br

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Peça orientação quantas vezes for necessário para esclarecer todas as suas dúvidas. A proposta deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre a pesquisa e solicitar a sua permissão para participar da mesma, compartilhando suas memórias de trabalho enquanto TAE da Faculdade de Educação.

Essa pesquisa pretende investigar a memória do trabalho técnico-administrativo da Faculdade de Educação da UFMG e tem como objeto de análise a memória dos servidores TAE aposentados. O objetivo do estudo é resgatar a memória do trabalho técnico em Educação e sua importância para a Faculdade, investigar como a memória desse trabalho perpassa a vida dessas pessoas e apresentar as histórias desses sujeitos que viveram a FaE enquanto instituição de trabalho.

Para as atividades de investigação serão utilizadas entrevistas em profundidade, individuais e gravadas em áudio, na qual o(a) entrevistado(a) poderá falar livremente. Será usado um caderno de campo onde a pesquisadora registrará suas observações. Na entrevista pretende-se compreender quais memórias os sujeitos investigados têm de sua experiência como servidor técnico-administrativo em educação. Para participar desse estudo você precisará responder a essa entrevista em profundidade, que se dará como uma conversa guiada, na qual você poderá falar livremente, e concordar que as respostas sejam gravadas em áudio para posterior transcrição e análise. As entrevistas serão conduzidas pela pesquisadora responsável e realizadas em local a combinar com o(a) entrevistado(a). O tempo da entrevista pode variar, girando em torno de 60 (sessenta) minutos. Você ainda poderá ser convidado para uma segunda entrevista caso haja necessidade de aprofundamento ou esclarecimentos de questões. Você não é obrigado a responder todas as perguntas e poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem ser prejudicado por isso. Não há respostas certas ou erradas, pois o que importa é como você organiza e sente as memórias de seu tempo enquanto TAE. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome, que será substituído por um código. Todas as informações obtidas e gravadas serão mantidas de forma confidencial e usadas apenas para fins científicos. Você tem direito de acesso à transcrição e ao áudio de suas respostas e caso queira alterá-las poderá fazê-lo.

Para a etapa final da pesquisa, relativa ao “Recurso Educacional do Mestrado Profissional”, pretendemos realizar uma exposição virtual que apresente um breve histórico da evolução do trabalho TAE e do quadro de funcionários e setores da Faculdade de Educação, um acervo iconográfico e algumas histórias da memória dos TAE aposentados. Para esse momento específico, planeja-se gravar, em vídeo e som, um depoimento ou história livre, que remetam ao que ficou marcado, à memória afetiva que os técnicos aposentados têm daquele tempo vivido. Para participar dessa etapa você precisará contar sua história ou depoimento, que serão gravados em vídeo pela pesquisadora, e autorizar o uso de sua imagem e voz. Você não é obrigado a participar das duas etapas e poderá desistir de participar de qualquer uma delas a qualquer momento, sem ser prejudicado por isso. O Vídeo de seu depoimento ou história será publicado na página web da exposição virtual, mediante identificação com seu nome e tempo de trabalho enquanto TAE na Faculdade de Educação. Você tem direito de acesso à gravação de seu depoimento ou história e caso queira alterá-los poderá fazê-lo.

Com relação aos benefícios proporcionados pela presente pesquisa, identifica-se a escuta individual sobre as memórias de seu trabalho e tempo vivido e, no que se refere aos benefícios indiretos, a médio e longo prazo, considera-se a possibilidade de que a categoria de trabalho dos TAE seja mais bem reconhecida e valorizada. Dentre os riscos, considerados mínimos, identificam-se possíveis desconfortos ao responder à entrevista, por trazer à tona alguma lembrança incômoda, bem como possíveis constrangimentos ao expor seus sentimentos, percepções e vivências pessoais.

Além dos riscos já mencionados, há a possibilidade do risco de quebra de sigilo, sendo este comum a todas as pesquisas realizadas com seres humanos. Neste sentido, salienta-se que, como medida de proteção, todos os dados coletados nas entrevistas serão analisados em caráter científico, portanto, serão registrados sem menção aos dados de identificação do participante. Todos os documentos relativos à pesquisa serão guardados em local restrito pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem dados que possibilitem a identificação dos participantes. Contudo, apesar da consciência da possibilidade destes riscos existirem, esta pesquisa buscará trabalhar de forma a evitar a sua ocorrência, bem como buscará não ferir a singularidade do participante, e sim, respeitá-lo em todas as suas dimensões. O participante da pesquisa que vier a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não nesse termo, tem direito a assistência e a buscar indenização, conforme Resolução CNS nº 510/2016.

Após ser esclarecido sobre as informações desse termo, no caso de aceitar participar desse estudo, assinale sua opção de participação, rubrique todas as folhas e assine ao final deste documento. As folhas também serão rubricadas pelas pesquisadoras e assinadas por elas, na última página. Caso opte por participar da Etapa Final, exposição virtual, assine também o termo de autorização de imagem e som. Este documento tem 2 (duas) vias e 1 (uma) delas é sua. A outra ficará com as pesquisadoras responsáveis.

Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma. Você poderá inclusive retirar esse consentimento a qualquer momento sem qualquer penalidade. Você poderá questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa sempre que achar necessário, mesmo depois de realizada a entrevista e/ou coletado o depoimento/história, por meio do contato das pesquisadoras que constam no final deste documento e, ainda, procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (CEP-UFMG) pelo telefone (31)3409.4592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br, ou pelo endereço: Avenida Pres. Antônio Carlos, 6627 – Unidade Administrativa II – 2º andar – Sala 2005. Campus Pampulha, Belo Horizonte

– MG – CEP 31.270-901. O CEP trata-se de um grupo de pessoas com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada do estudo de pesquisa para mantê-lo(a) seguro e proteger seus direitos.

Não haverá nenhum custo a você relacionado a este estudo, bem como não haverá remuneração, pagamento ou recompensa pela sua participação, sendo ela totalmente livre. No entanto, caso existam eventuais despesas decorrentes da sua participação, como alimentação e transporte, estas serão ressarcidas integralmente pela pesquisadora. Desde já agradecemos por sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu concordo em participar desse estudo como sujeito e concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito. Fui informado e esclarecido pela pesquisadora sobre o tema e o objetivo da pesquisa, assim como a maneira como ela será feita e os benefícios e os possíveis riscos decorrentes de minha participação. Eu entendi a informação apresentada neste termo de consentimento livre e esclarecido. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e recebi a garantia de que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me traga qualquer prejuízo. Fui informado também sobre o número de telefone e e-mail das pesquisadoras e terei acesso a uma cópia deste termo assinado pelas pesquisadoras.

Quanto à forma de participação indico que:

Aceito participar de ambas etapas.

Aceito participar apenas da etapa de investigação, respondendo às entrevistas em profundidade, individuais e gravadas em áudio, nas quais minhas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial.

Aceito participar apenas da etapa final, exposição virtual, na qual será gravado em vídeo meu depoimento ou história, que será publicado com minha identificação na página web da exposição.

Local e data

Assinatura do participante

_____ (Nome por extenso)

Agradecemos sua colaboração!

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____,
RG nº. _____, CPF nº _____, depois de
conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da
pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e depoimento
oral ou escrito, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, as pesquisadoras Inajara de Salles Viana Neves e
Roberta Emília Morato Corrêa, do projeto de pesquisa intitulado “HISTÓRIAS DE TAES:
LEMBRANÇAS DO TRABALHO E DO TEMPO VIVIDO” a realizar as filmagens e/ou
fotos que se façam necessárias e a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a
nenhuma das partes. Ao mesmo tempo, libero a utilização de minha imagem, voz, registros e
documentos pessoais para serem utilizados no recurso educacional resultado da pesquisa. A
presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso do material acima
mencionado em todo território nacional, das seguintes formas: (I) *home page*; (II) mídia
eletrônica. Fica ainda autorizada, de livre e espontânea vontade, para os mesmos fins, a cessão
de direitos da veiculação do material não recebendo para tanto qualquer tipo de remuneração.
Por essa ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que
nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e
assino a presente autorização em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Local e data

Assinatura do participante

_____ (Nome por extenso)

ANEXO C – QUESTÃO GERADORA

Conte-me sobre seu trabalho desenvolvido ao longo dos anos como Técnico-Administrativo em Educação da Faculdade de Educação.